



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**RAFAELA MENDES MANO SANCHES**

**AS MINAS DE PRATA E OS ASPECTOS DA NACIONALIDADE NO  
PROJETO LITERÁRIO DE JOSÉ DE ALENCAR: A  
FICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA E SEUS DIÁLOGOS COM O  
PRESENTE**

**CAMPINAS,  
2015**

**RAFAELA MENDES MANO SANCHES**

**AS MINAS DE PRATA E OS ASPECTOS DA NACIONALIDADE NO  
PROJETO LITERÁRIO DE JOSÉ DE ALENCAR: A  
FICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA E SEUS DIÁLOGOS COM O  
PRESENTE**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto  
de Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do título  
de Doutora em Teoria e História Literária, na  
área de História e Historiografia literária.**

**Orientador: Prof. Dr. Jefferson Cano**

**Este exemplar corresponde à versão  
final da Tese defendida pela  
aluna Rafaela Mendes Mano Sanches e  
orientada pelo Prof. Dr. Jefferson Cano**

**CAMPINAS,  
2015**

Agência de fomento: CNPq  
Nº processo: 141238/2011-9

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

M317m Mano Sanches, Rafaela Mendes, 1984-  
As Minas de Prata e os aspectos da nacionalidade no projeto literário de José de Alencar : a ficcionalização da história e seus diálogos com o presente / Rafaela Mendes Mano Sanches. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Jefferson Cano.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Alencar, José de, 1829-1877. As minas de prata - Crítica e interpretação. 2. Ficção brasileira - História e crítica. 3. Literatura e história. 4. Jornalismo e literatura. 5. Jesuítas na literatura. 6. Judeus na literatura. I. Cano, Jefferson, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** As Minas de Prata and aspects of nationalism in the literary project of José de Alencar: : the fictionalization of history and its dialogues with the present

**Palavras-chave em inglês:**

Alencar, José de, 1829-1877. As minas de prata - Criticism and interpretation  
Brazilian fiction - History and criticism  
Literature and history  
Journalism and literature  
Jesuits in literature  
Jews in literature

**Área de concentração:** História e Historiografia Literária

**Titulação:** Doutora em Teoria e História Literária

**Banca examinadora:**

Jefferson Cano [Orientador]  
Paulo Elias Allane Franchetti  
Mário Luiz Frungillo  
Lucia Granja  
Célia Regina da Silveira

**Data de defesa:** 24-08-2015

**Programa de Pós-Graduação:** Teoria e História Literária

BANCA EXAMINADORA:

Jefferson Cano



---

Paulo Elias Allane Franchetti



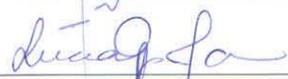
---

Mário Luiz Frungillo



---

Lucia Granja



---

Célia Regina da Silveira



---

Márcia Azevedo de Abreu

---

Marcos Aparecido Lopes

---

Silvia Cristina Martins de Souza

---

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, prof. Dr. Jefferson Cano, pela dedicação e por sua orientação cuidadosa;

Ao professores Paulo Elias Allane Franchetti e Mário Luiz Frungillo, membros da banca de qualificação, que muito contribuíram com suas sugestões para o aprimoramento desta tese;

Aos meus pais, a quem sempre pude recorrer em todos os momentos;

Aos meus amigos por me auxiliarem nos momentos de angústias e preocupações. Agradeço a todos, familiares, amigos de infância (especiais por compartilharem minhas angústias pessoais), amigos de Rio Preto, e os novos amigos que fiz em Campinas, estes foram importantes por acompanharem mais de perto todas as etapas;

Aos funcionários da biblioteca da Unicamp e ao Departamento de pós-graduação;

Ao CNPq pelo apoio financeiro e pelo incentivo à pesquisa.

## RESUMO

Este estudo analisa o romance *As Minas de Prata*, de José de Alencar, em seus contatos com as esferas política, histórica, e cultural. A partir dos debates entre os letrados brasileiros sobre os gêneros literários, investigaremos a perspectiva de Alencar sobre o romance histórico e os elementos que compõem a estrutura da sua narrativa: o épico, o histórico, e o folhetinesco. Num segundo momento, estudaremos como os aspectos estéticos articulam-se com a temática dos jesuítas e dos judeus, resultando na composição folhetinesca. Levando em conta a rede de interlocução de Alencar, apresentaremos como sua obra apropria-se das literaturas antijesuítica e antissemita em circulação, principalmente, na imprensa, transformando o romance-folhetim de Eugène Sue, *O Judeu Errante*, em paradigma para a confecção do romance alencariano. Essas releituras são possibilitadas pelas novas relações entre literatura, história e escrita jornalística, que estabelecem vínculos entre o romance-folhetim e os noticiários, artigos e estudos históricos publicados no mesmo suporte. Assim, trataremos o romance histórico de Alencar sob o prisma das suas relações com os periódicos na construção da identidade nacional.

**Palavras-chave:** romance histórico; imprensa; IHGB; jesuítas; judeus.

## ABSTRACT

This study aims at analyzing *As Minas de Prata (The Silver Mines)*, by José de Alencar, in its contacts with the political, historical, and cultural spheres. Drawing from the discussions set forth by Brazilian scholars about literary genres, we will examine Alencar's perspective on the historical novel and the elements that make up the structure of his narrative: the epic, the historical, and the feuilletonistic. As a second step, we will study how the aesthetic aspects are linked to the thematic of the Jesuits and the Jews, resulting in the feuilletonistic composition. Taking into account Alencar's dialogue network, we will present how his work appropriates both the anti-Jesuit and anti-Semitic literature in circulation, especially in the press, converting the roman-feuilleton by Eugène Sue, *O Judeu Errante (The Wandering Jew)*, to the paradigm for the making of Alencar's novel. Such readings are enabled due to the new relationships between literature, history and journalistic writing, which provide points of contact between the roman-feuilleton and the news, articles and historical studies published in the same support. Therefore, we will investigate the historical novel by such a writer through the prism of its relationship with the journals in the construction of the national identity.

**Keywords:** historical novel; press; IHGB; Jesuits; Jews.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....p.11

### CAPÍTULO 1

AS MINAS DE PRATA E A NACIONALIZAÇÃO DA LITERATURA: OS DEBATES E REPRESENTAÇÕES SOBRE A PROSA HISTÓRICA, SUAS VERDADES, SUAS LENDAS E MITOS.....p.19

1.1 O novo papel da imprensa: a criação de identidade cultural e as novas matrizes literárias.....p.20

1.2. O romance histórico e seus compromissos com a identidade cultural de um povo: os componentes estéticos e temáticos.....p.24

1.2.1 A ficção de caráter histórico: mais verdadeira que o discurso histórico?.....p.24

1.2.2 A obra histórico-literária no correr da pena de José de Alencar: o seu projeto de nacionalização da literatura brasileira, suas representações e discussões estéticas.....p.33

1.2.3 As polêmicas sobre o épico na imprensa e a escolha do romance por José de Alencar.....p.36

1.3 *As minas de Prata*: o caráter patriótico e as raízes históricas do Brasil .....p.42

1.3.1 A formação do sentimento nacional: a obra histórico-ficcional de Alencar e o discurso histórico oitocentista.....p.42

1.3.2 As fontes históricas alencarianas e as primeiras imagens da colonização: entre a verdade e o verossímil, uma pintura da Bahia seiscentista.....p.48

1.3.2.1 As crônicas coloniais: Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e Padre Simão de Vasconcelos.....p.48

1.3.2.2 A Ficcionalização das fontes e a época seiscentista: o espaço bahiano e suas povoações.....p.52

1.3.3 Os jesuítas, suas escritas e possíveis confecções da história do Brasil: a Companhia de Jesus, suas práticas e dilemas.....p.58

1.4 Imagens da colonização em *As Minas*: a narrativa histórica e os primeiros problemas da identidade nacional.....p.62

1.4.1 O Brasil Colonial na obra histórico-ficcional de Alencar: a administração do território brasílico e seus primeiros problemas internos e externos.....p.65

1.5 O herói da nação, sua participação na batalha épica e suas origens: possíveis soluções do romance.....p.73

1.5.1 A batalha épica.....p.74

1.5.2 As origens do herói : O Caramuru perante *As Minas de Prata*.....p.78

1.6 *As Minas de Prata* e o caráter de um povo: suas tradições, mitos, lendas e fabulações.....p.85

1.7 *As Minas de Prata*: a esfinge de uma origem nacional.....p.95

## CAPÍTULO 2

AS MINAS DE PRATA E A QUESTÃO DA RELIGIOSIDADE NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL: OS JESUÍTAS, OS DEBATES E AS POLÊMICAS NO IHGB, NA IMPRENSA PERIÓDICA E NOS FOLHETINS LITERÁRIOS..... p.98

### PARTE I

2.1 José de Alencar e a esfera religiosa: as dissidências eclesiásticas na elaboração dos mitos jesuíticos.....p.99

2.1.1 O teatro e a prosa de caráter histórico: “Em serviço de El Rei e da Religião”.....p.99

2.2 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e José de Alencar: os dois lados da Companhia, de Vieira aos jesuítas expulsos por Pombal; de Padre Louriçal a Molina.....p.106

2.2.1 A reescrita dos jesuítas na História e no romance nacional: a reinvenção da Companhia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas debatidos e aproveitados em *As Minas de Prata*.....p.108

2.3 José de Alencar e a imprensa oitocentista: o movimento contra-jesuítico.....p.111

2.4 Entre o contexto nacional e o internacional: os jesuítas na imprensa periódica.....p.117

2.4.1. A Ordem Inaciana na imprensa de 1830 e 40: Filosofia X Religião.....p.117

2.4.1.2 *O Carapuceiro* e *A Nova Minerva*.....p.117

2.4.2 Os Jesuítas e seus aspectos decadentes: a entrada da Companhia na Imprensa Fluminense.....p.124

2.4.2.1 A Imprensa (1850-60) e os jesuítas: a polêmica nos jornais fluminenses e a participação de José de Alencar.....p.129

2.5 *As minas de Prata* e os mitos jesuítas: imoralidade, corrupção e redenção em Alencar.....p.135

2.6 A religião na reescrita do Brasil: Os jesuítas fizeram histórias? Uma leitura de *As Minas de Prata*.....p.145

### PARTE 2

2. *As Minas de Prata* e os romances antijesuíticos franceses: o poder da prosa ficcional na imprensa periódica.....p.151

2.1 Algumas palavras sobre a conspiração jesuítica no século XIX e as <i>Monita Secreta</i> nos jornais fluminenses.....	p.153
2.2 O catecismo secreto dos loiolanos de <i>As Minas de Prata</i> : “Seu reino <i>non est de hoc mundo</i> ”.....	p.159
2.3 <i>O Judeu Errante</i> : a retomada do embate Filosofia X Religião.....	p.168
2.4 O Complô jesuíta: os maquiavélicos e conspiradores loiolanos de <i>O Judeu Errante e Visconde de Bragellone</i> .....	p.175
2.4.1 <i>O Judeu Errante</i> .....	p.175
2.4.2 Rodin e Molina: o poder oculto da Companhia.....	p.178
2.4.3 O Visconde de Bragellone.....	p.187
2.4.4. Rodin, Aramis e Molina: os jesuítas conspiradores.....	p.189

### CAPÍTULO 3

#### A REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS EM AS MINAS DE PRATA E A TRADIÇÃO DO ROMANCE-FOLHETIM: A FORMAÇÃO DE UM POVO E SEUS TRAÇOS RELIGIOSOS.....

3.1 Os judeus na Imprensa fluminense.....	p.196
3.2 Representações da matriz identitária: o judeu no primeiro teatro nacional e suas recuperações nas obras alencarianas.....	p.204
3.3 A representação dos Judeus em <i>As Minas de Prata</i> : diálogos com Calabar (1863), de Mendes Leal.....	p.210
3.3.1. José de Alencar e Mendes Leal: por um projeto literário nacional.....	p.210
3.3.2 Na taberna do “judengo” Brás.....	p.212
3.3.3 <i>As Minas de Prata</i> e <i>Calabar</i> : a construção dos estereótipos dos judeus.....	p. 217
3.4 <i>O Judeu Errante</i> , de Eugène Sue e seu contexto de produção literária.....	p.225
3.5 <i>O Judeu Errante</i> e suas apropriações no Brasil.....	p.231
3.6 Os diálogos, empréstimos e adaptações de <i>As Minas de Prata</i> .....	p.236
3.7 Os Judeus convertidos.....	p.241

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... p.248

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....p.252

## INTRODUÇÃO

O romance *As Minas de Prata*, de José de Alencar, foi publicado pela *Biblioteca Brasileira* de Quintino Bocaiúva em 1862, com dezenove capítulos iniciais e com o título *As Minas de Prata: continuação do Guarani*. Somente em 1865, José de Alencar retoma sua obra e a publica em seis volumes, pela editora B. L. Garnier, fazendo algumas modificações na primeira versão: retira notas, altera o próprio título e acrescenta outros capítulos. A mudança no título, relacionada à exclusão das notas, sugere outro viés de leitura, que ressemantiza a trama romanesca e desvincula-a de *O guarani*. Assim, se em 1862 Alencar sugeria uma chave de leitura para aquele romance, seja pelo título que o atrelava ao *O Guarani*, grande sucesso na época, seja pela citação de suas fontes, em 1865 ele jogava o leitor no seu labirinto textual e o deixava construir os caminhos da própria rede narrativa.

O fio condutor da trama enfoca as lutas e aventuras pela posse do roteiro das minas de prata, feito pelo personagem Robério Dias, a partir das informações dadas por seu pai, Moribeca, o primeiro a encontrar o local. Robério procura não despertar suspeitas na sua exploração da gruta, porém, os rumores sobre este local espalham-se e o minerador decide revelar o seu segredo ao rei da Espanha. Neste momento, o mapa do explorador é roubado, de modo que Robério é obrigado a retornar ao sertão, acompanhado do representante de El-Rei, D. Francisco de Sousa, para mostrar o seu achado e comprovar sua inocência. Nesse percurso, o minerador morre e, por conseguinte, seus bens são confiscados, o que deixa o filho do aventureiro, Estácio, na mais extrema pobreza. Vivendo sob a sombra de seu passado, Estácio busca sua identidade, desvendando o mistério que cerca as minas e passando por várias peripécias na luta pelo roteiro, ora contra o governador D. Francisco de Sousa, ora contra o padre Molina, personagem que vem da Espanha a fim de descobrir o paradeiro do pergaminho.

Por conta da pluralidade desse enredo, a crítica alencariana já discutiu as relações entre romance e história, focalizando os eixos confluentes e tensos da ficção com seus elementos referenciais. Em consonância com esta vertente investigativa, a camada folhetinesca configurou-se, para alguns estudiosos, o eixo condutor da tessitura romanesca.

Araripe Júnior<sup>1</sup> aponta o referido romance como a obra prima de Alencar. Segundo o crítico, esta prosa ficcional articula a convivência de vários recursos na narrativa,

---

<sup>1</sup> JÚNIOR, Araripe. José de Alencar. In: \_\_\_\_\_. *Obra crítica de Araripe Júnior*. [S.l.]: Casa de Rui Barbosa, 1958. p. 129-258. v.1.

que alimentam uma infinidade de paisagens, enredos e personagens, e criam estratégias para manter a atenção do leitor. Embora o crítico não faça nenhuma alusão explícita ao folhetim, aponta suas manifestações em procedimentos como mutações rápidas, desafios, duelos, caçadas vertiginosas, perseguições e conspirações, nada perdendo para outras obras de filão folheteiro, como *O Conde de Monte Cristo*, *Os Mistérios de Paris*, *Os Mistérios do Povo*. Já em um segundo momento de seu estudo, o autor direciona seu olhar para as características da narrativa de natureza histórica. Assim, se, por um lado, pontua os acontecimentos e fatos referenciais do romance, como o encontro entre o colonizador e o nativo, e a presença da Companhia de Jesus, por outro, traz as dissonâncias entre o enredo fictício e a História. O texto apresenta esta tensão constante entre a “legenda dourada” de Alencar e os dados historiográficos, coroando a força imaginativa alencariana como mola propulsora da prosa analisada.

Seguindo a mesma perspectiva de Araripe Júnior, Augusto Meyer<sup>2</sup>, João Ribeiro<sup>3</sup> e Heron de Alencar<sup>4</sup>, privilegiam a esfera romanesca como fulcro de suas pesquisas, subordinando o material histórico à imaginação alencariana. Meyer defende que o autor oitocentista parte das crônicas históricas e arquiteta o romanesco “cheio de altos e baixos”, e recheado de peripécias. A seu ver, o objetivo do romancista, ao esboçar um projeto fundante de romances históricos, como os de Scott, serviu como pretexto para a criação fantasiosa, pois sua intenção não passou do papel.

Ribeiro escreve uma nota preliminar ao romance *As Minas de Prata*, ratificando o afrouxamento da historicidade da narrativa, ao compará-la com a de Walter Scott. Para o pesquisador, a prosa alencariana emoldura a fábula da grandeza e do fantasioso, ou seja, o dado fictício, que, sob sua ótica, é o ingrediente nodal da matéria romanceada. Apoiado nessa postura analítica, ressalta que o escritor cearense se alimenta das “migalhas, fragmentárias e colhidas na História e na tradição”, visto o mistério que circunda o dado empírico das minas de prata e o pouco conhecimento que os historiadores tinham a seu respeito. Estes fatores motivam a engrenagem inventada: “As minas de prata da história são como as minas de prata do romance – pura fantasia e miragem perpétua do deserto”<sup>5</sup>.

De acordo com Heron de Alencar, o autor arquiteta suas narrativas de caráter

<sup>2</sup> MEYER, Augusto. Nota preliminar. In: ALENCAR, J. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. p. 7-25. v. 2.

<sup>3</sup> RIBEIRO, João. Nota preliminar. In: ALENCAR, J. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. p. 409-412. v. 2

<sup>4</sup> ALENCAR, Heron. José de Alencar e a ficção romântica. In: COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana, 1969. p. 217-300.

<sup>5</sup> RIBEIRO, J. *op. cit.*, p. 412.

historiográfico com bases mais lendárias do que propriamente históricas. No caso de *As Minas de Prata*, segundo o crítico, o mito do tesouro perdido coroa o elemento de literariedade, mascarando o embasamento historiográfico das minas. Dessa forma, para Heron de Alencar, o autor cearense aclimata o romance histórico, afastando-se da matriz europeia.

Em diálogo com esses posicionamentos, Valéria de Marco<sup>6</sup> abre outras possibilidades analíticas para *As Minas de Prata*, dando contornos ao filão da estrutura folhetinesca. A pesquisadora parte da arquitetura do romance-folhetim, metaforizada na imagem da “narrativa que serpenteia”, isto é, no emaranhado de ramificações de enredos e histórias paralelas, nas reviravoltas, no ritmo rápido que confunde e surpreende o leitor. Convivendo com o folhetinesco, os componentes históricos, delineados por Marco, se presentificam nas alegorias promovidas pelas relações tensas entre nativo e colonizador e se constroem no imperialismo representado pelo domínio da Espanha sobre Portugal e nos seus desdobramentos na colônia. Marco confronta os críticos predecessores, pois, além de trazer o eixo histórico como um dado dinâmico e crucial, ela defende que essas forças atuantes em *As Minas de Pratas* podem “tomar o passado para clarear a visão do presente” e, nesse sentido, o mundo de faz de conta mascara o compromisso de Alencar com o seu contexto, e metaforiza sua experiência no campo político.

Marcos Roberto Flamínio Peres<sup>7</sup> também sinaliza a estrutura complexa do romance. Contudo, em contraponto aos críticos que ressaltam o lado fantasioso de *As Minas de Prata*, Peres analisa as fontes historiográficas de Alencar, entrosando este recurso, representante da veracidade, com o romanesco. Segundo o estudo de Peres, o recurso da “fragmentação”, considerado pilar do folhetinesco, rompe com a pretensão à totalidade, que seria a base do romance histórico.

Marta Marczyk<sup>8</sup> enfoca as qualidades específicas e recontextualizadas do romance histórico em *As Minas de Prata*. Para a pesquisadora, Alencar estrutura e retrata ficcionalmente os costumes da época, pintando um quadro sociocultural da sociedade seiscentista baiana. Nesse sentido, a seu ver, o autor cearense consegue modelar o romance com as características locais do país, fazendo pesquisas de natureza histórica e registrando o mistério em torno das minas. Sua pesquisa entra em sintonia com os estudos que analisam o

<sup>6</sup> MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Unicamp: Editora da Unicamp, 1993.

<sup>7</sup> PERES, Marcos Roberto Flamínio. *As minas e a agulheta: romance e história em As Minas de Prata*, de José de Alencar. São Paulo: 2006. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>8</sup> MARCZYK, Marta Bernadete Frolini de Aguiar. *Representações cristãs do povo judeu em As Minas de Prata*, de José de Alencar. São Paulo: 2006. Tese (Mestrado em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

romance alencariano sob os aspectos do romanesco e do histórico.

A pesquisadora Renata Dal Sasso Freitas<sup>9</sup> faz um estudo que se aproxima do pretendido nesta tese, ao analisar as *Minas de Prata* em diálogo com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nos seus textos, Freitas aponta a relação entre as publicações do IHGB e, sobretudo, o lançamento inédito sobre a cidade perdida das minas, com a narrativa alencariana, explorando as maneiras de “fazer história” de José de Alencar.

Diante da exposição desse arcabouço crítico, colocamos em evidência o elemento inédito de nosso trabalho, que compreende as relações entre a composição estético-temática de *As Minas de Prata* e as práticas culturais proporcionadas por outros espaços de sociabilidade, como a imprensa e o IHGB. Investigaremos como essa prosa participa do processo identitário da pátria, e como seu autor representa as tradições de um povo, suas crenças, valores, religiosidade e as misturas étnicas. Em *As Minas de Prata*, Alencar reflete sobre os processos de formação do nacional, a partir de suas conceituações sobre literatura e história, que se desdobram na representação do elemento popular e religioso na sua narrativa ficcional. Tentaremos reconstituir o olhar particularizado do romancista na sua prosa de caráter histórico, em contato com sua rede de interlocução que apreende os debates políticos e artísticos nas relações nacional-estrangeiro.

No desenvolvimento dessa pesquisa, atentaremos às interligações entre política, história, memória, e literatura que acompanham o sentimento de afirmação de uma política nacional vinculada a outros campos e esferas, possibilitando o trânsito de fronteiras entre distintos discursos e narrativas no processo de autonomia da nação.

Na cultura oitocentista, o IHGB publica e divulga documentos, propostas e teses sobre o passado colonial do Brasil, enquanto a imprensa constitui uma arena de debates sobre a escrita da história e de suas articulações com os gêneros literários, além de publicar o material do IHGB, promovendo reflexões sobre a memória da pátria. Tais aproximações entre espaços e discursos desdobram-se na valorização das características do romance histórico. As qualificações dessa prosa, entre elas, a pintura de tradições e costumes de um povo, a revisão histórica do passado e suas intervenções no presente, serviram aos propósitos do nascimento de uma literatura própria. Se, por um lado, esse gênero se aproxima do documento histórico, como maneira de atestar a credibilidade de sua estrutura romanesca, por outro, ela também

---

<sup>9</sup>FREITAS, Renata Dal Sasso. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n.5, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs/aedos>> \_\_\_\_\_. Ele bebera da fonte da história: os usos do passado em *As Minas de Prata* (1862-1865) de José de Alencar. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Fortaleza, 2009.

concorre com outras formas de interpretar a nação, inclusive com a escrita historiográfica. Nas maneiras de se relacionar com o objeto histórico, os limites entre verdade e ficção são rediscutidos e repensados no discurso metaficcional dos romancistas.

Fique dito por uma vez que todos os nomes que empregamos, cenas que descrevemos, costumes que pintamos, são rigorosamente históricos. Fácil nos fora sumir este romance em um pélagos de citações; mas falece-nos a fúria da erudição. E não seria ela ridícula no humilde historiador de um humilíssimo truão?<sup>10</sup>

Aproximava-se o meado do duodécimo século. O príncipe de Portugal Afonso Henriques depois de uma revolução feliz, tinha arrancado o poder das mãos de sua mãe. Se a história se contenta com o triste espetáculo de um filho condenando ao exílio aquela que o gerou, a tradição carrega as tintas do quadro, pintando-nos a desditosa viúva do conde Henrique arrastando grilhões no fundo de um calabouço. **A história conta-nos o fato; a tradição os costumes.**<sup>11</sup>

Ao nos debruçarmos sobre esses debates dos oitocentos, uma referência básica, a obra “O fio e os rastros” do historiador italiano Carlo Ginzburg, baliza nosso trabalho e fornece a perspectiva metodológica sobre a pesquisa. No seu texto “Provas e possibilidades”, Ginzburg volta sua preocupação à dimensão narrativa da historiografia, refletindo sobre o grau de fabulação do discurso historiográfico, que precisa construir as lacunas de um determinado tempo, entendidas como “o lugar de possibilidades historicamente determinadas”.<sup>12</sup> O historiador propõe que as relações entre as narrativas historiográficas e outros tipos de narrativas fossem observadas em sua historicidade: “Analisar historicamente essas relações [narrações historiográficas e outros tipos de narração] – feitas pouco a pouco, de trocas, hibridações, contraposições, influências num só sentido- seria muito mais útil do que propor formulações teóricas abstratas [...]”.<sup>13</sup> Nessa direção, destacamos a sua análise sobre os romancistas dos séculos XVIII e XIX, que carregaram sua ficção de sentido histórico, e influenciaram a escrita da historiografia; e, por conta desses pontos de convergência, Ginzburg aponta que da narrativa historiográfica poderia ser investigado o nível fabulatório, buscado do plano da arte. Sob esse ângulo, jogamos luz nas contraposições entre romance e história, também citadas pelo historiador na tentativa de apreender a particularidade dos oitocentos, em contraponto, a sua contemporaneidade. Assim, ele cita o romancista Henry James:

<sup>10</sup> HERCULANO, Alexandre. O Bobo. In: O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, n. 58, p. 37-40, 4 de fevereiro de 1843. p. 37.

<sup>11</sup> Id., O Bispo Negro (1130). In: *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p. 58; grifo nosso.

<sup>12</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 316.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 320.

Representar e ilustrar o passado, as ações dos homens, é a tarefa tanto do historiador quanto do romancista; a única diferença que posso ver é totalmente favorável a este último (à proporção, é claro, do seu êxito) e consiste na maior dificuldade de que ele encontra para reunir provas, que estão longe de ser puramente literárias.<sup>14</sup>

Considerando as reflexões de Ginzburg, partimos dos escritos oitocentistas para sugerir que as nuances de posições sobre romance e história, romancista e historiador estabelecem uma rede de contato entre os textos metaficcionalizados, com os quais José de Alencar estabelece canais de convergência, ao apontar distintas aproximações entre o dado real e o ficcional, dependendo de sua intenção ficcional e da escrita de cada obra.

A prosa histórico-ficcional de Alencar apresenta uma postura interventiva, comprometida com o presente, projetando no texto brechas com as quais propõe diálogos entre passado-presente. Na formulação do Brasil Colonial, ele aprofunda elementos da lenda e do folclore extraídos do imaginário popular. Se, por um lado, o estudo dos aspectos populares do romance toca nos rumores, na fantasia, na fabulação de histórias; por outro, toca nos aspectos religiosos que apreendem os ideais de civilização e moralidade. A força concedida a este último nos permite estabelecer um fio condutor entre os expedientes ficcionalizados da história do Brasil sob a égide da religião católica. Nessa leitura, a temática religiosa torna-se o eixo paradigmático, que seleciona, toca, em maior e menor grau, nos assuntos abordados e instaura um juízo de valor; é por ela que o narrador pensa a função do cristianismo e de sua institucionalização no Brasil, bem como o caráter dos povos que imigram para o Brasil Colonial. No caso, a religião cristã é representada pela Ordem dos Jesuítas.

Essa escolha dos loiolanos como ponto de referência para interpretar o Brasil Colônia projetado por Alencar, não por acaso, amarra os eixos analíticos do nosso trabalho e tece uma das linhas temáticas do autor.

A eleição do cristianismo como referência da cultura romântica/moderna é pensada e teorizada por vários autores, entre eles, François-René de Chateaubriand, no seu texto *O Gênio do Cristianismo*, reflete sobre a importância do mundo cristão para a criação artística. A religião cristã é valorizada por se aproximar da cultura considerada romântica, por apontar os caminhos a serem inaugurados, e encarada como transgressora, por suas referências estéticas. Um dos textos considerados fundadores dessas reflexões no Brasil, “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de Magalhães, bebeu dessas fontes e as atualizou para as inspirações dos aspectos poéticos do Brasil:

---

<sup>14</sup> JAMES, Henry apud GINZBURG, *op. cit.*, p. 334.

Acreditava-se então que mitologia e Poesia uma e a mesma coisa eram. O instinto porém os guiou; e, posto que lentamente, as encanecidas montanhas da Europa humilharam-se diante das sempre verdes e alterosas montanhas do Novo Mundo; a virgem homérica, semelhante à convertida esposa de Eudoro, abraça o **Cristianismo**, e, neófita ainda, mal iniciada nos misteriosos arcanos de sua nova religião, resvala às vezes, e no enlevo da alma, no meio de seus sagrados cânticos, se olvida, e adormentada sonha com as graciosas mentiras que o berço lhe embalaram. Por meio destas duas potências [música e poesia], sabiamente empregadas pelos **jesuítas** missionários do Brasil, os selvagens abandonavam seus desertos e amoldavam-se ao Cristianismo e à civilização.<sup>15</sup>

A religião serve à construção do Brasil sob os ideais de moralidade e civilização, porque, da mesma forma que é vista com caráter transgressor do ponto de vista estético, tal aspecto é transferido pra os debates locais. Esses paradigmas norteiam os caminhos do momento, seja esteticamente, ou tematicamente.

Alencar relê os problemas eclesiásticos dos seiscentos e de sua institucionalização. A partir do olhar sobre a religião, representa a miscigenação e formação de um povo, e nas articulações entre plano estético e temático, absorve dos textos que escolhem o cristianismo como transgressor dos estilos clássicos, a mistura de estilos e de gêneros. Assim, explora os expedientes históricos na busca da nacionalização literária. Neste ponto, a imprensa ganha foco perante a mobilização de concepções, e o autor estabelece suas conexões, dada a sua consciência quanto à importância desse suporte.

Por meio dele, Alencar consegue acompanhar a circulação de assuntos que fazem parte do construto do nacional e desenvolver literariamente o que seria ser brasileiro. Dessa intenção, extraímos da linha norteadora que guia seu romance, a trama das minas, outra que demarca nossa pesquisa, a temática da religião. O enredo das minas cria o plano épico e mítico do romance, relacionando-se com diferentes tramas e tocando em vários conflitos. O percurso dos eclesiásticos apreende a ficcionalização dos ingredientes morais e civilizatórios.

Considerando esses planos, discutiremos, no primeiro capítulo, as composições dos três ingredientes de *As Minas de Prata*, o folhetinesco, o histórico e o épico, buscando entender a formulação do mito fundador da pátria e do caráter de um povo, de suas crenças e lendas, a partir do fio condutor do romance, a busca das minas. No segundo capítulo, analisaremos o tema dos jesuítas na obra e os possíveis diálogos, empréstimos e reinterpretações que podem estar presentes na reescrita da Companhia de Jesus em *As Minas*

---

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Gonçalves de. \_\_\_\_\_. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy, revista brasiliense*, Paris, tomo primeiro, n. 1, 1836. p. 12 e 18. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirgrad/cursos/colet/grupos-de-pesquisa/gepelus/projeto-dialogos-lusofonos/textos-atualizados/ensaio-sobre-a-historia-da-literatura-do-brasil.-magalhaes-domingos-jose-goncalves-de-1>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

*de Prata*, em consonância com o debate crítico e literário em torno do folhetim *O Judeu Errante*, de Eugène Sue, para situar sua narrativa na série de leituras antijesuíticas que circulavam na imprensa fluminense. Interligado ao ângulo religioso da narrativa, no terceiro capítulo, exploraremos os personagens judeus e suas relações com o repertório de referências de *O Judeu Errante*, que contribui, em certa medida, para que a narrativa alencarina recontextualize e reconstrua o mito jesuítico e o mito judaico para o leitor brasileiro do século XIX.

## CAPÍTULO 1

### **AS MINAS DE PRATA E A NACIONALIZAÇÃO DA LITERATURA: OS DEBATES E REPRESENTAÇÕES SOBRE A PROSA HISTÓRICA, SUAS VERDADES, SUAS LENDAS E MITOS**

Não há nada mais internacional que a formação das identidades nacionais. O paradoxo é de tal ordem que a irreduzível singularidade de cada identidade nacional foi já pretexto de confrontos sangrentos. No entanto, todas elas provêm do mesmo modelo, cujo aperfeiçoamento se efetuou no âmbito de intensas permutas internacionais.<sup>16</sup>

Neste capítulo, estudaremos as relações entre a construção da identidade nacional e o papel da prosa de caráter histórico na nacionalização da literatura brasileira, atentando para o aspecto inovador desse gênero no tratamento dos procedimentos literários. O romance histórico apresenta características e traços atualizados com a preocupação nacionalista e, por seus ingredientes inovadores, suscita difíceis definições para os letrados que se esforçam por conceituá-lo. Devido à falta de parâmetros estéticos, essa prosa articula diferenças e proximidades com o épico, visto até então como a forma, por excelência, representante das origens de um país. Investigaremos a participação do romance alencariano no processo identitário da nação, que engloba reflexões em torno dos gêneros literários e da ficcionalização do espírito nacional, através do seu povo e de suas histórias, tradições, lendas e mitos. Discutidos os problemas de gênero, analisaremos a composição interna de *As Minas de Prata*.

Para essa pesquisa, partiremos das discussões e controvérsias nos periódicos, sobretudo, nos periódicos fluminenses, buscando analisar o envolvimento dos jornais com a questão nacional e o lugar dos debates estéticos e literários nesse suporte. Tendo em vista que grande parte de nossas reflexões está assentada na imprensa periódica, achamos necessário, a princípio, tecer algumas considerações sobre esse veículo difusor de ideias e ideologias, e construtor de uma nova estrutura literária: o romance-folhetim.

---

<sup>16</sup> THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais*. Trad. Sandra Silva. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

## 1.1 O novo papel da imprensa: a criação de identidade cultural e as novas matrizes literárias

A imprensa do século XIX caracteriza-se como instrumento eficaz da identidade cultural da nação, manifestando-se como mediadora da pátria e como um espaço de debate em comum, desempenhando seu papel de difusora de particularidades locais. O jornal diário passa a circular em diferentes países europeus e se institui como suporte imprescindível na construção das nações. Ele contribui ativamente na formação dos ideais nacionais, ao transportar no seu espaço os valores e traços pertencentes a um território. Nas trocas culturais e na internacionalização da imprensa, as particularidades de determinado país circulam em outros e difundem tradições e valores simbólicos específicos, ao mesmo tempo em que são reinterpretados em outros lugares. O cruzamento de informações possibilita uma tensão entre o local e o internacional na constituição identitária, pois, se a imprensa é um veículo representante de identidades, ela também assimila e aglomera modelos e informações de outros espaços nacionais.<sup>17</sup>

As malhas jornalísticas favorecem a circulação de materiais estrangeiros, possibilitando uma rede de transferências culturais e impondo uma forma de organizar e perceber a “realidade”, o que reestrutura as formas de apreensão do dado real e de sociabilidades, decorrentes das transformações históricas que se seguiram à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, que consolidaram uma nova percepção do mundo e uma nova noção de mobilidade e de tempo.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Segundo Anne-Marie Thiesse, “**A criação de jornais teve um papel importantíssimo na difusão do sentimento identitário**, gerando uma nova fórmula e um novo âmbito para os debates. A imprensa, que inicialmente não desenvolve a informação de acontecimentos mas promove a discussão política e ideológica e forma opinião pública, dita os temas das discussões que mais tarde serão retomados oralmente nos círculos frequentados pelos seus eleitores. Deste modo, estes sentem-se incluídos num espaço que excede o das suas experiências pessoais e profissionais.” THIESSE, *op. cit.*, p. 73 e 74; grifo nosso. Para Alain Vaillant, “L’emergence des identités nationales va de pair avec la structuration progressive de l’ “espace public” – tel que l’a théorisé Jürgen Habermas –, qui exerce une très grande **force d’homogénéisation idéologique et sociale au niveau national. Cette foi au plan international, cette homogénéisation** s’observe aussi logiquement entre les différents espaces publics, qui sont conduits à dialoguer, à se comparer, à se conforter mutuellement, à s’imiter. Or la presse est au coeur de ces deux processus parallèles.” VAILLANT, Alain. *Identités nationales et mondialisation médiatique*. In: ANDRIES, Lise; TORRE, Laura Suárez. *Impressions du Mexique et de France: imprimés et transferts culturels au XIX siècle*. Paris: MSH; México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2009, p. 115-144. p. 115; grifo nosso.

<sup>18</sup> Cf. GIMENEZ, Priscila Renata. *Folhetins teatrais e transferências culturais franco-brasileiras no século XIX*. Questões de uma edição da Semana Lírica de Martins Pena. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2014. De acordo com Dominique Kalifa, “[...] en raison du caractère massif de sa production de l’ampleur de sa diffusion et des rythmes nouveaux qu’il impose au cours ordinaire des choses, tend à modifier profondément l’ensemble des activités (sociales, économique, politiques, culturelles, etc.) des appréciations et des représentations du monde, projetées toutes ensemble dans une culture, voire dans une ‘civilization’ de la périodicité et du flux

Todas essas mudanças de ordem econômica, social e cultural são absorvidas e assimiladas pela imprensa. As transformações desse suporte midiático permitiram novos paradigmas relativos aos jornais diários e à modernidade, fundantes de características específicas da imprensa oitocentista, que, de acordo com Thérénty<sup>19</sup>, é “periódica, midiática, e coletiva”, o que possibilitou novas relações entre jornal e literatura. A pesquisadora aponta o papel da imprensa como força motora na inovação literária, ao ser reconfigurada e recontextualizada pelas mudanças culturais do século XIX e pelas formas, técnicas e percepções da modernidade, que absorveram e assimilaram o ritmo da expansão capitalista:

Le journal tire sa vertu littéraire de ses traits distinctifs. Relevant de la sphère médiatique, il oblige l'écrivain à penser et à construire les médiations qu'il entend établir, par les formes de son écriture, entre son travail singulier et l'espace public, entre ses mots, que lui sont propres, et l'univers des stéréotypes et des discours sociaux où ils sont immergés. Périodique, le journal conduit l'écrivain à intérioriser les nouveaux rythmes sociaux qui sont ceux d'une société démocratique et industrialisée (ceux de la politique, du travail, des loisirs, de la vie mondaine) et dont le quotidien offre l'image à la fois la plus prégnante. Collectif, le journal rappelle à l'écrivain, en ces temps de solitude – si redoutée – face au public anonyme du livre, que la littérature a toujours été l'affaire d'hommes et de femmes, travaillant ensemble (grâce à l'échange, au dialogue, aux lectures croisées, aux correspondances, à la connivence intellectuelle ou sociale) à une entreprise par nature interpersonnelle et dialogique.<sup>20</sup>

As colocações de Thérénty e Vaillant demarcam as novas funções do jornal, sobretudo como difusor de “estereótipos coletivos”, fornecendo uma rede de sociabilidade, em nível nacional e internacional. O ritmo desse suporte organiza o dado “real” e se transpõe para as estruturas que compõem o romance-folhetim e outras escritas jornalísticas, impregnadas por expedientes literários.

Thérénty<sup>21</sup> também analisa o surgimento do modelo literário, o romance-folhetim, que aparece com as mudanças técnicas jornalísticas e com a sociedade de consumo, ocupando um novo lugar no rodapé do jornal. Para a autora francesa, o romance-folhetim incorpora os traços e dinamismos da modernidade *mediática*, não só por seus aspectos folhetinescos, mas,

---

**médiatique.”** KALIFA, Dominique.; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain. (Org.). *La civilisation du journal: Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011. p.7; grifo nosso.

<sup>19</sup> Cf:THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (Org.). 1836 L'an I de l'ère médiatique. Paris: Nouveau Monde, 2001.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p.9

<sup>21</sup> THÉRENTY, Marie-Ève. Montres molles et journaux fous. *CONTEXTES* [En ligne], 11 | 2012, mis en ligne le 18 mai 2012, consulté le 14 février 2015. URL : <http://contextes.revues.org/5407> ; DOI :10.4000/contextes.5407.

sobretudo, pelas reflexões que eles trazem sobre sua época, o que rompe com a ideia comum de que esse gênero literário é apenas para entretenimento do público-leitor:

Les romans-feuilletons ne sont donc pas seulement des romans de la péripétie, du suspense et de l'événement inattendu, ils s'offrent aussi le luxe de réfléchir au temps quotidien. S'ils multiplient d'un côté les péripéties les plus extravagantes, ils proposent aussi le temps de longues pauses descriptives, digressives ou dialoguées où le temps vécu équivaut au temps lu.<sup>2223</sup>

Logo, as distintas tarefas atribuídas ao rodapé do jornal, representado pelo romance-folhetim e também pela crônica, emanciparam o papel do jornalista, que tenta entender sua função no status de romancista, folhetinista e cronista. A sua postura também imbrica-se com o novo suporte da literatura e com as novas fronteiras entre literatura e jornal. Podemos observar essas reflexões nas palavras de um folhetinista que tenta compreender a rubrica “Folhetim”:

Na verdade um folhetim é mais do que um romance, do que um drama, do que um tratado, do que um poema, do que uma biblioteca; mas um jornal era também para mim mais do que tudo isto, nesse sentido, porém, que em um jornal publicam-se escritos de todas as ordens: foi então quando concluí, meus leitores, que um folhetim da ordem do meu era um jornal dentro de um jornal.

Não vos espanteis: há estados dentro do estado, em nossa terra; não é de admirar que haja jornais dentro dos jornais, que é uma coisa justa mas, quando mesmo seja isto um ponto controverso, estou no direito em tomar a opinião que hoje me parece melhor, e que me veio dar uma fórmula nova de folhetim, que vou aproveitar.<sup>24</sup>

No decorrer desse texto metanarrativo, a teorização sobre o fazer do folhetinista concebe as novas facetas de representações da vida quotidiana da sociedade, nos campos da política, economia, e das esferas social e cultural, apreendidas pelas transformações da imprensa periódica, que criou o “rodapé da página”, espaço destinado à crônica. Nesse espaço, o autor reestrutura o noticiário circulante nas páginas superiores do jornal, numa relação de porosidade, e num discurso que acrescentaria expedientes literários ao olhar subjetivo e crítico do jornalista. Não obstante o texto discuta a função do folhetinista, tal tarefa pode ser transposta para os romancistas dessa época, que, acostumados aos rodapés dos jornais e à porosidade entre o rodapé e o noticiário, transferem, muitas vezes, suas tarefas de cronistas ao romance, caso do nosso autor José de Alencar, e passam a dialogar com o

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> Aproveitaremos as teorias francesas citadas, principalmente as considerações de Thérenty, para o estudo da imprensa e do romance-folhetim. Para tanto, levaremos em conta as particularidades sociais, políticas e culturais do contexto brasileiro.

<sup>24</sup> Folhetim. *Correio Mercantil*, 27/04/1856, p. 1.

material tratado nas malhas jornalísticas. Teremos uma preocupação constante em relacionar a narrativa histórica alencariana com os debates que circulavam na imprensa fluminense, no que toca a suas proximidades e distanciamentos.

Sendo assim, a imprensa do século XIX no Brasil, como em vários outros países, representa um espaço de debate coletivo na construção da identidade nacional e dos novos parâmetros e (re)composições estéticos, orientados pelo campo de interação entre literatura e escrita jornalística. Os periódicos constituem-se o suporte, por excelência, das práticas culturais oitocentistas, reorganizadas, em parte, pelas discussões sobre a literatura nacional.

Valéria Augusti<sup>25</sup> aponta a importância que a imprensa ganha nesse período de divulgação do romance, ao servir de veículo disseminador, marcando o prestígio dessa estrutura em seus folhetins e em anúncios. Para a autora, a crítica jornalística lhe atribui a função primordial: descortinar a nação aos olhos dos leitores, vislumbrando a consolidação do gosto popular pela literatura da nação. Assim, se, por um lado, o romance nacional ainda não fazia parte do cânone estabelecido pelas histórias literárias e pelos tratados de retórica, por outro, experimenta no jornal a função de exprimir a nacionalidade da literatura brasileira.

Entender as construções desse caráter dos periódicos, bem como de suas maneiras de articular o dado “real”, as quais se transpõem para as novas percepções dos gêneros literários, e, sobretudo, da composição do romance-folhetim, é de suma importância na compreensão da leitura de *As Minas de Prata*. Esse romance histórico mimetiza o movimento de identidade cultural do seu tempo, constituído em grande parte pelas reformulações da imprensa no século XIX, na qual o nacional constrói-se na dialética gestada pelas tensões entre nacional e internacional. Tais relações formam os paradigmas temáticos da obra alencariana e do seu leitor.

A partir do lugar do jornal e de suas características particulares, trataremos a discussão sobre os gêneros romance histórico, épico e, em menor proporção, romance moderno, bem como as polêmicas que envolvem José de Alencar, no seu almejo por encontrar uma forma literária adequada ao nacional. Partiremos das seguintes questões: quais as representações que os literatos procuram e projetam no romance, em particular, na prosa histórico-literária? Como o gênero literário se torna um problema estético na medida em que os letrados buscam um molde que represente e reinterprete os ideais de brasilidade? Como

---

<sup>25</sup> AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o Romance no Brasil oitocentista*. Campinas: 2006. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. *Id.*, Do gosto inculco à apreciação douca: a consagração do romance no Brasil do oitocentos. In: ABREU, M (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008a. p. 393-415.

José de Alencar contribui para os debates e controvérsias? Juntamente com estes tópicos, exploraremos a concorrência dos expedientes históricos da narrativa ficcional com o discurso histórico.

## 1.2. O romance histórico e seus compromissos com a identidade cultural de um povo: os componentes estéticos e temáticos

### 1.2.1 A ficção de caráter histórico: mais verdadeira que o discurso histórico?

As reflexões sobre os papéis do romance histórico à luz da construção de uma literatura nacional, discutida pelos contemporâneos de José de Alencar, nutrem sua postura de crítico literário e, por sua vez, de escritor representante da nação. O século XIX discute a instrução do leitor, e em virtude disso, esse gênero é valorizado. A prosa ficcional de caráter histórico passa a ser encarada como um meio de divulgar o passado do país, fornecendo subsídios literários que convêm ao projeto da nação.

As tarefas atribuídas a essa narrativa histórico-literária, bem como seu estilo, descrições e, sobretudo, sua aceção de historicidade, tematizam as discussões e reflexões dos letrados, que tentam compreender a nova estética e suas qualidades inovadoras:

O romancista histórico **vai desenterrar velhas crônicas, e antigualhas para oferecê-las à meditação da geração presente:** espelha todos os tempos que fugiram à imensidade com todos os seus usos e caracteres particulares, embebe-se e enleva-se com a contemplação de carcomidos arcabouços, penetra essas vastas abóbodas de antigos castelos, defendidos por suas altas torres, com suas pontes elevadiças, com seus muros e palissadas: evoca as ruínas, consulta os epitáfios das lousas, as inscrições tumulares, e daí tira os objetos para suas descrições. **Sua pena é talhada para ostentar à geração presente sua vida e seus usos, e para refletir em um quadro bem colorido o passado com suas tradições e lendas. Colocado na época em que viveu sua personagem** o romancista representa os hábitos e costumes, que dominavam nesses tempos com a fidelidade do observador imparcial, e os examina com a crítica austera e razoável, que só gera o conhecimento da causa, que analisa.<sup>26</sup>

Esse trecho, ainda que discuta um material histórico referente à Europa, descreve detalhadamente os expedientes e traços específicos da nova forma. Seguindo suas colocações, o romancista histórico não deveria apenas se referir ao passado, mas investigar um determinado momento da pátria e narrar os hábitos, costumes, tradições e lendas do período

<sup>26</sup> *Gazeta Official do Império do Brasil*, 22/01/1848, p. 2; grifo nosso.

escolhido, permitindo refletir no presente sobre os fatos passados da nação. Conforme percebemos, essa prosa propõe possíveis maneiras de compreender o passado, tornando os ingredientes históricos acessíveis ao leitor, e apaziguando os efeitos da ficcionalização. Nessa preceptiva, os letrados conceituam a ideia de “verdade” que reveste a narrativa e dá o princípio de totalidade do romance. Para tanto, a pesquisa e a observação do autor são elementos indispensáveis na ficcionalização dos componentes referências.

No empenho de definir as relações da prosa de natureza histórica com os traços da nacionalidade, os homens de letras atribuiriam, em alguns momentos, as mesmas funções, componentes e estilos específicos reconhecidos no discurso histórico ao próprio gênero romance. Assim, o discurso ficcional e o histórico marcariam a emancipação literária do Brasil e seriam desenvolvidos a partir dos problemas temáticos e estéticos provenientes da representação da História do Brasil e, sobretudo, do seu povo, elemento que conferiria caráter popular ao romance:

Mil vezes o historiador traça a seu jeito os fatos, dá-lhe outra aparência, orna-os de outras molduras; enquanto que o romancista, parecendo entregar todo à imaginação, **descreve fielmente os costumes da época, e apresenta em seus quadros as virtudes e vícios do seu tempo e povo; e deleitando, mais propende à verdade do que a chamada história.** A história como todos os fumos de antiga aristocrata, apenas demora suas vistas soberanas sobre altos casos, os reis, suas vitórias, desastres e política, **o romance menos altivo, democrata moderno, compraz-se com poucas coisas, abraça a multidão, identifica-se com o povo, e modesto segue a índole e caráter nacional.** No momento o romance não parece interessar mais que oferecendo sob véu diáfano e alegórico a pintura dos homens e das coisas. Esta pintura porém é de muita preciosidade para o conhecedor que a sabe aproveitar: o observador que atente com cuidado os romances dos diversos povos e idades, tirará muitas vantagens para o conhecimento dos costumes [...]

O historiógrafo, todo ocupado com reis, mortes, incêndios e batalhas, apenas tempo tem de marcar-nos algumas datas para certos acontecimentos políticos, enquanto que **o romancista encarando menos vezes o senhor, e lidando sempre com o súdito assenhora-se melhor da fisionomia da nação, entranha-se mais profundamente em suas querelas, lança melhor luz sobre a matéria, e desta arte nos mostra claramente o que se passa no tempo. Assim suas pinturas são mais vivas, suas relações mais esmiuçadas e verdadeiras,** seus traços mais animados, e suas produções respiram atividade, força e vida; este estuda o homem em sua fisiologia, e garboso no-lo mostra em ação; aquele porém enfadonho e monótono, sob honorífico nome de história, apresenta-nos sem graça um esqueleto, cujos ossos truncados, ligados à vontade oferecem as saliências que o autor quis, e não as marcas da inserção dos músculos, trajeto de vasos, e outras que verdadeiras são e realmente existem.<sup>27</sup>

Segundo esse texto, o romance se distingue da História por “abraçar seu povo”, e

<sup>27</sup> A *Borboleta*, 05/09/1844, v. 1, n. 3, p. 36 e 37; grifo nosso.

identificar-se com a multidão, e, nessa representatividade, consegue apreender o material e a pintura local mais profundamente, concedendo vivacidade ao passado da pátria e mimetizando os seus costumes, conflitos e querelas de um determinado momento. Esta narrativa conseguiria compor personagens e cenários de época, recorrendo a fatos históricos e à imaginação e seduzindo seu leitor pelos expedientes ficcionais, ao mesmo tempo em que o instrui. Nessa perspectiva, o passado inventado à luz do presente coloca questões contemporâneas ao seu autor e dá respostas a sua época.

No excerto citado, podemos perceber a concepção de alguns princípios que seriam cobrados e vistos como critérios nacionais, caso do colorido nacional e da voz popular. Vale antecipar que o tom e alguns pontos dessa análise, apesar de serem direcionados ao romance, seriam revalidados no ângulo crítico que José de Alencar utiliza para analisar o épico de Gonçalves de Magalhães *A Confederação dos Tamoios*. O literato cearense nega o tom épico do poema, apontando a ausência de traços representativos da pintura local. Tal fato nos permite interpretar que os gêneros acumulariam as mesmas funções, aliás, a reacomodação e o reaproveitamento dos aspectos de nacionalidades no épico e no romance histórico possibilitariam a mistura de suas fronteiras estilísticas e temáticas, bem como a recontextualização das características épicas perante as qualidades do gênero romance.

Macedo Soares, no texto “Considerações sobre a atualidade da nossa literatura”, analisa a literatura de seu tempo, julgando-a de acordo com os índices reconhecidos como nacionalizantes, e, nesse ponto, exprime os aspectos dos gêneros literários, dimensionados pela expressão de um povo e suas tradições:

A poesia, formulada na epopeia ou no drama ou na ode, o romance, as relações de viagens, as narrativas... não são mais do que modos da literatura, assim como uma partitura, um concerto, uma missa são espécies de música. Donde vem que a poesia, o romance e as narrativas não têm outras fontes verdadeiras que não sejam as ideias e os sentimentos individuais, as tendências da sociedade e as cenas do mundo orgânico. Tais são os elementos que constituem **a verdade**, isto é a nacionalidade da literatura, pois a **nacionalidade não significa senão a exata expressão da vida de um povo e de suas relações com o país que habita.**<sup>28</sup>

Sublinhamos que a obra de ficção possibilita exprimir o caráter popular de uma nação, elemento que marca a identidade cultural de um povo. Esse seria um dos vetores de forças do romance de José de Alencar. Sendo assim, este gênero pertence a uma trajetória de busca por formas estéticas que se adequem ao repensar da História do país e de seu povo. Esse espaço de discussões é entremeado por conceituações nos periódicos e, principalmente,

<sup>28</sup> *Ensaio Literários do Atheneu Paulistano*, 1857, p. 395; grifo nosso.

pela circulação e recepção de autores estrangeiros. Não por acaso, os literatos da primeira geração romântica passam a elogiar os romancistas que se dedicam ao romance histórico, e aqui já encontramos alguns nomes significativos, como Walter Scott, Alexandre Herculano e Fenimore Cooper.

João Manuel Pereira da Silva<sup>29</sup> (1837) no seu artigo “Os romances modernos e sua influência”, publicado no *Jornal dos Debates*, afirma seu deslumbramento pelos romances de Walter Scott, afirmando que o autor escocês havia mudado completamente esta forma, “imprimindo-lhe certo espírito histórico, certos tipos do belo ideal”. Nessa direção, se lamenta pelo fato de as mulheres não terem lido as obras desse estrangeiro, pois, para Pereira da Silva, elas poderiam instruir-se. Sob essa visão, esse modelo de prosa engendra um viés moralizante, elemento tão discutido em torno das finalidades atribuídas ao romance.

Essa preferência de Pereira da Silva encontra-se longe de ser casual. Segundo Augusti<sup>30</sup>, Joaquim Norberto de Sousa Silva e Dutra e Mello publicam textos críticos alimentando informações semelhantes com respeito à obra de ficção histórica. Seguindo a mesma opinião de Pereira da Silva, Dutra e Mello<sup>31</sup> (1844) eleva autores como Walter Scott, Alexandre Herculano e Victor Hugo. Ele deseja ainda que se manifeste no Brasil uma ficção de natureza semelhante, lamentando-se pela ausência de romancistas que se lancem nessa produção e se equiparem àquela produção estrangeira, pois, até a década de 1840, tem-se a impressão de que nada havia sido produzido. Todavia, já aparecem algumas tentativas de romances históricos feitos por Pereira da Silva, como *O Aniversário de Dom Miguel em 1828*, e *Jerônimo Corte Real: Chronica Portuguesa do Século XVI*. Contudo, como as narrativas se passam em Portugal, não são apreciadas por Dutra e Mello. Por sua vez, este crítico também promove outras considerações sobre a prosa referida, que se inserem na discussão em voga no século XIX. É o caso da finalidade do romance histórico, que, a seu ver, poderia tornar-se moralizador:

E contudo o romance histórico pode achar voga entre nós; tem uma atualidade que não deve desprezar. As investigações históricas a que deve proceder quiçá trarão luz sobre alguns pontos obscuros que homens devotados à história do país buscam hoje elucidar; pode tornar-se de **envolta moralizador** e poético se bem cair no preceito – *Omne tulit punctum qui miscuit utile dulci*.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> SILVA, João Manuel Pereira. Os romances modernos e sua influência (1837). In: *Matraga*: revista do programa de pós-graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 15, 2003, p. 43-46.

<sup>30</sup> AUGUSTI, Valéria. Os deveres do romance para com a nação. Anais da Abralic: XI Congresso Internacional da Abralic, 2008.

<sup>31</sup> DUTRA E MELLO. A moreninha. *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 746-751, 1844.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 747; grifo nosso.

O prestígio do viés moralizador acalenta a recepção desse gênero, que poderia exprimir a junção do “útil e agradável”:

[...] da literatura não olvidem nunca que a moralidade é o primeiro elemento de toda a obra de imaginação, e que um romance tem por objeto instruir deleitando, conduzir à virtude, fazê-la amar, desviar os homens do vício [...] Sigam as pisadas e belos exemplos que tem deixado Bernadino de Saint Pierre, Fielding, Chateaubriand, Walter-Scott, dizemos, cujo nome simbolista **por si só todas as qualidades que constituem o verdadeiro novelista, elevadas a um grau sublime de perfeição, raiando quase a par da epopeia** e ligados com o mais profundo conhecimento do coração humano, com o mais animado e vivificante talento descritivo e com a mais assombrosa fecundidade **na invenção histórica**.<sup>33</sup>

Esse último trecho estreita as fronteiras entre romance e epopeia, e transpõe funções, temas e estilos da poesia épica para o romance histórico, elucidando as relações que propusemos entre esses dois gêneros. Nessa chave de leitura, a narrativa de teor histórico reacomoda princípios estilísticos e temáticos da natureza épica, revigorando a principal função desta estrutura - “cantar a gênese da nação” - apreendida pela exaltação de eventos grandiosos. No aproveitamento de ingredientes estéticos, o romance histórico aponta seu aspecto inovador, seja nos detalhes de descrições de época, seja na construção de conflitos do passado que desaguam no presente, e nessa fonte de inovações, Walter Scott desponta como o “pai do romance histórico”: “O romance histórico nos tem dado primores e muitas penas se criaram reputações continentais nesse gênero, e à frente delas Walter Scott”<sup>34</sup>; “Sir. Walter Scott pensando que nem um romance era semelhante ao romance histórico constituiu-se chefe dessa escola romântica”<sup>35</sup>; “Teria o Sr. Alexandre Herculano concebido o seu *Monge de Cister* com aquela majestosa e imponente fábrica se Walter Scott não nos houvesse dado o modelo do romance histórico”;<sup>36</sup> “Walter Scott populariza os mais desconhecidos episódios dos anais pátrios e dá nascimento ao romance histórico.”<sup>37</sup>

O reconhecimento de Scott legitima o sucesso que a prosa histórica faz nesse momento.<sup>38</sup> O escritor escocês passa a ser referência para os autores brasileiros que escrevem

<sup>33</sup> *A Nova Minerva*, julho de 1846, n. 32, p. 121; grifo nosso.

<sup>34</sup> *Minerva Brasiliense*, 1844, p. 747.

<sup>35</sup> *Gazeta Official do Império do Brasil*, 10/04/1848, p. 2.

<sup>36</sup> *Correio Mercantil*, 31/03/1852, p. 1.

<sup>37</sup> *Correio Mercantil*, 15/12/1857, p. 1.

<sup>38</sup> Vale constatar a ampla circulação do romancista no Brasil. Segundo Sandra Vasconcelos, “[...] um exame da coleção de romances de Scott ainda disponíveis no acervo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (inaugurado em 1837) **não só confirma a presença expressiva do romancista escocês na capital do Império no século XIX**, como revela também alguns dados muito interessantes, que vale anotar: das edições da década de 1820, constam apenas dois títulos; a entrada mais volumosa de títulos ocorreu na década de 1840 [...]” VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Cruzando o Atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott. *Cruzando o atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott*. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do*

obras de caráter histórico-literária, pois, encarado como modelo estético de releituras, adaptações, interpretações, muitos escritores, sejam nacionais ou estrangeiros, partem dele para mostrarem os pontos de contatos, empréstimos, e sobretudo, divergências entre as prosas nacionais.<sup>39</sup>

Na circulação dessa natureza de ficção, não só Walter Scott é admirado e prestigiado pelos letrados no Brasil, mas também outros romancistas ganham repercussão e uma recepção calorosa nos periódicos brasileiros. O escritor português Alexandre Herculano e o francês Alexandre Dumas, da mesma forma que os brasileiros, também apreciam a prosa de Scott. Não obstante, podemos identificar os pontos de distanciamentos entre a composição estética de seus romances e a do escritor de Ivanhoé:

Les qualités de Walter Scott ne sont point des qualités dramatiques; admirable dans la peinture des moeurs, des costumes et des caractères, Walter Scott est complètement inhabile à peindre les passions. Avec des moeurs et des caractères, on peut faire des comédies; mais il faut des passions pour faire des drames.[...]

Mais mon travail sur Walter Scott ne m'avait pas été inutile, tout infructueux qu'il était resté; on ne connaît la structure de l'homme qu'en ouvrant des cadavres; on ne connaît le génie d'un auteur qu'en l'analysant. L'analyse de Walter Scott m'avait fait comprendre le roman sous un autre point de vue qu'on ne l'envisageait chez nous. Une même fidélité de moeurs, de costumes et de caractères, avec un dialogue plus vif et des passions plus réelles, me paraissait être ce qui nous convenait.<sup>40</sup>

Sou eu o primeiro que não sei classificar este livro [Alexandre Herculano nas notas do seu livro *Eurico, O Presbítero*]; nem isso me aflige demasiado. Sem ambicionar para ele a qualificação de poema em prosa — que não o é por certo — também vejo, como todos hão de ver, que não é **um romance histórico, ao menos conforme o criou o modelo e a desesperação de todos os romancistas, o imortal Scott.**<sup>41</sup>

---

*romance*: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado de Letras, 2008a. p. 351-374. p.364; grifo nosso.

<sup>39</sup> “A comparação quase inevitável entre Herculano, Garret, ou outros, e Scott torna-se quase obrigatória, uma vez que durante o século passado a sua influência foi de tal forma importante que [...] existe uma transferência dos modelos scottianos para os problemas locais de cada povo.” MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 19.

<sup>40</sup>DUMAS, Alexandre. *Mes mémoires*. Paris: Librairie Nouvelle, 1863. p. 137. O livro *Mes mémoires* é analisado nos estudos de Maria Lúcia Mendes: MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da História e da Memória*. Um estudo de Mes mémoires, de Alexandre Dumas. São Paulo: 2007. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>41</sup> HERCULANO, Alexandre. Notas do autor. In: *Eurico, o Presbítero*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 41; grifo nosso. Sobre a tentativa de Herculano para definir essa prosa, já que, segundo o escritor, ela se afastaria dos modelos de Scott, endossamos a seguinte reflexão: “O intuito de aproximar ou não seu escrito do romance histórico, assim como a referência ao modelo scottiano e a incerteza quanto à sua classificação, evidenciada pelo título da nota: —Chronica-poema, lenda, ou o que quer que seja”, refletem o conhecimento de Herculano sobre a obra do escritor inglês tido desde então, como base para essa categoria de romance. Ao visualizar sua obra ao lado dos textos de Walter Scott, titubeia quanto à melhor forma de designar *Eurico o Presbítero*, não por não saber de fato como classificá-lo, mas para inserir, através deste recurso retórico, seu

Herculano e Dumas<sup>42</sup> possuem forte influência, circulação e publicação no território brasileiro. Sobretudo, as conceituações de Herculano em torno do romance histórico servem como paradigmas aos literatos brasileiros, principalmente, no caso de José de Alencar.<sup>43</sup> Quanto à composição estética da obra histórico-literária, os textos do autor português discutem questões relevantes de sua época, como a tensão entre literatura e história; verdade e verossimilhança; história e lenda. Conforme percebemos entre os letrados brasileiros, o romance pode revelar mais “verdade” que o discurso histórico, pois, de acordo com os pontos de vista analisados nos jornais, a literatura enquanto expressão do seu povo, de suas tradições e seu espírito, captaria uma “verdade” mais profunda. Embasado na pesquisa histórica, o romance reconfigura sua verdade numa tensão constante entre os dados referenciais e os fictícios. Herculano explora esses tópicos em vários de seus escritos, aliás, a relação entre verdade e verossimilhança é uma preocupação recorrente de sua produção literária. Observamos que os literatos partilham a valorização da pátria através do aspecto pedagógico do romance e, nesse ponto, tais debates vêm à baila:

**Novela ou história - qual destas duas coisas é mais verdadeira?** Nenhuma, se o afirmarmos absolutamente de qualquer delas. Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crônicas desenharem esse caráter com pincel fino, o romancista pode ser mais verídico do que o historiador: porque está mais habituado a recompor o que é morto pelo coração do que vive, o gênio do povo que passou pelo do povo que passa. Então de um dito ou de muitos ditos ele deduz um pensamento ou muitos pensamentos, não reduzidos à lembrança positiva, não traduzidos, até, materialmente; de um fato ou de muitos fatos deduz um afeto ou muitos afetos, que se revelaram. Essa é a história íntima dos homens que já não são; esta é a novela do passado. **Quem sabe fazer isto chama-se Scott. Hugo ou De Vigny, e vale mais e conta mais verdades que boa meia dúzia de bons historiadores.**<sup>44</sup>

---

projeto de **escrita de um romance histórico fora dos moldes desenvolvido por Scott**. Esses questionamentos o levam a uma tentativa de definição para justificar, a princípio, o seu não enquadramento.” TASCIA, Michelle Fernanda. *A ficção histórica oitocentista: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alexandre Herculano*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012. Sendo assim, embora Herculano não classifique sua prosa dentro dos moldes dos romances de Scott, ele toma o autor escocês como referência para pensar sua obra, e demarcar suas diferenças.

<sup>42</sup> Sobre a circulação de Alexandre Dumas, Ilana Heineberg, no seu estudo sobre o romance-folhetim, aponta um total de 35 romances de Dumas publicados entre os anos de 1839-1870, o que indica a popularidade e o interesse despertados pelos romances de Dumas do leitor fluminense. HEINEBERG, Ilana. *La suite au prochain numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*. Tese (Doutorado), Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 2004.

<sup>43</sup> “[...] o romance histórico para Alencar, à semelhança de Garrett ou Herculano, é espelho do presente, lugar para onde se transportam frustrações e desilusões, esperanças e vontade de mudança do mundo contemporâneo do autor e dos leitores.” In: PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes. *O romance histórico e José de Alencar*. Tese (Doutorado), Universidade da Madeira, 2004. p. 129 e 131.

<sup>44</sup> HERCULANO, Alexandre. A velhice. In: *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 170, p. 242-245, 01/08/1840. p. 243; grifo nosso.

Nesse trecho, Herculano reflete sobre as “verdades” e os papéis do discurso histórico e da ficção de natureza histórica, o que deságua nos mesmos questionamentos dos brasileiros, e assevera um assunto concernente ao caráter estético da nova prosa.<sup>45</sup>

Essa dialética instaura um problema comum enfrentado pelos romancistas. Antes mesmo de Herculano, Walter Scott já tinha polemizado em 1824, na “Introdução” de seu romance *The Betrothed*:

I will leave you and your whole hacked stock in trade – your caverns and your castles – your modern antiques and your antiquated moderns – your confusion of times, manners, and circumstances – your properties, as player-folk say of scenery and dresses – the whole of your exhausted expedients, to the fools who choose to deal with them [...] I will lay my foundations better than on quicksands – I will rear my structure of better materials than painted cards; in a word, **I will write HISTORY!**”<sup>46</sup>

Alexandre Dumas também ocupa lugar nessa dimensão autorreflexiva, marcada pela consciência ficcional. Após ter escrito vários romances históricos, pensa ter ensinado à França “mais História do que qualquer historiador [pois] a diversão para nós foi apenas uma máscara para a instrução”:

Quand j'écris un roman, ou quand je bâtis un drame, je subis tout naturellement les exigences du siècle dans lequel mon sujet s'accomplit; les lieux, les hommes, les événements me sont imposés par l'inexorable ponctualité de la topographie, de la généalogie et des dates; il faut que le langage, le costume, l'allure même de mes personnages soient en harmonie avec les idées qu'on s'est faites de l'époque que j'essaie de peindre. Mon imagination, aux prises avec la réalité, pareille à un homme qui visite les ruines d'un monument détruit, est forcée d'enjamber par dessus les décombres, de suivre les corridors, de se courber sous les poternes, pour retrouver, ou à peu près le plan de l'édifice, à l'époque où la vie l'habitait, où la joie l'emplissait de chants et de rires, où la douleur y demandait un écho pour ses sanglots et pour ses cris.<sup>47</sup>

Assim interpretada, a narrativa histórico-literária capta o “gênio do povo”, e os romancistas assumem serem tão ou mais aptos do que os historiadores para revelar “a história e suas verdades”, bem como para recontar a história íntima. Percebemos que os autores

<sup>45</sup> Segundo Hugo Lenes Menezes, “[...] Herculano entende que a verdade histórica é condição para a “verdade” da obra de ficção: considerada a verdade histórica, isto é, objetiva, o romance possibilita a fixação de características íntimas, subjetivas, de um tempo, da sensibilidade e pensamento de outras eras através da apreensão do espírito do povo, do *Volksggeist*, que o ficcionista atualiza no contexto dado pela historiografia objetiva. [...] Assim, Alexandre Herculano, ao mesmo tempo que afirma a verdade *interiorista* de uma época e de um povo, reconhece a relatividade que envolve a veracidade dos textos, sejam históricos, sejam ficcionais, e, por conseguinte, reconhece também a dialética entre o verdadeiro e o verossímil.” MENEZES, Hugo Lenes. *Literatura, história e metalinguagem*. Um olhar sobre a ficção de Alexandre Herculano. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária), Universidade Estadual De Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1997. p. 19.

<sup>46</sup> SCOTT, Walter. Introduction. *The Betrothed*. Edingurgh: Adam & Charles Black, 1887. p 16; grifo nosso.

<sup>47</sup> DUMAS, Alexandre. *Le Mois: Revue Historique et Politique*, par Alexandre Dumas, 01/10/1849, p. 240.

estudados brasileiros ou estrangeiros, pensam a história como um discurso objetivo, menos tragável, em detrimento do discurso “vivo” da literatura, que consegue expressar seu povo à luz da história. De um modo geral, a veracidade pertence ao discurso histórico, ao passo que a verossimilhança ao discurso literário.

Essas reflexões alimentaria a visão de José de Alencar, sendo que os componentes do romance histórico – a tensão entre verdadeiro e verossímil, entre literatura e história - ocupa constantemente as preocupações do projeto literário do autor, revelando sua intenção ficcional. Na ficção, o efeito de verdade é o que lhe interessa. Nos seus romances, ele se manifesta através de um elemento exterior (nota de rodapé informativa) para criar uma ilusão de veracidade. Semelhantemente a Herculano e próximo dos seus conterrâneos, José de Alencar tentar dar “ar de verdade” aos seus textos, ao mesmo tempo em que mostra a diferença entre seu discurso literário e os dados históricos. Assume a verossimilhança do campo ficcional, e também aponta que a literatura pode ser mais verdadeira que a própria história:

Não sendo isto uma obra de história, pode passar sem grande inconveniente uma pequena inexatidão, se é que ela existe realmente.<sup>48</sup>

Um capítulo de história que parece ter sido escrito para o romance.

Para que o leitor possa aquilatar bem desta sandice doutoral, **vamos contar-lhe um segredo, que até agora escapou às laboriosas investigações do Instituto Histórico, deixando na sombra a verdade sobre o fato culminante da Guerra dos Mascates.**<sup>49</sup>

Em seus romances e narrativas, Alencar, em diferentes momentos, tensiona seu próprio discurso, atravessado por ideias chaves que marcam seu fazer literário:

Há nada como aquele modo chão de principiar as histórias da carocha: **-Foi um dia...** E cada um que **imagine** o dia à sua feição, de Inverno ou de Verão, de Outono ou Primavera, como lhe saiba melhor.<sup>50</sup>

**Os edifícios em ruína ainda tinham gravados nos seus muros os vestígios do incêndio que em 1631 os holandeses lançaram à cidade. [...] Quantas vezes não sondei esses destroços de alvenaria, essas paredes nuas, procurando, nem sei o que, uma memória, um nome, uma inscrição, uma frase que me revelasse algum mistério, que me dissesse o epílogo de alguma lenda que a imaginação completaria.**<sup>51</sup>

<sup>48</sup> Nas notas das Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*, Alencar comenta sobre a inexatidão de sua pesquisa. In: ALENCAR, José de. Cartas sobre A confederação dos Tamoios. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960, v.4. p. 915.

<sup>49</sup> Os dois trechos são extraídos de *Guerra dos Mascates*, o primeiro está no próprio texto, e o segundo é o título de um capítulo. ALENCAR, José de. *Guerra dos Mascates*. Rio de JANEIRO, Garnier, 1871. p. 19; p. 204, v. 2; grifo nosso.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 2. v. 1; grifo nosso.

<sup>51</sup> *Id.*, *Alfarrábios: crônicas dos tempos coloniais*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872. p. 126; grifo nosso.

O romance histórico alencariano seria embasado na pesquisa histórica, em crônicas e colorido pela imaginação do literato. No seu pensar, a literatura deve trazer o passado da nação, sendo fiel às suas fontes, mas recusando o papel de mera reprodução e, para tanto, recorrendo à imaginação e à poeticidade, numa intensa dialética entre história e ficção, verossimilhança e verdade. Sobretudo, a reconstituição de lendas e mitos toma parte de sua escrita e de sua consciência ficcional.

De um modo geral, observamos que os letrados encaram a narrativa literária de teor histórico dentro um viés pedagógico, capaz de expressar “verdades” e instruir seu povo, engajando-a nas funções de caráter moralizante e diferencial. Augusti<sup>52</sup> aponta que a preferência por tal gênero escora-se na aproximação que os críticos fazem dele com o épico e com a história, os quais já tinham espaço nas Belas Letras. Dessa forma, a pesquisadora chama atenção para outro problema dos oitocentos: as complicadas considerações sobre o gênero romance histórico perante formas literárias já estabelecidas.

No próximo item, tentaremos entender o programa literário de Alencar e suas ideias sobre a literatura nacional e, em particular, sobre a prosa de caráter histórico e sobre o épico. Entraremos em outra discussão, a relação entre a epopeia e o romance histórico, pois, no momento em que esta prosa ganha preferência dos letrados, ela concorre com moldes já estabelecidos para representar a pátria, atravessada por esta tópica: Quais os principais ideais dos literatos sobre a identidade cultural e suas formas de representá-la, num momento em que as transformações culturais impõem um novo ritmo e outros aspectos de representatividade?

### **1.2.2 A obra histórico-literária no correr da pena de José de Alencar: o seu projeto de nacionalização da literatura brasileira, suas representações e discussões estéticas**

José de Alencar pesquisa, documenta, elabora, e inventa o passado colonial e, ao mesmo tempo, o movimento histórico do século XIX. O autor participa do processo de construção da pátria, entrando em discussões e polêmicas sobre a nacionalização da língua e da literatura, e sobre os gêneros literários, em particular sobre a forma do romance e a da epopeia no século XIX. Sobre a literatura, o escritor de *As Minas* reconhece que ela deve

---

<sup>52</sup> Cf. AUGUSTI, *op. cit.*

servir ao seu tempo e à sua sociedade “[...] a literatura é de todos os monumentos e arquivos humanos, o que melhor reflete a fisionomia de um povo e de uma idade [...]”.<sup>53</sup>

A ideia de que a produção literária expressa a cor local, as especificidades da nação, e sobretudo, a sociedade do seu país acompanha grande parte de suas reflexões: “Que ideia faz este senhor [Joaquim Nabuco] de literatura, e sobretudo de **literatura nacional**? Acaso está ele convencido de que a arte e a poesia podem existir em um estado de completa abstração da sociedade em cujo seio se formam?”<sup>54</sup>.

As considerações de Alencar estão em sintonia com as preocupações tangentes ao seu momento. Pensar o país e sua cultura é um lugar comum das discussões, que se tocam ou se distanciam quanto à melhor maneira de fazê-lo. Ao defender o drama *As Asas de um anjo* [1858] das censuras e críticas, o romancista aponta a representação da sociedade no romance e na comédia: “A realidade, ou melhor, a naturalidade, a reprodução da natureza e da vida social no romance e na comédia, não a considero uma escola ou um sistema; mas o único elemento da literatura: a sua alma.”<sup>55</sup> Nesse sentido, explora o caráter pedagógico do teatro, justificando, em grande parte, a apresentação dos vícios em suas peças, visto que eles estão na sociedade e fazem parte dela: “[...] o vício se apresenta, é verdade, mas para ser corrigido; e como já disse em princípio, não sou eu que o apresento; é a própria sociedade”; “[...] não há aí uma só personagem que não represente uma ideia social, que não tenha uma missão moralizadora”.<sup>56</sup> Para Alencar, a comédia e o romance não são uma reprodução direta da realidade, mas uma representação crítica e profunda do social, na qual o autor corrige os erros da sociedade e constrói o traço brasileiro. Assim, a sua concepção literária ancorada na adequação ao meio social serve ao seu teatro, ao “romance urbano”, e se estende ao romance histórico.

O romance histórico alencariano projeta o passado no presente atendendo às exigências do momento de produção. O caráter pedagógico da prosa alencariana instaura-se na projeção do espírito de um povo, de suas lendas, mitos e tradições:

Enchia então o mundo a notícia das **inesgotáveis minas do Potosi**; e a **imaginação humana**, que jamais se deixa vencer da realidade, esparzira imediatamente sobre toda esta região americana, situada entre o Amazonas e

<sup>53</sup> COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p. 122. A polêmica de 1875 entre José de Alencar e Joaquim Nabuco é organizada por Afrânio Coutinho. O trecho citado é extraído de *O Globo*, 28/10/1875).

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 121; grifo nosso.

<sup>55</sup> ALENCAR, José. *As asas de um anjo*. Advertência e prólogo da 1ª edição (1859). In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. v.4. p. 922.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 926 e 928.

o Paraná, serras de ouro e prata, cidades de esmeralda e púrpura, sítios encantados.

Aquele guerreiro era um valente roteador dos sertões: o gentio o chamava de **Moribeca - o caçador de gente**. Embalado por tais **contos de fadas** e guiado por informações do gentio, o guerreiro se partira do seio da família, na esperança de descobrir outras minas de prata mais abundantes que as do Peru; e depois de cerca de um ano de longas excursões pelas cabeceiras do rio de S. Francisco chegara afinal à serra do Sincorá.<sup>57</sup>

[...] ele [o povo] venera as tradições da pátria e da cidade; deleita-se com as relíquias e antigualhas, que lhe são como recordações da infância, e lhe retraçam o berço onde se embalou a sombra da fé rude de seus antepassados. Por isso não ha mais puro santuário da história, **do que seja o povo**. Viver na voz dos povos, não é isso que tantos ambicionam?...

Situada no cimo do morro do Castello, onde o seu esqueleto ainda em pé campeã sobre a baía, e onde assentou-se a primitiva povoação; a igreja de S. Sebastião, símbolo da expulsão dos francezes e conquista da terra, tinha para o povo fluminense um **caráter legendário**.

Basta que S. Sebastião é o divino Padroeiro, por cuja proteção se tomou a cidade, obrando nessa empresa façanhas e milagres, que os antigos experimentaram sensivelmente por sinais visíveis, e os presentes veneram por **tradição viva na memória do povo**.

Entretanto o povo, passada a primeira impressão, indagara entre si do **autor dessa lembrança**; e não faltava quem atribuisse o inesperado e misterioso aparecimento do retábulo à intervenção do poderoso S. Sebastião que se representava para assim communicar sua vontade aos moradores da cidade. Esse encanto do **maravilhoso** é irresistível para a **imaginação popular**.<sup>58</sup>

Nesse procedimento identitário, as formas para expressar o popular o impulsiona a procurar um molde estético adequado. No escrito “Literatura Brasileira”, o romancista reflete sobre a composição nacional, que, para ele, poderia ser encarada sob três aspectos: gênio, forma e língua. Seguindo esses critérios, Alencar tenta conceituar e teorizar o seu labor literário, defendendo o gênio na fusão da raça, sintetizada na imagem de “americanismo”. Ou seja, segundo o autor, deve-se buscar a especialidade da vida brasileira, buscar a feição que toma o espírito de um povo. A forma seria uma mistura da clássica e da romântica, e o romance teria influência do francês. E neste ponto, também reflete sobre a poesia épica: “Caduquice da poesia épica clássica – a epopeia e a tragédia – resta a ideia. **Qual é a epopeia hoje, qual o lirismo?**”<sup>59</sup>

Os debates entre romance e epopeia e a melhor maneira para representar o passado nacional ganham espaço na imprensa, e Alencar não poderia se esquivar dessas

<sup>57</sup> ALENCAR, JOSÉ. *As Minas de Prata*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v. 2, p. 1127; grifo nosso.

<sup>58</sup> ALENCAR, *Alfarrábios*, p. 177; p. 169, p. 111; p. 116; p. 189; grifo nosso.

<sup>59</sup> *Id.* *Literatura brasileira*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. v.4. p. 11; grifo nosso.

discussões, conforme busca: “esboçar o molde em que há de vazar-se um dia o tipo da nacionalidade literária do Brasil.”<sup>60</sup>

### **1.2.3 As polêmicas sobre o épico na imprensa e a escolha do romance por José de Alencar**

Já na sua primeira polêmica literária, Alencar critica a epopeia de Magalhães quanto à forma. Uma das grandes questões desse momento são os debates e controvérsias em torno do romance moderno e da epopeia, e, sobretudo, da opção por um desses moldes. Tendo em vista que José de Alencar se aventurou pelos dois, sendo por sua vez mal sucedido na epopeia que escreve em 1863, reconstituiremos um breve panorama do épico nesse momento, o que nos permite entender o posicionamento e a preferência de Alencar.

O interesse dos letrados brasileiros pelo gênero épico é despertado pela necessidade de expressar e imortalizar os feitos históricos e os ideais da nação recém-fundada. Esse interesse pode ser expresso e comprovado por meio das inúmeras publicações dos poetas Basílio da Gama, Santa Rita Durão, e Cláudio Manuel da Costa; das traduções das epopeias clássicas; das discussões da historiografia literária; e das definições e preceitos dos tratados de retórica. Os poetas brasileiros recebem ressonâncias das formas da poesia épica e mobilizam seus olhares rumo à releitura dos modelos clássicos e à composição de novos traços que deveriam fomentar o quadro poético nacional. Os debates teóricos suscitam reflexões críticas sobre o gênero, de modo que inúmeras opiniões e posturas são movimentadas ao redor das seguintes preceptivas clássicas: o assunto remoto ou próximo, a necessidade ou não do maravilhoso, a figura do herói, o verso rimado ou em prosa, a moralidade e a finalidade. Considerando que as conceituações sobre o épico não desenvolvem um cânon compartilhado pelos literatos brasileiros, pois não havia paradigmas pré-estabelecidos e seguidos por todos, a retórica busca preencher esta lacuna, fornecendo observações precisas sobre os poemas legados pela tradição, e propostos como modelos.<sup>61</sup>

O épico, portanto, é foco de discussão na primeira metade do século XIX, período de maior debate sobre esse molde, que, por sua vez, é investigado à luz de tratados retóricos. Descortinando os feitos históricos para a gênese da nação, muitos poetas lançam-se nessa empreitada, como Joaquim Norberto de Sousa Silva, Januário da Cunha Barbosa, Teixeira e

---

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 9

<sup>61</sup> Cf. LOPES, Hélio. *A divisão das águas*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978; e MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005.

Sousa, Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre, entre outros<sup>62</sup>, e produzem poemas de louvor ao Império, ou registram assuntos indígenas. Dessa forma, a tessitura épica expressa a face nacional num momento em que os homens de letras esforçam-se por sua emancipação literária, cantando fatos e episódios que condizem com a História de seu país, ou avaliando a qualidade literária das produções anteriores à independência brasileira:

[...] há criações literárias brasileiras, que merecem ocupar um lugar distinto na história da literatura moderna, de que é exemplo uma sobre que vamos fazer algumas observações, e que apareceu em uma época para nós mais miserável que a de hoje; no tempo colonial. Queremos falar do *Uraguai* de José Basílio da Gama.

Com efeito, compare-se o poema de Basílio da Gama às composições americanas de Chateaubriand, de Chateaubriand tão vitorioso por ter feito conhecer à Europa o céu e a natureza americana, e que alguém dotado de bom senso e de gosto literário se atreva a afirmar que a criação, que analisamos, do nosso poeta empalidece diante das figuras imaginadas pelo poeta francês.

[...] Oh! Já não é permitido, depois que Basílio da Gama compôs o seu *Uraguai*, tratar os brasileiros de imitadores, e copiadores da literatura Europeia.[...]

Popularizemos, pois, seus gloriosos nomes, e que José Basílio da Gama ocupe um lugar distinto na memória dos brasileiros.<sup>63</sup>

O Brasil pode antever o que se deve esperar da sua literatura característica e nacional lançando os olhos ao seu poema *Caramuru* do padre Durão, produção que se distingue mesmo ao pé dos *Lusíadas*, que avulta acima de muitas numerosas composições deste gênero, escritas na língua portuguesa. Por entre as desnaturais explicações de uma poética tradicional, e oriunda de outra literatura, o *Caramuru* indica todavia que partido se pode tirar das lendas e tradições do país.<sup>64</sup>

A importância dos poemas épicos *Uraguai* e *Caramuru* é devido às leituras modernizadoras, que os avaliam de acordo com os índices construtores do tom local. Ou seja, para os letrados desse momento, apontar os prenúncios e reminiscências da nacionalidade nas produções do Brasil colonial contribui para o levantamento de um corpus literário *autenticamente brasileiro*. Nesse sentido, rediscute-se o lugar de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão. Inclusive, reflete-se sobre a posteridade dos referidos autores e a recepção que seus épicos obtiveram no campo poético.

Ao lado dessa discussão, a divulgação dos *Florilégios* e de *Parnasos* assumem o tom nacionalista:

Temos à vista o primeiro volume do Parnaso Brasileiro, escolha de alguns **pedaços de nossos melhores fatos**: afiançamos, que o bom gosto presidiu a essa escolha: e se alguma coisa tivéssemos a dizer por essa parte, censuraríamos não o que está, mas o que não está; queremos dizer, que

<sup>62</sup> Cf. LOPES, *op. cit.*

<sup>63</sup> DIAS, Ferreira. Um tipo literário brasileiro. *Ensaios Literários do Atheneu Paulistano*, 1857, p. 436-445.

<sup>64</sup> LEAL, Mendes. *Calabar*. In: *Correio Mercantil*, 04/07/1853, p.3.

muitos outros pedaços mereceriam a honra de achar um lugar no *Parnaso*; mas o que lá está é bom, e o plano da obra não admitia mais. Essa obra é precedida por uma introdução, devida ao Sr. João Manoel Pereira da Silva, onde certamente seu autor mostra muitos conhecimentos da literatura brasileira.<sup>65</sup>

O resgate e a concepção dos traços que seriam reconhecidos como nacionais trazem aspectos tocantes à história do Brasil e às tradições de seu povo. Assim, a figura do literato acumularia a função de poeta e historiador. No ápice dessa dupla função, *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, destaca-se como um dos épicos mais marcantes e foco de polêmica, mobilizando juízos críticos que tendem a apreciá-lo como “monumento nacional”:

Antes de qualquer outra consideração, cumpre dizer que ninguém poderia escapar a história, a geografia e a etnografia brasileira do poema do nosso consórcio o Sr. Dr. Magalhães. (...) No juízo crítico que faz proceder aos cantos de Ossian, diz um escritor francês: ‘A glória da nação desperta o gênio dos poetas: a linguagem vulgar lhe parece indigna dos grandes acontecimentos que ele quer celebrar’; e mais adiante acrescenta: é à poesia que a maior parte das nações tem confiado a sua história’.[...] Um poeta é muitas vezes historiador, e alguns foram até legisladores. O divino homero escreveu em seus imortais poemas a história da Grécia, e Lamartine diz que há mais política prática nos poemas de Homero que nas utopias de Platão.<sup>66</sup>

Esse trecho apresenta a postura do membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Joaquim Norberto de Sousa Silva, que situa, segundo Jefferson Cano<sup>67</sup>, a composição de Magalhães no campo próprio ao Instituto. Outras leituras que enxergam *A Confederação dos Tamoios* como o “monumento nacional” aparecem no palco da imprensa:

Pode dizer-se que o poema do Sr. Magalhães é a história desses dois filhos da natureza, que nunca chegaram a ser esposos, e para os quais não havia nem tranquilidade nem pátria. A ideia do poeta é acertada. Fazendo passar a estes dois interessantes personagens por todas as vicissitudes da guerra, e das modificações ocasionadas em torno de si pela civilização e religião cristã, que adianta sua conquista, conseguiu manter certa unidade de ação de que careceria uma obra, cujo caráter é descritivo, concebida também sob o ponto de vista de idealizar alguns rasgos dos costumes primitivos, traçados sobre o fundo pitoresco e sublime de uma natureza [...]<sup>68</sup>

**O Sr. Magalhães conhece a história do seu país, estudou seriamente as crônicas e a natureza. Não pinta senão as cores americanas.** Em nada se parecem suas índias ornadas de penas com as ridículas Atalás e Coras da litografia europeia. Além disto, o Sr. Magalhães achou galas em seus conhecimentos da filosofia religiosa.

<sup>65</sup> *O Echo do Rio*, 11/11/1843, p. 3; grifo nosso.

<sup>66</sup> *RIHGB*, tomo XIX, suplemento, 1856, p. 101.

<sup>67</sup> CANO, Jefferson. *O FARDOS DOS HOMENS DE LETRAS o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado em História)- UNICAMP, 2001.

<sup>68</sup> *Correio Mercantil*, 23/02/1857, p.1.

O Sr. Magalhães fez com seu poema um serviço às letras americanas, dando mais uma prova, entre as pouquíssimas que existem, da possibilidade que existe de interessar o sentimento e a imaginação com nossas crônicas primitivas, tomando por fundo a nossa esplêndida natureza. É por esta razão que escrevemos a presente notícia, sentindo não haver podido fazer a seu respeito maior estudo, e meditado mais profundamente.<sup>69</sup>

O título de “poeta nacional” desafiaria o tom depreciativo que a obra ganharia no decorrer de suas leituras. Numa posição intermediária, F. Eleurito de Sousa atesta os defeitos da composição, contudo, assevera que tais problemas não afetariam a imagem de Magalhães:

É verdade que da Confederação dos Tamoios pouco teríamos a dizer, pelo que respeita à crítica, não só porque o fim que nos leva a este trabalho é, unicamente, o de noticiar as inovações que se vão dando em nosso mundo literário, como porque estamos habituados a considerar o autor dos *Suspiros Poéticos* como um dos **ornamentos da literatura pátria**. Se é possível, porém, formar-se um juízo pelo que da *Confederação dos Tamoios* temos ouvido dizer, julgamos poder asseverar, que conquanto **tenha alguns defeitos de construção de frases, de metrificção e mesmo de versos**, em nada desabonará o conceito que é tido o Sr. Dr. Magalhães.<sup>70</sup>

Entretanto, esse posicionamento favorável não seria o único e os desfavoráveis balançariam o tom nacional do épico. Na contraposição, Macedo Soares exprime negativamente seu olhar sobre a poesia brasileira, junto à qual Magalhães ocuparia um lugar especial:

O Sr. Magalhães – estamos bem certo que sua glória ele a deve aos *Suspiros poéticos*, que tão bem merecem esse título. Se seus Suspiros não lhe tivessem dado um nome, não seria esse medíocre poema da *Confederação dos Tamoios* que lhe cingiria a fronte os louros do gênio. Desejaremos, porém, que houvesse um pouco mais de brasileirismo, que seu colorido fosse mais fresco e, sobretudo, houvesse mais justeza na expressão.

[...]

Porém o termo de parada desse novo caminho está ainda bem longe; temos de percorrer um espaço imenso: diremos mais, um passo não se tem dado para isso. Com efeito, a não serem essas três obras [obras de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães] que acabamos de apontar, não sei qual outra haja que possa ser classificada como um monumento de poesia brasileira. Talvez possamos excetuar a *Confederação dos Tamoios*, a quem muita gente ilustrada nega o colorido brasileiro, isso que é um tipo de nacionalidade. [...] Porém em compensação promete-se muito: o *Colombo, os Timbiras, e o Descobrimento do Brasil*, virão dar muita importância à nossa literatura nascente, se seus autores forem mais felizes do que os Srs. Magalhães e Teixeira Sousa.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> *Correio Mercantil*, 27/02/1857, p.1; grifo nosso.

<sup>70</sup> *O Acadêmico*, agosto de 1856, n. 6, ano II, p. 19; grifo nosso.

<sup>71</sup> *Ensaaios Literários do Atheneu Paulistano*, 1857, p. 364.

No cerne dessas controvérsias, podemos perceber que dois tópicos sobre a representação da pátria ressaltam nos trechos citados - a pintura da história do país e a de seu povo. Representar a identidade nacional consiste em buscar uma expressão estética apropriada para a representação dos costumes do povo. Nesse ponto, retomamos a articulação entre literatura e história que, não por acaso, aproximará as fronteiras temáticas e estilísticas entre o romance histórico e o épico. A necessidade atualizadora desse período faz com que a tessitura épica se aproxime cada vez mais do gênero romance, mais próximo da sensibilidade romântica. À guisa de ilustração, podemos pensar que a tradução da epopeia de Santa Rita Durão para o francês é feita em prosa, e resulta em um caráter intermediário entre poema e romance. A tradução do *Caramuru* em francês ganha divulgação e espaço literário ao lado das publicações de Walter Scott e Fenimore Cooper. Acrescenta-se ainda que o fato de transitar entre os romances históricos de maior popularidade, como os de Scott, traz as articulações estéticas em trânsito deste gênero romanesco. As frouxas fronteiras do gênero romance histórico, que busca elevar-se pelas fronteiras do épico, e, por outro lado, as reapropriações que o épico ganha diante de um romance de prosa histórica que ainda não tem preceitos poéticos e que é mais próximo da sensibilidade romântica são elementos também responsáveis pela adaptação da epopeia de Durão.

Não obstante as duas tessituras apresentem afinidades na composição, José de Alencar escreveria uma depreciação literária ao poema de Magalhães, ao reforçar o caráter retórico da epopeia clássica, e, em contraponto, a necessidade de adaptar a forma estética às características locais do contexto brasileiro, e ao observar as características específicas da prosa literária de teor histórico:

Ele pinta ou esboça as mais pequenas coisas, repisa as mesmas ideias três e quatro vezes, enche uma página inteira de fumo e de sangue, fala do milho e da mandioca que o colono plantou no seu terreno, e de mil outras coisas próprias de **um romance histórico**, e não de um poema.

Como pois se quer achar à força simplicidade onde ao contrário há confusão, anarquia, desordem, e abundância de detalhes e de circunstâncias insignificantes? Como pois se tem em conta de severo e grave o poeta que amontoa imagens e pinturas, e não lhes soube dar o colorido próprio e a forma brilhante?<sup>72</sup>

Nesse caso, o literato reafirma o aspecto descritivo e detalhista do romance histórico, ao explorar um período. José de Alencar também envereda pelas discussões sobre a estrutura épica, e posiciona-se criticamente ao seu aproveitamento em *A Confederação dos Tamoios*, problematizando tal construção literária enquanto forma fixa, enraizada nos

<sup>72</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 09/08/1856, p.1; grifo nosso.

modelos clássicos. Para ele, o que restaria de tais moldes seria a ideia. Ele registra em sua crítica o problema da forma, apontando a incompatibilidade estética e literária entre diferentes civilizações, culturas e tradições, ao utilizarem uma mesma modalidade literária para expressarem suas visões ideológicas. Dessa forma, o crítico cearense defende que os moldes utilizados por Homero não servem para os literatos brasileiros, visto que estes se encontram em outro momento histórico. Na sua polêmica com Joaquim Nabuco, ele exprime o objetivo de suas cartas e sua opinião sobre a forma literária:

Quando escrevi sobre a *Confederação dos Tamoios*, entendi, e ainda tenho a mesma ideia, que nossas tradições americanas não deviam ser cantadas no verso clássico, mas em uma prosa numerosa, como a de *Iracema* e *Ubirajara*.

*O Guarani* nunca foi tipo de literatura indígena. Antes dele, estão *Iracema* e especialmente *Ubirajara*; os quais não tem pretensão a fundar escola; **são lendas** inspiradas por nossas **tradições americanas**, que também **formam a pátria brasileira**, pois encerram a história do solo que habitamos<sup>73</sup>.

As lendas deveriam ser apropriadas em outra composição. Na carta ao Dr. Jaguaribe<sup>74</sup>, o autor cearense retoma esta postura, ao mostrar preocupação em não ter sua pesquisa sobre os indígenas reconhecida e compreendida em *Os Filhos do Tupã*. Alencar inviabiliza a “poesia épica clássica”, aproveitando apenas a sua ideia, sobretudo, a sua grandeza.<sup>75</sup>

José de Alencar fixa a preferência pela prosa, que lhe parecia mais apropriada para emoldurar a exaltação da pátria, assunto esperado de uma epopeia. O romance alencariano assume a função dada ao épico. Acrescenta-se que, por seu caráter pluriestilístico e por sua mobilidade e flexibilidade, a forma romanesca contribui para a convivência de gêneros textuais diversificados. Assim, em *As Minas de Prata*, as qualidades do épico são reaproveitadas, transformadas e recontextualizadas.

Vale comentar que as diferenças entre a epopeia e o romance moderno é uma discussão preocupante nos oitocentos. Nesse sentido, Alencar encontraria nas formas híbridas

<sup>73</sup> COUTINHO, *op. cit.*, p. 178; p.58; grifo nosso. Extraídos respectivamente de *O Globo*, 11/11/1875; *O Globo*, 07/10/1875; grifo nosso.

<sup>74</sup> Cf. ALENCAR, José. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v.3.

<sup>75</sup> “Note-se que para o autor [José de Alencar], o que se encontra superado é a forma da ‘poesia épica clássica’, da qual o poeta moderno deveria conservar a ‘ideia’, buscando, entretanto, novos moldes para fixá-la. [...] A proposição do romance como tipo de composição apta a assumir a função anteriormente reservada à epopeia pode parecer contraditória com o esforço alencariano de traçar os limites precisos desse gênero. Contudo, pode-se perceber nas cartas de Ig., a par de uma definição mais restrita da epopeia, utilizada para censurar o poema de Magalhães, uma segunda concepção, na qual produções tão distintas quanto a *Bíblia* e as peças de Shakespeare são agrupadas sob essa rubrica. Nesse segundo sentido, mais amplo, o épico não se atém a uma forma poética específica, denominando, antes, uma ideia passível de ser vazada em diferentes moldes.” VIEIRA, *op. cit.*, p. 144 e 146.

a mistura de gêneros necessários à constituição da memória da nação. Na elaboração ficcional de *As Minas*, a mescla dos componentes históricos com os épicos dá o tom nacional ao romance e engrandece a pátria, ao passo que os ingredientes do romance-folhetim fornecem os cortes, as reviravoltas, o tom de mistério, sintonizando e atualizando a prosa com a sensibilidade do público-leitor de jornais. A tessitura romanesca dessa narrativa absorve e assimila os expedientes representativos e estilísticos do romance-folhetim, como o ritmo acelerado e fragmentado, que, se por um lado, particularizam os folhetins literários oitocentistas, por outro, são redimensionados pelo contexto brasileiro. As temáticas sobre os jesuítas e judeus dos romances franceses são reinterpretadas por Alencar, que as readapta, tonalizando-as com as temáticas históricas e representações simbólicas de seu país, de forma que o vetor estético é motivado, em diferentes dosagens, pelos assuntos próprios de sua pátria. O ritmo folhetinesco liga-se fortemente ao filão da História e às reflexões que se abrem ao presente.

No processo de recepção e de reapropriação de determinadas formas e expedientes estético-literários, o romance histórico alencariano organiza e reestrutura os referidos ingredientes. Os distintos traços e qualidades rearticulam esse gênero que sofria transformações, releituras, e readaptações no decorrer do século.

Preconizada a multiplicidade de traços e estilos em *As Minas*, passaremos a analisar a estruturação dos seus componentes do romance histórico, sua integração com outros ingredientes, e, principalmente, estudaremos as formas representantes da tradição de seu povo, interpretada através de suas crenças, lendas, mitos. Reconstituiremos a pesquisa e documentos que embasam os alicerces históricos da obra, o tratamento dado a essas fontes, e analisaremos a ficcionalização do Brasil Colonial, o herói nacional e a lenda do *El Dorado*.

### **1.3 *As minas de Prata*: o caráter patriótico e as raízes históricas do Brasil**

#### **1.3.1 A formação do sentimento nacional: a obra histórico-ficcional de Alencar e o discurso histórico oitocentista**

Na reinvenção do passado nacional em *As Minas de Prata*, José de Alencar volta ao Brasil Colônia no início dos seiscentos. Subjazem a essa escolha os entraves e conturbações do período, e, por conta disso, não é fortuito que a narrativa enfoque a conjuntura da União Ibérica. Esse contexto forneceria um material entremeado de embates entre nações e Instituições, tendo em vista o contato da América Portuguesa com a Espanha,

e, decorrente disso, os conflitos que viriam com a União Ibérica, como a disputa entre a Companhia de Jesus e o Estado, e a Guerra Holandesa.

O momento da União entre Espanha e Portugal é discutido entre os letrados contemporâneos de Alencar. Além de ser retratado na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, uma das principais fontes citadas pelo romancista, outros periódicos da época o retratam com certa hostilidade. Dessa forma, não é por acaso que os romances alencarianos *O Guarani* e *As Minas de Prata* apresentam um olhar crítico com relação à Espanha. A título de exemplo, o jesuíta corrupto e o grande traidor da nação em *As Minas de Prata* são espanhóis.

A referência à guerra constrói o mito fundador do Brasil e, não ocasionalmente, é trabalhada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, pelos periódicos fluminenses e, principalmente, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O sentimento de pertença a um mesmo país é explorado pelo Instituto e se expande para a ficção alencariana. Na trama literária, o choque entre holandeses e a população baiana alude à Guerra Holandesa, ocorrida posteriormente, e, assim como nas versões históricas, ela une os povos da pátria. A batalha gira em torno do herói Estácio, e concentra a luta sob o espírito nacional, possibilitando a salvação da colônia e o castigo dos traidores da pátria. Esse acontecimento, juntamente com a convivência de personagens nobres da Bahia, com os ensinamentos religiosos e catequese dos indígenas, criam os ideais civilizatórios daquele espaço.

A ficção alencariana abre possibilidades de leitura com a mesma perspectiva de historicidade desenvolvida pelo IHGB, tendo em vista que este Instituto se impõe como espaço social de produção e atuação na circulação de ideais no Império e, embora seja destinado a um grupo restrito, as pautas de suas reuniões circulam nos principais periódicos daquele momento.

O IHGB e as tentativas de confecção do romance histórico tentam elaborar um passado único e coerente, que despertasse nas pessoas o sentimento pátrio: território, língua, e um mesmo passado. O processo de invenção da pátria prescreve a construção de uma memória que recupere do passado os feitos e os heróis dignos de serem lembrados e, por este viés, as diferentes formas de instruir o povo suscitam debates. As narrativas históricas, bem como as fictícias, promovem de modos distintos as chaves de leituras para o contexto colonial, seja no foco do caráter exemplar daquele período e na formação do caráter patriótico, seja pelo questionamento do caráter nacional. Dessa maneira, o resgate da memória e a construção da identidade passam por distintas representações e leituras.

A rede de sociabilidade de letrados se esforça por divulgar e democratizar os documentos e a história da nação. Segundo Renilson Rosa, “A restituição do legado das

gerações do passado e da história do tempo presente – uma memória do Segundo Reinado – era o dever a ser cumprido pelos letrados do IHGB”<sup>76</sup>. Nesse sentido, o Instituto lançava discursos “recobertos de pompa, eloquência e toques literários” e narrativas laudatórias da vida de personagens do passado que garantissem a construção de um passado único e glorioso e servissem de aspiração ao coletivo.<sup>77</sup> Os romances históricos, como os de Alencar, ao se apropriarem de alguns nomes, davam vida a este passado, e contribuía para os objetivos do IHGB. Por este caminho, o momento de produção de *As Minas de Pratas* define as linhas representativas do romance, como o conceito de história e sua representação, bem como as imagens criadas do Brasil colonial. Entre os seiscentos e os oitocentos, Alencar percorre o espaço e o dever do historiador e do romancista histórico, projetando-se como artífice do projeto da narrativa colonial.

A tarefa que se colocava aos letrados brasileiros era fornecer uma história do Brasil que não fosse vista como simples expansão de Portugal, mas sim como um espaço em que se encontram resquícios da formação nacional. Aqui entra o trabalho de Varnhagen, *A História Geral*, de Varnhagen, que se diferenciava do legado colonial, seja das crônicas, da historiografia portuguesa e das obras eclesiásticas, ao ser escrita por um autor considerado brasileiro, visto que, como Capistrano<sup>78</sup> afirma, a *História* de Varnhagen foi produzida sob a ótica do nacional.

Varnhagen escreve uma obra que abarque cronologicamente a história do Brasil, isto é, uma obra mais global, que se estrutura em um ampla pesquisa, com vista a trazer documentos novos. Sua originalidade se evidencia na compilação dos documentos, nos novos achados, na vastidão da pesquisa e na narrativa, em que, sob os conceito de evolução, civilização e progresso, transparece o sentimento nacional. O historiador busca uma história que traga os mártires e os heróis da nação, e que mostra uma terra rumo à civilização. Assim, nos anos em que a América Portuguesa é vista como “selvagem”, Varnhagen justifica que essa condição foi comum ao passado de outras nações, que se encontram desenvolvidas.

Já na infância do Brasil, o escritor se esforça para legitimar o sentimento patriótico, que não existira no estado selvagem, mas sim com a troca da civilização:

---

<sup>76</sup>ROSA, Renilson. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade*: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas), Unicamp, Campinas, 2009. p.137.

<sup>77</sup>Cf. ROSA, *op. cit.*

<sup>78</sup>ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro, in: *Ensaio e Estudos* (Crítica e História), 1ª série, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 131-145. [Publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 21, 22 e 23 de novembro de 1882, e reproduzido em *Apenso à História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo III, págs. 435/444, 3 ed. p. 137.

Passavam-se nesses tempos primitivos, nas colônias brasileiras nascentes, análogas cenas às que haverão tido lugar em todos os países mais atrasados, que começavam a ceder o passo à **nacionalidade, que nele se introduz com a superioridade e encantos da civilização sobre a barbaria.**<sup>79</sup>

Essa configuração orienta a nova forma de conceber o passado, uma forma que deságua nas origens da formação do nacional, e que define as balizas não só da historiografia, mas também dos romances históricos. Assim, o historiador valoriza o contraste daquele território, que, já na infância, apresenta índices do progresso, possibilitados pelas expansões marítimas. Para ele, o genovês Cristóvão Colombo, o herói do “Atlântico”, contribuiu para o desenvolvimento da humanidade, pois, em consequência das disputas territoriais entre Espanha e Portugal, os europeus trouxeram a civilização para os países de aquém-mar. Se Varnhagen narra a partir do século XIX, ele acredita que o Brasil ultrapassou a mãe-pátria. Assim, o contato com a Europa contribuiria e propiciaria o desenvolvimento que superaria a pátria mãe. Sendo assim, para o historiador, o Brasil estava caminhando rumo à civilização, sendo o passado o momento crucial da introdução dos “ares civilizatórios”.

José de Alencar também partiria dos mesmos parâmetros - localizaria a expansão marítima como responsável pela civilização e representaria o território brasileiro como um ambiente díspar, selvagem, por um lado, e nobre, letrado, por outro. Assim, se o discurso histórico aprecia o contraste daquele território, que, já na infância, apresenta índices do progresso, Alencar absorve esse ponto de vista na sua narrativa, prestigiando a convivência entre a riqueza do território e seu “lado selvagem” como condição para o progresso. Em *As Minas de Prata*, os desdobramentos dessa convivência são explorados nas representações contrastantes entre sertão e cidade, letrado e capitão do mato, índio e jesuítas. Já no primeiro quadro, esses ingredientes se fazem representar:

A cidade nascente apenas, mas louçã e gentil, elevando aos ares **as grimpas de suas torres, olhando o mar** que se alisava a seus pés como uma alcatifa de veludo, era então, pelo direito da beleza e pela razão da progeneritura, a rainha do **império selvagem que dormia ainda no seio das virgens florestas.**<sup>80</sup>

A descrição da capital na abertura do romance traz um tom majestoso e grandioso, refletindo o seu espaço no campo do Brasil-Colônia: símbolo da gênese da nação e dos conflitos coloniais. As imagens que revestem e constroem os signos culturais e naturais da cidade da Bahia redimensionam suas representações simbólicas para a tensão tanto do ponto

<sup>79</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 215; grifo nosso.

<sup>80</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 417; grifo nosso.

de vista histórico quanto do ponto de vista da narrativa. Por um lado, o enfoque é dado à modelagem da cidade, potencializada pelas “grimpas de suas torres”, que metaforizam a força política e ideológica da capital, orientada pelo Colégio dos Jesuítas e pelo prédio da Sé. Por outro lado, a ênfase recai na imagem do mar, uma vez que a cidade baiana dirige-se a ela por meio de seu olhar. Este fato se desdobra no indício da presença de forças estrangeiras que, atreladas a essa representatividade marítima, alicerçam os pontos contrastantes no cerne da narrativa, como Brasil X Holanda, além dos pontos de convivência de variadas culturas. Em outra face desse eixo conflituoso, desnuda-se o “império selvagem”, configurando-se no seio das virgens florestas. Por sua vez, a capital baiana constitui-se como um antro de riqueza cultural e natural. Nesse ambiente, o narrador pinta um retrato daquela região, estabelecendo ora oposições e ora mesclas entre cidade e sertão, citadinos e sertanejos, natureza e cultura, desaguando no pêndulo entre a força histórica e o discurso enobrecedor.

O romance, de um modo geral, trabalha na fronteira da cultura e do inculto, ou ainda, do desconhecido: índios X personagens letrados; cidade X sertão. Nas tensões entre as esferas representantes do campo selvagem e da cultura, traz a capital com sua cultura incipiente, mas por meio de personagens que ostentam riquezas e brios e, no reverso disso, o sertão, com índios e seus perigos ainda por serem desbravados. A obra alencariana mostra a gestação de um povo, ainda que lentamente, se une e luta por seu território, fazendo com que reine a ordem.

Alencar localiza no passado o momento crucial da introdução dos “ares civilizatórios”. Em *As Minas de Prata*, o narrador permite que os leitores observem, no contexto colonial, as raízes de um povo promissor e precursor, que é descendente de Camões, e fruto das navegações. Seguindo uma escala evolutiva, a narrativa deságua na figura heroica de D. Pedro, o herói da independência:

Foi aqui (cidade de Palos, Espanha) **o berço primeiro da civilização** para a tua (leitor) pátria americana.

Deste pequeno porto, aos 3 de agosto de 1492 se partiu **Cristóvão Colombo**, rumo do desconhecido. Levava três navios apenas; mas levava-o a ele seu gênio. Errou setenta dias, devassando a imensidade dos mares, lutando contra o poder dos elementos conspirados e a maldade dos homens descrentes.

Deus o tinha sagrado ao martírio da glória. Aos 12 de outubro de 1492 dava **Colombo um mundo ao mundo**.

Mais de três séculos depois, na mesma data 12 de outubro de 1822, devia outro herói, **D. Pedro I, dar um império à América**.

Essas duas datas memoráveis se olham na história do Novo Mundo, como acaso se contemplariam de longe as estátuas colossais dos dois heróis, eretas sobre gigantesco pedestal, a norte e sul do vasto continente americano.<sup>81</sup>

<sup>81</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 629; grifo nosso.

Nesse sentido, *As Minas de Prata* dialoga com o discurso varnhageniano, construindo em sua obra as imagens de um passado colonial, que teve suas origens com um povo heroico, que, ao migrar para o Brasil, trouxe a civilização. Ao tracejar as características nobres da pátria-mãe, a narrativa compreende e busca a particularidade da colônia americana, enfeixando seus heróis na figura do português Caramuru, que, por viver entre os índios e ser admirado por eles, ganhou a imagem do “sujeito” intermediário entre duas culturas, o que caracteriza a própria situação da América Portuguesa.

Explorando o aspecto histórico da descendência do descobridor das minas, Robério Dias, a narrativa identifica Estácio como verdadeiro representante da pátria, visto sua origem miscigenada. Nesse sentido, esta seria a condição em que se encontra o país: miscigenado, conforme o próprio Alencar testemunha em *Benção Paterna*:

É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

A ele pertencem o *Guarani* e as *Minas de Prata*. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico; mas não exótico e raquítico como se propôs a ensiná-lo, a nós beócios, um escritor português.<sup>82</sup>

Em *As Minas de Prata*, Alencar já mostra o divisor de águas e a formação de um caráter patriótico no período colonial. Assim, a confecção de seu romance está direcionada pelos elementos compositores desse caráter, os quais são estruturados pela ficcionalização dos elementos históricos e pela releitura dos traços épicos.

Logo, o romancista constrói um senso histórico embasado nos ideais de progresso e evolução que constituem uma linha contínua no seu romance, projetando no presente os alicerces do passado. Assim, a força estético-literária na releitura da gênese do Brasil possibilita a ressignificação da narrativa, que, semelhantemente à reinterpretação dos fatos históricos por Varnhagen e à concepção do IHGB, se esforça por construir o desenvolvimento da civilização na memória colonial. O romance histórico de Alencar contribuiria para legitimar os discursos que norteavam os membros do IHGB: o ideal de civilização, de progresso e o sentimento de pertença a uma mesma nação. Buscando esses ideais e traços, o caráter pedagógico de sua narrativa instrui o leitor através do levantamento de documentos e materiais de época e da melhor maneira de retratá-los.

---

<sup>82</sup> *Id.*, *Benção Paterna*. In: \_\_\_\_\_. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872, p. XIII.

### **1.3.2 As fontes históricas alencarianas e as primeiras imagens da colonização: entre a verdade e o verossímil, uma pintura da Bahia seiscentista**

A intenção ficcional de Alencar demonstrada através de prefácios e posfácios, de notas de rodapé, cartas, digressões, artigos, assumindo e revelando um posicionamento autorreflexivo deixa entrever a proposta do autor de levantar e garantir a memória nacional, na integração entre ficção e história.

Na construção dos alicerces do passado colonial, as fontes históricas referentes às notas de 1862, não por acaso, correspondem às mesmas do IHGB e às mesmas que circulam nos periódicos fluminenses desse período. Ao dar verossimilhança a sua prosa ficcional, Alencar cita historiadores contemporâneos à sua época, como Alexandre Herculano e Francisco Adolfo Varnhagen, e cronistas renomados do período colonial, como Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa. Vale comentar que o material escrito no período colonial é resgatado e coligido pelo IHGB, considerando que as obras de Cardim e de Sousa são publicadas por Varnhagen.

Mesmo com a retirada das notas em 1865, Alencar faz referência a Gabriel Soares no próprio corpo textual, bem como a importantes cronistas da época, por exemplo, o já citado jesuíta Fernão Cardim, da Companhia de Jesus. A obra *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, ganha espaço no texto alencariano, fornecendo o filão histórico dos grandes embates e conflitos internos e externos à colônia, ao passo que o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares, embasa a atmosfera dos espaços e dos detalhes que constroem a Bahia seiscentista. Analisaremos as fontes históricas de Alencar, e, em seguida, o seu tratamento histórico-ficcional na reconstituição do espaço, da atmosfera bahiana e dos personagens de época.

#### **1.3.2.1 As crônicas coloniais: Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e Padre Simão de Vasconcelos**

A crônica de Gabriel Soares serve ao romance de Alencar não só como fonte histórica, mas também como caráter exemplar do discurso seiscentista, ao ser visto como um dos primeiros escritores a discorrer sobre o Brasil, somado ao fato de que, naquele momento, Gabriel Soares pretendia, com seus escritos, convencer o rei a explorar o território recém-descoberto e a investir na descoberta de minas. Nesse sentido, a referência a este cronista se

torna importante tanto por trazer uma fonte da época em que se passa a história, quanto por trazer um material que dialoga com o eixo temático do romance e com seu caráter alegórico: a riqueza do Brasil Colonial que atrai o europeu para viver neste continente. Este é exatamente o percurso de Sousa: herda um roteiro de exploração de seu irmão, e se empenha por tentar descobrir minas na colônia portuguesa:

O grande interesse que nos merece Gabriel Soares como chefe dessa expedição [expedição em busca de minas], embora malograda, e ainda mais como um dos primeiros escritores acerca do Brasil em todos os ramos, e com especialidade das notícias etnográficas dos índios [...] Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais produto do próprio exame e observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa nesse período.<sup>83</sup>

O *Tratado* de Gabriel Soares divulga as terras coloniais, chamando a atenção para o caráter promissor da colônia, de suas belezas naturais, suas fontes de rentabilidade, suas regiões fartas, servindo como alerta de novos modos de exploração. Seu objetivo era propagar as qualidades das terras brasílicas para as autoridades e para possíveis colonos. Ao registrar dados da flora, da fauna e ao descrever o modo de vida dos indígenas, constitui um importante documento histórico, etnográfico e sociológico:

As obras de Gabriel Soares e de Fernão Cardim não só se devem considerar como produções literárias de primeira ordem no século XVI, mas também, principalmente com relação ao nosso fim, **como verdadeiros monumentos históricos**, que nos **ministram toda a luz para avaliarmos o estado da colonização do nosso país**, na época em que escreveram, o primeiro em 1584 e segundo um ano antes.

[...]

Seja embora rude, primitivo, e pouco castigado o estilo de Soares, confessamos que ainda hoje nos encanta o seu modo de dizer; e ao comparar as descrições com a realidade, quase nos abismamos ante **a profunda observação que não se cansava, nem se distraía, variando de assunto.**

[...]

**Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa nesse período.**<sup>84</sup>

A obra de Soares é considerada extremamente relevante por Varnhagen na medida em que ela apresentaria uma forte observação aliada a um relato que se faz representar objetivamente, ou melhor, ela apresentaria, segundo o historiador, uma descrição objetiva do século XVI. Varnhagen dedica um espaço em *História Geral do Brasil* para discutir a crônica de Gabriel Soares, deixando transparecer a função do cronista na sua História:

<sup>83</sup> VARNHAGEN, *op.cit*, p. 11 e 12.

<sup>84</sup> *Ibid.*, *loc. cit*; grifo nosso.

Como corógrafo, o mesmo é seguir o roteiro de Soares que o do Pimentel ou de Roussin; **em topografia ninguém melhor do que ele se ocupou da Bahia**; como fitólogo faltam-lhe naturalmente os princípios da ciência botânica; mas Dioscorides ou Plínio não explicam melhor as plantas do velho mundo que Soares as do novo, que desejava fazer conhecidas. A obra contemporânea que o jesuíta José de Acosta publicou em Sevilha em 1590, com o título de *História Natural e Moral das Índias*, e que tanta celebridade chegou a adquirir, bem que pela forma e assuntos se possa comparar à de Soares, é lhe muito inferior quanto à originalidade e cópia de doutrina. O mesmo dizemos das de Francisco Lopes de Gomara e de Gonçalo Fernandez de Oviedo. O grande Azara, com o talento natural que todos lhe reconheceram, não tratou instintivamente, no fim do século XVIII, da zoologia austro-americana melhor que o seu predecessor português; e numa etnografia geral dos povos bárbaros, nenhuma página poderão ter mais cabida pelo que respeita ao Brasil [...] **Causa pasmo como a atenção de um só homem pode ocupar-se em tantas coisas** “que juntamente se vêem raramente”, - como as que se contêm na sua obra, que trata a um tempo, em relação ao Brasil, de geografia, de história, de topografia, de hidrografia, de agricultura entretrópica, de horticultura brasileira, de matéria médica indígena, das madeiras de construções e de marcenaria, da zoologia em todos os seus ramos, de economia administrativa e até de mineralogia.<sup>85</sup>

O historiador oitocentista estabelece um forte elo genealógico com relação à obra de Soares, tratando das terras brasílicas nos primeiros anos de colonização, por meio de um roteiro explanatório assemelhado às descrições do cronista. Em ambas as obras, a capital do Brasil seiscentista ocupa um lugar de destaque, visto que o espaço prometia progresso em virtude da flora e da fauna, além de ser o local onde se localiza a administração da colônia. O cenário baiano compreende a segunda parte do trabalho de Soares<sup>86</sup> e o olhar de deslumbre sobre aquelas terras transcreve um roteiro do “paraíso terreal”. Segundo Lima:

Dos *topoi* mais arraigados no imaginário europeu estava de uma terra, cuja boa esperança do clima, isento de grandes frios e de grandes calores, mantinha tudo permanentemente verde. Tal lugar, onde tudo é sempre verde – acreditou a Idade Média e boa parte do Renascimento, que saiu a sua procura só é possível **no paraíso terreal, jardim de delícias inacessíveis aos homens dado o deslize de seus primeiros pais.**

É antes de tudo na relação com esse *topos* que se pode entender o espanto de Soares de **Sousa ante a fertilidade milagrosa da Bahia – sem que sejam necessárias ilações acerca da árvore escolhida, a parreira, de tão ampla significação na tradição judaico-cristã. Ao invés da morte anunciada, em que o espaço branco com suas árvores desnudas desenha, de modo**

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 11-13; grifo nosso.

<sup>86</sup> “E com as palavras de Soares Sousa fica-se logo sabendo a razão de a obra vir em duas partes dividida [*Roteiro geral da costa brasílica e o Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos*]. É que a Bahia **não cabe** na estrutura do *Roteiro*. O método de dividir o manuscrito em duas partes resulta, pois, do que se poderia chamar de um excesso de real, que só pode ser tratado em si mesmo, caso contrário o conjunto estará comprometido. Não é que sejam dois livros acoplados um ao outro, como à primeira vista poderia parecer. O *Roteiro* de um lado e, de outro, o *Memorial*. Não. É um livro só tratando de uma única coisa, a descrição do Brasil. Com uma especificidade, porém: um dos elementos do conjunto a ser descrito, requer tratamento à parte por não – repita-se – **caber** no conjunto.” IN: LIMA, Francisco Ferreira. Paraíso e inferno na Bahia de Gabriel Soares de Sousa. *Revista Veredas*. Porto, v.3 tomo 1, p. 44, 2000.

**angustiante, o cenário da desolação, tem-se, ao contrário, uma natureza tal e qual a do paraíso terreal, onde o homem reina soberano sobre as condições do tempo, fazendo-o dobrar-se à sua vontade: “o que se faz em qualquer tempo do ano conforme ao tempo em que cada um quer uvas”<sup>87</sup>**

A recuperação do texto de Soares, bem como sua publicação e, sobretudo, sua adaptação à obra de Varnhagen, contribuiu para que se edificasse a ideia de que o relato de Gabriel S. de Sousa guiaria o leitor à realidade do século XVI. Sendo assim, a escolha desse escritor como fonte reconstrutora da Bahia seiscentista no romance alencariano é motivada pelo espaço forjado pelas representações de sua crônica.<sup>88</sup>

O mesmo olhar de encantamento sobre as terras aquém-mar, apontado em Sousa, pode ser encontrado nos textos de Fernão Cardim<sup>89</sup>, e nos do padre Simão de Vasconcelos<sup>90</sup>,

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 45; grifo nosso.

<sup>88</sup> Quanto à obra de Sousa, usamos a seguinte edição: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971; grifo nosso.

<sup>89</sup> O jesuíta Fernão Cardim (1540-1625) deixou uma boa contribuição sobre o Brasil quinhentista, descrevendo as terras brasílicas, as missões jesuíticas, os aldeamentos e as relações culturais estabelecidas na América portuguesa. Permitindo reconstituir o seu olhar de encantamento, o seu testemunho e relato sobre a terra recém descoberta incide sobre a fartura dos verdes e das frutas, a riqueza de rios, as qualidades climáticas: “Este Brasil é outro Portugal, e não falando no clima que é muito mais temperado, e sadio, sem calmas grandes, nem frios, e donde os homens vivem muito com poucas doenças, como de cólica, fígado, cabeça, peitos, sarna, nem outras enfermidades de Portugal; nem falando do mar que tem muito pescado; nem das coisas da terra que Deus cá deu a esta nação.” [...] CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. Os *Tratados* são compostos por 3 materiais: *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, que trata de plantas e animais, e de coisas maravilhosas; o segundo capítulo *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*, que explora o costume e o modo de viver dos indígenas; e a terceira parte, a *Narrativa Epistolar*, composta de duas cartas destinadas ao Provincial em Portugal. “Seus *Tratados* assumem lugar importante no conjunto das fontes acerca da experiência quinhentista, compondo com um conjunto mais amplo de textos e que garantiam, exatamente por suas descrições, as condições para a colonização. As listagens de nomes e características constituem uma taxonomia qualificadora para o contato, são guias para viver na colônia.” FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos As palavras como linhas: Fernão Cardim. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano I, n. 3, p. 2, jan. 2009. Nesse guia, a descrição da Bahia é notória, ao apresentar seus fartos mantimentos, sua população, suas fazendas e sobretudo, o Colégio da Companhia.

<sup>90</sup> “Paraíso na América” é o título da catalogação na Biblioteca Vittorio Emanuele, em Roma, do parecer do P. Luís Nogueira, elaborado em 17 de abril de 1663, sobre a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (1663), de Simão de Vasconcelos. O parecer contém a única cópia conhecida dos sete últimos parágrafos das *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, que precedem o texto da *Crônica*, que foram censurados e suprimidos do livro original.” LEITE, Serafim. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. Apêndice 2, O tratado do “Paraíso na América” e o ufanismo brasileiro, p. 359-362. Segundo José Araújo, “a demonstração da tese do Paraíso na América, de Vasconcelos, parte da premissa de que ‘quatro propriedades são necessárias para que por elas uma terra tenha o nome de boa’ (VASCONCELOS, 1977, p. 144), isso porque está escrito no Gênese que o Criador da Terra viu em cada uma dessas propriedades a qualidade de serem boas: ‘et vidit Deus quod esset bonum’ (VASCONCELOS, 1977, p. 145). Assim, Vasconcelos relaciona as propriedades: ‘A primeira é: Que se vista de verde [Gn 1, 11]: a saber, de erva, pastos, e arvoredos de vários gêneros. A segunda: Que goze de bom clima, de boas influências do Céu, do sol, lua e estrelas [Gn 1, 14-18]. Terceira: que sejam suas águas abundantes de peixes, e seus ares abundantes de aves [Gn 1, 20-21]. Quarta: que produza todos os gêneros de animais, e bestas da terra [Gn 1, 24-25]. (VASCONCELOS, 1977, p. 144).’ ” In: ARAÚJO, José Antonio Andrade de. O discurso do paraíso na América e as leituras de Simão de Vasconcelos. IN: ANAIS DO CONGRESSO DA HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA NO BRASIL. Campinas, p. 4, 2003.

de forma que as imagens de encantamento descritas por esses cronistas são reaproveitadas em *As Minas de Prata*.

O discurso das crônicas introduz novos elementos, através da colonização e ocupação do território. As primeiras imagens de deslumbramento passam a conviver com as imagens negativas do território. Contudo, apesar de descreverem os problemas do território, que, em diferentes graus, rompem com a linguagem idealizada, os cronistas se esforçam por trazer um espaço que servisse aos interesses mercantilistas. Destacamos aqui o texto de Gabriel Soares, que contrasta a imagem do paraíso com a do “inferno” brasílico.

### 1.3.2.2 A Ficcionalização das fontes e a época seiscentista: o espaço bahiano e suas povoações

O romance alencariano resgata e ressignifica o olhar deslumbrado dos viajantes sobre a nova terra, seja por meio da descrição da paisagem baiana, seja por meio do luxo e da vida nobre que ostenta ouro e prata, e dos grandes senhores de engenho que dominam a Bahia. Por outro lado, também ficcionaliza o choque entre os elementos civilizatórios e os naturais. A esfera de uma cidade ainda por se desenvolver e incipiente contrasta com o ambiente impregnado de riqueza e de ornamento, o que gera um eixo dúplice representativo, calcado, por um lado, na falta de desenvolvimento, e por outro, no enriquecimento. A capital baiana reúne um ambiente díspar, que se realiza na promessa de um progresso, e de outro, na imagem da nobreza e do “ar civilizatório”. Conforme vimos, a abertura de Salvador traz um tom grandiloquente, o que se aproxima das descrições dos referidos cronistas, pois, nos textos cronísticos, a cidade da “Bahia de Todos os Santos” também é encantadora:

[...] É terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinha, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa; tem muitas madeiras de paus de cheiro, de grande preço. [...]

---

Simão de Vasconcelos desenvolve as propriedades no território do Brasil, e seguindo a demonstração do paraíso terrestre, conclui na “Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil”: “Por conclusão deste livro, e descrição do Brasil, em que temos escrito as qualidades da terra, o temperamento do clima, a frescura dos arvoredos, a variedade de plantas, e abundância de frutos, as ervas medicinais, a diversidade de viventes, assim nas águas, como na terra, e aves tão peregrinas, e mais prodígios da natureza, com que o autor dele enriqueceu este novo mundo: poderíamos fazer comparação, ou semelhança, de alguma parte sua, **com aquele paraíso da terra**, em que Deus Nosso Senhor, como em jardim, pôs a nosso primeiro pai Adão, conforme a outros diligentes autores [...]” VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 165; grifo nosso. Além de prestigiar as terras brasílicas, Vasconcelos narra no texto da Crônica a história dos grandes “varões” da Companhia, concedendo foco ao jesuíta Manuel da Nóbrega. Ele descreve os feitos desse jesuíta em distintas regiões da colônia, descrevendo o modo de catequização, as resistências dos aborígenes, e a participação das batalhas contra as invasões estrangeiras. Dentre os locais descritos, a Bahia ganha importância, chamada de “cabeça do Brasil”.

Os padres têm aqui colégio novo quase acabado; é uma quadra formosa com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos, os mais deles têm as janelas para o mar. O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a de pedra de Portugal.

[...] A terra tem muitas frutas, sc. Ananás, pacobas, e todo o ano há frutas nos refeitórios [...]<sup>91</sup>

[...] Avultam entre todas, as grandes fazendas dos engenhos de açúcar, máquinas lustrosas; porque contêm grandes oficinas, e grandiosas casarias de igrejas, moradas dos Senhores Vigários, lavradores, oficiais, serventes e escravos. [...].

As águas deste grande lagamar, ou pequeno oceano, da barra para dentro, parecem de cristal. Da nau mais alongada da praia, experimentei, que olhando para o fundo das areias, via nele os seixos, e as conchas branquejando a modo de pedaços de prata. As margens, e ribeiras dos rios por ordinário estão galanteadas da verdura dos mangues, mui engraçados, não só por verdes, mas por aquelas singulares laçadas, com que a natureza vigorosa os enredou; porque do mais alto de seus braços lançam vergôntes a beber em as águas, e nestas como luxuriando, dos braços fazem pés, arreigam em o fundo, criam raízes, e tornam a brotar ao alto troncos diversos, e diversos ramos.[...].<sup>92</sup>

Na narrativa literária, o realce imagético conferido à construção da paisagem baiana ganha uma outra dimensão, ao ter seu filão histórico extraído da descrição da Sé, feita por Gabriel Soares de Sousa: “A Sé da cidade do Salvador está **situada com o rosto sobre o mar da Bahia**, defronte do ancoradouro das naus, com um tabuleiro defronte da porta principal, bem a pique sobre desembarcadouro [...] **donde tem grande vista**”.<sup>93</sup> Ou seja, uma vez que a capital é descrita pelo ponto de vista da Sé, a igreja se torna relevante, encarada como um espaço simbólico do “ar civilizatório”. Na obra de Vasconcelos, a cidade de Salvador é caracterizada pelos locais religiosos. Na de Cardim, o espaço da igreja ganha exuberância:

A igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos com tela de ouro; tem uma cruz e turíbulo de prata, uma boa custódia para as endoenças, muitos e devotos da vida de Cristo e todos os Apóstolos. Todos os três altares têm dóceis, com suas cortinas de tafetá carmesim; tem uma cruz de prata dourada, de maravilhosa obra, com Santo Lenho, três cabeças das Onze Mil Virgens, com outras muitas e grandes relíquias de santos, e uma imagem de Nossa Senhora de S. Lucas, mui formosa e devota.<sup>94</sup>

Na obra ficcional, o espaço da igreja da Sé perpetua e contempla o cenário luxuoso. Essa esfera enobrecida também é representada pela casa de Francisco de Aguiar que

<sup>91</sup> CARDIM, *op. cit.*, p. 219 e 220.

<sup>92</sup> VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 188.

<sup>93</sup> SOUSA, p. 135; grifo nosso.

<sup>94</sup> CARDIM, *op. cit.*, p. 219.

apreende o ambiente daquele momento, também regido por escravos. Na construção do berço da cidade, as notas de Alencar ostentam o caráter luxuoso da Bahia:

A Bahia - Gabriel Soares – (Roteiro) dá em 1587 oitocentos moradores à Bahia: em 22 anos que vão para 1609, essa população devia se ter elevado ao algarismo de 1500 pouco mais ou menos. A capitania tinha em 1587 2000 colonos, 4000 escravos, e 6000 índios catequizados, segundo o autor citado. Quanto ao luxo de que se fala é atestado pelo mesmo Gabriel Soares e Fernão Cardim - Narrativa. O colégio dos Jesuítas. Era então o edifício de melhor fábrica que havia na Bahia. A ordem estava no fastígio: era rica e recebia do estado mais de quatro mil cruzados, além do que lhe rendiam seus engenhos.<sup>95</sup>

Os espaços são índices do crescimento daquele local, mas também das forças atuantes naquele momento. Assim, a posição do Terreiro - local onde ocorrem os jogos receptivos do governador - que, próximo do Colégio dos Jesuítas, ganha peculiaridade na trama, tendo em vista sua natureza historiográfica:

Passando além da Sé pelo mesmo rumo do norte, corre outra rua mui larga, também ocupada com lojas de mercadores, a qual vai dar consigo num **terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavalo**, por ser maior que a praça, o qual está cercado em quadro de nobres casas. E ocupa esse terreiro a parte da rua da banda do mar um suntuoso colégio dos padres da Companhia de Jesus, com uma formosa e alegre igreja, onde serve o culto divino com mui ricos ornamentos, o qual os padres têm sempre mui limpa e cheirosa.<sup>96</sup>

A localização do Colégio privilegiaria a visão para o cenário onde acontecem os jogos da liça, o que permitiria a Molina visualizar a boa performance de Estácio. Seria no espaço do Colégio que se apresentariam as tramas principais, onde se fazem as reuniões entre os jesuítas e onde Molina mostra aos poucos seu ar de superior.

Coaduna com a descrição espacial a caracterização das vestimentas dos personagens, caso das figuras de Estácio e Cristóvão de Ávila. Ávila ostenta elegância e poder, impondo sua figura aristocrática e nobre. Personificando a riqueza da população baiana, este sujeito traça “uma combinação artística de lindas cores”, mobilizando um viés cromático plasmado nas imagens de fios de ouro, pérola, seda escarlata, prata, veludo turquí. Em contrapartida, seu melhor amigo Estácio veste trajes pretos, simbolizando sua posição inferior e marginalizada, além de projetar os obstáculos a serem enfrentados. Nesse sentido, a descrição de detalhes daquela época, como a peculiaridade das vestimentas, antecipa a própria arquitetura romanesca, ao mesmo tempo em que configura um quadro histórico da Bahia

<sup>95</sup> ALENCAR, José. Notas. In: \_\_\_\_\_. *As Minas de Prata*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p. I-VII. p. I.

<sup>96</sup> SOUSA, *op. cit.*, p. 136; grifo nosso.

seiscentista, como podemos notar no seguinte trecho de Gabriel Soares de Sousa, aludido por Alencar em suas notas:

Na cidade de Salvador e seu termo há muitos moradores ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalos e alfaias de casa, entanto que há muitos homens que têm dois e três mil cruzados em joias de ouro e prata lavrada. Há na Bahia mais de cem moradores [...] os quais tratam suas pessoas mui honradamente, com muitos cavalos, criados e escravos, e com vestidos demasiados, especialmente as mulheres, porque não vestem senão sedas, por a terra não ser fria, no que fazem grandes despesas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer peão anda com calções e gibão de cetim ou damasco, e trazem as mulheres com vasquinhas e gibões do mesmo [...].<sup>97</sup>

Em consonância com a reconstituição da pintura de Salvador, os personagens referenciais, como Cristóvão de Ávila e Francisco de Aguiar, atestam as bases históricas do romance e reverberam o aspecto aristocrático da cidade. Cristóvão de Ávila é referenciado nas notas de Alencar (1862), de acordo com a *História* de Varnhagen, como um moço pobre que vem acompanhando Tomé de Sousa, e torna-se rico e poderoso. Francisco de Aguiar é pai de Inês e, em virtude de sua postura nobre e aristocrática, se posiciona contra o envolvimento de sua filha com Estácio, sustentando que sua família descende de castelhanos, de forma que a ascendência de Estácio, fruto da miscigenação entre branco e índio, não estaria à altura dos espanhóis. O personagem é extraído do *Tratado Descritivo do Brasil*, de Sousa, que o descreve segundo suas posses:

De Nossa Senhora da Escada para cima se recolhe a terra para dentro até o porto de Paripe, que é daí uma légua, cujo espaço se chama Praia Grande, pelo ela ser muito formosa, ao longo da qual está tudo povoado de mui alegres fazendas, e de um engenho de açúcar que mói com bois e está muito bem acabado, cujo senhorio se chama Francisco de Aguiar, homem principal, castelhana de nação.<sup>98</sup>

Outro personagem também histórico é Bartolomeu Pires, mestre de capela, que se apresenta no romance com grande renda. Na crônica de Soares, podemos observar suas posses:

A ilha da Maré é muito boa terra para canaviais e algodões e todos os mantimentos, onde está um engenho de açúcar que lavra com bois, que é de Bartolomeu Pires, mestre de capela da sé [...].<sup>99</sup>

Destacamos o personagem Vaz de Caminha, que, se por um lado, não é histórico, por outro, sua presença se liga diretamente a um acontecimento histórico. O licenciado representa a advocacia no Brasil, cuidando de alguns casos problemáticos, como o do

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 147.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 144.

personagem de Dulce<sup>100</sup>. Sua imagem é construída em torno da sabedoria, da sagacidade e da habilidade em lidar com problemas que não envolvem força física, e sim estratégias de defesas e antecipações dos passos a serem dados por seus inimigos. Assim, desvenda e decifra enigmas, situações e relações duvidosas entre os personagens; estabelece a relação entre a chegada do padre Gusmão e de D. Francisco de Sousa e o possível interesse destes sujeitos pelas minas de prata; e descobre o plano do taberneiro Brás para roubar o tesouro de Dulce. Por essas empreitadas, a sabedoria de Vaz é metaforizada em títulos de capítulos, por exemplo, “Como a bengala bem manejada pode mais que muitas espadas”. Nesse contexto, o licenciado interrompe um possível combate entre os soldados do governo e o grupo de Estácio. A sua presença faz com que seu afilhado se entregue por vontade própria, evitando possíveis desavenças. Por conseguinte, a bengala metaforiza a sabedoria, contrastando com a força bruta.

Representando a honestidade e a justiça, o advogado contempla o desenvolvimento da área jurídica, esperando a instalação da Relação no Brasil. De acordo com a nota de Alencar (1862), a qual remete a Varnhagen, a instalação da Relação foi uma das primeiras providências a ser tomada por D. Diogo e, de fato, foi criada em 1609<sup>101</sup>.

<sup>100</sup>Dulce é uma personagem espanhola que, após uma decepção com seu marido, resolve deixar a Europa para acompanhar seu pai na busca pelo *El Dorado* em terras brasileiras. Após a morte de seu progenitor, Dulce herda “um baú de diamantes”, conquistado por seu pai na exploração secreta das minas, e, conseqüentemente, atíca a cobiça de seu escravo que fornece informações precisas sobre o esconderijo do tesouro ao judengo Brás.

A trama sobre o roubo do tesouro de Dulce aparece pela primeira vez numa reunião feita entre o taberneiro, seu empregado Anselmo e o escravo de Dulce, Lucas, que concebe as condições para assaltar o dinheiro da moça.

<sup>101</sup> Descrevemos a posição de Varnhagen sobre os “Letrados” e as relações aristocráticas no reino monárquico: “Na hierarquia governativa, como país eminentemente monárquico, tudo ia convergir ao trono ou, antes, tudo dele divergia; desde que os reis portugueses, à imitação dos outros do continente europeu, haviam feito mais dependentes da coroa, não só antigos senhores das terras, como o próprio clero, restringindo-lhe, por meio de concordatas com a Santa Fé, suas liberdades, e apropriando-se os benefícios e nomeações deles. **Sem esse poder quase absoluto** que se tinham adjudicado os reis, **valendo-se da magistratura letrada, classe média entre os grandes e o povo, que se formava nas universidades**, talvez não fora possível a Portugal ter levado e mantido tão longe suas conquistas, em uma época de revolução social, como a que se operou pelo trato da América, e pela facilidade e frequência do da Ásia. **Essa magistratura letrada por seu saber**, por seus enredos, sua atividade, sua loquela e a proteção que lhe davam as Ordenações, redigidas por indivíduos de sua classe, veio, pelo tempo adiante, a predominar no país; -e até a alistar-se no número de seus primeiros aristocratas, depois de haver em geral hostilizado a classe, antes de chegar a ela. **É a tendência do espírito humano**; e quem sabe se desgraçadamente originada por um princípio que degenera em orgulho. Entretanto, por mais que corram os séculos, não há país, embora blasono de mui republicano, que não aprecie **a sua aristocracia**, isto é, **a nobreza hereditária**; -- **sendo que a tradição das famílias vem, com o andar do tempo, a constituir a história da pátria. A nação acata nos filhos, e ainda mais nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até as suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada, do herói que morreu pela independência da pátria, a pena do escritor que a ilustrou pelas letras, o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes.** Além de que, a experiência prova que as aristocracias, sustentáculos dos tronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões de despotismo do poder, e contra os transbordamentos tirânicos e intolerantes das democracias”. VARNHAGEN, *op. cit.*, p.156; grifo nosso.

Varnhagen dá seu juízo de valor sobre o modo de governo de Portugal, que, embora diga respeito à monarquia, sua crítica se estende para o sistema governamental do século XIX. Defendendo a monarquia, ou melhor, a

Porém, no romance, Vaz vem para o Brasil no seu almejado sonho de trabalhar na sua área e ser bem pago, o que não ocorre, pois a esperada Relação não dá notícias.

A escolha desses personagens e das descrições cautelosas e particulares de Salvador alicerçam o processo de reinterpretação da experiência do passado colonial. Definir, dessa maneira, os personagens e a atmosfera seiscentista, antes de o leitor conhecer as tramas, pode ser encarado como uma estratégia que busca apreender o contexto colonial, para desenvolver as ideias, trajetórias e encruzilhadas do romance. Podemos concluir que José de Alencar opta por demarcar um lugar de produção nas representações da História do Brasil, assumindo sua especificidade no horizonte identitário da nação.

Sendo assim, a pintura do ambiente e do cotidiano da cidade de Salvador circunscreve, de um lado, a nobreza daquele cenário, que se mescla com a de seus habitantes, e, de outro, quadros e detalhes daquela época: registra situações comuns ou raras à época, e as diferencia ou as aproxima das do século XIX:

Nesse momento invadiu o altar uma corporação, que **hoje** tem perdido muito da sua primitiva importância social, mas que no século XVII representava um papel distinto em todas as carolices e galhofas da **época**; doze meninos do coro, metidos em sacos de lã vermelha, espalharam-se pelo corpo da igreja armados do competente acendedor.<sup>102</sup>

Este fato [chegada da fragata espanhola] que hoje não tem muita importância pela sua frequência, naquele tempo de raras e difíceis comunicações entre o Brasil e a metrópole, era um acontecimento do maior interesse. Para os governadores e empregados no serviço real queria dizer a solução de altas questões da administração do novo estado; para o povo exprimia talvez o deferimento aos pedidos das câmaras sobre a redução de impostos, extinção dos estancos e servidão dos índios; para os mercadores de grosso trato significava o recebimento de cabedais ou de gêneros de tráfego; para os particulares era o provimento da mercê que haviam requerido, ou a reforma da sentença de que tinham agravado: para as mulheres, além da parte que tomavam no que dizia respeito a seus pais, irmãos e maridos, havia a curiosidade, sentimento poderoso em todas as filhas de Eva.<sup>103</sup>

Naquele tempo, como hoje, como sempre, duas moças amigas que se encontravam, tinham tanto que dizer entre si [...] <sup>104</sup>

A dimensão narrativa flutua entre dois tempos e dois espaços e, neste sentido, o narrador, com vista a diminuir o estranhamento do seu leitor, por conta da distância de valores

---

centralização do poder, o historiador registra o papel dos “homens das letras” para o crescimento e desenvolvimento de uma nação, construindo a história das famílias que descendem da nobreza hereditária, e da nação que acata os grandes heróis.

Essa concepção de Varnhagen é ressemantizada no romance alencariano, que representa a força do letrado na imagem do engenhoso Caminha, personagem importante para os desvendamentos dos enigmas do romance. Assim, o sujeito formado pelas letras consegue decifrar os mistérios. Ao lado dessa “magistratura”, a narrativa trabalha a nobreza hereditária, dada a descendência do protagonista Estácio.

<sup>102</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 420; grifo nosso.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 438.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 430.

e costumes, remete a um juízo crítico em alguns momentos. Por esses caminhos, o plano narrativo constrói a imagem da Bahia com ares aristocráticos. Da parte das crônicas coloniais, reaproveita os olhares dos viajantes como tradutores de um novo mundo e, ao trazê-los como personagens, dá margem a outras leituras.

Ainda quanto ao tratamento do material histórico, Alencar lida com os registros, documentos e crônicas produzidos pelos jesuítas, que também conferem veracidade ao seu romance. Em contraponto, o autor relativiza o valor de verdade daqueles materiais, ao reinterpretar a função da Companhia de Jesus no Brasil.

### **1.3.3 Os jesuítas, suas escritas e possíveis confecções da história do Brasil: a Companhia de Jesus, suas práticas e dilemas**

Na nota alencariana, Fernão Cardim é citado como fonte histórica e o personagem desempenha na obra o papel de padre Provincial do Brasil da Companhia de Jesus, como, de fato, desenvolveu no Brasil Colonial no ano de 1604. Entretanto, a presença deste jesuíta, seja nas notas de 1862, ou mesmo como personagem da obra, aponta para outras questões: o espaço que a Companhia de Jesus ocupa na colonização do Brasil e o espaço que seus documentos tomam como parte da escrita da História. Ou melhor, o romance ficcionaliza a História se fazendo.

Fernão Cardim cumpre o papel de padre superior e lidera a Companhia de Jesus, porém, é substituído pelo personagem fictício padre Molina. Se na América Portuguesa Cardim exerce a função de intermediário cultural entre a metrópole e a colônia, na obra, Alencar trabalha com a imagem da cultura escrita dos jesuítas, por meio da presença do alfarrábio, que simboliza as crônicas dos jesuítas, o registro da terra e do povo, bem como o meio de comunicação daquele momento. A conexão colônia-Espanha é possibilitada pelas trocas epistolares que representam e metaforizam a formação de uma organização que viabiliza dominar o mundo, pois, “usadas como espaço de união, ação, informação, negociação, conflito, comunicação e sociabilidade intelectual, as cartas viabilizaram o governo da Companhia e a formação de uma organização mundial, através da escrita”.<sup>105</sup> Dessa maneira, *As Minas de Prata* tenta recriar o percurso da Companhia na colônia e da própria escrita de sua História, pois

---

<sup>105</sup> PEDRO, Lívia. *História da Companhia de Jesus no Brasil: biografia de uma obra*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 29.

A Companhia de Jesus jamais se descuidou do registro de sua própria história. Obrigados a escrever cartas e catálogos informando sobre seus empreendimentos e atividades em todo o mundo, os jesuítas cultivaram a prática de registrar suas obras e ações, a partir da imagem que construíram de si mesmos. Assim produziram uma quantidade assustadora de fontes manuscritas e impressas a partir do século XVI.<sup>106</sup>

As cartas jesuíticas construíram representações sobre povos e lugares onde se estabeleceram as missões, sobre como formaram visões sobre os domínios coloniais que se constituíam no alvorecer da modernidade; refletir sobre como, mais do que estabelecer visões e percepções, as palavras traçadas definiram parâmetros para a ação daqueles homens, constituem uma taxonomia qualificadora para o contato, são guias para viver na colônia.<sup>107</sup>

Sendo assim, as cartas, os alfarrábios, e a representação da escrita jesuítica permitem revisitar o lugar e o espaço que a Companhia obteve, gradualmente, no processo colonial e civilizatório do Brasil. Da mesma forma, no romance alencariano, as crônicas assumem um espaço e uma especificidade. As cartas dos loiolanos pensam as experiências coloniais e o modo como os religiosos liam aquele espaço. Os alfarrábios trazem notícias dos habitantes da Bahia e dos seus principais acontecimentos, indiciando os rastros da própria História. Dessa maneira, as crônicas coloniais são ficcionalizadas na obra, e a confecção desse material é dado como um dos procedimentos da escrita da narrativa histórica.

Portanto, o efeito de verdade da prosa atestada por cronistas (e aqui damos atenção especial aos religiosos) metaforiza uma possível narrativa da História do Brasil que se buscava confeccionar em meados do século XIX, dado o esforço do IHBG, ao recolher, coligir e publicar os dados e escritos referentes ao período colonial. Não obstante, se o romance histórico de Alencar particulariza a história da nação nas reapropriações dos olhares dos cronistas religiosos e na própria temática da atuação da Ordem Inaciana, por outro, ele problematiza os níveis de verdade daqueles registros no questionamento da própria função da Companhia de Jesus no Brasil. Assim, Alencar tematiza o espaço ambíguo dessa Ordem ora na contribuição dos seus registros, ora no espaço que toma enquanto instituição religiosa. As anotações dos padres daquela época não só priorizavam as descrições da terra a ser explorada, mas também funcionavam como um registro de possíveis fundos monetários para a Companhia. Assim, a missão da Companhia de Jesus é multifacetária, ramificando-se na catequese dos índios, no ensino religioso, na pregação aos fiéis, e, ambigualmente, no

---

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>107</sup> FERNANDES, *Eunícia Barros*. Fernão Cardim: A Epistolografia jesuítica e a construção do outro. *Tempo*. Niterói, v.14 n. 27, 2009, p. 178.

levantamento de fundos. Tendo por modelo os personagens que se mitificaram nessa função, como Nóbrega e Anchieta, a obra apresenta o principal personagem desviante:

Havia apenas três horas que o P. **Gusmão de Molina** desembarcara e achava-se no convento: **ninguém sabia ao certo o que trazia ao Brasil e quem o enviava; mas era natural que tocado do mesmo fervor de Nóbrega e Anchieta, viesse apostolar entre os selvagens e plantar a cruz nos desertos, cingindo-a com as palmas do martírio.**<sup>108</sup>

A partir da chegada de Molina no Colégio, o espaço e as funções dos inacianos começam a ser revistas e relidas. Esse discurso que especula e/ou desperta curiosidade em torno do motivo pelo qual aquele jesuíta se encontra em terras portuguesas tenta apresentar ao leitor as supostas intenções do padre espanhol, que deveriam se emparelhar com as de jesuítas exemplares. Entretanto, esse discurso de apresentação ganha um fundo irônico diante da discrepância entre os referidos missionários e o caráter de Molina, desenvolvido no mesmo capítulo introdutório, sobretudo no item “Em que os argueiros parecem cavaleiros”. Nesta parte, o padre se mostra disposto a utilizar de todos os meios para encontrar as minas de prata, inclusive, da trapaça. Para manter sua verdadeira intenção sob o absoluto sigilo, ludibria os outros dizendo que o levantamento seria em prol da Companhia. O momento em que ele é nomeado padre Superior é significativo, à medida que identifica a assinatura de Cláudio Aquaviva:

Nós, Cláudio Aquaviva, pela autoridade da Santa Sé Apostólica e voto da Congregação, Superior Geral da Companhia de Jesus, nomeamos o reverendo P. Gusmão de Molina Visitador e Assistente na província do Brasil, e mandamos a todos os nossos irmãos, assim religiosos como seculares, por tal o reconheçam e lhe prestem obediência plena. Em nome do Padre, do Filho, e do Espírito Santo, amén. Dado em Roma na casa da Companhia, aos 5 de Agosto de 1608.<sup>109</sup>

O documento de Cláudio Aquaviva é interessante, conforme esse dirigente da Companhia seria visto como responsável pela implementação de outras propostas, como a expansão financeira da Instituição. Sendo assim, esses indícios que despertam possíveis suspeitas da postura espiritual dos padres dão sentido ao primeiro conflito da narrativa: a querela dos jesuítas com o governador e senhores de engenho, que aparece, brevemente, antes mesmo da chegada de Molina:

Justamente nessa época os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, **sustentavam contra os jesuítas grande questão da**

<sup>108</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 476; grifo nosso.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 571.

**servidão dos índios**, e compreendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes [...]<sup>110</sup>

Esse embate que passaria despercebido começa a ter significação após as revelações de padre Molina. Nesse sentido, a atuação destas instituições mobiliza conflitos em torno da administração da colônia. Uma das possibilidades de leitura dessas querelas seria a disputa histórica de D. Diogo e dos senhores de engenho com os jesuítas. Sobre os embates políticos entre os representantes da Companhia e os do reino, as notas da edição de 1862 fazem referência à obra de Varnhagen, que assinala o seguinte:

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam populações, as terras braços próprios à cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionam.<sup>111</sup>

Em seu texto, Varnhagen explora o olhar de reprovação do governador quanto à atuação dos padres. A *História Geral do Brasil* traz a visão crítica de D. Diogo de Menezes sobre os jesuítas, como o fato de apontar a “**má natureza dos padres**”. A nosso ver, a ressemantização destes fatos no romance, que, a princípio, está relacionada com a querela entre jesuítas e o governador, se desdobra em diferentes dimensões da representação da Companhia, ganhando tónus com os procedimentos do padre espanhol. Nesse sentido, o registro dos membros clericais seria manipulado de acordo com seus interesses e, sobretudo, com o que os personagens lhe contavam no confessionário, de maneira que os documentos são escritos segundo as atividades ambíguas da Companhia.

A obra ficcional de Alencar retrata, cria e aproveita determinadas situações que captam os primeiros problemas da identidade nacional. O eixo de conexão entre elas está no enredo das minas, que provoca a vinda de europeus, no caso, do jesuíta Molina, e as disputas pelo *El Dorado*. Relacionada a estas conexões, a prosa ressignifica a invasão estrangeira.

---

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 418; grifo nosso.

<sup>111</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 113.

#### 1.4 Imagens da colonização em *As Minas*: a narrativa histórica e os primeiros problemas da identidade nacional

Assim, a primeira problematização do nacional se instaura no contraste entre os primeiros missionários e os desviantes da função espiritual, o que também é explorado por Varnhagen. O historiador ainda critica a “filantropia” empregada pelos jesuítas, já nos primeiros anos de colonização, e demonstra o quanto era frágil a construção desse passado colonial, ao denunciar os abusos de alguns religiosos e valorizar o esforço de outros:

**Pelo que respeita aos jesuítas, cumpre dizer que os primeiros, principalmente os dois a quem o Brasil reconhece dever maiores serviços, Nóbrega e Anchieta, não eram eles sectários das ideias de Las Casas.** Aquele escrevia mui terminantemente a Tomé de Sousa: “Em mentes o gentio não for senhoreado por guerra e sujeito, como fazem os Castellanos nas terras que conquistaram, e no Paraguai o fizeram com mui pouca gente, senhoreando o maior gentio que há na terra...” “E se o deixam em sua liberdade e vontade, como é gente brutal, não se faz nada com ele, como por experiência vimos todos esse tempo que com ele tratamos, com muito trabalho, sem dele tirarmos mais fruto que poucas almas inocentes que aos céus mandamos”.<sup>112</sup>

[...] A música atraiu assim a civilização, do meio dos bosques, muitos que se estavam criando para homens-fera; e **Nóbrega foi quase um segundo Orfeu em nosso país.**<sup>113</sup>

**As providências de mal entendida filantropia,** decretadas depois pela piedade dos reis, e sustentadas pelas políticas dos jesuítas, foram a causa de que os índios comessem pouco a pouco a ser unicamente chamados à civilização pelos demorados meios da catequese, e que ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade.— Era uma verdadeira monomania do pseudo-filantropico Las Casas a de deixar aos Americanos todos no mesmo estado em que estavam; pois que a verdadeira filantropia ou o amor da humanidade não era quem o movia, quando ele por outro lado pregava a conveniência da escravidão africana, e em 1511 lembrava, para haver mais escravos, que não pagassem direitos os Africanos que se levassem à América! Nem que o seu propósito fosse transportar à mesma América! Nem que seu propósito fosse transportar à mesma América toda a Etiópia.”<sup>114</sup>

Esse duplo olhar é aproveitado na obra de Alencar, que contracenava duas posturas distintas na atuação dessa instituição. No decorrer da prosa, o narrador dá as coordenadas do posicionamento de padres, que dicotomizam o proceder da Ordem. Assim, a narrativa desenvolveria o lugar tomado pela Instituição Religiosa como elemento integrante da civilidade na colônia. O espaço no sentido simbólico e ideológico dialoga com o seu conceito

<sup>112</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 220; grifo nosso.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 243, grifo nosso.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 220.; grifo nosso.

enquanto construtor físico do cenário. Na tessitura romanesca, o cenário baiano designa-se a partir da Sé, impregnando-se de sua dimensão espacial e ideológica, e adquirindo novos contornos sob o olhar alencariano. Neste cenário, realizam-se as missas mais importantes, a saber, a missa cantada que integra os festejos para a recepção de D. Diogo e que, por sua vez, registra o embate entre os jesuítas e o novo governador. O quadro espacial desdobra-se em indícios políticos e ideológicos do momento abordado. O Colégio localiza-se perto do terreiro, de forma que possibilita aos eclesiásticos vislumbrarem a atuação dos personagens em cena, fato que se verifica com o padre Gusmão. Este sujeito observa a desenvoltura de Estácio, por sua habilidade em manejar a espada. O jesuíta, preocupado em estudar e planejar estratégias para encontrar o roteiro das minas de prata, enxerga na figura de Estácio “um rapaz capaz de grandes coisas”, desde que siga bons conselhos. Tendo como objetivo conhecer a sociedade baiana e seu funcionamento, Gusmão observa minuciosamente tudo a sua volta. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os jogos da liça acontecem, Vaz de Caminha, “pai espiritual” de Estácio, joga xadrez com o padre Fernão Cardim no interior do Colégio, enquanto Molina [Gusmão] assiste aos festejos. Caminha se revela um grande jogador, prevendo possíveis estratégias do seu rival, e empregando novas táticas, as quais simbolizam sua habilidade em desvendar e descobrir tramas e mistérios no decorrer do enredo. Os termos empregados para descrever as configurações do jogo aludem à esfera semântica da guerra, abrindo o campo imagético do tabuleiro para os códigos do combate, que se desdobram nos confrontos políticos e nos embates em torno das minas de prata.

Fazendo uma reverência ao Padre Gusmão, o licenciado foi tomar seu lugar à direita do bufete, e defronte do provincial; este esquecendo o mundo concentrava sua atenção no tabuleiro, cujas casas pretas e brancas se lhe afiguravam **posições estratégicas de dois exércitos inimigos no começo de uma grande batalha.**<sup>115</sup>

[...] Como porém nenhuma das partes beligerantes pôs a menor dúvida sobre **a posição estratégica do inimigo**, o jogo continuou, e sem mais incidentes.<sup>116</sup>

Essas imagens, ao se alternarem com as do torneio, que trazem a presença constante de D. Diogo de Menezes, englobam os possíveis campos simbólicos interseccionados no entrosamento de um jogo com o outro, e cruzam as possíveis rivalidades: jesuítas X Vaz e Estácio; jesuítas X governo. O protagonista Estácio, enquanto resolve no Terreiro seus conflitos amorosos, enfrentando seu rival D. Fernando e trazendo todo o código da cavalaria, é aludido no interior do Colégio, seja pelas reflexões de Vaz, seja pelos olhares e

<sup>115</sup> ALENCA, *As Minas*, p. 478.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 514; grifo nosso.

observações de Molina. Por conseguinte, os pilares destas esferas conflituosas são projetados nas especulações de Vaz sobre a chegada do Padre Gusmão e seu fingido ar de subordinado, e sobre a histórica divisão política do governo colonial, com a parte Sul designada a D. Francisco de Sousa, personagem que, no romance, acompanhou Robério Dias na busca das minas. Estas reflexões invadem o pensamento do licenciado durante o jogo. Acrescenta-se a isso o fato de o padre Molina participar das estratégias de ataque do xadrez, e circunscrevê-las no jogo de experiência do mundo:

“Tais avisos não os aprendi nesse tabuleiro de sessenta e quatro casas, porém em outro maior a que chamam de mundo, P. Provincial. Se eu quisesse atacar um **governador**, digo, um rei, não o ameaçaria de longe para que ele se prevenisse; aproximar-me-ia ao contrário para conhecer-lhe o fraco, e dar mais certo golpe.”<sup>117</sup>

A partir deste momento, o leitor vislumbra um entrelaçamento de tramas, sinalizadas pelo torneio, jogo de xadrez, e a figura de Gusmão: a trama das minas de prata e o confronto dos jesuítas com o governador pela posse das pedras preciosas e pelo poder político. O padre já se mostra um grande estrategista, elemento que se consagra na sua luta pelo roteiro, ao mobilizar suas alianças contra o governo e Estácio; e Vaz de Caminha, de outro lado, também se revela um grande decifrador de enigmas e mistérios. Por essa leitura, entendemos que o *Colégio* abre frestas que possibilitam observar os diferentes posicionamentos tomados pelos personagens, conforme metaforiza a força dos jesuítas, concedendo ressalva para Gusmão, que encontra grande resistência na figura de Vaz. Opondo-se simetricamente, o espaço do torneio metaforiza a força física e a valentia de Estácio, representante da pátria, que também encontra obstáculo na figura de Gusmão.

Os confrontos políticos daquele momento estão alinhados com a construção literária de Gusmão, que, ao vir da Espanha, abre o campo simbólico da relação entre este país e a colônia, engrenando um olhar negativo sobre o domínio da União Ibérica aquém-mar. Se a representação dos jesuítas está relacionada aos primeiros conflitos da narrativa ficcional, os quais também são discutidos pelo trabalho de Varnhagen, os grandes conflitos tematizados em *As Minas de Prata*, internos e externos à colônia, compreendem a falta de administração por parte espanhola e as consequências da invasão holandesa. No próximo tópico, adentraremos

---

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 480; grifo nosso. Segundo Valeria de Marco, “Na biblioteca [interior do Colégio], predomina o tom de mediana seriedade de um cotidiano de letrados. No entanto, configura-se nesse momento um conflito composto por ingredientes que, apesar de mantidos em banho-maria no transcorrer da obra, remetem a um confronto político, a uma disputa entre a Companhia de Jesus e o Estado, uma luta pela demarcação não apenas das minas, mas, sobretudo, da esfera de atuação das diferentes instituições.” MARCO, Valeria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Unicamp: Editora da Unicamp, 1993. p. 132.

no enredo da obra, analisando ainda os embates dos jesuítas, e, sobretudo, os aspectos decorrentes disso: as lutas pelas minas de prata.

#### 1.4.1 O Brasil Colonial na obra histórico-ficcional de Alencar: a administração do território brasílico e seus primeiros problemas internos e externos

Já na primeira página do romance, a narrativa determina o período do Brasil Colonial explorado, “Raiava o ano de 1609”, instaurando uma precisão histórica na obra. Nessa época, o governo do Brasil enfrentava mudanças políticas concernentes à divisão entre o norte e o sul do país, as quais fundavam instabilidades no Império Português, ao mesmo tempo em que passava por tensões entre o governador e a Companhia de Jesus. Redimensionando esses fatos, os primeiros capítulos de *As Minas de Prata* adquirem como ponto central a narrativa dos traços políticos da época, colocando em cena as diferentes formas de atuação da Coroa: a divisão entre norte e sul e as disputas entre o Estado e a Companhia de Jesus. O panorama político do Brasil Colonial aglutina variados modos de administração, que, ao serem representados de forma conflitante, evidenciam os problemas da trajetória colonial, visto que a máquina colonizadora se encontra em face de uma Metrópole que experimenta diferentes meios para se adaptar à nova situação. Alencar explora tais dilemas nas próprias notas, atribuindo veracidade ao seu romance:

D. Diogo de Menezes e Siqueira, - Filho de D. João de Menezes, capitão de Tangere: nomeado governador geral do Brasil em 22 de Agosto de 1606, chegou a Pernambuco em dezembro de 1607; só um ano depois seguir para a Bahia em virtude da carta Régia de 9 de Agosto, que **o mandava residir naquela capital afim de evitar o abuso que se introduzira de escolherem os governadores de qualquer capitania para nela fazerem a sede do governo.**<sup>118</sup>

D. Constantino Barradas. – Entre o governador D. Diogo de Menezes e o bispo D. Constantino Barradas houve no ano de 1608 em Pernambuco, por ocasião da procissão do Corpo de Deus, uma questão do etiqueta e precedência, que diz **Varnhagen – História do Brasil foi um verdadeiro romance.**<sup>119</sup>

Em *As Minas de Prata*, tais fatos ganham a seguinte apropriação:

[...] D. Diogo de Menezes e Siqueira, que depois de haver permanecido um ano na Capitania de Pernambuco para dispor sobre cousas da administração, aportara finalmente à capital no dia 17 de dezembro de 1608.

<sup>118</sup> ALENCAR, José. Notas. In: \_\_\_\_\_. *As Minas de Prata*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p.I; grifo nosso.

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. II; grifo nosso.

[...] D. Diogo de Menezes, depois Conde de Ericeira, e um dos abalizados varões que governaram o Estado do Brasil, merecia pelo **seu nobre caráter e espírito superior uma demonstração especial da parte dos baianos.**

Durante o tempo que se demorara em Pernambuco, D. Diogo de Menezes tinha revelado sua força de vontade, e mostrara o firme propósito de repelir a **intervenção que o bispo D. Constantino Barradas e a Companhia de Jesus exerciam anteriormente sobre o governo temporal.** A luta se travara **com uma questão de etiqueta e precedência, a que dera lugar a procissão do Corpo de Deus celebrada em Olinda.**<sup>120</sup>

D. Diogo de Menezes vendo a cadeira do provincial dos jesuítas vaga, sorria de um modo significativo; compreendera que a ausência não motivada, no dia em que celebravam a sua chegada, era um primeiro manifesto de guerra que lhe lançavam aos aliados do bispo D. Constantino.<sup>121</sup>

Alencar romanceia possíveis escritas da História do Brasil, seja na alta dose literária desses fatos, seja no próprio apontamento da História por meio da escrita dos jesuítas, o que, neste caso, pode ser traduzido como construções metalinguísticas de sua obra, já que considera a História do Brasil um romance. Ou seja, a cultura jesuítica alimentaria os alicerces de sua produção literária. Esse processo de aproximação entre romance e fatos históricos estrutura sua obra em termos temáticos e estéticos, o que é significativo para compreender como o autor entende a escrita de “um romance histórico”, bem como a própria escolha desse gênero. Reiteramos que nossas questões são levantadas dos entrosamentos entre ficção e História.

Seguindo essas aproximações, a narrativa literária também reproduz a divisão histórica entre norte e sul e, dessa forma, pulveriza no decorrer da trama as decisões políticas que marcaram a regência da União Ibérica. Nessa esteira, o discurso literário promove uma ressignificação da História, compreendendo tensões e conflitos da colônia brasileira e registrando o quadro conturbado do período filipino e da chegada de D. Diogo de Menezes, que, além de lidar com os jesuítas, teria que enfrentar os problemas do comércio ilícito e da invasão estrangeira. Assim, José de Alencar explora nobremente a imagem de D. Diogo, partindo dos dados históricos de Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, que documenta as principais responsabilidades desse governo: limpar a costa de corsários e coibir o comércio ilícito de muitos navios estrangeiros. Podemos levantar a leitura de que as análises e as ponderações feitas pelo referido historiador sobre esse governo se desdobram para o aproveitamento literário com o qual Alencar trabalha: o reconhecimento de D. Diogo pela colonização e defesa do Ceará, conforme podemos notar na voz de Varnhagen:

<sup>120</sup> *Id.*, *As Minas*, p. 418; grifo nosso.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 435.

Atendeu também o governador a melhorar a defesa da Bahia pela construção de um novo forte que foi chamado de São Diogo, e que foi artilhado com três colubrinas, uma espera e um passavolante turquesco. E às suas informações deve ter sido provavelmente devida a providência tomada pela metrópole para que os serviços prestados no Brasil viessem aqui mesmo a ser recompensados, o que contribuiu a estabelecer certa unidade colonial, que depois se aumentou com a guerra holandesa.<sup>122</sup>

Em *As Minas de Prata*, a imagem construída para Menezes condiz com a do governador responsável, digno de defender um país diante das invasões da costa brasileira. Contudo, para tanto, ele conta com o autêntico representante da nação, Estácio, que por sua atuação na liça e por sua valentia, chama a atenção de D. Diogo, que o convoca para ajudar a desbravar e a proteger o forte do Ceará. É nesse momento que singelamente a obra constrói um mosaico da atuação do governo, com pequenas pinceladas e referências, que, no decorrer da narrativa, forjam a construção da pátria:

D. Diogo de Menezes, recolhido em seu gabinete, conversa em particular com sargento-mór do Brasil, D. Diogo de Campos, sobre coisas do Estado e governo das capitâneas. Findo o conselho, foi Estácio introduzido a sua presença pelo capitão Manoel de Mello, que nessa ocasião lhe deu parte do ocorrido; chegando ao ponto relativo à intervenção indébita do capitão-de-mato, o Governador o interrompeu severamente:

- Basta, capitão! João Fogaça disse com acerto que os soldados da minha guarda ao vosso mando hão mister que lhes ensine ele a cumprir minhas ordens. Pena tenho eu de que vós não trouxesse atados pelo meio da cidade, como o prometeu, mas lhe diga de minha parte, que venha a palácio para lhe agradecer a lição que vos deu!...

O oficial retirou-se. O Governador e o moço ficaram a sós.

[...]

- O esforço e bravura de que destes em minha presença fazem oito dias, tão brilhantes provas, mancebo, não são para se desperdiçarem em coisas pequenas, como desafios e duelos, quando as empresas grandes, **em prol da pátria e para serviço do El Rei** estão com instância esperando pelos corações de vossa têmpera. Não carecem punição esses primeiros assomos da mocidade vigorosa; basta que sejam encaminhados. Quero pois abrir-vos campo às nobres e generosas aspirações.

Estácio inclinou-se respeitoso e **corando aos louvores de pessoa tão venerável.**

- Há cerca de oito meses mandei **Martim Soares Moreno** a fundar um **presídio na costa do Rio Ceará, muito infestada de franceses** e mais desamparada dos nossos. Foi ele acompanhado de poucos homens e baldo de recursos, mas com promessas que lhe fiz de pronto subsídio. Quando chegastes, tratava com o sargento-mór do Estado sobre este assunto, e buscávamos homens, para a difícil empresa. Quereis ser esse homem, vós que estais na altura dela?...

- Sou cativo da bondade que usa Vossa Senhoria para comigo; e aceitaria reconhecido o cargo, se não fora sobejo de mais para as minhas forças.

<sup>122</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 115.

- Desse ponto não sois o melhor juiz; fio mais do meu aviso. Podeis retirar-vos em liberdade, deixando-me em penhor vossa palavra de que não vos batereis em desafio com D. Fernando ou qualquer outra pessoa; e ordenai vossa partida para daqui a oito dias, enquanto se arranja **a expedição que deveis comandar.**

[...]

- Não podereis dar a Vossa Senhoria uma palavra que não saberia cumprir!. Quanto à expedição, um negócio muito particular, do qual depende a minha vida, reclama agora a minha presença nesta cidade. A pátria, a quem pertencerá o resto dessa vida bem pode dispensar-me tão minguada porção de tempo, quando lhe sobram tantos e mais experimentados servidores. Creio mesmo que me deve essa compensação, pelo muito que perdi.<sup>123</sup>

Esta cena sucede a prisão de Estácio, que, após convidar seu rival, Fernando de Ataíde, para um duelo, é preso pelos soldados do governador D. Diogo, que reconhece seu brio e o convida para participar da colonização do Ceará, juntamente com Martim Soares Moreno. Sob este aspecto, Estácio, embora viva à sombra de seu passado, é elevado à categoria de nobre, no mesmo patamar de heroicidade que é concedida a Martim Moreno.

De maneira rápida, a narrativa presta homenagem aos esforços empregados na colonização do Ceará, ao retratar os principais nomes envolvidos nessa empreitada, e prestigiar as medidas tomadas por D. Diogo de Menezes e pelo capitão-mor D. Diogo de Campos, enfocando as dificuldades de subsídios no momento em que se passa a trama. Naquele momento, D. Diogo de Campos é descrito por Varnhagen com brios, ao prestar grandes serviços na costa do país. A narrativa histórica alencariana aponta o espaço de ação desses colonizadores, os percalços e as dificuldades da empresa colonizadora, que, se por um lado, esbarra com grandes obstáculos diante das invasões constantes de corsários estrangeiros, por outro, conta com a presença de grandes homens que garantem a sobrevivência e a proteção do Império Lusitano. Dentre os colonizadores citados, destacamos o nome de Martim Soares Moreno, o mesmo personagem que seria o protagonista de *Iracema*. Porém, não aparece o nome do índio que tanto o auxiliou nessa empreitada e que gerou grande polêmica entre os historiadores neste momento: Camarão. Assim, forja-se uma identidade para a pátria sob o critério de interesses em comum: a defesa da nação, liderada por D. Diogo e por Estácio, posto que, apesar de não aceitar o convite do governador, o protagonista se envolve na defesa de Salvador.

Por esses rastros, a ficcionalização da administração de D. Diogo é marcada por apreciações, em contraste à de D. Francisco de Sousa que coabita no campo da especulação em

<sup>123</sup>ALENCAR, *As Minas*, p. 821, 822 e 823; grifo nosso.

torno de sua vinda ao Brasil. Se na *História* de Varnhagen e no discurso do IHGB, o governador D. Francisco de Sousa não é lembrado com grandes brios, no romance de Alencar, a participação desse personagem não passa do âmbito de procurador das minas. O romance não aborda a sua administração, muito menos lhe atribui qualquer traço de nobreza, apenas lhe concede uma participação restrita à sombra de Estácio, que lhe entrega os prisioneiros holandeses, o que acontece na parte final da obra. Apesar de conviver com as evidências do combate e com a heroicidade do protagonista sob sua vista, o governador ainda questiona o rapaz sobre o motivo de tal batalha. Soma-se a esta falta de sensibilidade em conseguir reconhecer o caráter nobre de Estácio, caso que se contrapõe ao olhar de Menezes, o fato de Estácio lhe dirigir algumas palavras ácidas, por conta das diferenças que D. Francisco teve com seu pai no passado. Nesse sentido, a entrada deste personagem é representada de modo distinto da de Diogo de Menezes, visto as festas com que este foi recebido, ao passo que o narrador não comenta a recepção de D. Francisco, além de não representá-lo como um grande admirador de Estácio. Sua imagem é ofuscada pela de Diogo de Menezes.

A notícia dessa nova administração cumpre, por um lado, os experimentos de um governo recém-criado, e, de outro, se entrosa com o tom de mistério da narrativa, visto que tal informação ocorre no âmbito do suspense que envolve o misterioso caso das minas de prata. O governador somente aparece no capítulo da invasão estrangeira, isto é, no último volume da obra. Nesse sentido, a figura de D. Francisco e sua tarefa com a pátria, a princípio, tão enigmática quanto a própria existência das minas de prata, é desvendada por Vaz de Caminha.

Posto isso, no capítulo “Que trata das novas do reino e do mais que se seguiu” o personagem de Vaz de Caminha toma conhecimento acerca dos assuntos do reino e se informa sobre a separação das terras coloniais entre norte e sul. Neste momento, a trama possibilita diversas especulações em torno dessa novidade, como o fato de os jesuítas se vingarem de D. Diogo de Menezes e as formas de lidarem com esses novos acontecimentos. Contudo, a ocorrência ganha novas percepções quando Vaz descobre que a figura que representará o sul é D. Francisco de Sousa. A partir disso, o licenciado começa a desvendar o enigma que encobre a esfinge do reino, ou melhor, “a esfinge do deserto”.<sup>124</sup>

No desencadear da trama, a divisão política é abordada em função da exploração das minas, descobertas por Robério Dias, o que acentua o limite fronteiro entre história e

---

<sup>124</sup> “A esfinge do drama no deserto” é um dos capítulos da prosa, em que narra a história de Abaré, o pajé que habita a guta, onde, a princípio, acredita-se estarem escondidas as minas de prata. A ideia do enigma que cobre não apenas a gruta, mas a trama das minas metaforiza a própria estrutura de suspense, reviravolta e mistérios da obra, que como um puzzle, vai sendo montada.

ficção, já que D. Francisco de Sousa veio ao território português com a função de explorar as minas. Sob esse limite tênue e, sobretudo, sob a exploração das imagens míticas do *El dorado*, que plasmam a confecção temática do romance, a nova separação do país é recebida pelo personagem de Vaz com certa estranheza. Para ele, tal acontecimento romperia com a unidade territorial do governo espanhol, além de tal personagem não acreditar na mera coincidência da vinda de Sousa apenas para administrar o Brasil. Vaz aprofunda as relações entre as riquezas do território colonial e a ambição espanhola, cujas explorações se traduzem nas imagens da cobiça de sujeitos poderosos, seja na figura do jesuíta Molina, seja na de D. Francisco. Neste ponto, o discurso abre uma fissura que permite desdobrar o acontecimento romanesco não só para a escrita da História Colonial, mas também para o sentimento anti-espanhol que os brasileiros do século XIX herdaram dos portugueses durante o período da União Ibérica, fato que já comentamos. Na obra, tal sentimento é formalizado da seguinte maneira:

**A ambição incansável dos reis de Espanha, os quais desde a descoberta do novo Mundo, sugavam o sangue da América para arrancar do seio dessa terra o ouro e as pedras preciosas que a natureza aí depositara; o desejo de obter as famosas minas de prata, cuja abundância e riqueza a tradição popular havia engrandecido; explicariam perfeitamente a nova política e a nomeação de outro governador e superintendente.**<sup>125</sup>

O sentimento hostil com relação à Espanha não somente se apresenta na obra de José de Alencar, mas é próprio do seu período. Por exemplo, Varnhagen o reproduz da seguinte maneira:

Fatal engano, que dentro em pouco tinha de produzir cruéis decepções! Aquele Reino, bem que um tanto desorientado com a revolução social que nele haviam ocasionado as fortunas facilmente adquiridas na Ásia, havia tido sempre o bom senso, quanto à política do continente europeu, de procurar aproveitar-se da independência que lhe dava a sua situação em um tanto dele, a fim de manter paz com todos; enquanto, pelo contrário, os herdeiros de Isabel, a Católica, não contentes com estender suas conquistas pelos domínios que lhes oferecera o gênio perseverante de Colombo, haviam sido levados, pela ambição, a sustentar guerras não só na Itália, na França, na Alemanha, e nos Países-Baixos, como até a Turquia.<sup>126</sup>

A exploração do Brasil ganha contornos na imagem das minas, que, por seu turno, pode ser interpretada como uma alegoria da exploração de materiais e pedras preciosas pelo país aquém-mar, que se fizeram como atrativo de colonização. Em sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen repete, em diferentes momentos e, principalmente, no primeiro momento

<sup>125</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 466.; grifo nosso.

<sup>126</sup> VARNHAGEN, *op.cit.*, p. 366, tomo 1.

de colonização, que a exploração da bacia platina foi um dos principais motivos da vinda de colonos ao Brasil. A partir desse momento, tal local ganhou diferentes contornos no sistema, construindo o mito do *El Dorado*. Já nas primeiras explorações primitivas, o historiador reverbera a imagem da “terra do El Dorado”, apontando para o seu grande chamativo, que elaboraria a fábula do novo continente:

Donde proveio, porém, o ter-se chamado *da Prata* o grande rio, em cujas margens o metal argentino não se tem encontrado? – A origem não foi outra senão a de haver sido por este lado que primeiro chegaram aos europeus as notícias mais averiguadas das riquezas do Peru, acompanhadas de amostras de prata, da mesma forma que à foz do Amazonas chegariam com algumas mostras de ouro, para dar origem à fábula do *El-Dorado*.<sup>127</sup>

Essa fábula serviu como ponto atrativo para conseguir colonos que viessem com a frota de Martim Afonso ao Brasil: “Vão para o rio da Prata... E bastava esta voz para não faltar quem quisesse alistar-se...”. A narrativa de Varnhagen reverbera a imagem de um Brasil promissor, impregnado de atrativos para a colonização, isto é, para a “construção da civilização”, posto que, para o autor, os indígenas eram bárbaros que precisavam ser salvos pelas populações mais avançadas. Se o princípio que norteia a historiografia de Varnhagen é a identificação dos elementos civilizatórios que forjam as raízes promissoras do passado colonial e das balizas da formação do nacional, a sua historiografia registra na imagem do *El Dorado* o principal referente de atração dos europeus. Por conta disso, o Brasil ganharia traços civilizatórios.

O próprio título *As Minas de Prata* evoca essa fábula, que sofre ressignificações, alterando-se continuamente em diferentes sistemas e combinações, no decorrer do processo exploratório. Alencar escolhe a forma desse mito. As representações da América Portuguesa como progenitora do ouro e da prata traçam os diálogos transnacionais proporcionados pelas minas de Robério Dias. Assim, citando o historiador português Rocha Pitta, o romance extrai o seu *El dorado*:

Robério Dias- [...]. Seguimos porém a versão de Sebastião de Rocha Pitta – História da América Portuguesa.

Aqui damos o que se refere a esse autor, o mais completo a respeito, para que se possa conhecer até que ponto seguimos a tradição, e verdade histórica.

“Foi fama muito reconhecida que Robério Dias, um dos moradores principais e mais poderosos da Bahia, descendente de Catarina Álvares, tinha uma baixela e todo o serviço da sua capela de finíssima prata, tirada em minas que achara nas suas terras; esta opinião se verificou depois com a resolução de Robério Dias, que sabendo ser pública esta notícia que muito tempo ocultara, passou a Madrid e ofereceu a el-rei mais prata que Bilbáu

---

<sup>127</sup> *Ibid*, p. 94.

dava ferro em Biscaya, se lhe concedesse a mercê do título de marquês das minas.

“Não é justo que mereça prosseguir prêmios, quem nos requerimentos pede mais do que se lhe deve conceder. Este título se conferiu a D. Francisco de Sousa, que se achava naquela corte promovido no governo geral do Brasil; e a Robério Dias o lugar de Administrador das minas com outras promessas; das quais pouco satisfeito voltou para a Bahia na mesma ocasião em que vinha o governador, com cuja licença foi para suas terras esperá-lo a prevenir o descobrimento ou a desvanecê-lo e frustrar-lhe a jornada; brevemente a fez D. Francisco com todas as instruções e instrumentos precisos para aquela diligência; mas Robério Dias o encaminhou por rumos tão diversos (havendo o primeiro feito encobrir os outros) que não foi possível ao governador nem a toda aquela comitiva achar rastros das minas, que tinham assegurado.

“Este engano ou se julgasse cometido na promessa ou execução, dissimulou o governador D. Francisco de Sousa enquanto dava conta à el-rei, e sem dúvida experimentaria Robério Dias o merecido castigo, se antes de chegar a ordem real não houvera falecido, deixando aquelas esperadas minas ocultas; até aos seus próprios herdeiros.<sup>128</sup>

Na obra, a narrativa de Rocha Pitta ganha a seguinte adaptação:

Três anos depois que chegara à Bahia, em 1590, [Vaz de Caminha] conheceu Robério Dias, o célebre possuidor do segredo das *Minas de Prata*. Corria que voltava da Espanha descontente, porque Filipe II lhe recusara o título de marquês das Minas, que pedira como prêmio da descoberta, e o nomeara apenas administrador. Viera ele esperar na cidade do Salvador o novo governador geral D. Francisco de Sousa, aproveitando o ensejo para passar algum tempo com sua mulher, de quem andava ausente havia bom par de anos.

Robério sofrera uma grande decepção e era infeliz; não há laço que mais prenda e solde duas almas do que a desgraça; tendo necessidade e consultar o advogado para deixar os seus negócios em boa ordem, achou nele um conselheiro, que breve tornou-se amigo; estabeleceu a intimidade, a tal ponto que, partindo para o sertão com o governador, Robério, a quem um pressentimento cerrava o coração, abriu-se completamente com Vaz de Caminha e deixou-lhe o cuidado de velar sobre sua mulher e o filho [Estácio] que ela ainda trazia no ventre.<sup>129</sup>

Se no discurso historiográfico, seja o dos tempos coloniais ou o dos oitocentos, representado aqui por Varnhagen, as explorações das minas rearticulam gradualmente o mito do *El Dorado*, que pode ser entendido como uma alegoria da riqueza desse passado, na obra literária, a história de Robério é particularizada, de forma que o viés alegórico se entrecruza com o viés particularizado dessa trama.

A história de Estácio e o mito das minas de prata se circunscrevem na perspectiva alegórica, por conta do entrelaçamento entre as origens do protagonista e os ingredientes que formam a gênese da nação, isto é, uma história se entrosa com a outra. Por sua vez, a gruta

<sup>128</sup> ALENCAR, Notas, p. VI.

<sup>129</sup> *Id.*, *As Minas*, p. 452 e 453.

subterrânea gera uma imagem ambígua, pois, ao mesmo tempo que constrói a tradição nacional, também é responsável pelas tragédias e pela vinda de personagens ambiciosos que desestabilizam a ordem no território. A sua imagem está conectada diretamente aos primeiros problemas da identidade nacional: a exploração da pátria. Dentro dessa conexão, Estácio resolve alguns problemas.

A trajetória de Estácio é marcada pelo seu auto-descobrimto, seja do seu passado, seja dos seus limites enquanto herói da pátria ou enquanto um amante apaixonado. A dimensão de um ritmo de heroicidade concedida à sua figura é demarcada, a princípio, pela sua performance no torneio e pelos seus desafios frente a Fernando de Ataíde. Os primeiros combates fazem com que seu caráter heroico já comece a aparecer e ganhar intensidade, chegando a colocá-lo como o herói épico da guerra contra os invasores holandeses.

Tendo isso em vista, sua imagem se atrela ao momento de fundação da Bahia, sobretudo, por ser descendente do personagem colonizador natural: o Caramuru. A figura de Estácio é, por um lado, a representação enobrecida dos homens que poderiam se envolver na guerra e, nessa leitura, ganha um sentido maior na história, extrapolando o campo individual do personagem, ao representar a coletividade; por outro, sob o prisma de sua individualidade, é a encenação do ideal de herói, com o fortalecimento progressivo de sua imagem no romance, preso à história de Caramuru e à das minas. As problematizações da sua faceta pessoal e individual esfumam as fronteiras dos seus percalços na história da nação, provocando um entrelaçamento de fatos historiográficos com ingredientes romanescos. A própria trama das minas traz um eixo duplo fundante da individualidade de Estácio e de sua relação com o país, visto que a exploração de metais preciosos configura um episódio histórico daquele momento, da mesma forma que a batalha contra os holandeses configura a nação e, de outro ponto, constitui a imagem particularizada de Estácio diante do governo. A seguir, focalizamos a ascendência deste personagem que o conduz ao filão aristocrático da Bahia: ao personagem histórico Caramuru, ligando-o diretamente à pátria e atribuindo-lhe traços individualizantes.

### **1.5 O herói da nação, sua participação na batalha épica e suas origens: possíveis soluções do romance**

O herói está relacionado em diversas camadas à gênese da nação: liga-se à história mítica de Caramuru, e, de origem mestiça, é o verdadeiro representante da nação; entrosa-se com o mito fundador: a grande guerra; e prende-se ao popular por conta das minas, pois é

filho do descobridor da gruta. Ou seja, ele está articulado com os elementos épicos e construtores de uma pátria: o povo, o popular, a guerra. Nesse sentido, está enlaçado, em diferentes doses, à estrutura histórica e, sobretudo, à épica. As duas trazem o tom nacionalista da obra e, principalmente, reafirmam e retomam o projeto literário de Alencar, marcado pelo almejo do escritor por ficcionalizar a origem da nação. Em consonância com a busca dos elementos históricos representantes do Brasil, os ingredientes épicos são importantes na medida em que dialogam e refletem os esforços dos letrados brasileiros por construir uma literatura nacional. O engrandecimento da pátria conta com uma grande batalha e com as características elevadas do herói. Nesse ponto, a composição “majestosa” de Alencar aproxima-se da de Herculano, o que marca a importância do personagem herói nos oitocentos. A configuração de personagens protagonistas de uma nação, que transcendem em força, valores e nobreza, condiz com o tom grandioso e elevado que os romancistas representam de suas respectivas pátrias.<sup>130</sup>

Da mesma maneira que seu contemporâneo, o romancista brasileiro também inventa um tom grandioso para sua prosa, articulando os mesmo elementos - histórico, lendário e mítico. Analisaremos o esforço alencariano no enobrecimento da sua nação.

### 1.5.1 A batalha épica

A batalha épica do romance é crivada sobre a projeção da invasão holandesa, que ocorreria em 1625. Os holandeses na obra referida são representados por três personagens prisioneiros: Staed, Dick e Hugo Antônio, que em conspiração com os judeus, representados por Samuel, e com o grupo do taberneiro Brás, aliam seus interesses e planejam a dominação do Brasil pela Holanda. Os judeus almejam a invasão estrangeira em virtude do Regime do Santo Ofício, ao passo que os holandeses visam dominar os brasileiros, e estabelecer o livre comércio.<sup>131</sup> Ao saber da grande traição que o inimigo manipula para assaltar sua pátria, Estácio mobiliza seus amigos, formando alianças na grande operação contra os judeus, na qual tudo se justifica:

---

<sup>130</sup> Essa modelação de super-heróis por parte de Alexandre Herculano é perfeitamente compreensível já que uma literatura como a defendida por ele, isto é, **uma literatura que se quer nacionalmente inicial e arquetípica, só poderia mesmo se encaminhar para o tom grandioso, superlativo, "entre histórico e lendário, em obediência à vontade de mitificar as origens da sociedade cristã da Península e do seu ramo português."** MENEZES, Hugo Lenç, *op. cit.*, p. 66, grifo nosso.

<sup>131</sup> MARCZYK, Marta Bernadete Frolini de Aguiar. *Representações cristãs do povo judeu em As Minas de Prata, de José de Alencar*. Tese (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 46.

Em qualquer outro caso, Estácio teria escrúpulo de penetrar furtivamente na casa alheia; mas tratava-se de graves interesses da **pátria**, e pois não hesitou. Foi bem compensado de sua fadiga; as palavras trocadas entre o rabino e os flamengos lhe revelaram uma e a mais terrível parte da trama dos judeus, por ele ainda ignorada: o **plano da rendição da Bahia aos holandeses**.<sup>132</sup>

Em nome da pátria, Estácio se joga contra o grupo de traidores, perseguindo-os durante a fuga dos prisioneiros. O plano para dominar a colônia consistia no resgate dos flamengos presos no forte, os quais levariam as futuras estratégias e propostas do assalto aos holandeses. Quando estavam prontos para o resgate, o protagonista os rende, armando uma cilada para prender os invasores. O combate naval tem início, e a narrativa prima por coordenar grandes avanços e também deslizos do grupo de Estácio, promovendo ápices de suspenses. O foco é concedido à liderança cautelosa e precisa do protagonista, que coordena variadas estratégias rumo à vitória:

Então divididos em dois pelotões **caíram de improviso [grupo de Estácio]** e por ambos os bordos sobre os desaparecidos holandeses. **O choque foi terrível;** dos que não sucumbiram, uns **deitaram-se no mar**, outros grimparam pelas cordas e enxárcias, o resto escoou entre o ferro inimigo ganhando a outra extremidade do navio. **Avaliando melhor do número dos assaltantes, fizeram rosto ao perigo. O combate renhiu-se com furor, e foi pelejado cerca de meia hora.**

Afinal Estácio e sua gente, melhor armados, **fortalecidos pela calma, levaram a melhor. O grupo dos bravos flamengos**, repelidos até a amura do navio, sucumbiu a um e um; do lugar onde estavam, à medida que **o ferro do inimigo os abatia**, sepultavam-se nas ondas, como vinte anos depois o seu almirante Adrião Pater. **Também para eles, simples, mas valentes marujos, o oceano era o único túmulo** digno e, quiçá o mais grato aos seus manes.

Três badaladas soaram no sino de bordo: era o sinal convencionado para anunciar a Antão [amigo de Estácio] que a vitória era ganha, e podia recolher ao navio.<sup>133</sup>

Encabeçando a empreitada contra os holandeses, Estácio mescla a inteligência e a sagacidade com a arte de lutar e guerrear, trajando as vestes de um verdadeiro herói. Ao representar o sentimento nacional, o personagem protagonista não mede esforços para defender sua pátria, potencializando seus brios e suas competências para o combate, como já comprovara em outros momentos da narrativa. Por meio do realce no número de tripulantes holandeses e das qualificações do inimigo, como “o grupo dos bravos flamengos”, “valentes marujos”, a linguagem literária eleva a vitória de Estácio, engrandecendo o sentimento pátrio

<sup>132</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 921; grifo nosso.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 938; grifo nosso.

e reverberando a imagem do herói, em virtude de seu dom de planejar, mantendo a calma e a artimanha na arte da luta.

Assim sendo, a reestruturação dessa batalha articula os traços históricos aos ingredientes épicos. A causa do embate é gerada pelo sentimento nacional, sob a postura de Estácio que, naquele momento, deixa seu interesse particular: buscar o roteiro das minas de prata, em nome do interesse da nação. Emerge o conflito em função da resistência do personagem protagonista que, ao defender seu território, persegue todos os flamengos e judeus que traíam sua pátria, levando-os à morte ou ao exílio. Dessa maneira, o motivo da luta pode ser visto como uma grande ação que ecoa dos poemas épicos, segundo a visão que Alencar exprime na crítica à *Confederação dos Tamoios*:

Devemos confessar que a causa do poema, o princípio da ação não está de modo algum nas regras da epopeia. **Derivar de um fato acidental e sem importância a luta de duas raças, a extinção de um povo e a conquista de um país, é impróprio da grandeza do assunto.**

Na minha opinião, o Sr. Magalhães teria feito melhor se abrisse o seu poema pelo **explicando a causa da confederação**, fizesse **valer o sentimento nacional**, a liberdade, e o cativo dos índios.

Para mim um poeta, e sobretudo um poeta épico, deve ser ao mesmo tempo autor e ator: como autor ele prepara a cena, ordena a sua decoração, e tira todo o partido da ilusão teatral; como ator é obrigado a dar a todas as suas palavras, **ao seu estilo, um tom e uma elevação que esteja a altura do pensamento.**<sup>134</sup>

Em diálogo com as concepções alencarianas, a causa da batalha provém de um fato de grande importância, que contempla o “espírito pátrio”, e, por conseguinte, engrandece o tom da narrativa, promovendo imagens do herói que não teme morrer por seu país. A invenção dessa “união brasílica” também é trabalhada por Varnhagen:

E Aqui nos cumpre notar que os esforços simultâneos que ora faziam, não só esta, como outras capitânias, contra o inimigo comum, era novos elementos que iam estreitar, pelos laços do coração, a futura união brasileira, que os Holandeses contribuíram depois a fazer apertar muito; e a Deus praza que para todo o sempre, a fim de que esta nação possa continuar a ser a primeira deste grande continente antártico, e algum dia se chegue a contar entre as mais consideradas no universo, o que sem **muita união** nunca poderá suceder.<sup>135</sup>

Na obra literária, o combate entre as *duas nações* toma várias páginas, descortinando ações com grande relevo e caracterizando a empreitada de Estácio. Por essas análises, podemos constatar que a batalha criada no romance arquiteta a grandeza do assunto,

<sup>134</sup> ALENCAR, *op. cit.*, p. 867; grifo nosso.

<sup>135</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 313, tomo 1; grifo nosso.

pois manifesta a possível conquista de um território, o Brasil Colônia. O mito fundador também se circunscreve na escolha de referências à Guerra Holandesa, conforme o período oitocentista a forja como o primeiro conflito que reuniu forças do território. Exemplo desse caráter mítico podemos encontrar nas reflexões de Mendes Leal sobre esse combate na *Introdução* do seu romance *Calabar*: “grande e dramática luta do Brasil nascente e **entregue só a si** com a poderosa invasão holandesa, **um dos períodos mais brilhantes da história nacional**”.<sup>136</sup> Nesse sentido, o grupo de Estácio faz valer o sentimento nacional e, nessa direção, ressoa a ideia do épico para Alencar.

O quadro marítimo sintetiza, por seu turno, o ponto contrastante local X estrangeiro, afluindo um campo representativo da fragilidade e da fortificação, calcada na metáfora do mar como “cemitério” de traidores, fortalecendo a proteção da pátria. Por fim, prevalece a força do espírito nacional.

Inseridos na chave do romance histórico, os expedientes épicos o complementam, promovendo o tom elevado da narrativa. Para tal reflexão, partimos do ponto de vista de Alencar, que compõe as balizas históricas não apenas por meio de fatos verdadeiros, mas também por meio da imaginação e do tom elevado, fatores que, segundo o autor, estruturam o épico:

Se o poeta que intenta escrever uma epopeia não sente com forças de levar ao cabo essa obra difícil; **se não tem bastante imaginação para fazer viver aquilo que já não existe**, deve antes deixar dormir no esquecimento os fastos de sua pátria, **do que expô-los à indiferença do presente**.<sup>137</sup>

Se retomarmos a perspectiva alencariana de que a história deve se cruzar com a imaginação, podemos entender que o poeta épico deve contemplar dois vetores de força: manter-se fiel à historiografia nos pontos esclarecidos por ela e recorrer à imaginação para preencher as lacunas deixadas pelo historiador, isto é, colorir os fatos históricos com a força criativa. De acordo com a postura de Alencar, percebemos que o poeta não é apenas “historiador do passado”, mas também é profeta do futuro, e, em virtude disso, deve saber escolher a matéria a ser contada e fornecer belos quadros para sua grandiosidade, valorizando a memória da pátria.

Neste ponto, a memória do Brasil é construída por seu mito fundador, a batalha, que infla o seu herói de qualidades, rememorando um antigo poema épico grego. Assim como Aquiles é um semi-Deus, bem como outros heróis épicos possuem uma origem nobre, Estácio ganha uma origem aristocrática: é descendente do personagem Caramuru. Nesse sentido, os

<sup>136</sup> MENDES, Leal. *Calabar*. In: *Correio Mercantil*, 04/07/1853, p.1; grifo nosso.

<sup>137</sup> ALENCAR, *Cartas sobre A confederação*, p. 891; grifo nosso.

alicerces historiográficos são temperados pela estrutura interna da obra, redimensionando o espaço colonial na chave do engrandecimento da nação. Nessa leitura, os personagens nobres prevalecem em detrimento dos ambiciosos e traidores, em sintonia com o espaço da Bahia. Nesse espaço, nasce o mito do seu fundador natural: o Caramuru.

### 1.5.2 As origens do herói : O Caramuru perante *As Minas de Prata*

Considerado o patriarca da Bahia, Diogo Álvares ganha diferentes versões no processo fundador do Brasil, sendo os elementos construtores de sua filiação histórica organizados e articulados em diferentes sistemas. Nesse sentido, as fontes históricas de José de Alencar, considerando não apenas as citadas em suas notas (1862), contam e recontam a célebre origem deste personagem que transita entre brancos e índios.

Gabriel Soares de Sousa (1587) alavanca a narrativa do Caramuru sob o aspecto de seu poder e influência entre os nativos, ressaltando o auxílio deste personagem na colonização do governo de Tomé de Sousa. Na versão do padre Simão de Vasconcellos (1663), Diogo Álvares torna-se afamado como o “homem de fogo” e sua imagem espalha-se pelos sertões, conhecido como o grande Caramuru. Por essa linha, o personagem histórico transcende o âmbito humano e terreno, e intersecciona sua fronteira com a esfera dos deuses, sendo visto como uma figura anfíbia, revestindo-se de traços portugueses e de traços indígenas. Ele é encarado como o primeiro senhor da terra, trazendo elementos de uma colonização natural, e antecipando a oficial. Ainda neste episódio, Vasconcellos traz outro elemento do mito, que, por sua vez, é aproveitado por José de Alencar: **a construção da ermida de Nossa Senhora da Graça**. Segundo esta narração, após uma visão de Catarina Álvares Paraguaçu sobre uma mulher que estava entre os índios, fruto do naufrágio dos castelhanos, a indígena - já batizada - reconhece a figura sonhada na imagem da Virgem Senhora Nossa, recolhida pelos índios na praia, e pede ao Caramuru que levante uma casa com o título de Nossa Senhora da Graça.

Na *História da América Portuguesa* (1730), Rocha Pitta também traz a importância e o respeito que Caramuru ganha perante os índios, filiando seu nome aos elementos da natureza, como fogo e água. Assim, seu nome indígena Caramuru-açu significa Dragão que sai do mar, relacionando-o ao fogo, mas também ao naufrágio, e, por extensão, à água. Varnhagen (1854) trabalha o episódio de Diogo Álvares sobre a tradição popular, que, para o historiador, se alimenta da versão do disparo da arma, mobilizando o aspecto sobre-

humano do português. Segundo Varnhagen, o nome Caramuru é de certa enguia elétrica, fato que consagra sua filiação ao fogo e à água.

Em linhas gerais, os ingredientes que reorganizam essas narrativas da fundação da Bahia também alimentam a literatura e a discussão histórica no século XIX, que demonstram pleno interesse pelas raízes do Brasil. Ressaltamos aqui, em particular, o texto de Varnhagen “O Caramuru perante a História” (1848), que propõe revisitar a tradição popular deste episódio colonial, com o objetivo de questionar a veracidade de alguns fatos trabalhados, inclusive, a de fontes históricas. Ao lado deste texto, Varnhagen também publica o romance histórico “O matrimônio de um bisavô ou O Caramuru” (1859).

Entender a construção desse personagem no século XIX se torna significativo, conforme ele é retomado, no decorrer dos séculos, como elemento mítico e fundador da Bahia e, principalmente, como material poético de uma epopeia. Não por acaso, Alencar recorre a ele como sujeito progenitor das raízes de um povo, e neste ponto, o Caramuru também evoca em certas dosagens características épicas. Vale uma breve leitura desse personagem no século XIX, sobretudo, nas releituras do poema de Santa Rita Durão, pelo fato de o texto poético ganhar uma calorosa recepção no século XIX, e por ser reestruturado em prosa na sua tradução francesa, o que já sinaliza as mudanças de gênero dos oitocentos. Faremos uma rápida análise da recepção e das reapropriações desse poema, bem como do personagem Caramuru no século XIX.

Após ser incluído na primeira historiografia literária brasileira, escrita pelo francês Ferdinand Denis em 1826, o poema *Caramuru* recebe uma leitura particularizada, na qual Denis aponta os elementos identificáveis com a natureza e com o índio, que, conforme seu projeto literário, constroem a nacionalidade literária brasileira. Três anos após essa primeira leitura, François Eugène Garay de Monglave<sup>1</sup> o traduz para o francês. A sua tradução reconstrói o poema de Durão ao gosto da sensibilidade romântica. Monglave opta pela prosa, e, por conseguinte, suprime trechos especificamente épicos. Mesmo próximo aos modelos indianistas franceses, vazados na prosa mais melódica e metafórica como a de Chateaubriand, Monglave mantém uma arquitetura menos poética e, por sua vez, mais prosaica. Como o próprio subtítulo sugere *Caramuru: roman-poème brésilien*, a tradução resulta em um caráter intermediário entre poema e romance. Na “Introdução” de *Caramuru*, Monglave levanta uma extensa lista de autores épicos portugueses, considerando-os romancistas, além de mostrar que Durão não “deve quase nada a Cooper”, fatores também atribuídos a uma preocupação modernista e atualizadora do autor. Após esta adaptação, aparece a versão romanceada da composição de Durão em *Jakaré-Ouassou* (1830), por Daniel Gavet et

Philippe Boucher. Assim, os franceses o divulgam e as primeiras críticas deste texto ganham as mais variadas reproduções e reinterpretações ao longo do século XIX. Ao suportar outras leituras, que extrapolam o seu próprio contexto setecentista, a obra passa a ser símbolo do nativismo e paradigma do espírito nacional, servindo de inspiração aos literatos brasileiros. Seguindo um ritmo de leitura com semelhantes juízos críticos, ganha popularidade e espaço entre as obras mais lidas deste momento.

Do lado brasileiro, Varnhagen publica o texto de Durão em *Épicos Brasileiros* (1843), juntamente com *O Uruguai*, de Basílio da Gama. Nas notas desta edição, Varnhagen lamenta o fato de o público ainda não ter acolhido a produção épica como, de fato, mereça. Para ele, uma obra que “tratasse dos sucessos do Brasil”, com tanta força poética deveria ser prestigiada. Em sua edição, Varnhagen dispensa prefácios, advertências, posfácios e prólogos, visto que tal composição deveria inspirar os leitores por si mesmos. O mesmo autor publica *Florilégio da poesia brasileira (1850-1853)*, incluindo o poeta José de Santa Rita Durão, e alguns trechos de suas obras. Contemporâneas a esse *Florilégio*, as historiografias literárias brasileiras inscrevem o poema de Durão no âmbito de produção nacional. Com várias edições, leituras e críticas, o *Caramuru* também conta com reapropriações literárias e artísticas no decorrer do século XIX no Brasil. À guisa de ilustração, citamos o romance *O Filho do pescador* (1846), de Teixeira e Sousa, que adapta trechos do poema correspondentes ao amor de Diogo e Paraguaçu; o romance *Calabar* (1863), do português Mendes Leal, que sob o título “O novo Caramuru”, traz de maneira irônica como um prisioneiro português, nada corajoso, se torna “o novo Caramuru” entre os índios; e a ópera lírica em três atos *Moema e Paraguassu* (1860), de Francisco Bonifácio de Abreu. Ao lado dessas ressignificações, a ficção indianista brasileira aproveita o modelo em prosa e o modelo romanceado do *Caramuru*, que trazem a escolha de outro gênero e outra apreciação estética mais familiar à sensibilidade romântica.

A trajetória de adaptações do poema de Durão aponta a recontextualização e reaproveitamento do material épico tanto em termos temáticos quanto estéticos. Sendo assim, próximo da sensibilidade romântica, o *Caramuru*, já indissociável da obra de Durão, serviria ao texto de Alencar como símbolo da fundação da Bahia, aproximando-se dos índices de nacionalidade, e misturando seu teor épico ao gênero romance.<sup>138</sup>

O lado lendário desse episódio é reconhecido pelo folhetinista M.M., ao fazer uma resenha crítica dos *Episódios da História da pátria*, por Cônego Fernandes Pinheiro:

---

<sup>138</sup> Sobre a recepção de *Caramuru*, cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Quieroz, 2000.

Não é com efeito curioso ver Diogo Álvares naufragar junto à barra da Bahia, ver seus companheiros todos mortos pelos indígenas, escapando ele só à matança porque um simples tiro de espingarda ele só a matança, porque um simples tiro de espingarda deu-lhe sobre os indígenas o prestígio da divindade?

[...]

É tão curiosa essa história, com tantos visos de lenda, com tão interessante episódio, que deu assunto a um belíssimo poema, hoje primorosa joia da nossa literatura.<sup>139</sup>

José de Alencar, tendo esse panorama diante de seus olhos, enxerga na figura de Caramuru, que já serviu de matéria poética a Santa Rita Durão, o elemento aristocrático e nobre da Bahia no seu quadro de fundação. A invocação desse personagem dá o tom épico da obra. Alinha-se a este panorama a própria descendência de Robério Dias, que, segundo Rocha Pitta, se liga a Catarina Álvares. Por essas situações, o personagem histórico Diogo Álvares é citado diretamente no romance, e dispensa qualquer explicação por parte do narrador, mobilizando sua imagem de fundador e patriarca da Bahia. Nesse sentido, ao passo que o personagem Estácio não consegue se impor na sociedade, em virtude do espectro de seu pai, sua imagem se faz representar diante dos brios trazidos pelos seus antepassados:

- À fé que não te compreendo, Estácio. Tão nobre és, como os melhores, e rico; porque a ninguém mais que a ti, devem de pertencer **as terras que teu avô Diogo Álvares conquistou ao gentio para El-rei**, de quem as houvemos nós e nossos pais.<sup>140</sup>

Neste trecho, a figura de Diogo Álvares movimentava uma releitura da imagem da colonização natural, indiciando as conquistas das terras aquém-mar, e traçando seu trânsito entre os indígenas, que abre a narrativa para o seu poder e sua influência no momento abordado. Recontextualizando os ingredientes míticos do personagem fundador, a obra contrasta a ascendência nobre de Estácio com sua situação de marginalizado, apresentando o ritmo contrastante da narrativa - ora o protagonista eleva-se na condição de herói, ora é rebaixado nas suas relações com seus adversários.

Em outro trecho, Alencar trabalha com uma parte do mito: o da ermida de N. S. da Graça:

Breve assomou por diante a graciosa ermida de N. S. da Graça, fundada por **Catarina Álvares**, e por ela doada aos Beneditinos, que ali tinham seu hospício; à parte, um tanto arredadas, viam-se umas casas da morada de Diogo Álvares, o **Caramuru**, que aí habitara até o ano de **1557**, em que falecera **deixando nobre e numerosa descendência, tronco de muitas das principais famílias da Bahia.**

<sup>139</sup> *Correio Mercantil*, 30/08/1860, p. 1

<sup>140</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 423; grifo nosso.

Estácio, revendo aqueles lugares, onde seus olhos penetravam-se das recordações estampadas na face daqueles edifícios e seu pé revolvia no pó da terra a cinza de um passado morto, sentia que o entrava uma tristeza grande. Também ele, pobre, decaído, proscrito da sua casa, provinha da estirpe ilustre dos primeiros senhores da Bahia; seus pais tinham o sangue de Diogo Álvares, e haviam herdado dos seus muitos haveres uma parte, que sua diligência própria aumentara. Mas tudo, a fatalidade dissipara com um sopro devastador, deixando a Estácio por única herança a vergonha e a miséria.<sup>141</sup>

Neste contexto, Estácio aguarda o momento de duelar com D. Fernando e aproveita para visitar a ermida e homenagear seus antepassados. O narrador reconstrói o momento fundador da Bahia, prestando homenagem a Diogo Álvares e aos seus descendentes, ao mesmo tempo em que descreve a situação “decaída” de Estácio perante sua estirpe ilustre.

A igreja faz parte do mito de Caramuru, e é narrada em distintas versões pelos cronistas coloniais. Citaremos uma versão comentada na revista *A Nova Minerva*, que, ao retomar o historiador português Rocha Pitta, revalida a sua leitura setecentista:

[...] eles [Catarina Álvares e Diogo Álvares de Correa] lhe edificaram uma igreja com a invocação de Nossa Senhora da Graça, e depois, concederam-na, com terras consideráveis aos frades da gloriosa ordem de S. Bento: foi nesta capela que eles se enterraram.

Se a este respeito nos reportamos complementemente a Rocha Pitta, que recolhera numerosas informações sobre esta curiosa tradição, tornada tão popular no Brasil, o jovem Português adotado pelos Tupinambás teria tido numerosos filhos de Paraguaçu, e seria daí que tiveram origem muitas famílias poderosas da Bahia.

[...] No fundo da igreja lê-se este epitáfio:

Sepultura de D. Catarina Álvares. Senhora desta capitania que doou aos reis de Portugal juntamente com seu marido Diogo Álvares Correa, nascido em Vianna.<sup>142</sup>

Essa parte do mito descrita por Rocha Pitta tem pontos em comum com a narrativa literária alencariana, pois, na prosa de caráter ficcional, o epitáfio na catacumba de “Catarina Álvares” reforça o nome cristão da personagem indígena, bem como sua posição de senhora da Capitania da Bahia, acompanhando o nome do fundador da Bahia: “Sepultura de D. Catarina Álvares, senhora desta Capitania da Bahia, a qual ela e seu marido Diogo Álvares Correa, natural de Vianna, deram aos Senhores Reis de Portugal.”<sup>143</sup>

Assim, o pequeno escrito redimensiona o mito numa possível leitura cristã, principalmente, se levarmos em conta que, nas suas re-escritas, a ermida é construída após Catarina ter uma visão de Nossa Senhora. Nesse sentido, podemos interpretar que a ermida reforça a esfera religiosa da Bahia, construindo o seu herói fundador na figura do português,

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 809; grifo nosso.

<sup>142</sup> *A Nova Minerva*, janeiro de 1846, tomo1, n. 9.

<sup>143</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 288.

sua matrona na figura da “índia batizada” e a Ermida como símbolo da Igreja Católica, tendo em vista que, nas duas narrativas comentadas, ela foi doada aos Reis de Portugal, fato que aumenta o teor da religiosidade daquele contexto. No romance, acrescenta-se à invocação desse momento fundador a perpetuação dos descendentes de Caramuru:

[...] A numerosa descendência de Caramuru povoava a Bahia e o Recôncavo, onde tinham nobres casarias com muitas alfaias e trem de criados e cavalos, e engenhos famosos com grandes fábricas ou granjearias arrendados em mil arrobas de açúcar por ano. Alguns netos seus ocupavam cargos importantes na governança do Estado; e viviam todos à lei da grandeza. [...] Os seus [parentes de Estácio] nem o conheciam; uma condenação póstuma quebrara os laços que o prendiam a eles, e o tornara estranho na terra de seus pais.<sup>144</sup>

Atrelada à graciosa ermida, que, por sinal, traz o nome de batismo de Paraguaçu, a narrativa trabalha com as possibilidades de leituras do Caramuru. Este nome complementa a imagem de “Diogo Álvares”, apontando o seu lado “indígena” evocado sob este signo. A escolha entre um ou outro é importante, em função de sua associação aos portugueses ou aos nativos. A descendência nobre e aristocrática que evoca a imagem da Bahia rica, já trabalhada no começo do romance, impregna aquele espaço dos descendentes do célebre português, que, sob o título “Caramuru”, metaforiza a sua descendência miscigenada. Ao mesmo tempo, um dos seus descendentes, Estácio, sente-se diferente dos seus outros, pois subverte o modelo colonial: os descendentes do Caramuru possuem prestígio e riqueza, fato que ocorre com o próprio amigo Cristóvão, rico e nobre, e, por sinal, parente de Diogo.

Por esses trajetos, o personagem português cede status a Estácio, particularizando sua história pessoal e inserindo-a na história da fundação da Bahia. Porém, por outro lado, traz o choque cultural e o desprestígio do “sujeito miscigenado”, como podemos perceber na fala de D. Francisco de Aguiar com relação ao personagem protagonista:

Melhor fora calar; mas julgareis de minha sinceridade. D. Inês de Aguiar pertence à melhor nobreza das Espanhas para se aliar com a descendência bastarda de um simples **cavalheiro português, em cujas veias corre uma mistura de sangue gentio**. Quanto às horas que possam vir em troca das minas, serão, caso se realizem, nobreza de mercador, e não verdadeira fidalguia de linhagem.<sup>145</sup>

No cerne desse conflito entre a figura do “espanhol” e a de Estácio, predomina a do herói, visto que, neste mesmo episódio, o protagonista entrega provas da traição de José de Aguiar a seu pai D. Francisco Aguiar. Os fios condutores reverberam o olhar negativo da dominação Espanhola, seja em uma figura tão nobre como a de D. Francisco, seja na de

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 808 e 808.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 1066; grifo nosso.

traidor de seu filho.

Se, no começo da obra, o personagem Estácio assume timidamente sua relação com Diogo Álvares, no final, ele já incorpora os traços heroicos do personagem épico Caramuru, ora aproximando-se dos traços civilizatórios, ora aproximando-se da herança indígena deixada por Paraguaçu, como na sua ligação com o pajé Abaré, que pressente os “ares familiares” de Estácio. Nesse ponto, o protagonista sintetiza os conflitos culturais, sociais, étnicos desse momento. Por ter sangue indígena, é desprezado por D. Francisco de Sousa. Em contrapartida, sua mescla de “raças” faz com que assuma a promessa de Abaré, a vingança da “raça indígena”. E de certa forma isso ocorre no romance, visto que vários personagens morrem na busca pelas tão almeçadas riquezas.

Se por um lado, a narrativa retoma o lado positivo do mito fundador, por outro, o mito do *El Dorado* destruiu a família de Paraguaçu, engendrando esferas míticas conflitantes. Abaré é símbolo representativo da cultura primitiva e não entende o interesse pelas pedras, que, segundo suas crenças, são as lágrimas de Araci. Circunscrevendo a cultura dos aborígenes, o sertão representa o lado indígena e miscigenado do protagonista, o que lhe concede acesso às terras. O sertão abre espaço para o herói nacional, que convive rapidamente com as possíveis representações do mundo de Paraguaçu, ainda não civilizado, ou melhor, não batizado:

- Foste tu gerado do sangue ou da carne de Tupi? [Pajé pergunta a Moribeca].
- Que pedras são essas que Abaré tem cravadas no rosto?
- São as lágrimas de Araci; brilham como ele, e não há força que as possa quebrar, porque toda a força vem do sol.
- [...]
- É daí que as pedras que caem de tempo em tempo; mas Araci as semeou no fundo do rio tantas quantas são as flores do murici.<sup>146</sup>

Nesse sentido, a ficcionalização do universo indígena é retomada pela figura do pajé e pelas breves pontuações de seu mundo mítico. A inserção do protagonista no sertão, lutando contra os indígenas Tupinambás, bem como o reconhecimento de “seu sangue ameríndio”, intensificam a sua origem mestiça. Sendo assim, a narrativa também recoloca a figura do aborígine no seu habitat, apresentando, aliás, a devastação daquele território e a desestabilização da tribo de Abaré, o que permite pensarmos que a obra perpetua a esfera religiosa de Paraguaçu e sua entrada na religião católica e no mundo europeu, posto que sua tribo já não existia, ou estava dissipada. Os descendentes do Caramuru estariam no seio da “civilização baiana”.

<sup>146</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 1127, 1128 e 1129.

Por essas leituras, retomamos que o protagonista sintetiza os conflitos do ponto de vista da narrativa e do ponto de vista histórico. Estácio, por exemplo, liga-se à atuação de poderes das instituições do governo e da Companhia de Jesus no período seiscentista, seja na disputa pelo roteiro, seja no combate contra o comércio ilícito e a invasão holandesa. Por ser educado no Colégio dos Jesuítas e por fazer parte da liça, desliza do âmbito espiritual para o âmbito da luta, conquistando a admiração do governador Diogo de Menezes e do padre Molina. E por ser parente do Caramuru, reafirma a nobreza dos habitantes da Bahia, e o lado desprestigiado do sujeito miscigenado.

Podemos traçar uma duplicação da aristocracia baiana, que se inicia nos primeiros anos de colônia na imagem do Caramuru, e se reproduz e reflete no século posterior na figura heroica de Estácio. A imagem das minas de prata participa desse momento fundador, ligando-se a Paraguaçu, por meio de Robério Dias, e, principalmente, ao personagem fictício Estácio, e simboliza a imagem do *El dorado* da América. Nesse sentido, o quadro da capital se enriquece com a trama das minas, por sua filiação histórica e mítica.

### **1.6 As Minas de Prata e o caráter de um povo: suas tradições, mitos, lendas e fabulações**

Em 1848, o texto “O Caramuru perante a História”, de Varnhagen, é publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de discutir o assunto proposto pelo próprio Instituto: a viagem do Caramuru à França. Para tanto, o historiador parte da importância da tradição popular e mostra que os fatos trazidos à luz das crenças e dos mitos sempre têm um fundo de verdade, afinal, ao passarem de geração a geração, e serem poetizados, guardam algo de verídico. A seu ver, a tradição se constrói nas diferentes versões e ramificações de um dado, o que ocorre com o Caramuru.

Esse filão da imaginação popular, comentado por Varnhagen em contraponto à História, é explorado por Alencar em seu romance pelo viés da oralidade popular sobre as minas de prata. Visto a articulação desta gruta com o próprio dado histórico, o romancista cita sua fonte: o historiador Rocha Pitta.

Ao tecer uma imagem grandiosa para a nação, o plano narrativo cria uma vertente mítica e lendária, alimentada pelo maravilhoso popular. Pensamos que o elemento mítico está presente pelo caráter alegórico das minas, pois a gruta representa as imagens do *El Dorado* difundidas desde as primeiras colonizações. Já as qualidades lendárias são construídas pelo aspecto da oralidade do povo. Assim, as minas tocam a imaginação dos colonos com o seu conto, que enraizado na mente das pessoas, torna-se objeto de boatos e de buscas. Por essa

linha, ninguém conhece a sua verdadeira história, visto que, passando de boca em boca, torna-se um forte elemento da cultura oral popular, trazendo a oralidade como elemento de extração folclórica, como aponta Cavalcanti Proença<sup>147</sup>. Nessa perspectiva, o romance realiza um plano simbólico e lendário, formulando a construção do passado brasileiro. Em outras palavras, o romance durante todo o seu enredo implanta na mente do leitor a seguinte dúvida: As minas realmente existem? Ou são produtos da imaginação popular? Alencar explora os efeitos que os rumores podem gerar, ao mesclarem fatos verdadeiros com falsos:

- Sei dela o que me tem ensinado a **tradição popular**; contam que meu pai conhecia o segredo das grandes minas de prata, que recusou a descobrir por lhe haver El-Rei negado a recompensa que pedia. [Estácio]
- A **tradição mente**, filho: Robério era incapaz de uma tal vilania; depois de haver prometido, cumpria. [Caminha]
- Mas então porque ainda hoje é desconhecido o segredo?
- Ouvide, filho; o que vou referir-vos foi dito há dezenove anos por Dias na véspera de partir-se para o sertão, de onde um pressentimento lhe advertia que não devia voltar; desde então ficou sepultado em mim, e só agora sai de meus lábios para vossa alma. Assim é, como se vosso pai falasse do seu túmulo.<sup>148</sup>

A versão dada por Caminha pode ser interpretada como apenas mais uma entre outras do romance. Ou seja, se ele testemunha a favor de Robério, outros estão contra a inocência do descobridor das pedras preciosas, de modo que não há como extrair uma única solução, principalmente, se levarmos em conta o título do capítulo “Que dá uma versão da história do célebre Robério Dias”, no qual o letrado conta seu testemunho. A escolha do termo “versão” acentua ainda mais o caráter popular da trama, pois, embora o episódio seja contado pelo licenciado, o doutor da colônia, ele não passaria de uma versão, de maneira que outras readaptações apareceriam na narrativa. Nesse sentido, a obra aumenta o tom de mistério em torno da gruta, que já alimentava a fantasia dos europeus, antes mesmo da chegada de Moribeca, o primeiro a descobrir o local:

Aquele guerreiro era um valente roteador dos sertões: o gentio o chamava de Moribeca - o caçador de gente. Embalado por tais contos de fadas e guiado por informações do gentio, o guerreiro se partira do seio da família, na esperança de descobrir outras minas de prata [...].<sup>149</sup>

Na voz de Caminha, temos acesso à versão mais longa e detalhada do conto. Apresentaremos as partes conflituosas do episódio, o roubo do pergaminho e a volta de Robério ao sertão:

<sup>147</sup> PROENÇA, Manuel Cavalcanti. Introdução. In: ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 3-41.

<sup>148</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 454; grifo nosso.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p.1127.

Em fins desse mesmo ano de 1587, ainda eu não estava no Brasil. Vosso pai por prudência e para não dar rebato aos garimpeiros que o acompanhavam, saiu do rancho como para caçar. Seguindo as indicações deu com a entrada da caverna; achou-se em uma longa crasta subterrânea; havia escuridão profunda; mas com pouco o luar enfiando pelas fendas da pedra deu em cheio sobre aquelas paredes alvas e brilhantes; vosso pai admirado julgou ver um palácio encantado no qual o pórtico, a fachada, as colunas, tudo era de prata.

- E voltou carregado de riquezas?

- Não trouxe nem uma oitava de metal; seria revelar o segredo e expor as minas à ambição de todos que o acompanhavam, tanto mais quando de repente foi surpreendido pelas vozes de algumas que se aproximavam. Resistiu à tentação e voltou como fora. De volta à Bahia, caso de maravilhar, encontrou na voz do povo, e assoalhada por toda a cidade, a nova da descoberta. Disse-me Robério que atribuía esses boatos à muita cópia de prata em alfaias que vosso avô havia mercado, logo após sua chegada do sertão [...].

[...]

- Foi então que passou a Espanha?

- Sim; refletiu, e julgou que melhor era seguir rumo direito; embarcou-se para o reino; levava o roteiro dentro de uma bolsa de couro que nunca o deixava. Por infelicidade precedia-o a fama do que ia fazer; depois de oferecer o segredo das minas à Filipe II, que lhe prometeu de seu moto próprio o título de marquês, quando abriu a bolsa para entregar o manuscrito, não o achou; tinham-no roubado.

[...]

- O resto sabeis: são as desgraças que enlutavam vosso berço, filho. Robério confiou demais da sua memória, na qual cinco anos de cuidados e tribulações tinham apagado a reminiscência da primeira jornada; por fim, depois de esforços baldados, tido como falso e embusteiro, ele, a honradez em pessoa, foi preso de uma febre maligna, e finou-se no delírio que lhe mostrava ainda uma vez a visão daquela tarde, em que entrara nas minas. O governador D. Francisco de Sousa dera conta a El-Rei do que passara, e sobre as cinzas ainda quentes de vosso pai executava-se a sentença de confiscação que vos reduziu à extrema pobreza.<sup>150</sup>

O espaço subterrâneo e os mistérios que o cercam possibilitam versões distintas e, ao mesmo tempo, aproximadas: a de Caminha (letrado), a do Padre Soares (jesuítas), e a do povo. Nesse ponto, o povo passa a ser simbolizado pelos mexericos e boatos que gravitam em torno das pedras preciosas, aliás, a figura do povo poderia ser representada pelo personagem de Ramón, pai de Dulce, que veio da Espanha seguindo os rumores:

Muitas vezes, tentado dos contos fabulosos que faziam os aventureiros e marujos, pensara Ramón em passar-se à colônia à busca de riquezas, com que supunha poder comprar para sua filha uma felicidade, em troca da outra, para sempre e sem remissão perdida.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 455, 456 e 457.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 674.

O episódio de Robério Dias, envolvendo sua descoberta e as peripécias em torno do seu achado, transformou-se no próprio “conto das minas”, fornecendo uma narrativa mítica da figura do *El Dorado brasileiro*. A colônia não somente seria lembrada por esbanjar ouro, prata e diamante, mas, principalmente, pelo “conto”, no qual Robério se torna o protagonista. Assim, tal conto é retomado no navio Galeão, onde se reuniriam personagens do Brasil e da Europa, sendo que tal espaço pode ser visto como símbolo da conexão Brasil-Europa, e, neste sentido, a trama simbolizaria seu leva-e-traz, seus rumores nos países aquém-mar. O pensamento do pai de Dulce e, posteriormente, a realização de sua viagem ganhariam sentidos, ao serem representados na travessia do navio, figurando a passagem dos boatos de um país a outro. O Galeão entraria como símbolo da difusão de notícias, pois, nesse navio, juntam-se os principais personagens que terão participação ativa nas tramas: Brás, dono da taberna, Anselmo, braço de direito do taberneiro, e o padre Molina.

Numa conversa entre os passageiros, Brás e Anselmo contam suas histórias relacionadas às minas, e, nesse momento, outros boatos sobre o local se espalham. O primeiro narra como o roteiro foi roubado por um frade. O segundo conta como teve o pergaminho nas mãos, e D. Diogo de Mariz lhe tirou, de modo que ele pretendia denunciar o detentor do mapa ao El Rei, e tentaria reaver o pergaminho. Desse episódio, nos interessa destacar a narrativa de Anselmo, que, sem perceber, revela o paradeiro do mapa, o que desperta a atenção de Brás e a de padre Molina. O taberneiro já antecipa que iria conversar com o El-rei e que poderia levar o recado de Anselmo. Já o jesuíta consegue montar o quebra cabeça daquele espaço mítico:

O P. Molina ainda ficou no tombadilho. O vento rondara e o navio singrando rumo direito, corria agora ligeira bolina sobre o mar sereno. Como esse barco, o espírito do religioso enleado em cogitações, corria agora impelido pela **ambição sobre um oceano de ideias**. A lembrança apagada das cartas que lera na cela do P. Cunha avivara-se em sua mente.<sup>152</sup>

O encontro dos personagens no Galeão foi decisivo para que Molina desse continuidade a seus planos, e para que Brás entregasse o paradeiro do tesouro a El-Rei, a fim de conseguir favores em troca. O mercador influenciaria na divisão do Brasil em norte e sul, e na busca do governo espanhol pelo tesouro. Tal fato seria descoberto pelo jesuíta que juntaria as peças, e chegaria a essa conclusão ao se deparar com D. Francisco de Sousa em São Vicente. Molina colocaria a peça-chave que faltava a Vaz para descobrir os motivos que levaram de D. Francisco de Sousa a Bahia.

---

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 684; grifo nosso.

A narrativa trabalha com a fragmentação de tramas ao redor do *El Dorado*, sistematizando as possíveis representações dos boatos e versões da gruta subterrânea, as quais são juntadas parcialmente por Vaz e Molina. Os personagens do Galeão representam simbolicamente o intercâmbio de notícias, os rumores trocados entre os passageiros que vivem na colônia, e os que buscam dinheiro e fama.

Se as minas de prata constituem o principal elemento definidor do mito e do caráter popular de uma nação, ao trazer referências do *El Dorado*, outros ingredientes populares também contribuem para definir a pátria no quadro particular de sua história. O festejo popular de recepção do governador, a taberna de Brás e as fabulações criadas pelo povo sobre o nascimento da personagem Joana e sobre a bruxa Zana dão contornos à imagem da população baiana e de suas tradições. Vale ressaltar que a narrativa dá força ao quadro oral e às fabulações criadas pelo povo. Ou seja, essas narrativas populares alimentaram o quadro local da Bahia, com suas crenças, boatos, e narrativas maravilhosas.

O romance abre suas páginas com o festejo do governador, que seria recebido na Bahia no ano de 1609:

O programa do festejo primava pela variedade e boa escolha. Depois da missa cantada, seguida de *Te Deum*, havia alargado de gente de guerra e companhias de ordenanças em frente aos paços; à tarde devia correr-se ao Terreiro do Colégio uma luzida cavalcada com a qual se dariam os jogos, torneios e alcanzias; à noite danças pelas ruas e arcos de luminárias concertados com palmeiras ou festões de flores na Praça do Governador.<sup>153</sup>

Após a liça, a festança ainda permanece no terreiro, onde os cavalheiros continuariam a duelar, sob o pretexto de salvar uma princesa moura. Encena-se um auto representando uma princesa moura que pede auxílio por não querer unir-se ao homem destinado por seu pai. O caráter popular da peça apresenta-se nas danças e na participação de “tipos brasileiros” que figuravam na representação, principalmente, na de Joanina, uma mulata de pais desconhecidos, vendedora de confeitos, que seria a própria princesa. Importante salientar que a mistura social, nesse caso, assinala o festejo, sobretudo, por mobilizar personagens de origem menos nobre, bem como a mistura de etnias:

[...] outros dois caminhavam ao lado de um palanquim conduzidos por negros vestidos como eunucos, sobre o qual vinha sentada uma mulatinha de dezoito anos.

Era um tipo brasileiro, cruzamento de três raças; americano nas formas, africano no sangue, europeu na gentileza. O moreno suave das faces, os grandes olhos negros e rasgados, os dentes alvos engastados no sorriso

---

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 419.

lascivo, o requebro lânguido e sensual do porte sedutor sob o trajo oriental, davam-lhe ares de verdadeira sultana.<sup>154</sup>

Nesse momento, o narrador readapta as características da mulata aos trajes da peça, amenizando os seus traços negros e acentuando sua sensualidade, indiciada pelo sorriso lascivo, requebro lânguido e sensual, porte sedutor, que lhe aproxima da natureza americana e miscigenada, assim como a personagem Isabel de *O Guarani*. O tipo brasileiro representa a síntese dos outros personagens que também estão presentes na reconstituição dos seiscentos, como os negros, os descendentes de espanhóis, de índios, e de portugueses. Assim, tanto a mulata como o próprio personagem Estácio trazem o cruzamento de “raças”, bem como concedem “ares” populares à festa, por serem personagens considerados menos nobres; Estácio busca resgatar seu passado, e Joanhina não conhece o seu. Isso nutria o pensamento do povo. Abrimos um parêntese para falar da popularidade de Joanhina:

Corriam sobre seu nascimento dizeres cuja origem aliás ninguém conhecia. Contavam que em certa noite aparecera na rua uma criança envolta nas faixas; ali fora achada por uma parteira já idosa, a comadre Brites, que voltava de assistir certa dama. A boa mulher recolhera a criança e a educara. Diziam mais que na tolha da menina vinha cosida uma carta na qual se pedia à pessoa que a encontrasse, tivesse dela cuidado até a idade de vinte anos, em que seus pais a reconheceriam, recompensando largamente a alma caridosa que a houvesse recolhido. Daqui tiravam mil comentários; e não faltava quem dissesse que este mistério ocultava um alto nascimento. É a sorte dos enfeitados darem tema às fábulas fantasiadas pela imaginação popular, sempre disposta a acreditar no maravilhoso. O que havia de certo a respeito de Joanhina era ter sido ela criada pela velha parteira a quem pagava a educação que lhe dera com muito amor e o melhor dos ganhos de sua indústria. [...] A uma confessava todos que na cidade do Salvador não havia nem mais feliz, nem mais formosa alfeloeira.<sup>155</sup>

Na festa, a linda mestiça comanda suas escravas:

A odalisca deu sinal a suas escravas; estas imediatamente trançaram novas danças, ainda mais graciosa e originais que as primeiras; nos intervalos o histrião mouro divertia o povo com visagens e truanices. Esta espécie de auto que acabavam de representar era naquele tempo o prólogo necessário do torneio; lembrava as tradições da cavalaria andante, que apesar da sátira homérica de Miguel de Cervantes, ainda viviam no *Amadis de Gaula*, no *Palmerin da Inglaterra*, e na imaginação dos cavalheiros de vinte anos ou das meninas namoradas.<sup>156</sup>

Em seguida, D. Fernando e D. José de Aguiar defenderiam a moça contra os aventureiros que a viessem disputar. Os duelos começam e, após um tempo, são encerrados para que D. Diogo fosse levado ao Palácio, onde ocorreria um sarau. A participação do povo

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 518.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 538 e 539.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 520.

também aparece na própria rua: “Diferentes danças e mascaradas começaram então a percorrer as ruas, armadas de uma extremidade à outra com arcos de luminárias e alamedas de coqueiros, de cujas palmas pendiam lampiões de várias cores.”<sup>157</sup> A construção das imagens da população impregna a festa do governador, contudo, a festa no palácio teria um caráter menos popular, o que nos permite pensar que a festa terminava ali, no terreiro:

A festa popular estava terminada; mas uma branda lufada do vento trouxe uns alegres tangeres de música, como para dizer a Elvira que o sarau ainda durava e com ele seu tormento [...]<sup>158</sup>

Na obra, os traços da nacionalidade são construídos pelos aspectos que dão expressividade a uma nação, cujo tom está no folclore popular e na oralidade. Nesse caso, o passado de Estácio e o nascimento de Joaquina são explorados no romance, sobretudo, ao lado da crença de que havia uma bruxa na Bahia.

Posta a representação do caráter oral da narrativa, passaremos a analisar a principal delas – as minas de prata. A partir deste primeiro ramo do lendário, a imaginação popular, o enredo constrói as imagens representativas das minas, expressas por meio dos olhares dos personagens Abaré, Moribeca, Robério Dias e Estácio, entrelaçadas com a própria história fabulosa dessa gruta. Em busca de um abrigo, o pajé Abaré encontra um ambiente exuberante. É nesse contexto que as imagens descritas sobre o local subterrâneo se abrem para o leitor pela primeira vez:

Depois de estreita e sinuosa galeria abria-se de repente **aos olhos deslumbrados [do pajé] uma magnificência da natureza**. O aspecto era de **esplêndida cidade subterrânea, toda vazada em prata**. Templos soberbos, palácios suntuosos, torres elegantes, ali se sucediam uns aos outros. Quanto tem de mais sublime e gracioso a arquitetura gótica, oriental ou grega, as ogivas rendadas, os arabescos delicados, as colunas elegantes, **fora ali excedido pela mão da natureza**. **O divino artista** criara todas essas maravilhas com a simples gota **d’água que transudava d’entre o interstício do rochedo**.<sup>159</sup>

Descortina-se a tessitura do *El Dorado*, que prima por coordenar descrições que o elevem, movimentando características grandiosas, como “magnificência da natureza”, “maravilhas” e “esplêndida”. Em diálogo com estas representações, a narrativa mobiliza os traços de superioridade da gruta com relação às mais belas estruturas do mundo, como a arquitetura gótica, a oriental ou a grega, as ogivas rendadas, os arabescos, as colunas elegantes, revelando-se como a maior obra divina. Diante dessa magnitude, os olhos do pajé deslumbram-se, fato que expressa a grandiosidade do sertão. A arquitetura daquele cenário

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 522.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 566.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 1126; grifo nosso.

enobrece o tom do romance, trazendo os elementos de grande admiração para qualquer olhar, e, por conseguinte, contribui para engrandecer a matéria narrada.

Em cima desse rochedo, o pajé avista de longe os brancos que se aproximam, e nutre grande desejo de vingança. Entretanto, ao avistar Moribeca, pressente alguma coisa diferente. Ao tomar conhecimento do filão hereditário que o liga àquele guerreiro branco, o pajé surpreende-se. Sendo neto de Paraguaçu, irmã de Abaré, Moribeca ganha a confiança de seu parente, e consegue informações sobre o tesouro que busca. O pajé mostra-lhe sua gruta, ao passo que o guerreiro promete vingar a raça de sua avó. No primeiro contato com Moribeca, o discurso literário constrói o enlaçamento entre a história de Abaré, a de Moribeca e sua família, e as minas de prata. Lapidando o efeito “sublime” da gruta, a linguagem reitera as imagens trazidas pelas impressões de Abaré que agora se formam pelo olhar deslumbrado do neto de Paraguaçu:

Abaré conduziu o neto de Paraguaçu à gruta. O efeito desse **espetáculo deslumbrante** sobre o aventureiro foi **mágico, ficou por muito tempo sem palavra nem reflexão**, paralisado pela poderosa impressão. O sonho brilhante das minas de prata, que tanto tempo **sorria a sua ardente imaginação, ali estava realizado com um esplendor fantástico.** <sup>160</sup>

Nesse trecho, vislumbramos a composição desse campo, propiciado pela imaginação da cultura popular e pelos elementos extraídos daquele quadro plástico e poético. As impressões de Moribeca trazem a ardente imaginação alimentada pela oralidade popular, e a realização de seu sonho que se concretiza na visão daquele espetáculo fantástico. A perda dos seus sentidos intensifica e corrobora essas sensações. Por consequência, o filho de Moribeca, Robério, ao encontrar aquelas minas, reproduz as mesmas impressões. E, por último, o personagem Estácio abarca toda a linhagem maravilhosa já criada, sendo reconhecido por Abaré, ao percorrer o sertão brasileiro. O indígena, já consciente da procura de seu descendente, mostra-lhe as minas. Contudo, para a surpresa de Estácio, aquelas belas imagens não passam de formações de estalactites:

A princípio teve o mancebo o mesmo deslumbramento que seu pai e seu avô. Em face daquelas bizarras e esplêndidas cristalizações, ele não pode conter um grito de admiração. Logo porém caiu em si e conheceu o erro do descobridor.

As decantadas minas de prata não eram mais que ilusão.

[...] Penetrando na gruta, reconheceu o engano de seu pai, induzido em erro pela ignorância e fábulas do tempo.

[...] Entretanto mal sabia que essa área pisada por ele, e que rangia sob seus passos, estava recamada de diamantes. <sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 1129; grifo nosso.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 1207 e 1208.

Como podemos constatar, a beleza do lugar ludibria seus visitantes, que, encantados por aquela visão maravilhosa e alimentados pelo imaginário, não percebem a aparência de prata das estalactites. As mesmas impressões que marcam os antecessores de Estácio também o surpreendem. Porém, averiguando que não se trata de prata, reconhece o engano de seu pai e avô, nutridos pela fantasia popular. O protagonista aproveita esse engano para comprovar que seu pai não era ganancioso e, por sua vez, resgatar a honra de sua família. Contudo, a tradição popular, como argumenta Varnhagen, sempre tem um fundo de verdade, fato que, na esfera fictícia, está projetado na existência de diamantes constatada pelo narrador.

Estácio estabelece um forte vínculo com aquele espaço, que, para ele, simboliza a memória de sua família. Dessa forma, cria uma relação estreita entre sua família e a gruta, de maneira que as minas, aos olhos do protagonista que desconhece a existência de diamantes, se engrandecem com o despojamento de suas riquezas, as pedras preciosas. O “apagamento” do tesouro eleva o tom da narrativa, pois desprovê o herói do sentimento da ganância. Em simetria com esse apagamento, a narrativa presta homenagem a Pedro Álvares Cabral no mesmo dia em que Estácio volta ao sertão, o que poderia sugerir a busca pelas minas, ou melhor, a busca por matérias primas, motivo pelo qual os portugueses teriam trazido os ideais de civilização ao Brasil:

Corria abril.

Era o dia em que Pedro Álvares Cabral avistou a terra brasileira. Celebrava a Igreja naquela semana a Páscoa de Nosso Senhor.

[...]

A terra selvagem parecia trajar as suas mais lindas galas para celebrar a festa natal da civilização.<sup>162</sup>

A narrativa das minas constrói-se sobre aspectos conflitantes, dando o tom épico à obra e, no reverso disso, ela reveste de cinza o romance, ao degradar o passado do protagonista e as relações ao seu redor. Em meio às peripécias em torno dos diamantes, o narrador acrescenta a desilusão do personagem protagonista, sinalizada no próprio título do capítulo “Itinerário da decepção ao desengano”. Esse itinerário pode ser entendido como metafórico, uma vez que, ao retornar do sertão, Estácio tem a notícia da morte de sua tia, e, logo em seguida, da morte de Vaz, que morreu juntamente com as pedras de Dulce.

Na casa do letrado, a imagem simbólica de Estácio atirando os diamantes, num movimento de raiva, somada à do incêndio que matou o doutor e queimou as pedras preciosas que estavam sob sua posse, ficcionalizam o rebentar degradante que a exploração colonial causou no território brasileiro:

---

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 471.

Encheu Estácio a mão de diamante o atirou-os sobre aquele pavimento abrasado; umas após outras, lá foram as riquezas que encerravam o misterioso cofre. **A todas devorou o incêndio em poucos instantes: o carbono, que se cristalizara no seio da terra, volatilizou-se ao fogo e derramou-se na atmosfera.**<sup>163</sup>

As minas de prata tornam-se, no decorrer do romance, o elemento natural semeador da discórdia e desentendimento entre os personagens, cumprindo, por um lado, a vingança tão desejada pelo pajé. Por outro, o final da obra ressalta o caráter natural das pedras, voltando à natureza, o seu verdadeiro lugar, e, nesse sentido, deixa nas entrelinhas a riqueza natural daquele território, a beleza deslumbrante daquelas pedras. Não obstante a narrativa simbolize a harmonia com a destruição dos signos de dinheiro, as minas ainda seriam desbravadas, como podemos notar nas palavras do narrador: “Entretanto mal sabia que essa areia pisada por ele, e que rangia sob seus passos, estava recamada de diamantes”.<sup>164</sup> Ou seja, poderíamos pensar que se o autor destituiu a narrativa de ambição, e, nesse ponto, instaurou-se a harmonia, por outro, as pedras preciosas ainda continuariam a chamar os colonos a virem buscar o *El Dorado*.

O fechamento do romance apresenta imagens fortemente simbólicas que entram em consonância com a abertura. Se no início a cidade baiana apresenta uma estrutura ainda por desenvolver, porém, alicerçada num tom eloquente, o tom mítico e lendário das minas e as soluções que gestam a ordem no território fornecem o modelo exemplar do passado colonial e uma memória digna de ser lembrada.

Nesse espaço, Estácio sintetiza os conflitos culturais, pois, como descendente de índio, traz tanto a projeção do ódio de Abaré, quanto o desprezo do colonizador por seu sangue gentio. Assim, o herói se liga às raízes de sua pátria, seja pela herança das minas e pelas significações que ela ganha naquele contexto, seja por sua miscigenação, e por sua participação na guerra. O protagonista, enquanto representante de seus problemas individuais, não deixa de transitar entre o coletivo, já que as minas são uma fábula popular e a história do herói a alimenta.

Se o épico antigo é caracterizado por seu lado maravilhoso e histórico, na sua releitura, Alencar recupera essa ideia, misturando o maravilhoso na imagem mágica das minas e na própria figura enigmática. Dessa maneira, a partir dos fatos históricos, seja pelos grandes conflitos, seja pelo panorama de detalhes da Bahia, e, principalmente, pelas minas, a narrativa

---

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 1250; grifo nosso.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 1208.

cria elementos míticos e traz a figuração das imagens de um Brasil onipotente, digno de se elevar frente a outras nações.

Assim, buscando construir os rastros do que poderia ser reconhecido como literatura nacional, a noção de nação e pátria é construída e definida em relação ao seu povo, e nisto, está o caráter popular da obra, caracterizado pelos elementos locais da cidade de Salvador, suas festas, torneios, encenação, também, pelo teor popular apresentado pela taberna de Brás, e, sobretudo, pela própria trama das minas de prata. O herói traz a história de Caramuru e Paraguaçu, mito pertencente à história do Brasil, fundador da mistura de “raças”. Assim, *As Minas de Prata* cria um representante inflado de heroísmo e nobreza, desenha uma batalha épica, e escolhe o mito representante da colônia: o *El dorado*. Os três pilares estão interligados e articulados com a particularidade e especificidade do Brasil colonial. A obra visa um projeto de nação, pretendido pela união simbólica desses três elementos, os quais estão estruturados pelas qualidades épicas, históricas e romanescas. A escolha dos traços e gêneros foi importante na direção de auxiliar as possibilidades temáticas.

### **1.7 *As Minas de Prata*: a esfinge de uma origem nacional**

Após a retirada das notas em 1865 e a alteração do título, a única informação que o leitor conseguiria sobre o romance seria sua conexão com a obra *O Guarani*, posto que o roteiro das minas estaria sob a posse do personagem de D. Diogo de Mariz, filho de Antônio de Mariz. Supostamente, a trama, num primeiro momento, contaria as peripécias de um personagem que se envolve em várias intrigas, com o objetivo de limpar o nome de seu pai. Ou seja, o filão folhetinesco ressaltaria na narrativa, numa primeira leitura. Tal leitura dialogaria com a história contada no corpo do texto sobre a princesa medieval que a personagem Joanhinha inventa para tentar advertir D. Inês dos perigos que seu amante corre, ao passo que a verdadeira finalidade daquele conto passa despercebida por entre os outros personagens. Sendo assim, o leitor atento, como D. Inês, perceberá que, para além das reviravoltas, dos mistérios, e das grandes paixões, a obra esconde seus enigmas, ela lê o passado projetando-o no presente.

No enredo das minas, o pajé que guarda a gruta, onde supostamente estariam as minas de prata, só a revela para seus descendentes e as consequências dessa exploração permanecem uma incógnita. Da mesma forma que aquele local precisa ser desvelado, a obra também apresenta uma história circunscrita dentro de outras, as quais precisam ser desbravadas. Após as retiradas das notas, Alencar deixa seu leitor reconstruir seus caminhos

e, assim como a história que Joaninha inventa, *As Minas*, que, aparentemente, conta a história do Brasil Colonial, ao ser desvendada, projeta as raízes de uma origem nacional, tão buscada pela literatura de seu tempo. Ou seja, ela dá a solução encontrada por José de Alencar, dizendo “Decifra-me ou devoro-te.”

O autor reflete sobre seus procedimentos literários e sobre a composição de uma obra brasileira. No quadro de engrandecimento da pátria, as características épicas se encontram na própria escolha temática: a gênese da nação, exaltada pelo viés da batalha transoceânica, que recompõe o herói épico, e pelo próprio enredo das minas de prata, que recupera os traços míticos da epopeia no redimensionamento do *El Dorado* e no seu caráter popular, que, passando de boca em boca, ganha distintas versões, e se transforma no elemento mítico e lendário do romance.

Tendo em vista a tensão entre as qualidades ficcionais e as históricas, Alencar elabora uma prosa de teor histórico que identifica os primeiros problemas da nação e de sua identidade, e reconstrói o espírito de um povo. A partir da dimensão metalinguística de seus textos e da sua intenção ficcional, principalmente, em “Literatura Brasileira”, entendemos que, para o romancista, a prosa literária é constituída pelo caráter nacional, pela forma e pela língua. Podemos interpretar que Alencar pensa os elementos raciais de uma possível povoação na Bahia em *As Minas*. Levantamos nossa pergunta: Quais são os componentes dessa brasilidade, manifestados nos traços da mistura de raças? Como ele representa a miscigenação de um povo, e qual sua importância para o país conforme o autor constrói personagens que trazem uma concepção de vida e de religião, aliás, na obra, a representação de uma sociedade está ligada a sua identidade cultural. Disso resultam os problemas decorrentes da Companhia de Jesus e da religião judaica. Sublinhamos que a representação da religião, reconhecida por seus valores morais e civilizatórios, apreende os problemas relativos a sua institucionalização e ao povo judaico, grupo imigrante no território. Ou seja, na fundação da literatura nacional os elementos religiosos prendem-se a outros aspectos identitários, sobretudo, ao povo

O escritor brasileiro mescla ingredientes discutidos por seu tempo, assimilando reflexões atuais, como as do jesuíta, da Guerra holandesa, e da literatura antissemita. Discutiremos como o romance de Alencar se constrói nas relações com a imprensa e, sobretudo, nas redefinições dos três traços estudados, a partir do novo papel da imprensa oitocentista na promoção da identidade nacional. Uma vez que a ficção histórica produzida por Alencar promove uma mistura de características e gêneros, o que a definiria? Ou seja, como José de Alencar concebe o romance histórico no processo identitário do Brasil?

Desenvolveremos esse problema no decorrer de dois capítulos, a partir da análise dos personagens jesuítas e judeus. Nesse estudo, exploraremos os diálogos e confluências da obra alencariana com suas redes de interlocução, representadas pelos periódicos fluminenses, pelo IHGB, pelos folhetins franceses e outros romances brasileiros com as mesmas temáticas. Tendo em vista a construção da gênese da nação, o segundo capítulo apresentará os jesuítas desviantes da missão espiritual e o terceiro capítulo os judeus como personagens inassimiláveis na colônia.

## CAPÍTULO 2

### AS MINAS DE PRATA E A QUESTÃO DA RELIGIOSIDADE NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL: OS JESUÍTAS, OS DEBATES E AS POLÊMICAS NO IHGB, NA IMPRENSA PERIÓDICA E NOS FOLHETINS LITERÁRIOS

#### PARTE I

Os romances e dramas históricos de José de Alencar, como *O Guarani* (1857), *O Jesuíta* (1861) e *As Minas de Prata* (1862-1865), obras<sup>165</sup> em que o autor trabalha a figura de religiosos, são nutridos por um projeto literário nacional engajado nas discussões que envolvem o campo literário e o espaço que ele ocupa na esfera política, influenciado por diferentes lugares representativos que, no nosso estudo, serão restritos às Revistas do IHGB e à imprensa fluminense. A preocupação que Alencar demonstra com a figura da Companhia de Jesus e com os seus missionários em sua produção literária, principalmente em *As Minas de Prata*, nos levar a dedicar um capítulo para discutir as variadas proposições sobre esse assunto.

Reconstituiremos os debates em torno da Ordem Religiosa no Brasil oitocentista que inventam os jesuítas como sujeitos protagonistas nobres e dignos da memória da pátria, e, no reverso disso, como sujeitos que geraram suspeitas e polêmicas; aliás, neste caso, o retorno dos inacianos ao país foi imprescindível para a formação de uma leitura desfavorável aos eclesiásticos. Na recomposição do quadro de discussões, com as nuances de posicionamentos do IHGB, e os embates nos jornais, conduziremo-nos pelo seguinte questionamento: como José de Alencar pensa a religião no seu romance *As Minas de Prata*, a partir das apropriações, interpretações, e empréstimos de representações e reflexões contemporâneas sobre a Companhia de Jesus? Seguindo essa pergunta, também abordaremos prosas ficcionais que

---

<sup>165</sup> Neste primeiro momento, selecionamos as prosas escritas antes de *As Minas de Prata*. Em *O Guarani*, o personagem de Loredano deixa de ser um frade carmelita, ao se aproveitar de um segredo de confissão, que lhe permite obter um pergaminho de um tesouro escondido. Na trama, ele planeja raptar a filha do fidalgo D. Antônio de Mariz, e, para tanto, incita uma revolta contra a família desse personagem. A narrativa alencariana, ao representar um frade como um sujeito sem escrúpulos e mau caráter, lança críticas à figura religiosa de Loredano. O drama *O Jesuíta* é datado de 1861, porém, encontramos anúncios dessa peça no ano de 1860. Encenado apenas em 1875, a peça representa a Companhia como uma ordem que conspira contra o Estado. Segundo Vilar, o personagem Samuel de *O Jesuíta* traz de forma condensada as vilanias de padre Molina. (VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A invenção de uma escrita: Anchieta, os jesuítas e suas histórias*. RIO Grande do Sul: EDIPUCRS, 2006.). O planejamento de uma peça dois anos antes de *As Minas de Prata* já demonstra um possível projeto sobre os jesuítas, ou melhor, o envolvimento de Alencar com os inacianos, o que veio a se realizar na figura de Molina, se levarmos em conta o fracasso e a polêmica de sua peça.

absorvem esse momento de querelas sobre a figura ambígua dos inicianos, e que fomentam mitos positivos e negativos dos eclesiásticos, e neste ponto, cabe estudar tanto outras obras de Alencar, quanto obras folhetinescas de temática jesuítica circulantes nos periódicos.

## **2.1 José de Alencar e a esfera religiosa: as dissidências eclesiásticas na elaboração dos mitos jesuíticos**

### **2.1.1 O teatro e a prosa de caráter histórico: “Em serviço de El Rei e da Religião”**

Os ideais “Em serviço de El Rei e da Religião”, citados e explorados recorrentemente nas prosas histórico-ficcionais de Alencar, assimilam as formas representativas e ambíguas que reescrevem a nação e sua religião nos procedimentos de autenticidade da literatura nacional, em especial, no romance *As Minas de Prata*. O pensamento de Alencar sobre estar a serviço da sua pátria e dos ideais espirituais e civilizatórios, legitimados pela imagem da catequese e das doutrinas moralistas e dogmáticas da Igreja Católica, esboçam o seu olhar na reconstituição do passado brasílico e, de certa maneira, na sua projeção do Brasil Imperial. Se os processos de nacionalização da Instituição Religiosa configuram diversificados conflitos na percepção de um passado coerente e unificado, José de Alencar reabsorve as contradições da esfera eclesiástica, encaminhando determinadas representações, cuja ambiguidade se realiza no aproveitamento do catolicismo em outras áreas e esferas.

Em *As Minas de Prata* (1865), *Guerra dos Mascates* (1871-1874), *Alfarrábios* (1872), e no drama *O Jesuíta* (1861), a representação religiosa e as querelas políticas da Monarquia Católica de Portugal são circunscritas como um problema histórico e identitário, que traçam um elo em comum entre as obras do escritor. Aliás, os movimentos polêmicos da Igreja Católica, e, sobretudo, da Companhia de Jesus no território brasileiro estabelecem pontes temáticas entre os referidos textos, sobre os quais colocamos a seguinte pergunta pontual: como Alencar representa o catolicismo na busca dos traços identitários? Investigaremos a relação da religião e dos jesuítas com a questão da identidade nacional, e suas articulações com a ideia de servir um território.

Num primeiro momento, podemos pensar na peça *O Jesuíta*<sup>166</sup>, escrita em 1861 e encenada em 1875, na qual a figura do eclesiástico maquina uma possível independência para o país. O padre usa de todo seu poder para alcançar seu objetivo, justificado em prol da

---

<sup>166</sup> ALENCAR, José. *O Jesuíta*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875.

liberdade da pátria. A escolha do jesuíta na aspiração da independência marca a emancipação da religião no Brasil e, em contraponto, aponta os deslizes da Ordem, realizados pelo personagem inaciano, ardiloso e estrategista; ele seria o único astuto o suficiente para manejar uma conspiração. Seus laços com a dimensão identitária se formam ambigualmente. O loiolano Samuel sacrifica sua vida pela pátria e pela religião. Se o primeiro sacrifício do eclesiástico é deixar tudo em função dos projetos de uma nova nação, o segundo é deixar seus planos, mal sucedidos e inescrupulosos, que integram tal intento, e assumir sua figura e seu amor paternal, e, nesse sentido, ainda que não aconteça a independência, os novos caminhos do país seriam tracejados por seu filho Estêvão, representante de ideias morais. Podemos ler que Samuel também serve ao sentimento patriótico, pois ele reconhece que suas estratégias são imorais e abandona a ideia de alcançar a liberdade nacional através de suas maquinações. Após sua renúncia, a religião é simbolizada pela postura moralizante de Estêvão.

Em *Guerra dos Mascates*<sup>167</sup> e *Alfarrábios*<sup>168</sup>, ainda que escritos posteriormente a *As Minas*, as figuras dos padres retomam as imagens negativas do jesuíta Molina, ultrapassando seus ideais espirituais, e estabelecendo uma relação questionável e complicada com a representação do povo. Ou seja, *As Minas de Prata* explora embates religiosos que são repensados em outros romances e narrativas, pois, apesar de separados por anos, eles apresentam um consenso na apreensão dos movimentos jesuíticos. Podemos interpretar que Alencar propõe uma conexão entre as recriações dos membros clericais, pois elas, em diferentes dosagens, estão envolvidas com a formação espiritual, educacional e política do Brasil, levantando suspeitas quanto ao desempenho jesuítico na moral e na ética.

Sublinhamos o texto *O Garatuja* (de *Alfarrábios*), no qual a Companhia manipula, domina o ensino e a catequese, além de outras esferas. Nessa crônica, o narrador explora a ignorância do povo que acredita na Igreja e obedece as instruções da Corporação. Neste caso, podemos ler que a Instituição aproveita do “servir” às doutrinas como uma forma de exploração de crenças e valores.

Em *Guerra dos Mascates*, a narrativa retrata os dilemas entre os povoados de Recife e Olinda, e o envolvimento de alguns padres, em especial, na trama de ataque ao Partido de Olinda. Na narrativa, o povo de Olinda, constituído por colonos nascidos no território brasileiro, incorpora os fieis representantes de Pernambuco:

- Já não tornam os tempos, em que davam os naturais exemplo de uma constância e heroísmo que não têm inveja aos mais decantados das antigas

<sup>167</sup> *Id.*, *Guerra dos Mascates*. Rio de Janeiro: Garnier, 1871.

<sup>168</sup> *Id.*, *Alfarrábios*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872.

eras, exclamou com fervor o licenciado José de Holanda. Aqueles eram pernambucanos, e **sabiam servir à pátria e à religião**, que livres desamparavam a casa e a família para não se curvarem ao jugo de hereges, e cativos rejeitavam a liberdade, porque tinham em mais valia do que tão precioso dom, guardar a fé a seus senhores.

- Depois que **a ralé da mascataria**, mal pecado nosso, lastrou por esta terra, já ela não pode ser o que foi, o Pernambuco de nossos maiores; nem afogado como anda de más ervas e pragas, podem mais aí medrar as virtudes, que rebentavam outrora com tamanho viço.<sup>169</sup>

Nesse trecho, a manifestação patriótica tem papel decisivo no fato de os personagens prestigiarem o passado da nação e sua imagem religiosa, a qual exerce o controle da moral e dos modos de se estabelecer uma luta política e econômica.

Uma vez que, em variados momentos, o povo de Olinda incorpora as conceituações de “liberdade” (“os nobres de Pernambuco devem lembrar-se que descendem dos que restauraram à pátria e à liberdade esta capitania”), representante do povo nascido na América, o posicionamento dos padres, em particular, do padre João da Costa, se encontram na contramão dos olindenses, ao lado do povo chamado de “forasteiro”.<sup>170</sup> Na trama, os olindenses assumem a reminiscência do solo natal, incorporando o heroísmo de seus antecedentes na luta holandesa, clamando sob sua herança aristocrática a defesa da liberdade, pátria e religião.

Nessas narrativas, a imagem de um país dominado por dogmas eclesiásticos configura, sob um viés, a ordem e os conceitos de progresso, que moldam as “feições nacionais” e os princípios de nacionalidade unificadora. Por outro lado, se José de Alencar delinea o catolicismo como símbolo do processo civilizatório, ele também incorpora e ressignifica a decadência da igreja, provocada, principalmente, pelos jesuítas.

Nas três obras, os padres são aproveitados, de certa maneira, por sua força política, em vez de sua força religiosa, e se envolvem na formação de elementos identitários, que perpassam por reflexões sobre a liberdade da nação. Não obstante os eclesiásticos interpretem a religião e, sobretudo, os jesuítas em particular, eles trazem uma ficcionalização dos mitos da Companhia, reestruturados pelas leituras antijesuítas.

Em nossa obra principal, *As Minas de Prata*, a prática do catolicismo também não deixa de ser um problema na consolidação da pátria. Na prosa, o herói Estácio, em vários momentos, expressa seu ideal de servir sua terra natal, além de ser convidado por D. Diogo de Menezes para lutar em nome da religião e do governo:

<sup>169</sup> ALENCAR, *Guerra dos Mascates*, p. 150 e 151; grifo nosso.

<sup>170</sup> Em *Guerra dos Mascates*, Alencar teria criado personagens para satirizar o Imperador e a política de seu tempo. No nosso estudo, não entraremos nessa análise, deteremo-nos na figura do religioso.

— Pois trataremos de acabar a obra de ambos dando-vos campo mais vasto do que esta liça, disse D. Diogo. Não é justo que tão valente lança se embote em folguedos, **quando o serviço de El-Rei e a causa da religião** tanto carecem de bons defensores.<sup>171</sup>

Vaz Caminha voltou-se para Estácio:

— A espada que me rendeste, filho, rendo-a eu àquele de quem a houveste para **defesa da religião e da pátria**. A El-Rei por quem a reclama a gente de seu serviço.<sup>172</sup>

Na contramão da religião encarada espiritualmente como um dos meios de civilidade e moralidade, apresentados pelos personagens nobres, as mesmas qualidades são utilizadas pelos jesuítas como pretextos para chegarem a seus objetivos, caso do sermão que direcionam a D. Diogo, com quem travam luta política:

— [...] E pois ofendeis o Senhor, deixando-vos abater por semelhante pensamento, e gastando na dor uma coragem de que tanto hão mister a Santa Religião Católica e o serviço de El-Rei. O sofisma de vossa consciência é o mesmo de Jó amaldiçoando o dia em que nasceu!...  
À medida que o frade falava sentia D. Diogo abrandar a angústia de sua alma.<sup>173</sup>

Realizando os procedimentos inversos do ideal de “servir à nação”, preconizado por Estácio e pelo governador D. Diogo, o jesuíta Molina readapta os traços negativos incorporados por Samuel, da peça *O Jesuíta*, e serve aos seus próprios interesses. Sendo assim, o ideal de constituir a pátria e sua religiosidade mobiliza uma série de significados, a partir da perspectiva do narrador e dos pontos de vista e posicionamentos dos personagens, caso da postura questionável de Molina.

A trama de *As Minas* recorre a situações nas quais a Companhia entra em conflito com o poder governamental e com doutrinas dissidentes entre si. No cerne deste conflito, a oposição do personagem jesuíta Inácio Louriçal ao relaxamento moral e à adaptação anti-dogmática exercidos pelo seu companheiro Molina suscita inquietação e suspeitas quanto aos aspectos da politização da Ordem. Os planos inescrupulosos de Molina fazem jus a sua batina, não escolhida por vocação, mas sim pelo poder e reconhecimento que o traje preto lhe proporcionaria, e ele somente se interessa pela colônia brasileira pelo simples fato de buscar as minas de prata. A partir do momento em que se encontra no Brasil, sua atuação gravita em torno de várias empreitadas e alianças que mobiliza, chegando a corromper os padres de sua Ordem e a manobrar as doutrinas da Instituição religiosa. Se por um lado, o padre Molina

<sup>171</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 507; grifo nosso.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 814; grifo nosso.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 955.

maneira uma conspiração contra o governador D. Francisco de Sousa, com o objetivo de obter o roteiro das minas, por outro, não é menos verdadeiro que o romance também se empenha em construir a imagem de jesuítas conscientes de sua função no Novo Mundo.

*As Minas de Prata* representa na sua estrutura romanesca o movimento de criação da Companhia de Jesus, movimento esse que resgata o discurso controverso, exaltado e opositor que demarcou divergências no próprio seio da esfera eclesiástica. Não por acaso, José de Alencar articula as dissidências entre os jesuítas Molina e Lourçal, tendo em vista que elas já aparecem na Companhia desde o seu surgimento, e são reformuladas no decorrer de séculos, o que faz com que o literato, ao lado dos seus contemporâneos, articule a dimensão histórica das imagens jesuíticas com o contexto local. Vale apresentar um breve panorama da Ordem Inaciana e suas origens:

De fato, a história da visão do Jesuíta como o Outro que se julga – santo ou prevaricador, herói ou bandido, anjo ou diabo, mestre do bem ou congeminador do mal – é o exemplo mais acabado de uma bipolarização de apreciações de carácter antagónico, estigmatizadas por uma irreconciliação de avaliações radicalizadas em que se contam poucas cedências. [...] A Companhia de Jesus, efectivamente, teve o ensejo de suscitar os ódios mais viscerais e as admirações mais abnegadas. Mais interessante na perscrutação das origens do antijesuitismo é a observação do seu controverso nascimento no seio da própria Igreja. **A crítica aos Jesuítas vai constituir uma corrente de opinião que nasceu nos meios eclesiásticos, ora da parte da Inquisição, ora da parte das outras ordens religiosas mais antigas, com especial destaque para os Dominicanos e Franciscanos, ora ainda da parte da burocracia eclesiástica romana e do seu clero secular, este último incomodado com as críticas austeras da pregação e do exemplo de vida do grupo de Inácio de Loyola.**

A tradição da crítica aos Jesuítas desenvolve uma concepção, mesmo uma doutrina de oposição aos Jesuítas que acaba por elaborar um mito fabuloso. [...] Pelo que o antijesuitismo (e a sua expressão extrema, a jesuitofobia), além de ser produto de aficionados desta causa do combate à Companhia de Jesus e ao que ela significa, é sobretudo resultado de uma arte de apresentar, e configurar uma imagem desta instituição. Esta imagem é ideologicamente definida, cinzelada e fundamentada, transformando-se por vezes numa espécie de fé ou crença de contornos obsessivos e fanáticos.<sup>174</sup>

---

<sup>174</sup> FRANCO, José Eduardo. O mito dos jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano V, n.º 9/10, p. 304-305, 2006; \_\_\_\_\_. *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*, (Tese de Doutoramento defendida na EHESS – Paris), 2 Volumes, Lisboa-São Paulo, Prefácio e Arkê, 2005. p. 21 e 22; grifo nosso.

Sendo assim, o fenômeno do antijesuitismo acompanhou a reafirmação e a expansão da religião cristã em diferentes espaços nacionais, desenvolvendo-se em todos os cenários em que os loiolanos tiveram alguma ação. No Brasil, não foi diferente.

No caso do território brasileiro, o processo ambíguo e multifacetado da reinvenção dos jesuítas no Brasil fomenta-se por reinterpretações e sistematizações marcadas, por um lado, pela circulação e consolidação da literatura antijesuítica<sup>175</sup> e de propagandas negativas dos inacianos entre as décadas de 1830-60 na imprensa fluminense e no IHGB e, por outro, pela mitificação dos primeiros missionários no Brasil representada pelos mesmos espaços. Não há um lugar definido para a Ordem, conforme ela é relida, a partir da composição de imagens sempre parciais de uma trajetória da Companhia no Brasil oitocentista que se alterava continuamente. Do redimensionamento das incongruências da Companhia, formam-se os seus mitos.

O reavivamento da Ordem nos periódicos reproduz novas e sucessivas querelas, fecundadas pelas raízes do chamado “mito negro” dos jesuítas, sistematizado pelo Marquês de Pombal e, na sua radicalização, pelas origens dos mitos positivos, que são readaptados nas discussões locais.

Atualizando as imagens da Instituição, a narrativa de *As Minas* demarca seus aspectos e traços de historicidade, bem como o senso histórico subjacente à escolha de ângulo focalizado para narrar os mitos jesuíticos e suas funcionalidades no Brasil, num estreito diálogo com suas redes de interlocução. Assim, entender os sentidos dos jesuítas na obra alencariana se faz indissociável do espaço da literatura na esfera política do país, ou antes, da compreensão das funcionalidades, do impacto e das significações da Ordem nas malhas jornalísticas, caracterizadas por uma rede de debate polifônico na imprensa e de sua sintonia com os romances dessa época.

Até aqui, reconhecemos que a Companhia fomentou, ao longo dos séculos, um movimento antijesuítico, inversamente proporcional às projeções positivas dos inacianos, os quais são relidos, recontextualizados e absorvidos nas questões locais e na fabricação dos expedientes nacionais. Para os letrados conterrâneos de Alencar, os obstáculos que se colocam na ressignificação da Corporação são, entre outros, discutir a religiosidade,

---

<sup>175</sup> Nesse trabalho, usamos o termo no sentido mais amplo, englobando a produção e circulação de discursos e narrativas de ataque à Companhia. O estudo de Franco sobre a literatura antijesuítica tece a seguinte conceituação: “Este conjunto variegado de documentação constitui o universo heteróclito daquilo que designamos *grosso modo* de literatura antijesuítica, em geral, marcado psicologicamente pela fobia e socialmente pelo combate em todas as frentes contra um inimigo que se imagina estar em todo e em qualquer lado.” FRANCO, *O mito dos jesuítas em Portugal*, p. 25.

sobretudo, a presença dos jesuítas no Brasil Colonial, num momento político oitocentista em que os inicianos retomam seu poder na Europa, e retornam ao território brasileiro; e reescrever o Brasil-Colonial, indicando suas trilhas para o Brasil Imperial diante das polêmicas da Companhia.

A figura dos jesuítas, não só como assunto histórico, mas também como construtora da memória do país, pois, afinal, os loiolanos escreveram “histórias”, traz elementos que se transferem para outros dilemas. Por um lado, os eclesiásticos fizeram parte do construto nacional, não obstante, por outro, eles concorreram com o Estado, e o retorno deles desde 1815 ameaça a política Imperial. Como reinventá-los?

Participando desse percurso, José de Alencar busca trajetos para reescrever os jesuítas no período colonial, tentando solucionar as ambiguidades do “servir à religião”. Levantamos a hipótese de que o romance alencariano consegue metaforizar e ficcionalizar na sua tessitura as nuances de discussões do IHGB e da imprensa, construindo uma possível resposta para os problemas contemporâneos.

Neste capítulo, organizaremos nosso estudo através das fontes e dos temas de pesquisa. Em primeiro lugar, veremos o lugar dos jesuítas no IHGB e a função que eles tomam na construção da nacionalidade brasileira. Analisando a tarefa do Instituto no viés nacional, partiremos para a imprensa periódica, veículo que permite observar um movimento mais amplo sobre a figura dos loiolanos, inclusive, nesse espaço, podemos reconstruir as trocas culturais e a rearticulação de assuntos locais com as notícias estrangeiras. Atentaremos sobre o processo de construção dos mitos dos jesuítas nesse suporte, acompanhados, em parte, por um movimento antijesuítico. Por fim, analisaremos a obra *As Minas de Prata*.

Na segunda parte desse capítulo, estudaremos a literatura e o romance-folhetim que reescrevem a conspiração jesuítica e articulam os mitos que veremos nos periódicos. Nossa proposta será feita a partir da análise dos folhetins *O Judeu Errante*, da obra *O Visconde de Bragelonne*, e de *As Minas de Prata*.

Nos seguintes tópicos, veremos mais detalhadamente a religião católica no contexto nacional, a partir dos loiolanos no IHGB e na imprensa fluminense (1830-1860). Também aproveitaremos para estabelecer aproximações e divergências com a obra alencariana.

## 2.2 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e José de Alencar: os dois lados da Companhia, de Vieira aos jesuítas expulsos por Pombal; de Padre Louriçal a Molina

A partir da década de 1840, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* lança um discurso fortemente positivo em torno dos jesuítas, num entroncamento com as publicações desfavoráveis. Tal atribuição mítica, na contramão do “mito negro”, são construídas das memórias dos primeiros missionários no Brasil. Tomando a especificidade que esse *Instituto Histórico* possui no Império, analisaremos o espaço que concede à Ordem e sua metodologia na reinvenção dos inacianos. Atentaremos, sobretudo, para a ideia de que os jesuítas fazem/fizeram “histórias”, ideia também presente em *As Minas* e em circulação nos periódicos.

\*\*\*

No IHGB, a construção da memória da pátria prescreve a reinvenção da Companhia de Jesus e a sua mitificação como Instituição fundadora da civilização e do progresso na “gênese da nacionalidade brasileira”. Os textos produzidos pelos membros do IHGB formam imagens consagradas e cristalizadas da Ordem, por meio de um discurso que, embora se apresente com nuances de posicionamentos críticos entre os sócios do Instituto, engrena a defesa dos “guerreiros jesuítas” na escrita dos textos dos seus membros durante as décadas de 1840, 50 e início da de 60, e potencializa a empresa religiosa como grande “salvadora” dos selvagens, que lutou e se sacrificou em prol da América Portuguesa. Durante o período referido, as publicações levantam documentos e escritos sobre os inacianos no contexto colonial, porém, não estão restritas em apenas conhecer os primeiros séculos do Brasil, mas também em indagar sobre questões políticas do Império.

De forma predominante, a década de 40 marca uma discussão positiva sobre a temática dos jesuítas. Elogia-se o sistema de catequese e a contribuição dos missionários no processo civilizador. Se por um lado, detectamos um discurso que reverbera a preocupação com a imagem de heroísmo dos inacianos, por outro lado, os sócios produzem um discurso de objeções à atuação política dos jesuítas no período colonial. O secretário Januário faz algumas restrições aos inacianos no que toca ao seu caráter político no período colonial. Nesse ponto, o Instituto estaria sintonizado com as querelas estrangeiras sobre o avanço dos inacianos, mas, sobretudo, com as querelas nacionais.

Segundo Domingos (2009)<sup>176</sup>, a presença contemporânea dos jesuítas no sul do país fez com que o sócio criticasse a intervenção dos jesuítas no poder governamental. Essa discussão se estende para a década de 50. Neste momento, os sócios ainda reverberam a imagem positiva da Companhia, porém, apontam os seus deslizes, fato que estabelece um movimento pendular no debate: as nuances entre positivo e negativo que acompanham as reflexões feitas pelo IHGB. A relação do Instituto com a temática dos jesuítas acompanha as relações políticas do Brasil Imperial e, por conta disso, os embates sobre a Companhia caracterizam três momentos distintos: década de 40, marcada pela imagem positiva dos jesuítas, década de 50-60, ainda marca a imagem positiva, porém, apresentam-se os problemas da Companhia, e década de 70, conflito acirrado entre jesuitismo e antijesuitismo. Levando isso em conta, passaremos a analisar alguns textos sobre a temática dos jesuítas, entre as décadas de 40-50, atentando para a construção de um discurso consensual sobre os jesuítas no IHGB, que esbarra com posturas destoantes entre os próprios sócios.<sup>177</sup> O IHGB sistematiza as informações sobre o Brasil Colônia, inserindo os primeiros jesuítas num aproveitamento literário e formalizando o lado positivo de seu mito. No reverso disso, o mito gestado por Pombal reflete nos seus questionamentos. A análise dos três períodos e suas releituras quanto à Ordem são relevantes na medida em que configuram reconstituições das contínuas interpretações dos inacianos no Brasil e dos seus reaproveitamentos em romances nacionais como *Simá*, de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, *Calabar, de Mendes Leal, e*, principalmente, em *As Minas de Prata*. À guisa de ilustração, a obra *Simá* narra os conflitos do período de Pombal, lançando fortes críticas aos loiolanos, ao passo que *Calabar* mitifica o jesuíta missionário durante o período da Guerra Holandesa. Já a narrativa histórica de Alencar promove uma leitura ambígua quanto à interpretação da Companhia no Brasil Colonial, interagindo com os posicionamentos oscilantes do IHGB.

Os dois padres apresentados em *As Minas*, o padre Molina e o padre Lourçal, metaforizam os lados da Companhia, o espiritual e o corrupto, sendo que a formulação negativa deste último é escrita dos libelos no período de Pombal. Esses pontos ficcionais estabelecem um elo com os documentos e textos do IHGB. Sendo assim, como os dois gêneros, a narrativa de ficção histórica e a narrativa histórica representam os jesuítas? Ou melhor, como Alencar, escrevendo duas décadas após os primeiros textos do Instituto, reaproveita e relê a Companhia? Pensamos que, para o romancista escrever sua prosa, ele teria

---

<sup>176</sup> Cf. DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.*

<sup>177</sup> Cf. DOMINGOS, *op. cit.*

acesso a tais informações, pois partimos da hipótese de que a construção dos padres Molina e Lourical é uma readaptação das leituras do IHGB sobre os inacianos.

### **2.2.1 A reescrita dos jesuítas na História e no romance nacional: a reinvenção da Companhia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas debatidos e aproveitados em *As Minas de Prata***

No texto inaugural da *Revista*, Januário da Cunha Barbosa escreve um discurso sobre a confecção da história do Brasil e apresenta balizas e possíveis assuntos para dirigir esta escrita. Uma delas se ancora na atuação dos jesuítas:

A nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdivida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da civilização. Ou ela se considere pela conquista **de intrépidos missionários**, que tantos povos atraíram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente,...; ou pelo lado das ações guerreiras, na penetração de seus emaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias,..., e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patricios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes ideias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz.<sup>178</sup>

Já nas considerações sobre a História do Brasil, a Corporação é apresentada como uma Instituição que escreveu *Histórias* e se inscreveu no território brasileiro. Segundo o secretário, os jesuítas teriam importância em várias práticas do Brasil Colonial, seja na catequese, na guerra, na bandeira, de forma que os loiolanos não seriam vistos apenas como missionários, mas também como personagens atuantes na unificação do território frente às ameaças internas e externas.

Quanto ao fato de os escritos da Companhia de Jesus poderem indicar possíveis confecções da História do Brasil, os materiais produzidos pelos inacianos, em grande escala, são resgatados, escolhidos e lançados pelo IHGB, e já apontam possíveis direções na História, além de formularem os seus próprios mitos. Esse resgate da prática epistolar ganha outros significados, podendo ser lida e interpretada sobre a conexão dos jesuítas em diferentes lugares, o que valida e legitima sua força na colonização. Na reinvenção do IHGB, a Ordem Inaciana passa a ser vista como elemento de formação indissociável da cultura seiscentista.

---

<sup>178</sup> RIHGB, 1839, p.10; grifo nosso.

Já na primeira fase do discurso do Instituto na década de 40, os letrados sistematizam os documentos de época, trazendo à tona cartas e crônicas jesuíticas que comprovam os textos escritos pela *Revista*, numa rearticulação que consome o mito positivo jesuítico. O discurso volta ao passado e abre uma fissura que permite projetar a questão da política colonial, o acúmulo do poder pelos jesuítas, na política imperial, e dessa forma, proteger o Império da intromissão dos jesuítas. De forma geral, o secretário Januário aprova a atuação dos loiolanos no Império e suas práticas de catequese, porém, para que não concorressem com o poder temporal, como no passado, para Januário, deveriam estar sob a proteção do Estado Imperial.

Os textos do IHGB, amplamente aureolados, surgem ao lado do ataque à Igreja e da divulgação de notícias sobre os loiolanos na imprensa. A inscrição dos jesuítas no passado não só faz parte de um projeto programático do Instituto, como também da construção do mito positivo jesuítico que integra o processo histórico do Brasil, desafiando o presente. Nessas brechas, demarca suas ressalvas à lógica concorrencial, ainda com um tom singelo. Constatamos que a metodologia das revistas estudadas, que levantam a bandeira em defesa da Ordem, tem como estratégia o redimensionamento das doutrinas da Ordem para seus feitos do passado.

Na década de 50, os questionamentos sobre a Instituição inaciana ganham um percurso sinuoso diante das indagações sobre o passado, ancoradas na política do Marquês de Pombal, e nos próprios deslizes da Companhia perante suas doutrinas. Uma das principais críticas desse momento é a do Cônego Fernandes Pinheiros, que confecciona o mito negativo, composto pelos aspectos questionáveis dos inacianos, cujas suspeitas e insinuações estampam o quadro da imprensa e das querelas do âmbito internacional. O movimento antijesuítico é recomposto do período do Marquês de Pombal, sobretudo, pela ampla divulgação de libelos, como as *Monita Secreta*, a serem analisadas na segunda parte desse estudo, que sistematizam e dão força às leituras negativas desde o surgimento da Companhia. Sendo assim, o Instituto, ao divulgar documentos sobre o contexto de Pombal, reabsorve e reescreve as propagandas contrárias aos loiolanos que compreendem tal período.

Em 1856, o Cônego Fernandes Pinheiro publica o texto “Breves reflexões sobre o Sistema de Catequese”, e o seu discurso traz um olhar crítico à *Revista* que passa a rever os jesuítas sob outro prisma, também explorado no romance alencariano. O cônego mostra dois momentos da Companhia de Jesus: o primeiro momento em que os jesuítas como Nóbrega, José de Anchieta e o Luís da Grã, exerciam a catequese lançados sob o prisma da doutrina de Loyola, e o segundo momento, em que os jesuítas passaram a ser corrompidos pelos

movimentos das bandeiras e, perdendo os objetivos de sua doutrina, passaram a escravizar os indígenas.

Pinheiro engaja sua defesa nas missões catequizadoras, até então apresentadas e estudadas por outros sócios, apontando que o problema não estaria nas doutrinas da Companhia, e sim no modo como seus representantes as praticaram, corrompendo-as, ao longo dos séculos, por buscarem o poder político. Para o cônego, faltou a fiscalização da metrópole permitindo que o poder se concentrasse na Ordem Inaciana. Se, por um lado, ele assume esta parte crítica e este problema da Companhia, por outro, apresenta a mesma visão de outros textos da Revista, enxergando a religião como o único instrumento eficaz para a civilização, inclusive, para a atualidade:

Enquanto o selvagem erra pelas florestas tão livre como o vento, que agita os leques das suas palmeiras, o único poder capaz de atraí-lo, fazendo-lhe compreender as vantagens da vida civilizada, é o da religião.<sup>179</sup>

Creio mesmo, que em se em vez de cuidar-se em suprimir as ordens religiosas, existentes no país, fossem elas chamadas para o trabalho da catequese, ainda muito bons serviços poderiam prestar, e quiçá reconquistariam assim a grande popularidade de que outrora gozaram.<sup>180</sup>

Sendo assim, o cônego acredita que as ordens religiosas ainda poderiam catequizar os índios, e os missionários da primeira fase colonial serviam de exemplos. Porém, Pinheiro não deixa claro se, entre elas, estaria a dos jesuítas. Parece-nos que, por conta das restrições que faz à Ordem dos inacianos, a ação de catequese não se estenderia a eles. Ou, caso se estendesse, ela deveria operar sob a proteção Imperial.

A imagem da degeneração da Companhia no decorrer dos séculos é reverberada e retificada nos textos da década 50, tornando-se uma tópica para aquele momento. Na década de 50 e início da de 60, a discussão passa a ser mais sintonizada com a querela da colonização, e com a acumulação do poder temporal e espiritual dos jesuítas; questionam-se os inacianos, principalmente a partir das novas reformas impostas pela política do Marquês de Pombal. As discussões com a situação do Império tomam maior vigor e, neste sentido, não há como o Instituto subverter-se dos debates atuais a sua publicação.

\*\*\*

Em *As Minas de Prata*, Alencar readapta a questão da mitificação dos primeiros inacianos, a tópica do acúmulo de poder, os problemas da colonização, e a prática epistolar.

---

<sup>179</sup>RIHGB, 1856, p. 395.

<sup>180</sup>RIHGB, 1856, p. 397.

Assim como na *Revista*, a Companhia é indispensável na cultura colonial, de maneira que o Colégio da Companhia de Jesus em *As Minas de Prata* é representado como um dos principais espaços de tramas dentro da obra, espaço onde Molina desenvolve seus planos e reúne os principais de sua Ordem. Os inacianos fazem parte da organização da colônia, de forma que a narrativa reapresenta suas funções e tarefas, suas práticas e os modos como lidam com as situações adversas da colônia.

O resgate da prática epistolar é redimensionada na obra de Alencar como elemento de conexão entre a colônia e a Europa e como elemento de registro e de levantamento de poderosos segredos. Nesse sentido, a reapropriação dessa prática aproxima a narrativa de natureza histórica da concepção de História do próprio Instituto. Alencar coloca em questão a verdade do documento histórico dos jesuítas, jogando luz sobre o lado ficcional dos materiais e documentos de época dos inacianos. A divisão da Corporação também é recuperada na obra histórico-ficcional de Alencar, o que nos permite pensar que a crítica do Cônego Pinheiros é importante na apreciação histórica da Corporação. Na prosa alencariana, os primeiros jesuítas podem ser simbolizados na figura de Louriçal e os políticos na imagem de Molina, haja vista que Alencar se apropria das nuances do próprio Instituto.

Com as mesmas nuances que o Instituto, a obra literária deixa em aberto a discussão dos eclesiásticos na contemporaneidade, pois a forma representativa desse assunto se faz criticamente, seja por conta da ausência de administração colonial, seja por conta do poder ilimitado da Ordem. A narrativa alencariana reestrutura os movimentos jesuítas e antijesuítas, metaforizando as possíveis flutuações da Companhia, desde o Brasil Colonial até o Brasil Imperial. Na movimentação dos loiolanos no passado, se metaforiza a atuação da Ordem no presente de Alencar.

No momento de discussão em que ganham maior fôlego os embates contemporâneos, o IHGB promove um diálogo intenso com as polêmicas produzidas pela imprensa fluminense, de forma que a Instituição demonstra uma preocupação e se envolve ativamente não somente quanto à escrita da memória do passado, mas também quanto aos acontecimentos atuais do Brasil Império. No trâmite de notícias e pontos de vista de distintos lugares, Alencar se posiciona e escreve suas respostas literárias.

### **2.3 José de Alencar e a imprensa oitocentista: o movimento contra-jesuítico**

Se o IHGB toma um lugar específico na construção da memória da pátria, ao ser organizado e dirigido por um determinado círculo de letrados, sob a proteção do paço, a

imprensa participa de um espaço mais abrangente no processo identitário, ao circular e divulgar materiais estrangeiros nas suas malhas jornalísticas e ao ter a estrutura polifônica como uma das características marcantes de sua composição midiática.

Nos jornais fluminenses, a questão religiosa assimila os posicionamentos controversos que gravitam em torno dos jesuítas, cujo campo de polêmicas ganha força após a década de 40, com a publicação de Eugène Sue. Em grande proporção, as ideias circulantes na imprensa filiam os jesuítas a ideais e a partidos políticos conservadores, em confronto com concepções de liberdade, e, sobretudo, os descrevem como uma sociedade poderosa e secreta. Nesses casos, não há tanta novidade para o leitor, se pensarmos no trajeto histórico da Companhia até os oitocentos e nas causas de sua extinção nos setecentos. Se por um lado esses elementos não são novos, por outro, investigaremos de que forma esses tópicos são atualizados no momento de produção de Alencar.

A falta de adequação dos religiosos às transformações oitocentistas, após a restauração da Instituição Religiosa em 1815, é um dos motivos geradores dos embates em torno dos jesuítas:

A Companhia de Jesus, associando-se e aceitando ser um instrumento de relevo no ideário restaurador do terreno de influência, perdido pela Igreja, na sociedade em crescente processo de secularização, tendo por base o modelo antigo de Cristandade, teve dificuldades em compreender, dialogar, e aceitar as novas derivas da história humana.<sup>181</sup>

O desajuste dos eclesiásticos com as modificações sócio-culturais reconstrói o fenômeno do antijesuitismo e, no caso do Brasil de 1840-60, a dissonância da prática dos loiolanos com a política do Império provoca adoções de medidas restritivas à Instituição Inaciana, as quais são incorporadas na política de conciliação, cujo posicionamento preserva o Estado da concorrência religiosa, ao mesmo tempo em que insere os inacianos no passado nacional<sup>182</sup>. O discurso político oitocentista fomenta um ritmo de combate aos métodos jesuítas e ganha força em meados da década de 40, formulando um movimento contrário aos jesuítas.

Uma vez que os jornais constituem um espaço de fabricação dos mitos jesuítas, que são requalificados para o dado local, tentaremos entender a adaptação dessas leituras nas obras de Alencar. Conduziremos nosso trabalho a partir deste ponto: como os mitos formulados e atualizados na imprensa são importantes na construção dos jesuítas de Alencar,

---

<sup>181</sup> FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas*: em Portugal, no Brasil, e no Oriente. Lisboa: Gradiva, 2007. v. II. p.276.

<sup>182</sup> Os estudos de Domingos (2009) relativos à polêmica sobre os jesuítas na Revista do *IHGB* desenvolvem os problemas da Ordem com a política imperial.

e, em particular, dos loiolanos em *As Minas de Prata*. Levantamos a hipótese de que o romancista reproduz um ritmo de ataque aos loiolanos, que é rearranjado dos periódicos. Sendo assim, compreender o momento de produção legitima as possíveis referências que constavam para o autor e seus possíveis leitores.

Antes de entrarmos no contexto dos jornais, desenvolvemos brevemente uma discussão sobre os membros clericais das obras *O Jesuíta*, *Guerra dos Mascates* e *Alfarrábios*, de modo que o leitor possa ter acesso aos conflitos nacionais e algumas soluções exploradas nos textos ficcionais alencarianos, para, em seguida, reconstituirmos os debates nos jornais e, por fim, apresentarmos um estudo de *As Minas de Prata* e das leituras que podem ter acometido esse romance.

Das obras de Alencar, a imagem dos jesuítas presos a posturas retrógradas, bem como a imagem da Ordem como uma sociedade influente, com poderes incalculáveis e incontestáveis, formam paradigmas que se encontram e se repetem na imprensa, aplicados a diferentes contextos.

Em *O jesuíta*, o personagem inaciano metaforiza a força religiosa e os ideais de unificação da pátria, contidos em seus planos; entretanto, por outro lado, ele reúne aspectos do jesuíta manipulador e conspirador. As estratégias de Samuel, um eclesiástico disfarçado de médico, conta com a ajuda de seu protegido, Estêvão, que, por sua vez, não tem consciência das manobras do suposto médico. O loiolano age num momento em que se declara a extinção da Ordem. Consciente desse fato, Samuel lança mão de variados meios possibilitados pela Corporação, para escapar da expulsão e libertar seu país. No entanto, após prejudicar várias pessoas, inclusive Estêvão, o padre se redime, reconhecendo seus erros e enxergando a impossibilidade de continuar com seus planos. Por seu turno, ele consegue escapar de ser capturado, o que deixa o final da peça em aberto. Alencar poderia inviabilizar a continuação dos jesuítas no Brasil, ou mesmo, mostrar que a redenção do lado político da Companhia também é possível,<sup>183</sup> sem, no entanto, apontar se ela deveria continuar no território brasileiro.

Em *Guerra dos Mascates*<sup>184</sup>, a narrativa conta a oposição da população de Olinda, formada em sua maioria por moradores nascidos no território brasileiro, e em parte, com

---

<sup>183</sup> Segundo Aguiar: “Por trás do drama, da queda do protagonista, e de sua exclusão, o que aparece é a construção de uma nova pátria, redimida, que se integra dentro dos padrões da moralidade, burguesa e, portanto, nessa visão, nos esquadros da ‘civilização’, e que dessa forma redime a todos, integrando-os no seu seio; tudo reforçado pelo fato de essa pátria, que na ficção da peça aparece como um ente imaginário, se identificar com a pátria real, que é a da platéia do espetáculo ou a dos seus leitores do texto.” AGUIAR, Flávio. *A comédia Nacional no teatro de José de Alencar*. São Paulo: Ática, 1984. p. 187.

<sup>184</sup> *Guerra dos Mascates* é um romance com alto teor satírico. Antes de sua publicação em 1869, José de Alencar abalara suas relações com D. Pedro II, devido ao veto de sua candidatura para o Senado. Tal fato poderia dar

menor poder aquisitivo, com a população de Recife, formada pelos portugueses, que detêm poder econômico. Os olindenses, mesmo arruinados economicamente, possuem o predomínio político e desconfiam da prosperidade de Recife, onde residem os mascates. O estopim da luta ocorre quando Recife tenta conseguir autonomia, se libertando de Olinda. A querela é uma mistura de poder econômico e poder político, visto que os comerciantes do Recife pretendem sair da autoridade de Olinda. A batalha recriada mostra uma luta “de bairro”. A figura do eclesiástico aparece na contraposição de partidos, pois o padre João se encontra do lado do Partido do Recife, em confronto com os colonos nascidos no território brasileiro.

Ao compararmos as duas obras, percebemos que, se no teatro, o personagem religioso representa o almejo pela independência, no romance, ele está do lado do grupo dos “forasteiros”, na luta entre a aristocracia de Olinda e os comerciantes de Recife. O ponto em comum transparece no fato de que, nesses escritos alencarianos, a Corporação, ao lado de outras representações de Instituições Católicas, apesar de construir ou mesmo integrar a sociedade, ela aparece de modo ambíguo, ou mesmo, é apagada do campo de representações. Esse posicionamento desfavorável aos eclesiásticos pode ser observado da intenção ficcional e do pensamento de Alencar sobre a Companhia, no caso, interpretados das respostas do dramaturgo aos ataques da imprensa a sua peça *O Jesuíta*. Podemos supor que o drama, ainda que representado em 1875, dialoga fortemente com a década de 1860, por conta de ter sido encenado com poucas modificações perante o escrito de 60, o que nos permite aproximar de *As Minas de Prata*. “Houve quem me levasse a mal ter dado ao lume da cena um drama escrito em 1861, respeitando a sua forma primitiva e não o corrigindo severamente para que não destoasse da experiência do autor, e de sua reputação.”<sup>185</sup> Seguindo as argumentações de Alencar, podemos entrever a construção do seu personagem, o que se desdobra para outros jesuítas e outros religiosos de suas prosas:

Os traços do jesuíta e suas práticas, especialmente as sutilezas e reservas, não pertencem a nenhum autor, **mas à história da Ordem**, que imitou o seu instinto secreto da velha maçonaria e dos franco-juízes da Alemanha.<sup>186</sup>

Educado pela Companhia, que o recolheu órfão e enjeitado; filiado ao Instituto, onde conseguira alcançar um grau elevado que deu-lhe a direção suprema da província do Brasil, o Dr. Samuel era um político da escola veneziana, que Maquiavel popularizou, e que dele recebeu o nome de florentina.

---

indícios da ridicularização da figura do Imperador no romance, sobretudo, nas críticas constantes ao governo de D. Sebastião de Castro, e nas citações referentes ao governador sobre as doutrinas de *O Príncipe*, de Maquiavel.

<sup>185</sup> ALENCAR, *O Jesuíta*, p. 206.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 220; grifo nosso.

Dessa escola também foram Richelieu, Mazarin, Pombal, todos os estadistas do absolutismo; e infelizmente para os povos ainda são ministros constitucionais, que a todo o instante invocam o pretexto da necessidade pública e do bem geral para calcar a lei, a justiça, a moral. Outrora derramava-se mais sangue; nos tempos modernos corre mais o dinheiro; no fundo a tática é a mesma.<sup>187</sup>

Nesse trecho, Alencar atualiza os intuitos da Companhia, apontando sua história no decorrer de séculos. Também deixa brechas de suas leituras históricas e ficcionais sobre a Instituição, se pensarmos que, na França, Alexandre Dumas trabalha criticamente com os cardeais Mazarin e Richelieu, e que suas críticas a esses cardeais ecoam nas próprias palavras alencarianas. Tanto no discurso alencariano quanto no dumasiano, os pretextos para que a Instituição chegue aos seus objetivos formulam a tópica “os fins justificam os meios”. Podemos pensar que os jesuítas e padres alencarianos absorvem essa reflexão. No caso, como a polêmica recai sobre a peça de cunho histórico, veremos mais um pouco do Samuel. Descendente dessa escola, o ousado Samuel poderia preparar uma independência:

Concebendo o plano ousado de preparar a revolução da independência que devia consumir-se em um dia ainda remoto, o Dr Samuel, que não afagaria semelhante ideia se não fosse jesuíta, devia aplicar à grande obra os recursos da política do Instituto, e constituir-se o inflexível instrumento de uma ideia.<sup>188</sup>

E os seus métodos poucos escrupulosos são justificáveis diante do almejo por conseguir a independência do país:

(Samuel) - Rude combate!... Senti que a minha coragem vacilava ! Não; ainda que devesse profanar a pureza dessa menina!... Ainda que fosse necessário sacrificar a sua vida! ... **O que é a criatura neste mundo senão o instrumento de uma ideia?** ... Ele amará... Mas compreenderá, enfim, qual amor é digno do filho desta terra virgem! (Absorto) Brasil!... Minha pátria!... **Quantos anos ainda serão precisos para inscrever teu nome hoje obscuro no quadro das grandes nações? Quanto tempo ainda serás uma colônia entregue à cobiça de aventureiros, e destinada a alimentar as tuas riquezas o fausto e o luxo dos tronos vacilantes?** ... (Pausa; arrebatado pela inspiração) Antigas e decrépitas monarquias da velha Europa!... Um dia compreenderéis que Deus quando semeou com profusão nas entranhas desta terra o ouro e o diamante, foi porque reservou este solo para ser calcado por um povo livre e inteligente.<sup>189</sup>

Em seguida, o posicionamento crítico à Corporação salta à vista do leitor:

---

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 216 e 217.

<sup>188</sup> *Ibid.*, 217.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 49; grifo nosso.

(Governador)- Falo da Ordem rebelde e gananciosa, que, traindo o Instituto do seu fundador e a santidade de sua missão, abuda da hospitalidade que lhe concederam os reis de Portugal e do poder que eles lhe conferiram em bem da religião para conspirar contra a majestade.

[...]

(Samuel)- São escusadas essas precauções; nenhum dos que vedes aqui, ministros da religião, abandonará a casa do Senhor, onde o seu dever lhe manda que permaneça.

(Governador)-**Para guardar as riquezas que tendes acumulado nos vossos cofres!**

- A riqueza que possuímos é uma consciência tranquila.

- **Faltais à verdade, Reitor. Neste convento existe um tesouro avultado, que tantas lágrimas custou aos órfãos e às viúvas de quem o extorquistes.**

- Os objetos de valor que existem nesta casa são os vasos e as sagradas imagens que servem ao culto do Senhor.<sup>190</sup>

Articula-se com o posicionamento contrário ao eclesiástico, o próprio poder de sua Corporação, revelada na voz de Samuel:

(Samuel) – Houve um tempo em que julguei não haver impossíveis para o homem. Era jesuíta professo no quatro graus; **conhecia o imenso poder desta vasta associação que se estendia pelo universo, prendendo-o por uma teia de vinte mil apóstolos**, como um corpo à cabeça que estava em Roma. Podia dirigi-la, se eu quisesse, e fazer dela uma alavanca para abalar o mundo. Precisava, porém, de estar aqui. [...] <sup>191</sup>

Alencar sente as crises que atingem o lado espiritual e tenta alertar, por meio do discurso ficcional do passado histórico, sobre os problemas do presente, que percorrem o espaço jornalístico e denunciam os escândalos dos eclesiásticos. Os padres políticos em *O Jesuíta* e em *Guerra dos Mascates* realizam a ponte entre as preocupações contemporâneas do autor. Apesar de produzidos em momentos diferentes, há uma linha contínua que opera com os mitos negativos dos jesuítas, modelando uma forte reiteração de suas imagens<sup>192</sup>. Alencar recompõe um movimento contra-jesuítico, que, como veremos, se apresenta na imprensa periódica.

Também perpassa pela preocupação do autor a exploração do povo pelas doutrinas religiosas. Se o romance e/ou texto de caráter histórico capta o espírito de um povo, e se a esfera religiosa integra a formação de uma sociedade, Alencar está atento à interação entre esfera eclesiástica e população. Principal exemplo disso está na construção de

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 136-137; grifo nosso.

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 178; grifo nosso.

<sup>192</sup> Nos estudos sobre os jesuítas, Eduarco Franco trabalha com a ideia de mimetismo, identificando a “lenda negra” da Companhia de Jesus como uma das características mais salientes do mito jesuíta, e como um fenômeno de longa duração, que, por se desdobrar num movimento repetitivo, desmascara o seu caráter mimético. FRANCO, *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*.

*Alfarrábios*. Podemos perceber que a preocupação religiosa está presa com a questão popular, sobretudo, na construção das superstições, crenças, mitos que atravessam essa narrativa. Nesse ponto, apresenta-se outra intenção do autor, que traça um elo com suas obras anteriores: os valores de um povo e o aproveitamento disso pela Igreja Católica. Dessa maneira, podemos pensar que as luzes jogadas sobre os inacianos estão ligadas em diferentes camadas aos procedimentos estruturais do romance histórico: expressar a pátria, o povo e suas tradições. Aqui a prosa elabora os mitos jesuíticos, tanto o positivo quanto o negativo. Tendo em vista que as imagens da Companhia dessas narrativas reforçam e reacendem embates já levantados em *As Minas*, debruçemo-nos na imprensa, tentando entender como a religião repercute o processo nacional, e nesse sentido, como os jornais dão vozes aos dilemas, e elaboram as imagens da Companhia, sobretudo, do movimento antijesuítico.

## **2.4 Entre o contexto nacional e o internacional: os jesuítas na imprensa periódica**

### **2.4.1 A Ordem Inaciana na imprensa de 1830 e 40: Filosofia X Religião**

Na década de 1830 e 40, a discussão sobre a religião tem papel estruturante e fundamentador do mito jesuítico. Dentre os periódicos levantados para este primeiro momento, analisaremos o *Carapuceiro* e *A Nova Minerva*.<sup>193</sup>

#### **2.4.1.2 O *Carapuceiro* e *A Nova Minerva***

Na década de 1830, o padre Lopes Gama lança o periódico *O Carapuceiro*, que, de acordo com seu próprio título, concebe assuntos de cunho literário e político. Comprometido com a política, o *Carapuceiro* lança críticas e sátiras ao contexto da época, inclusive, críticas mordazes à política corrupta do país e à degradação do clero brasileiro. O confronto entre religião e filosofia acompanha alguns textos do Padre Lopes, e, entre eles, comentaremos “O Progresso na Religião”, que consegue exprimir e sintetizar a postura do periódico frente aos embates da década de 40.

<sup>193</sup> A escolha de *O Carapuceiro* se deve ao fato de ser propriedade do padre Lopes Gama, que, servindo às doutrinas religiosas, enxerga o romance como uma obra imoral, lançando algumas críticas sobre esse tema no referido jornal. Gama destaca-se como detrator do gênero romance, ao escrever *Observações críticas sobre o romance do senhor Eugène Sue: O Judeu Errante (1850)*, e o opúsculo *O Mal considerável da maior parte dos romances (1852)*, que, após sua morte, é dividido em 13 artigos e lançado no *Correio Mercantil (1859)*. A escolha de *A Nova Minerva* se deve ao fato de ela apresentar artigos religiosos e, principalmente, por trazer uma recepção de Eugène Sue. Ou seja, num mesmo periódico podemos observar críticas a favor e contra a religião, em consonância com um posicionamento favorável ao romance-folhetim do francês Sue.

Nesse texto, Lopes Gama apresenta “os filósofos dos nossos dias” como pensadores que desdenham a **Religião Católica**, posto que “[eles] acham muito uniforme a Regra da Igreja [...] que a Igreja deverá engendrar uma nova Regra [...]”<sup>194</sup>. De acordo com Gama, a filosofia “dos nossos dias” ataca a religião no cerne de suas verdades imutáveis e incontestáveis que, ao perdurarem por séculos, inquestionadas, são vistas como inimigas do progresso. Contrapondo-se à argumentação filosófica, o padre toma o conceito de progresso como fio condutor de seu texto e, a partir disso, descreve e elenca os vários feitos da religião católica, apontando, na contramão do que o discurso filosófico mostra, o seu progresso no decorrer de séculos.

Podemos notar na leitura de seus textos que ele combate as críticas feitas à religião católica, ao contrapor-se ao pensamento filosófico, aos judeus e aos pagãos, encarados como os grandes inimigos da Instituição eclesiástica. Suas argumentações deságuam no fato de o cristianismo sempre ter apresentado as mesmas verdades: “[...] não disse ao gênero humano o que era verdadeiro em outro tempo é hoje falso, e vice versa; [...]”; “que as Ciências Morais nenhum valor tem, se lhes não der um fundamento imutável, e este não se pode dar certamente, senão em uma Religião também imutável”.<sup>195</sup> Para Gama, desde que o cristianismo surgiu, ele conseguiu tirar os pagãos da escuridão, converter infiéis, ajudar os outros, seguindo uma única verdade. Dessa forma, podemos constatar que, de acordo com Lopes Gama, a “verdade” a ser passada à humanidade deve ser imutável e o conceito de progresso, por sua vez, estaria embasado nessa premissa.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, desenvolve as mesmas argumentações com respeito à educação da Mocidade. Após apontar o progresso do catolicismo por toda a Europa, mostra como ele atinge o seu objetivo: a educação.

Bem haja esse Concílio de Aix, que ora se desvela na educação da Mocidade; porque certamente é este o ponto cardeal de todo o melhoramento das gerações futuras. A presente está estragada, e corrompida pelas detestáveis **máximas do Ateísmo, e Materialismo do século passado, máximas, que tem alagado de sangue, de crimes, e de horrores a superfície da terra**. Releva pois, que se dê a Mocidade uma educação Religiosa, sem o que baldadas são as melhores Instituições, as mais sabias leis. Já na culta, e polidíssima França existem os **incomparáveis Jesuítas** trabalhando com o seu costumado zelo nessa árdua, e tão importante tarefa. Depois de tão rancorosa perseguição, depois de tantas calúnias engendradas pelo **Filosofismo**, chegou finalmente o dia de fazer justiça a essa Ordem respeitável [...]

Em todos os tempos, em todos os países, sempre se reconheceu que a **educação** da Mocidade devia ser confiada aos **Ministros da Religião**. Os

<sup>194</sup> *O Carapuceiro*, 21/07/1838, n. 45, p. 1; grifo nosso.

<sup>195</sup> *O Carapuceiro*, 25/07/1838, n. 46, p. 1.

filosofantes, e Sofistas do Século passado combateram esta ideia por todos os meios imagináveis, até que, dando cabo dos jesuítas, ficaram senhores do terreno, e a mísera Mocidade passou a ser doutrinação pelas boas máximas **de Voltaire, de Diderot, de Rousseau** [...]. Os frutos, que tem produzido tais preceptores são os que se há visto, e de que o mundo inteiro tem feito **desgraçada e lastimosa provança**.

Os iluminadores do século passado, tendo conseguido o seu intento da **extinção dos Jesuítas**, tomaram a si o novo plano da educação da Mocidade, que todo consistia no desprezo das ideias Religiosas, e na Revolta contra todo o poder legítimo. Eles embalavam a mesma Mocidade com largas, e aparentes promessas de lhe abrir todos os tesouros da humana sabedoria, não havendo matéria, que se subtraísse ao seu entendimento. Em consequência de tal desenho, deviam os moços, e dentro de pouco tempo, surgirem raciocinando sobre todas as Artes, e Ciências, e ao mesmo tempo mostrando-se destros na esgrima, na dança, na equitação, na luta, na arte de nadar, e em outras ocupações do nosso gênero.<sup>196</sup>

Neste texto, o autor de *O Carapuceiro* critica a educação dos jovens, que não se interessam por livros religiosos, e sim, pelas lições “das proficuas Novelas”. Ao apontar um declínio nas doutrinas da educação embasadas na filosofia materialista, não deixa de contrapô-las às da educação religiosa. Filósofos como Rousseau e Voltaire são destacados como detratores das doutrinas dos jesuítas, por deslocarem o lugar de reverência dos escritos religiosos. Ressaltamos aqui o lugar que os jesuítas tomam como educadores, ou seja, eles se apresentam como modelos a serem seguidos.

Alinhada com essas reflexões, a revista *A Nova Minerva* deixa entrever, nas suas nuances de posicionamento, uma postura contra os dogmas filosóficos. No texto “Do Cristianismo considerado como elemento de civilização na América Meridional: combate da filosofia do século XVIII contra a religião”, o autor Dr. Valdez discute como a crítica filosófica combateu o despotismo do antigo regime na França, por um lado, e exagerou nos seus ideais contra a religião, por outro:

[...] Mas, como toda reação que se põe em luta contra as tradições envelhecidas no poder e defendidas pela altivez misteriosa, encontra seus meios eficazes na exageração, a filosofia do século XVIII foi exageradíssima em sua crítica e em suas pretensões. Robespierre e as cem mil vítimas foram o compêndio, o emblema desta pretensão exagerada; e o pudor desbotado e plácido do sexo, os vínculos dissolvidos do amor, o matrimônio e a consciência religiosa, foram os triunfos desta crítica exagerada. Em sua aniamadiversão [sic] aos abusos do catolicismo, atacou ao mesmo tempo aquela filosofia o dogma católico, o altar e o sacerdote, desconhecendo que as tradições religiosas deviam ser continuadas em proveito da causa liberal, que promovia o espírito inovador deste século, pois que só se estabelecem solidamente aquelas reformas que combinam com tino a exigência do porvir com a tradição do passado.<sup>197</sup>

<sup>196</sup> *O Carapuceiro*, 13/03/1839, n.12, p. 3; grifo nosso.

<sup>197</sup> *A Nova Minerva*, dezembro/1845, n. 2, p. 7.

As argumentações contra a “filosofia materialista do século XVIII”, de acordo com a postura do autor, se esforçam por enfraquecer as bases da política dos setecentos, assentada em doutrinas que questionam a religião. O texto ganha um maior alcance ao considerarmos que ele também é válido para o momento da política do Marquês de Pombal, visto que, na contramão da política filantrópica, o autor defende a influência da religião na base filosófica e política da sociedade. Sendo assim, é bem significativa a defesa da religião nesse momento, pois, ao considerarmos que ela está sintonizada com as discussões de cunho político e literário do período em que a revista é lançada, sua defesa abre caminhos para a influência da religião na década de 40, tendo em vista que outros periódicos cedem espaço para tais embates, principalmente, em virtude do lançamento de *O Judeu Errante*. O posicionamento a favor do cristianismo é reiterado e acentuado na citação de autores que, segundo o Dr. Valdez, conseguiram lançar uma filosofia impregnada de bases religiosa, caso de Chateaubriand e Madame de Staël<sup>198</sup>:

Veio a necessidade da reação contra a tirania de crenças despóticas e imorais, e dois grandes gênios beneméritos da humanidade apareceram à frente das esperanças legítimas da França. Mme. Stael e Chateaubriand foram os anjos salvadores da gloriosa nação, ameaçados pela ditadura filosófica, intolerante e altaneira. A primeira, que em um coração de mulher abrigava uma alma de gênio, proscrita pelo despotismo militar que conteve os excessos da revolução, admirou no desterro o profundo saber alemão, dedicado à investigação dos mistérios humanos e cheios de simpatias racionais a favor do princípio cristão. Sob o clima melancólico da Alemanha com o qual simpatizava sua alma, embriagou-se na taça de doçura e de consolação evangélica com que a brindaram os escritores deste país clássico do pensamento e da análise, e, dilatada assim sua mente credora, combateu essa mulher, grande homem, como a chama Villemain, com os sólidos argumentos da filosofia espiritualista daquela nação, os argumentos do sensualismo, e demonstrou o valor filosófico e democrático da religião do Crucificado.

Chateaubriand classificado por Sainte-Beuve como o Júpiter da literatura moderna, restaurou o brilho do culto católico e derramou as consolações ternas da fé evangélica sobre os corações lastimados pela impiedade e pelos atentados políticos. Entusiástico apologista das belezas literárias e morais do cristianismo, tributou a esplêndida homenagem de sua imaginação homérica ao ídolo que acabava de instalar no altar. Os Mártires são o estandarte do gosto na literatura religiosa romântica que se levanta em suas ideias muito além da altura da pirâmide mitológica e do antigo Olimpo.

**Esses seus escritos sublimes, traçados com a candura de uma alma pura e com a unção de um coração de apóstolo, consolaram os infortúnios que causou a irreligiosidade e devolveram os recursos de que a filosofia do século XVIII privou o homem [...]**<sup>199</sup>.

<sup>198</sup> Esses autores são retomados em recepções de *O Judeu Errante*, como romancistas que defenderam os dogmas religiosos, em contraponto ao assunto antijesuítico do referido folhetim.

<sup>199</sup> *A Nova Minerva*, dez/1845, n. 3, p. 4 e 5; grifo nosso.

A recepção desses dois críticos e literatos é importante na medida em que um deles, Chateaubriand, teve grande influência sobre os procedimentos literários de Alencar. No contexto da revista, o romancista francês é prestigiado por sua doutrina religiosa, ao passo que, para José de Alencar, Chateaubriand é um exemplo de romancista que soube tirar proveito dos belos quadros da natureza, sendo encarado como autor modelo e mestre da poesia contemporânea.<sup>200</sup> Vale comentar que a recepção de Chateaubriand como defensor do cristianismo não deve ter passado despercebida por José de Alencar, principalmente, se levarmos em conta que, na década de 40, a religião passa a ser uma temática corrente na imprensa:

Os jornais recentes da Europa têm estado cheios de notícias interessantíssimas a respeito do movimento extraordinário que naquele continente tende a afetar as instituições religiosas e sociais, e que atualmente ocupa sobre maneira a atenção pública.<sup>201</sup>

Esse trecho inicia um texto intitulado “Movimento civil e Religioso Atual da Época presente”, publicado pela revista *A Nova Minerva*, logo após o texto de Valdez. Segundo o texto, há uma onda revolucionária contra um despotismo eclesiástico que se divide em dois grupos: um preso aos velhos sistemas e antigas tradições da igreja, e outro liberto das crenças estabelecidas, exigindo o direito de consciência religiosa, fatores que confluem para uma guerra da religião. Revela-se, no momento enunciado, uma verdadeira guerra de doutrinas que assola e agita a Europa, e que, para o autor, resultará no triunfo da razão e da liberdade, que foi usurpada pelo fanatismo e pelo despotismo civil e religioso.

A publicação desse artigo, extraído de outro periódico, desvela uma dupla posição da revista, que parece estar comprometida com os assuntos comumente debatidos na imprensa em âmbito internacional e nacional, sejam eles contra ou a favor da religião. Podemos perceber que *A Nova Minerva* possibilita ao leitor se deparar com posturas distintas sobre um mesmo ponto, e com possibilidades de se compartilhar o mesmo espaço, a revista literária, com pontos de vistas diferentes. Assim, em um mesmo tombo, o artigo do Dr. Valdez entra em conflito com o último analisado, fato determinante para que se compreenda o momento

---

<sup>200</sup> “Alguém pensou, ou quis pensar, que tive colaboradores nestas cartas, mas enganou-se completamente; tive sim mestres como Chateaubriand e Lamartine, de quem lia algumas páginas para ter a coragem de criticar um poeta de reputação como é o Sr. Magalhães”; “Mas talvez me respondam que Chateaubriand era um grande poeta até na sua prosa ligeira, e que é bem difícil imitar, ainda mesmo em poesia, todas as coisas bonitas e grandiosas que lhe foram inspiradas pela natureza americana.” Alencar, José de. *Cartas sobre A Confederação dos tamoios*. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1856, p.10 e p. 79; “Quanto à poesia americana, o modelo para mim ainda hoje é Chateaubriand; mas o mestre que eu tive, foi esta esplêndida natureza que me envolve, e particularmente a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência, e foram o pórtico majestoso pôr onde minha alma penetrou no passado de sua pátria” José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 46.

<sup>201</sup> *A Nova Minerva*, dezembro/1845, n. 3, p. 5.

conflituoso sobre a religião. Se o primeiro texto ostenta a defesa da religião em outras áreas do conhecimento, como na política e na filosofia, o segundo mostra a situação atual da religião na Europa. É interessante observar que estas discussões são engrenadas no mesmo período em que *O Judeu Errante* está sendo publicado, fato que aponta para uma discussão mais ampla, principalmente, se levarmos em consideração que o segundo artigo tem a ambição de traçar um quadro da religião no “momento atual” da Europa, com efeito de apontar os questionamentos sobre a religião cristã.

Tanto em *O Carapuceiro* quanto em *A Nova Minerva* as reflexões sobre as doutrinas religiosas com relação aos princípios filosóficos, embora tenham objetivos diferentes, tocam na mesma problemática: filosofia X religião<sup>202</sup>. É interessante reconstituirmos os embates em torno dessa oposição, que será desenvolvida nas leituras de *O Judeu Errante*. Assim, ambos os periódicos travam um problema com relação aos princípios filosóficos que colocam em xeque os dogmas eclesiásticos. Se a revista *A Nova Minerva* trata dessa discussão no seu cerne, entrando em uma discussão de natureza teórica, o padre Lopes Gama deixa entrever tal discussão para chegar a outro problema: a educação da mocidade, o que transparece uma preocupação mais prática, de modo que a religião transitaria nas demais áreas. No cerne dessas questões, os jesuítas parecem fazer parte disso, como constatamos no discurso de Lopes.

Na análise da atuação da Companhia, os periódicos se aproximam do IHGB, revendo e revivendo a imagem dos jesuítas como determinante e heroica na fase colonial. Eles discutem a importância da Companhia na educação e catequese dos índios, e recuperando o discurso do Instituto, a importância da Instituição na defesa da pátria na expulsão dos franceses. No artigo “A catequese dos nossos indígenas”, de Lopes Gama, o autor mitifica os inicianos como guerreiros e missionários, projetados pela imagem do IHGB, que reinscreveu os jesuítas como heróis na unificação da pátria e grande educadores dos gentios.

*A Nova Minerva* retoma, em alguns textos, o mesmo ângulo de leitura de *O Carapuceiro* sobre os inicianos no Brasil, porém, ressalta, em outros momentos, os prejuízos gerados na educação exercida pelos jesuítas, por falta de liberdade e autonomia na concepção de suas doutrinas. Assim, aponta, por um lado, a Ordem como modelo de Instituição Educadora, e, por outro, “o seu cetro perdido para a filosofia”.

---

<sup>202</sup> “As análises do Padre Lopes Gama vão se centralizar na maneira como o racionalismo estava penetrando insidiosamente em todos os setores da vida pública e privada, inclusive dominando a situação filosófica e religiosa do período, fazendo arrefecer a fé das pessoas nas doutrinas e nos dogmas cristãos.” In: VITORINO, Arthur José Renda. Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais. *Cad. AEL*, v.9, n.16/17, 2002.

Não pretendemos fazer a história desta instituição [universidade]; basta dizer que com aparição dos Jesuítas, perderam muito e que com o brilho da filosofia, se perderam essas vans disputas em que viviam. Parece incrível que a igreja tivesse sido a que promoveu mais, a que realizou melhor o ensino independente.

Os conventos, a igreja salvaram a civilização da escuridão em que a envolviam os bárbaros. Ela então soube mais que ninguém; ela governou povos e reis. Era mais inteligente que todos, era mais forte porque era mais **popular** e soube aproveitar-se dessas circunstâncias. As luzes se expandiram; a humanidade avançou; **então a razão e a filosofia arrancaram o cetro à igreja**. Os Jesuítas, ao introduzir a instrução, pretenderam manter as ciências e o poder. Se enganaram, ficaram mais atrás; e as ruínas não tem podido até hoje ajuntar-se. Assim como os conventos tiveram um dia em suas mãos a civilização, assim agora está ela em outras mãos, no estado e nas famílias. O talento não vai já hoje aos claustros; por conseguinte a civilização moderna tem que enviar-lhes a luz.

Não há muito que temos visto o clero francês defendendo a liberdade do ensino. Este problema ainda não se tem definido completamente em Paris, porque talvez o clero defende os verdadeiros princípios. **A sua pretensão de ensinar é vã, porque não podem realizar o que não realizou S. Inácio de Loyola, em melhores circunstâncias.**

As universidades da América adotam o exclusivismo de Paris, proíbem o ensino livre. Isto é bom? Nos povos atrasados se necessita mais da autoridade reconhecida que nas adiantadas. Os homens escassos de saber facilmente se aderem aos homens de luzes, e tiram proveito quando estes obram de boa fé.<sup>203</sup>

A alusão à figura dos jesuítas em um texto que se propõe a discutir sobre o ensino nas universidades, e sobre a instrução pública, nos parece de extrema importância, já que sua figura retoma, por um lado, as discussões sobre outros saberes na educação, bem como a tópica sobre a educação, liberdade e autonomia religiosa. Enfim, esses temas estão presentes na imprensa e são reaproveitados na ficção de Eugène Sue, bem como na própria obra de Alencar.<sup>204</sup>

Se o texto de Lopes Gama resgata a imagem dos primeiros jesuítas, o segundo reverbera seu poder na educação religiosa, levantando indagações sobre seus exemplos no ensino, o que deságua em diferentes formas de se articular o trânsito dos inicianos entre passado e presente. Nesse mesmo trânsito, o romance de Alencar revisita os loiolanos e as germinações do seu exercício anticatólico, cujas reproduções são combatidas e rarefeitas por Gama.

Essas duas revistas conseguem ilustrar as diretrizes do movimento de oposição, que se deixam entrever nas chaves de leituras negativas da Companhia. Ao partirmos de

<sup>203</sup> *A Nova Minerva*, fevereiro/ 1846, n. 12, p. 2 e 3; grifo nosso.

<sup>204</sup> Em *As Minas de Prata*, a educação jesuítica se apresenta como a única forma de estudo na colônia, o que, se por um lado, representa o material histórico do momento, por outro, não deixa de aludir à manipulação dos inicianos em prol dos seus interesses.

querelas mais amplas sobre a religião, conseguimos perceber que há um grande esforço por restabelecer o catolicismo frente à esfera filosófica, a qual também é tomada como ponto de ataque à instituição religiosa no romance de Sue. Este terreno conflituoso, religião x filosofia, nos permitirá entender as perspectivas de leituras do folhetim francês, bem como nos auxiliará na reconstrução das controvérsias sobre os loiolanos na imprensa. Se por um lado, nem sempre nos deparamos com esses embates de forma aberta nas discussões, por outro lado, elas absorvem as tópicas das querelas entre religião e filosofia, como a comumente oposição entre liberdade, razão X repressão. Ao reconstituirmos os debates da imprensa fluminense sobre os loiolanos, perceberemos que as críticas e propagandas contra a religião são reestruturadas e readaptadas contra os jesuítas. A Companhia também será acusada de retrógrada, de antiprogressista, antilibertária, de politizada, entre outros argumentos que custam caro ao catolicismo. Localizamos aqui os elementos protagonistas de parte dos argumentos que denigrem a Ordem, inserindo-a numa literatura antijesuítica, e reescrevendo seus aspectos decadentes.

#### **2.4.2 Os Jesuítas e seus aspectos decadentes: a entrada da Companhia na Imprensa Fluminense**

A revista *Nova Luz Brasileira* mantém uma visão crítica com relação aos jesuítas. Se no discurso da revista a reapropriação das *Monita Secreta* (Instruções Secretas dos Jesuítas) exprime instruções ilícitas e aproximações com a Santa Aliança, os jesuítas presos a tais instruções são associados nas páginas desse periódico a uma sociedade antiga, que adotava como princípio fundamental a tirania. Encontramos sob a rubrica “definição” o termo *Sociedade do Velho da Montanha*, cuja definição tece um paralelismo com a Companhia de Jesus :

O que é - Sociedade do Velho da Montanha - Consta que foi uma sociedade terrível, que existiu antigamente, e há muito desapareceu da terra; teve grande fama no tempo das cruzadas, e ainda depois. Esta sociedade era composta de valentões fanáticos bem determinados [...].

[...]. A substância da sua doutrina dizem ser a seguinte – que se devia vingar as injúrias da natureza, e matar os tiranos do Povo, especialmente os Reis e poderosos [...]. Os jesuítas aproveitaram grande parte das doutrinas abomináveis da *sociedade da Montanha* ; nas eles as aplicavam só para as vinganças da sociedade chamada de Jesus (quando devia ter o nome de Satanás). É fama pública que os Jesuítas agora, ressuscitados com o nome de Congregacionistas, tem barbas, bigodes; de sorte que cada um poderia bem servir de Velho da Montanha [...].<sup>205</sup>

<sup>205</sup> *Nova Luz Brasileira*, 04/05/1830, n. 42, p. 165 e 166.

Nesse trecho, a referência ao Velho da Montanha diz respeito ao sujeito que dirigia a *Sociedade*, que, por se tratar de uma organização da Idade Média, determina consequentemente os jesuítas como uma organização que adota formas ultrapassadas e antigas de governar e dirigir a sociedade, sobretudo, porque a do Velho da Montanha tinha como determinação matar os reis, o que é significativo no paralelismo entre uma e outra. Dando continuidade a essa leitura:

O que é – Sociedade de Jesus; ou Companhia de Jesus; ou Padres da Companhia; ou Jesuítas – Foi uma sociedade que **houve antigamente**, e que hoje **ressuscitou por astúcias da Santa Aliança**, e tramoias dos Apostólicos, e por isso é uma sociedade, que apesar de ser secreta, se apresenta agora a cara descoberta. É sociedade de Frades abomináveis, eminentemente inimigos do sistema Constitucional; e por isso os mais astutos e perniciosos de todos os Frades; porque fundam as suas máximas e doutrinas nas traições praticadas por meio do sigilo das confissões: são na sociedade os mais perversos de todos os Frades; por isso que tem método e sistema para fazerem, que os Cidadãos sejam ignorantes, e que eles Jesuítas sejam os únicos homens de luzes, e diretores de tudo; ajuntando grandes bens da fortuna por meio de pios enganos, e astuciosos furtos, e sendo por isso poderosos na sociedade civil: são Frades mais perniciosos não só pelas intrigas e corrompida moral, mas porque plantão a árvore da estupidez, e apregoam com vários artifícios a pestífera obediência cega, como se fora virtude; seguido ao mesmo passo as máximas mais horrendas, posto que disfarçadas do seu adorado ateísmo [...]. Para melhor inteligência desta definição, consulte o leitor uma brochura intitulada “**Monitoria secreta, ou Instruções secretas dos Padres da Companhia de Jesus, impressa no Rio de Janeiro**”. Essa sociedade infernal tem sido perseguida em diversos lugares: e finalmente foi extinta por toda a parte em virtude de uma Bula do Papa Clemente XIV., e declarada sociedade traidora e abominável em todas as nações: hoje com tudo tem sido reanimado por altos mistérios dos que trabalham por sustentar no mundo o despotismo religioso e civil &c.

O que se entende por – Jesuitismo – É a prática das doutrinas e máximas infernais dos Jesuítas: máximas destruidoras da perfeição do espírito humano, e da liberdade; máxima oposta à verdadeira moral, e sagrados fins de Humana Sociedade – Também se toma a palavra – Jesuitismo – pela mesma doutrina.<sup>206</sup>

Podemos constatar que esse periódico está empenhado em esvaziar os inicianos de sentido, negando sua importância, ou mesmo, afirmando a necessidade de extingui-los. Para o jornal, a ascensão dos loiolanos levaria a uma mudança na sociedade, que resultaria na sua estagnação. Com um tom agressivo, coloca os jesuítas como corporação de outra época, não atendendo aos projetos do momento atual. Vale ressaltar que a citação das *Monita Secreta* é empregada como um recurso de degradação dos jesuítas que embasa a própria definição dos termos relativos à Companhia.

<sup>206</sup> *Nova Luz Brasileira*, 07/05/1830, n. 49, p.169; grifo nosso.

O *Correio Official* no início da década de 30 circula notícias sobre a expulsão dos inacianos em países europeus. Entremeadado com essas informações do exterior, publica o discurso do Projeto de Decreto de Joaquim Antônio d’Aguiar que defende a extinção das Ordens Regulares<sup>207</sup>, na “Secretaria do Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça”. Dirigindo-se algumas vezes a D. Pedro II, Aguiar indicia que está extinto o prejuízo “que durou séculos”, o qual estaria calcado na visão de que as Ordens são indispensáveis à Religião Católica, apesar de a opinião dominante estar na contracorrente desse pensamento. Segundo Aguiar, as nações que permitiram o Clero Regular puderam observar a troca que seus representantes fizeram da milícia de Deus pela milícia Secular. Em consonância com as denúncias encontradas em vários arquivos, documentos e obras, ele explora as artimanhas desse clero contra o Estado, contra príncipes, bem como seus estímulos à guerra. O discurso é bem significativo, num contexto em que cresce a propaganda antijesuítica, ao lado das discussões francesas contra a Companhia na educação e as interferências das Ordens Regulares, de modo que os aspectos decadentes dos inacianos aparecem ressaltados nesse espaço.

No início da década de 1840, os periódicos *O Brasil e o Correio da Tarde*, juntamente com o *Correio Official*, circulam notícias sobre a expulsão dos jesuítas em países europeus. *O Brasil* apresenta, no decorrer do texto “As reações”<sup>208</sup>, o relacionamento dos jesuítas com o partido realista francês na mesma categoria “de inimigos de todo o progresso social”, dando continuidade, ainda que em distintos contextos, à leitura dos inacianos vinculados à faceta reacionária, do lado oposto da liberdade e do progresso. Parece que o autor, na discussão política que propõe, se inclina contra o que chama de “reações”, que seria o lado mais extremo da reivindicação, encarado como um manifesto de guerra. Os inacianos entrariam na parte em que fomentam a “reação”. Segundo o texto, o ministério deveria ser enérgico, sem ser vingativo e reacionário. Logo, teria adversários, pois “inimigos só podem ser os rebeldes”.

Esse mesmo espaço jornalístico transcreve o discurso do Sr. Rocha na “Câmara dos Srs. Deputados”<sup>209</sup>, espaço no qual o deputado pediu turno para tocar na questão religiosa. Rocha toma um discurso em prol do catolicismo, ao se contrapor a um deputado que sugeriu a intervenção do clero protestante e do católico na instrução pública e indiciou que os países protestantes são mais instruídos que os católicos. Assim, Rocha mostra os obstáculos com os

<sup>207</sup> *Correio Official*, 25/08/1834, n. 46, p. 183 e 184.

<sup>208</sup> *O Brasil*, 08/05/1841, n. 126, p. 1 e 2.

<sup>209</sup> *O Brasil*, 20/04/1843, n. 382, p. 3 e 4.

quais a igreja católica se digladiava na sua contemporaneidade, como a filosofia do século XVIII e a noção contrária à liberdade, elementos estes que se encontram em grande escala nos jornais embasando argumentações no confronto aos inicianos. O tom defensivo do deputado, ao retroceder nos séculos e encontrar exemplos positivos e progressistas da religião católica, no ataque ao protestantismo, deixa claro que a disputa da esfera religiosa invade a esfera do político e a discussão da nação. Se os editores da revista *Nova Luz* ostentam a ausência de influência religiosa na política, constatamos o caminho oposto nas palavras de Rocha:

“Não suponhamos que quem diz clero diz por força princípio ultramontano; acreditemos que diz quando muito consciência do dever, e **veremos em breve que os países católicos nada terão que invejar quanto à disseminação da instrução pública** aos países protestantes”. Para tanto, consideramos que a discussão percorre a instrução pública na direção política do país.<sup>210</sup>

O *Brasil* também publica o texto “Os Jesuítas”, uma transcrição acompanhada da seguinte anotação final “pag his. Tirada de Capefique...”. É clara a posição do autor na defesa dos loiolanos, questionando o ódio contra a sociedade católica e considerando os pontos de ataque inversamente proporcionais à inveja e à ameaça de outras instituições, despertadas pelo progresso e triunfo da Companhia. Combate as raízes das críticas, as quais vemos reproduzir comumente nos periódicos:

[...] os filósofos que os combatiam, deviam-lhe essa instrução, de que, ingratos, abusavam. Os filósofos dissemos, sim, que ao lado dos jansenistas, dos magistrados parlamentares, e dos universitários, combatiam contra os jesuítas a filósofos dessa triste época. Uma opinião presente sempre por instinto o que mais deve temer: sabiam os filósofos e quanta era a ação inteligente dos jesuítas na sociedade católica, que pois destruir essa corporação era adiantar a destruição do catolicismo. Os jesuítas foram proscritos por sentença parlamentar e expulsos da França.<sup>211</sup>

Essa postura contra os filósofos críticos da doutrina jesuítica circula em outros textos, como “Escola do XVIII século”<sup>212</sup>, que, atacando os filósofos setecentistas, mostra como ofereceram uma revolução da razão, numa fatal atrocidade. Cita pensadores que se repetem nas discussões religiosas, e que representam uma bandeira racionalista a ser derrubada. O *Brasil*, diferentemente de *A Nova Luz*, promove nuances de posicionamentos, seja na sua própria edição, seja na publicação de outros textos, abrangendo um espaço polifônico. Talvez poderia estar vinculado a uma postura conservadora. Vale sublinhar que o viés de desenvolvimento e reforma dos jesuítas é destacado no romance de José de Alencar.

<sup>210</sup> *O Brasil*, 20/04/1843, n. 382, p. 3 e 4; grifo nosso.

<sup>211</sup> *O Brasil*, 02/01/1844, n. 489, p. 4.

<sup>212</sup> *O Brasil*, 04/01/1844, n. 490, p. 3.

A publicação de notícias recentes e mais contemporâneas aos oitocentos desafia os textos elogiosos sobre a Corporação, principalmente, por estes terem como baliza e estratégia o retorno ao passado da Ordem. Uma vez que os jesuítas “vendidos” no jornal estão conectados à Santa Aliança e à ausência de liberdade, associados a ideais e princípios de retrocesso, o presente desafia o resgate do lado progressista e atemporal da Corporação. E aqui podemos destacar textos políticos reinterpretando as *Monita Secreta*, e textos com possíveis desdobramentos do quadro filosofia x religião, rearranjados em leituras que defendem uma sociedade desvinculada da instituição religiosa e de governos tiranos.

Ao discurso favorável, só resta o retorno a outros momentos, num tom de exaltação sobre uma Ordem que se espalhou por diversas partes pelo mundo, dominou reis e pessoas poderosas e desenvolveu-se em vários âmbitos dos saberes. Percebemos que os discursos detratores mantém vínculo com a contemporaneidade, enquanto o discurso favorável se esquiva das acusações que pesam na atualidade.

Caminhando para meados e final da década de 1840, a questão dos jesuítas aquece as penas dos folhetinistas e redatores, e a efetivação de uma literatura antijesuítica proporciona uma crescente querela, marcada, sobretudo, por respostas às acusações levantadas contra os inicianos, principalmente, após a publicação de *O Judeu Errante*.

A revista *Guanabara*, ao circular uma análise do épico *O Uruguai*, aproveita o momento para estudar a presença dos jesuítas no poema e para defendê-los diante da crítica contemporânea. Nesse caso, para poder tomar partido dos inicianos, o autor parte da disseminação de uma literatura antijesuítica “nestes últimos tempos”, podendo se abster de conceituá-la

[...] O quinto e último canto do poema nos descreve, pintadas nas abóbodas do tempo principal das missões, todas as maldades da Companhia de Jesus. Deixo de falar acerca delas, porque assaz se tem falado e escrito a tal respeito nestes últimos tempos, e por acaso se encontrará uma só pessoa que não haja lido pelo **menos o Judeu Errante de Eugenio Sue**. [...]

É sabido que os incrédulos vergonhosos, que não se atrevem a atacar diretamente a religião católica, se desafogam insultando aos jesuítas, e isto por tão diverso modo, que os averbam num país de liberais e demagogos, e num outro de servis e absolutistas. **No meu entender os jesuítas é uma corporação de homens honestos e ilustrados**, posto que algum tanto ambiciosos, sendo esta a causa da cruenta guerra que lhe move o vulgo. Basílio da Gama, ingrato para com eles, pois lhes devia sua educação, posição e tudo o que era, seguiu nisto as ideias vulgares, apesar das suas luzes.<sup>213</sup>

<sup>213</sup> *Guanabara*, [184?], p. 316-317; grifo nosso.

Nesse trecho, fica evidenciado o peso da propaganda contra os eclesiásticos no final da década de 40, inclusive, pela circulação do romance-folhetim de Sue. Ainda que o autor assumia o lado ambicioso dos inicianos, não lhes tira a imagem de homens que contribuem para a igreja católica. Assim, a briga comprada pela revista está ancorada nas críticas ao catolicismo, cujos meios de disseminar suas doutrinas se integram à Corporação dos inicianos. Ou seja, tomar partido dos loiolanos implica em limpar a imagem da Igreja Católica no Brasil.

Conforme vimos, os tópicos debatidos pelo *Carapuceiro* e *A Nova Minerva* são reproduzidos na imprensa. A partir da década de 40, podemos observar um movimento contra-jesuítico, alicerçado num discurso de decadência da Companhia, que invade a imprensa fluminense e, em contraponto, um movimento contrário, que resgata o passado da Corporação. O ritmo acelerado de contestação e o clima antijesuítico podem ser aprofundados e compreendidos da circulação de notícias estrangeiras e de suas conexões com o assunto local.

#### **2.4.2.1 A Imprensa (1850-60) e os jesuítas: a polêmica nos jornais fluminenses e a participação de José de Alencar**

Na década de 50, a imprensa repercute discussões nacionais e internacionais sobre os jesuítas, atualizando-as não só com as questões políticas do Império, mas também com as discussões literárias do momento. Reconstituiremos o palco desses debates, a partir do estudo do *Correio Mercantil e Diário do Rio de Janeiro*. Outros periódicos, principalmente, os de cunho religiosos<sup>214</sup>, e revistas literárias circulantes no Rio de Janeiro serão considerados conforme contribuem para a reconstrução desse período e dialogam com os de maior circulação.

---

<sup>214</sup> No texto “A Imprensa religiosa no Brasil” (*Diário do Rio de Janeiro*, 29/08/1852, p. 2), Cônego Fernandes Pinheiro critica a ausência de periódicos que se dediquem e se debrucem sobre a temática religiosa, pois, para o autor, a arena jornalística atacava os dogmas da religião, insultando-a. Diante de tais obstáculos, Pinheiro aponta que somente em 1848 surge uma folha unicamente religiosa e, a partir dessa data, surgiram outras. O pequeno esboço da imprensa religiosa levantada por Pinheiro pode ser lido como referências da construção de uma determinada religiosidade no Brasil, já que os periódicos levantados por Pinheiro deveriam projetar pontos em comum, prestigiar a religião, e mostrar a necessidade de se construir um país mais religioso: “O povo vai se convencendo de que sem religião não pode haver felicidade, e que os inovadores só querem-lhe roubar as suas crenças, precioso legado de seus pais, deixando-lhe em troca o gélido indiferentismo, essa catalepsia intelectual”. (*Diário do Rio de Janeiro*, 29/08/1852, p. 2). Entre os jornais citados por Pinheiro, nós selecionamos *A voz da Religião* (Pernambuco) que se debruça na temática dos jesuítas. Por trazer notícias da década de 40, será estudado na análise de *O Judeu Errante*.

Os temas sobre a Ordem Inaciana são os mais variados, e, da mesma forma que os do IHGB, incidem sobre os mais diversos prismas e posicionamentos. Eles oscilam entre a constituição de uma imagem positiva e negativa para a Companhia. Tanto no Brasil, quanto no exterior, percebe-se um consenso nas indagações e nos debates sobre os missionários. Notamos uma maior proporção de ataque à Ordem, que assessorada pela literatura antijesuítica francesa, compõe um movimento forte de contestação à Companhia, com maiores dosagens que as das décadas anteriores.

Discute-se, de uma forma geral, o processo imbricativo dos jesuítas com a política e os conflitos decorrentes deste envolvimento; os problemas enfrentados pelos governos de alguns países nas tentativas de expulsarem os loiolanos; e, em confronto com os dois primeiros, a importância dos inacianos para as missões e sua eficácia na conversão do gentio.

Dentre alguns dilemas sobre os loiolanos no âmbito internacional, as discussões debatidas, a partir de jornais e notícias franceses, e divulgadas no *Correio e Diário* podem ser encaradas como um quadro crítico e questionador dos pilares propulsores da crise e da aflição social na Europa. A década de 50 na França repercute um período tenso de grandes transformações políticas, nos quais os loiolanos tomam parte.<sup>215</sup>

A temática sobre o poder dos missionários, principalmente, na França Napoleônica, é reiterada no *Correio Mercantil*, que publica sob a rubrica “Exterior: Correspondência do Correio Mercantil”, variadas notícias sobre esse assunto, e, em uma delas, atualiza a extensão dos inacianos em toda a Europa:

Por toda a parte abrem colégios [jesuítas], e recebem os alunos por preços tais que todas as famílias menos abastadas lhes mandam seus filhos. O mundo inteiro está por eles dividido em províncias, cuja capital é Roma, onde existe o seu vigário geral [...]. Não será, pois, de estranhar se dentro em breve prazo houverem os jesuítas feito monopólio em França de toda a instrução primária, por meio da qual infiltrarão as suas máximas no espírito da geração que se eleva, e gozarão, à sombra delas, das vantagens terrenas que parecem desdenhar, e que em máximo grau ambicionam.<sup>216217</sup>

<sup>215</sup> Concedemos maior enfoque aos problemas enfrentados pelos jesuítas na França, uma vez que os romances-folhetins estudados entram em diálogo com esse período.

<sup>216</sup> *Correio Mercantil*, 14/09/1852, p. 1.

<sup>217</sup> Essa problemática acompanha o próximo ano, e o *Correio*, ao trazer uma página suplementar sobre os acontecimentos na Europa, legitima o aumento dos jesuítas neste continente e, em especial, na França. Também noticia os procedimentos sobre eleições em Roma para o Geral e que, por conta disso, muitos partiam com destino ao Vaticano.

A atualização e presença dos inacianos se faz sentir em toda a Europa, principalmente, por conta dessa eleição, o que concede relevo a Ordem, pois ela ainda ocupa o palco das notícias e prospera sua influência simbolizada pela forma representativa do Geral na Companhia. Assim, esse acontecimento sinaliza o desafio que a força dos jesuítas ainda representa para a sociedade, principalmente, em função dos constantes conflitos noticiados na Itália. Observamos algumas reportagens com relação à região de Nápoles:

“[...] Em Nápoles tornam a renovar-se as prisões. Os jesuítas foram solenemente instalados, os efeitos são, que toda a **educação pública e particular** lhe está sujeita; nos teatros mesmo se tem feito sentir, aonde as dançarinas

Concorrendo com o palco das tensões políticas na Europa, o periódico fluminense *Correio* publica um juízo crítico, escrito pelo jornal *Ypiranga* (1851), sobre a restauração do poder ilimitado dos reis na Santa Aliança e seus prejuízos aos países europeus, uma vez que tal restauração provocou uma onda revolucionária, combatida violentamente, ao lado do despotismo, da repreensão e da falta de liberdade. Desse quadro, é resultante a aliança dos reis com o Vaticano, e, por conseguinte, o retorno dos jesuítas. A partir desta análise do retorno dos reis e dos jesuítas na Europa, o autor questiona a possibilidade de um poder altamente centralizador na figura do Imperador no Brasil, que teria como coadjuvante os jesuítas: “Querer fortalecer entre nós o poder à semelhança da legitimidade europeia, procurar na esperança dos futuros triunfos da Santa Aliança um abrigo para a ordem no Brasil, é escarnecer dos tempos em que vivemos, é ultrajar ao povo a que pertencemos.”<sup>218</sup> Neste contexto, entra a aflição social dos anos 50 no contexto brasileiro, gerada pela instabilidade do Império, pelas ameaças internas e externas que provocam a coação por um poder totalmente centralizado e não moderado.

Se do outro lado do atlântico as crises e ondas revolucionárias perturbam a Europa e a figura dos jesuítas é vista como uma ameaça ao poder político, no Brasil, isso não é diferente. Como comentamos, o Império Brasileiro também passava por várias crises e aflições, dentre elas, a extinção do tráfico negreiro, os conflitos na região platina. Conectado a isso, o retorno dos inacianos ao Brasil também poderia ser visto como uma ameaça, fato que assevera uma sintonia e uma conexão entre as discussões nacionais e as estrangeiras.

No Brasil, o balanço negativo sobre os loiolanos reúne pontos em comum que tendem a deslegitimar a função de religiosos reconstruída no passado e projetada para o futuro. Nessa esteira, o literato José de Alencar também se insere nas discussões, emitindo um juízo de valor que se encontra reunido a outras críticas políticas. Na crônica *Ao correr da pena*<sup>219</sup>, o autor reflete sobre o esvaziamento dos dogmas religiosos dos jesuítas, concorrentes com outras funções e áreas. Assim, a figura do inaciano é relacionada a outras do quadro político do país, como o diplomata, que mantém relações em diferentes locais, e o ministro de

---

tornarão a adotar as calças verdes, e lhes é proibido usar qualquer fato vermelho para evitar a mistura do verde, vermelho e branco, cores da bandeira da liberdade da Itália.” (*Diário do Rio de Janeiro*, 03/01/1850, p. 1; grifo nosso).

A imagem construída para os jesuítas desprestigia-os diante da ideia de liberdade, e levanta os efeitos consequentes da presença dos inacianos na Itália. Do lado contrário da liberdade, simbolizada pela bandeira da Itália, inacianos restringiam qualquer veste que aludisse à bandeira. Assim, *O Diário* (12/08/1855) reporta a situação complicada dos inacianos em Nápoles, onde se há oposição a um jornal católico e onde o ministro da instrução revisará os estudos sujeitos as áreas de Filosofia e belas-letas, e Teologia. Os religiosos ficariam dependentes da autoridade do ministro. Segundo a notícia, Roma vê isso com muito desgosto.

<sup>218</sup> *Correio Mercantil*, 16/11/1851, p.3.

<sup>219</sup> *Correio Mercantil*, 06/05/1855, p.1.

Estado. Tais relações, além de não apontarem para a tarefa do religioso, já que este está no mesmo eixo de comparação de cargos políticos, poderia sugerir uma crítica ao avanço dos inicianos na arena política:

Assim, pois, não é um artigo ao *Correr da Pena* que ides hoje ler, mas um simples passeio, uma revista ao correr dos olhos.

As almas francas e leais debruçam-se inteiramente na sacada, sorriem ao amigo que passa, cumprimentam os conhecidos, e às vezes oferecem a casa a algum dos seus íntimos.

Outras, ao contrário, nunca se reclinam à janela, **ficam sempre por detrás da cortina, e olham o que se passa por uma pequena fresta**. Deste número são almas dos diplomatas, **dos jesuítas**, e dos ministros de estado.

220

A releitura dos jesuítas nesse contexto passa por um quadro depreciativo, como aquele que espia de longe, sem deixar entrever sua alma por outros e, por isso, avança sem ser notado. Tal é o caso dos loiolanos na política que, como os diplomatas, mantêm relações em distintos lugares, o que pode ser interpretado a partir dos procedimentos metafóricos empregados por Alencar.

A apropriação dos inicianos nessa leitura já antecipa a representação dos loiolanos em *As Minas de Prata*, ao mesmo tempo em que dialoga com as constantes críticas aos jesuítas e, principalmente, com o romance *O judeu Errante*, que a nosso ver, explora detalhadamente a face oculta da Companhia na sociedade.

José de Alencar, ao participar dos embates políticos como redator do *Diário do Rio De Janeiro*, está atento às discussões que tomam espaço na imprensa. O autor não só toma partido nas críticas aos jesuítas, como também discute sobre as empresas de colonização<sup>221</sup>, um dos assuntos que ganha espaço na imprensa e que recoloca a Ordem em evidência.

O fio condutor das relações imbricadas entre colonização e “civilização dos indígenas” ancora-se na deficiência de mão de obra, proveniente da extinção do tráfico negreiro e na dificuldade de imigração de povos europeus para o Brasil. As implicações consequentes da dificuldade de mão de obra leva a grandes debates e, inclusive, a formação de uma política e de uma Companhia de Colonização. O aproveitamento do indígena liga-se diretamente ao crescimento da Indústria no Brasil, e dentre suas atividades, a criação de diversas Companhias que administram a construção de estrada de ferros.

<sup>220</sup> *Correio Mercantil*, 06/05/1855, p. 1; grifo nosso.

<sup>221</sup> O *Diário do Rio de Janeiro* lança várias notas sobre a Colonização no Brasil, e defende a naturalização de estrangeiros. Num dos artigos publicados, José de Alencar é citado diretamente enquanto defensor do processo de naturalização.

Se nesse período o *Diário* está sob a direção de José de Alencar, podemos considerar que ele participa da seleção dos noticiários. Tendo em vista sua participação na empresa de colonização, bem como em outras discussões tocantes a essa, observamos circulações de notícias que divulgam a Associação e seus objetivos, méritos e avanços, além de matérias que apontam os estrangeiros reunidos em colônias, e artigos que discutem os recursos e meios da colonização.<sup>222</sup> Uma das grandes questões relevantes é a da região Sul quanto à catequização dos indígenas. O jornal publica os contratos das colônias nesse território com o Imperador, atentando para a catequização e civilização do gentio nesses locais. Nesse ponto, o método jesuítico divide opiniões.

Tanto é o envolvimento de José de Alencar que, quando é publicada uma notícia sobre a seleção de uma associação para estudar os assuntos relativos à Colonização, o *Diário* (1857) defende a Sociedade Central da Colonização, que já estava estudando o assunto, sendo desnecessária a presença de outro grupo.

O discurso jornalístico, semelhantemente ao do IHGB, apresenta uma multiplicidade de visões sobrepostas e amarradas a posicionamentos que oscilam entre um olhar positivo e um negativo sobre o assunto dos loiolanos. Por ser um espaço polifônico, podem aparecer outras vozes que não competem com os escritores do próprio jornal, como os folhetinistas, ou os redatores. Nesse sentido, em uma das colunas, sob o pseudônimo de “O Catholico Romano” um leitor critica a publicação do novo folhetim do *Jornal do Commercio* “A Sobrinha do Conego”, de J. J. Teixeira, e a visão negativa dos jesuítas representada por tal romance, que, para ele, junto com outros romances como *O Judeu Errante*, confundiria o leitor. Segundo esta crítica, muitos leitores não saberiam discernir ficção de realidade e acreditariam que a pintura dos loiolanos nestas mencionadas obras seriam verídicas.

Confessamos a nossa indignação ao ver a maneira por que o folhetim do *Jornal do Commercio* tratava o clero representado na pessoa do irmão de Affonso. A hipocrisia, o horrível abuso da confiança, o esquecimento de todas as leis do decoro vem carregar as suas negras cores o quadro em que representa o primeiro papel um eclesiástico!!! Ignora o nobre romancista de que para muita gente a leitura do folhetim é mais do que a de um livro do dogma? Não vê o perigo de tomar-se a ficção pela realidade? Muitas pessoas conhecemos nós que não tem outra noção dos jesuítas senão a que lhes deu o Judeu Errante, e estão inabaláveis em suas convicções como maometano nas doutrinas de seu falso profeta.<sup>223</sup>

<sup>222</sup> “Até agora temos pensado unicamente na colonização; o governo nos últimos tempos tem feito alguma coisa, embora não tenha feito tudo que se podia exigir dele; a criação da Associação Central de Colonização foi um passo acertado, cujos efeitos breves começaremos a sentir”. (*Diário do Rio de Janeiro*, 29/01/ 1858, p. 1). O *Diário* também traz notícias sobre os aldeamentos de índios no Paraná, onde o “povo errante” ameaça a sociedade, e, segundo o jornal, a melhor forma de civilizá-los é por meio da catequização.

<sup>223</sup> *Correio Mercantil*, 05/12/1850.

Termina com um apelo ao romancista para que publique obras de cunho mais moralizante, e represente o clero como protagonista, como uma das formas de educar o povo. Sob esta ótica, o escritor restabelece e reproduz as mesmas relações feitas pelo IHGB entre jesuítas e educação moral e civilizatória na década de 40, de modo que podemos observar que esta visão não só impregna os letrados, mas também outras camadas da população, ultrapassando o âmbito dos letrados.

Outra recepção desfavorável é o julgamento crítico do Padre Lopes da Gama, que, segundo Mello Moraes <sup>224</sup> “maldiz” do escritor francês, além de queimar seu livro em praça pública. A recepção do romance de Eugène Sue sobre a temática da Companhia de Jesus antecipa algumas características que o leitor encontrará nas ações do jesuíta Molina, de *As Minas de Prata*: “Há entretanto nesse romance [O Judeu Errante] uma magnífica criação; a de Rodin, aquele padre jesuíta que de sua alcova nua e glacial governa o mundo inteiro [...]”.<sup>225</sup> Esse trecho é extraído de uma correspondência de Paris, citada no jornal, e deixa bem claro a representação do poder dos inicianos no romance-folhetim. O corrupto e ganancioso Molina pode ser visto como uma readaptação e uma versão da temática antijesuítica de Rodin. O leitor vai encontrar Molina sob as vestes de Rodin, em alguns momentos da obra, o que abre o horizonte de expectativas com relação ao romance, ao levarmos em consideração a recepção calorosa de Sue e sua grande circulação nessa época.

Os periódicos reproduzem o embate fervoroso que a presença dos inicianos provoca na Europa, articulando entre vários países as imagens negativas que os missionários detêm e geram, principalmente, na França, em que são vistos, juntamente com o partido Napoleônico, como uma ameaça à constituição da República. No Brasil, por outro lado, o *Correio e o Diário* não deixam de publicar o mérito dos loiolanos quanto a sua atuação religiosa, nuance de posicionamento que sinaliza a postura polifônica do jornal fluminense, que, ao retratar os debates calorosos em torno dos jesuítas, não deixa de retratar o quadro brasileiro que, por sua vez, também não apresenta uma postura unívoca e homogênea sobre “as figuras de veste preta”.

O caráter local das discussões é direcionado pelo movimento de contestação aos inicianos que já se apresenta anteriormente. A mesma força motora da década de 1830-40 sobre a “literatura negra” dos jesuítas encontra, por sua vez, um terreno propício vinculado às trocas culturais com a França, e, por outro, fortes barreiras de objeções, próprias de um país católico.

---

<sup>224</sup> *Correio Mercantil*, 17/10/1854.

<sup>225</sup> *Correio Mercantil*, 16/09/1857.

Vale abrir um parêntesis para ressaltar que as releituras da Ordem proporcionam um rico material de reinterpretação ao romance de José de Alencar, que se insere no âmago dessas discussões, ao levantar temas atualizados com as grandes discussões sobre a colonização, a figura dos missionários, e a ausência de fiscalização do poder dos jesuítas por parte do governo. O romance ao fazer o trânsito entre uma narração seiscentista e oitocentista, coroando D. Pedro I como responsável pelas grandes mudanças, filia a sua narrativa ao processo de construção e resgate do passado do Brasil, e a figura dos loiolanos deságua no momento de independência. Assim, torna-se relevante a missão dos jesuítas na catequese e de suas práticas. Também se discute a mistura de etnias, que, não por acaso, é um dos temas abordados pela empresa colonizadora no Brasil.

Passaremos a analisar como o romance histórico *As Minas de Prata* readapta os posicionamentos sobre os inacianos no contexto colonial, transferindo para suas figuras jesuíticas o que, até então, se produzia a respeito da Ordem.

### **2.5 *As minas de Prata* e os mitos jesuítas: imoralidade, corrupção e redenção em Alencar**

À luz das controvérsias sobre a Companhia de Jesus, *As Minas de Prata* reinterpreta as nuances de posicionamentos manifestados na Imprensa e no IHGB, ancorando-se no desajuste entre a doutrina religiosa e a prática dos missionários, ao mesmo tempo em que engrena a mesma produção de sentido sobre os anos áureos da Companhia, rearticulando o discurso que prescreve a memória da pátria. A ação narrativa distingue as duas épocas da Ordem Religiosa, “a dos santos” e a dos “políticos”.<sup>226</sup> Partimos da hipótese de que o romance ficcionaliza em diferentes dosagens o mito negativo e o mito positivo da Instituição Eclesiástica. A reescrita da literatura antijesuítica reacomoda os redimensionamentos dos mitos gestados pelo período do Marquês de Pombal, e intensificados pelas objeções à esfera politizada da Companhia no período contemporâneo ao romance. No reverso disso, o mito positivo é reapresentado pela imagem do jesuíta missionário.

---

<sup>226</sup> Retomamos aqui o texto de J. C. Fernandes Pinheiro sobre a divisão da Instituição Religiosa em dois períodos, sintetizando os posicionamentos contra e a favor da Ordem, que são reapropriados na narrativa de Alencar. Podemos observar que a atuação da Companhia de Jesus era lida e interpretada diante de suas contradições e deslizes. Assim, se o ensaio do *IHGB* legitima essa leitura por meio de seu discurso institucional, na imprensa, já encontramos essa interpretação sobre os períodos da Ordem anterior à publicação de Pinheiro. O texto “O Cristianismo no Brasil” (*Diário do Rio de Janeiro*, 18/07/1852, p. 1) divide os domínios dos jesuítas em duas épocas: a fase dos missionários e a fase do poder e da ambição. Esse ângulo de vista sobre a instalação dos jesuítas no Brasil, ainda em 1852, antecipa o texto do Cônego Pinheiro em 1856. Entretanto, o autor de *O Cristianismo* defende a Instituição Religiosa, mostrando os grandes serviços prestados ao Brasil e argumentando que qualquer Instituição tem seus delitos.

Da imprensa fluminense, o ritmo de ataque aos jesuítas desenvolve um quadro programático de contestação à Ordem, o qual é absorvido nos procedimentos da narrativa alencariana, que, ao explorar as ações pérfidas dos inacianos, constrói a degradação progressiva da figura de Molina, mimetizando os aspectos de decadência observada nos periódicos, sobretudo, nas publicações próximas à recepção de *O Judeu Errante*.

As *Minas* representa o nascimento controverso da Ordem, que emergiu num quadro de renovação do modelo eclesiástico católico e de reestruturação religiosa. Vista a partir da atualização dos dogmas e doutrinas da Igreja Católica, a Instituição surgiu num momento de declínio do catolicismo, o que exigia uma fase de revisões, mudanças, e, sobretudo, reformas que combatessem o protestantismo emergente. A renovação do catolicismo contou com uma orientação mais prática, e a Companhia de Jesus equacionou-se nesse processo, defendendo os deveres religiosos e a espiritualidade não como fins em si mesmos, mas como forças motoras de transformações da sociedade, ideal que possibilitou a conversão em diversos territórios e sua expansão por diversos continentes. A Ordem formou-se num processo de relaxamento moral, de politização e de militarização, dentre outros fatores da organização religiosa e de sua concepção espiritual, que vão dinamizar as grandes controvérsias em torno de sua eficácia. Aliás, estes aspectos propiciaram a readaptação do modelo tradicional eclesiástico com a atualização do catolicismo que se desenvolveu na síntese da reforma eclesiástica e da cultura renascentista. A Companhia apreciava a valoração do indivíduo e do seu espírito crítico, e a capacitação do saber e de técnicas.

De qualquer modo, o espírito reformista que a Companhia de Jesus, em grande medida encarnou ao lado das instituições católicas que foram surgindo com o mesmo intuito, representou, no plano da Contra-Reforma, aquilo que Eduardo Lourenço denominou de “Revolução inaciana”. Esta revolução era caracterizada pelo pragmatismo missionário de carácter proselitista, em que os meios mais controversos justificavam a prossecução dos fins transcendentais. Aqui os projetos e a vontade humana concitava-se numa simbiose perfeita com a vontade divina, que tudo unificava e explicava.<sup>227</sup>

Os princípios da reforma católica são relidos na obra alencariana que as redimensiona num movimento de contestação construído pelo ritmo acelerado das maquinações de Molina. As atualizações do catolicismo que encontramos no romance são assemelhadas às que provocam as críticas sobre os aspectos decadentes da Ordem e as querelas que estudamos na imprensa. Alencar ficcionaliza os elementos inovadores da

---

<sup>227</sup> FRANCO, José Eduardo. *Gênese e mentores do antijesuitismo na Europa Moderna*. Lisboa: Clepul, 2012. p. 41 e 42.

Companhia e, principalmente, a política de Aquaviva, num movimento duplo, alicerçado no resgate da Corporação e no ritmo acelerado de ataque ao inacianos. O resgate é explorado pelo lado atemporal, ou melhor, pelo retiro dos loiolanos ao sertão.

No romance histórico, a situação de corrupção e relaxamento moral – representando o afrouxamento da conduta religiosa – sugere no seu reverso modificações eclesiásticas. Os meios controversos usados por Molina são associados a uma cadeia de elementos reformadores da Igreja Católica (como a concepção de vida religiosa mais maleável do padre Visitador, bem como a sua exploração da individualidade e do saber e seus projetos para explicá-los por meio da vontade divina numa perfeita simbiose), que dinamizam o recolhimento do padre Louriçal ao sertão, sinalizando a percepção crítica da obra em torno da inovação da Companhia.

Alencar efetiva a propaganda antijesuítica seja na catequese de Molina, seja nas ações politizadas dos inacianos. Assim como os periódicos analisados consagram os jesuítas do passado, Alencar, na volta aos seiscentos, consagra o jesuíta missionário, e, não por acaso, o expulsa do Colégio e da capital baiana.

Em consonância com sua rede de debate, *As Minas* literariza os aspectos negativos dos inacianos proporcionalmente à expansão da Ordem no Brasil Colonial e sua imersão por outras áreas e saberes. Já na primeira cena da Ordem Religiosa, a prosa consegue ficcionalizar as querelas jesuíticas:

Ao longo da sala estava uma mesa comprida, carregada de instrumentos astronômicos e matemáticos, de tinteiros, livros e papéis; aí, sentados, diversos religiosos aproveitavam a manhã para realizarem os trabalhos de paciência e estudo, que são o mais precioso legado deixado por essa Ordem à civilização moderna.

**Muitos copiavam manuscritos de história; outros traduziam em guarani as orações cristãs para uso dos indígenas; estes se entregavam a estudos de botânica e classificavam uma planta brasileira ainda desconhecida; aqueles tiravam a limpo suas observações astronômicas; alguns escreviam crônicas das religiões, ou cartas sobre o estado das reduções.**

Quem visse esses homens, assim ocupados em marcarem com o selo de sua inteligência todos os conhecimentos, em ligar seu nome, não já à religião, mas à história, à geografia, à política, à filosofia e até as artes, não se admiraria que, unidos pelo mesmo pensamento e dirigidos por uma só vontade, houvessem criado a Ordem poderosa que, espalhando-se pelo mundo, **dominou os tronos, curvou os reis, e lutou com os governos das mais fortes nações.**<sup>228</sup>

Essa descrição de suas funções, antes mesmo de apresentá-los, permite antecipar as indagações e representações das tarefas eclesiásticas, a partir de caracterizações que

<sup>228</sup> ALENCAR, *As minas*, p. 473; grifo nosso.

inserem uma dinâmica concorrencial e a prática capitalista nas doutrinas da Instituição. Por um lado, os jesuítas fizeram a história do Brasil e contribuíram com seus estudos e pesquisas no âmbito da ciência, da história, da etnografia, da geografia; por outro, a ambição desmedida, que é tracejada nessa primeira apresentação, é inversamente proporcional aos princípios tradicionais do catolicismo.

As ações de Molina impregnam-se de acusações, suspeitas e insinuações por parte da voz da narrativa e por parte das vozes de personagens, fatores que nos levam a pensar numa apreciação do romance sobre o próprio discurso controverso da Companhia, cujo processo difamatório acompanhou seu surgimento. Ou seja, tais vozes simbolizariam as críticas enraizadas nos primeiros anos da Corporação, bem como dialogariam com a rede de interlocução de Alencar.

Nos seiscentos, a Ordem ganha amplo poder, e a principal acusação que recai sobre ela é a disputa com o poder temporal. Já na abertura do romance, os dois edifícios que se levantam na capital da colônia ilustram a concorrência dos dois poderes em disputa na América Portuguesa, o temporal e o espiritual, e antecipam os vários conflitos entre o governador e a Companhia de Jesus. Dialogando com seu momento de produção, o romance explora a atuação ilimitada do personagem Molina, que usa sua função de missionário em prol de seus próprios interesses. Dessa forma, a obra atenta para uma atuação que poderia ser supervisionada pelo poder temporal, visto que, naquele período, o personagem Molina é o padre superior, por isso, rege tudo o que acontece. A estrutura narrativa constrói um possível jogo entre a influência ilimitada dos jesuítas e a tolerância e passividade do governador e do rei D. Felipe II, permitindo supor uma crítica sobre esse modo administrativo. Neste ponto, a narrativa mostra a organização hierárquica da Companhia, seus métodos de expansão marítima e de conquista territorial e suas funcionalidades no Novo Mundo. Na narrativa, a prática da Instituição e seus esforços por desenvolverem novos saberes permitiam que estudassem a cultura oral do povo baiano e se aperfeiçoassem na técnica de navegação. Essa técnica é usada por Molina para tentar vencer Estácio e chegar primeiro ao mapa das minas. Sendo assim, a apreciação do saber não seria direcionada para o lado espiritual, de maneira que, se por um lado, *As Minas* prestigia a atualização da Ordem que contribuiria com seus escritos para História do Brasil, por outro, criticaria suas reformas que privilegiam o lado político da instituição eclesiástica.

A Companhia de Jesus sabia o valor do tempo. Antes que os ingleses inventassem o conhecido anexo industrial, tinham os padres descoberto e aplicado a equação desse precioso capital, que uma vez consumido, não mais se reproduz.

Mas era isso pelo século XVII; então ainda estava recôndita no futuro a famosa doutrina tão apregoada agora sobre a indolência da raça latina. Não andavam esquecidas já as gloriosas conquistas do povo, em número pequeno, que pelo esforço se fizera grande bastante para assim encher o maior império da terra. Ainda o reino português se dilatava tão vasto pela superfície da terra, que não havia noite completa para ele; o sol iluminava sempre alguma de suas extremas. —uma das conquista foi a América Portuguesa.

Esta admirável epopeia do esforço humano, cantada por Camões, foi trabalhada pela raça latina, como devia ser mais tarde a epopeia francesa da liberdade. Estava porém reservada ao século dezenove a triste missão de renegar sua estirpe. Não se lembra este século ingrato que ele veio, como toda a civilização moderna, do latinismo?

A Companhia de Jesus foi no século XVII o foco das forças vivas dessa raça ilustre; era natural que as dirigisse a despir o pensamento das duas grandes materialidades que o oprimem: o tempo e o espaço.

**Tinham os jesuítas navios de superior construção e grande velocidade, como não os havia nas armadas reais. Dispunha El-Rei da autoridade, do erário, das recompensas, de grandes estaleiros e matas seculares; os frades possuíam, parte, e mais que em tudo isso, possuíam o gênio da ciência.**<sup>229</sup>

Nesse trecho, podemos observar que nos seiscentos a Companhia irrompe como símbolo da difusão do catolicismo no período da Contra-Reforma, que é aludido na obra na imagem dos holandeses protestantes, que, ao lado dos judeus, se esforçam para dominar a América Portuguesa. A representação figurativa do poder dos jesuítas nos seiscentos assemelha-se ao poder alcançado pelas grandes conquistas marítimas dos portugueses, ao empreenderem avanços ao redor do mundo, por meio de sua doutrina religiosa. Os inacianos não só se equiparam ao poder monárquico como o ultrapassam no uso do saber e da tecnologia. Destacados como gênios da ciência, a voz narrativa contempla as reflexões científicas dos inacianos. Parece-nos que o discurso literário, ao mesmo tempo em que traz um tom elogioso em torno dos jesuítas, não deixa de inscrever os perigos de uma instituição religiosa com tamanho poder. Nesse sentido, podemos observar um eixo estrutural de *As Minas* formalizado por vieses e perspectivas que apresentam posturas confrontantes, incorporadas das querelas na imprensa.

As representações da Ordem Inaciana oscilam entre dois polos contrastantes: a entrega do jesuíta à missão espiritual e, por extensão, à catequização dos índios; e a intromissão e envolvimento do jesuíta na corrupção moral e na busca por dinheiro. O primeiro viés é representado pelo padre Inácio de Lourçal, que, desde o começo, trava grandes discussões com o padre Molina, contrapondo-se a seus ideais. Diante disso, Lourçal se retira do Colégio dos Jesuítas e prefere fazer suas pregações no sertão. Neste ponto, a obra

<sup>229</sup> *Ibid.*, 1030 e 1031; grifo nosso.

representa a missão catequizadora dos jesuítas e suas dificuldades perante as diversidades das matas embrenhadas, bem como a resistência dos aborígenes:

O mancebo [Estácio] reconheceu imediatamente, **no venerável apóstolo** do deserto, seu antigo mestre do Colégio da Bahia, o padre Inácio do Lourical. **O santo homem, voltado ao martírio**, conservava a mesma placidez e mansa humildade, que ornavam seu semblante, oficiando no altar, ou lendo nas aulas. A alma posta em Deus, que ele via no arroubo de sua fé, não se apercebia do que se passava na terra, **nem sentia as torturas que o punham**; seu espírito abreviara as tribulações da vida, e já despregava-se de uma carne seca e definhada para voar ao seio do Criador.<sup>230</sup>

Neste contexto, o jesuíta se encontrava em pleno ritual antropofágico, e, após ser salvo pelo protagonista, continua sua missão no sertão:

- Esta é minha missão, Estácio, enquanto não chegar a minha hora. Até lá **Deus virá em meu auxílio**, como hoje, como tantas outras vezes. Aqui serviu-se ele dos vossos braços valentes, meus filhos; lá da voz débil de seu servo; amanhã ninguém sabe de quê. Tudo serve aos poderosos desígnios da Providência.

[...]

Estácio desde a separação do Padre Inácio, que ficara pensativo; aquela nobre abnegação e sublime caridade deviam de impressionar uma alma feita como a sua para os grandes e generosos impulsos. Ele envergonhou-se de seu valor e intrepidez comparando-os àquele sereno heroísmo do mártir, que em outro estímulo mais que a fé robusta, se afrontava com o suplício horrível e bárbaro, e buscava a morte obscura e ignorada com o mesmo entusiasmo do soldado que marcha à conquista da glória no campo de batalha.<sup>231</sup>

Nas passagens que simbolizam o sacrifício do padre Inácio em nome da Ordem<sup>232</sup> a estrutura textual articula os aspectos estéticos e temáticos das crônicas da Companhia de Jesus, como a visão providencialista e os ingredientes do discurso épico, que se reestruturam no discurso literário sobre a atuação espiritual do missionário. Assim, a presença de Inácio no sertão consagra e sacraliza a imagem dos jesuítas como peregrinos, dispostos a arriscar sua vida pela pregação, elementos veiculados pelos tratados referentes à Companhia, como o livro

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 1139 e 1140; grifo nosso.

<sup>231</sup> *Ibid.*, p. 1145 e 1146; grifo nosso.

<sup>232</sup> A tarefa do missionário representado pelo personagem de Inácio articula os pontos em comum sobre os tempos áureos da Ordem no espaço do IHGB e no da imprensa fluminense, ao mesmo tempo em que redimensiona algumas imagens dos jesuítas em romances nacionais, como *Calabar* e o *Forasteiro*. O romance *O Forasteiro* (1855), de Joaquim Macedo, publicado na *Marmota Fluminense*, explora a figura do jesuíta como agente civilizador, responsável pela regeneração dos índios: “A mãe de Iveta era uma indígena arrancada do seio do deserto e das trevas do paganismo pela luz benéfica da religião: **antiga catecúmena dos Jesuítas**, achará nas águas do batismo a regeneração da alma [...]”. (*Marmota Fluminense*, 20/02/1855, n. 554, p. 2; grifo nosso). Nessa obra, a narrativa reestrutura os loiolanos como salvadores da pátria, sob a perspectiva dos anos áureos da Companhia, projeções que também são reinterpretadas por Alencar. Estabelecemos pontos em comum entre os romances nacionais do período abordado e *As Minas de Prata*, contudo, não os analisaremos em um capítulo específico.

do Padre Simão de Vasconcelos, o de Fernão Cardim, e dentre aqueles que aparecem citados na própria obra de Vasconcelos. Ao lado dos escritos da própria Companhia, a imprensa e o IHGB representam os primeiros anos dos jesuítas na América como o “período áureo”.<sup>233</sup> Na obra, as representações das missões e do caráter educador também se fazem presente. A imagem da Companhia como único meio de obter educação acopla-se à imagem do personagem protagonista, visto que Estácio estudou na Companhia, porém, não apresentou vocação para dar continuidade aos estudos. Já as missões quase não são exploradas, visto que, neste romance, a figura do indígena como elemento construtor da nacionalidade não se apresenta da mesma forma que no romance *O Guarani*. O indígena é explorado enquanto elemento natural e integrado à natureza, figurando como ajudante do capitão do mato, por conta de terem os sentidos aguçados, e conseguirem detectar qualquer tipo de perigo.

Na contraposição, a representação de Molina<sup>234</sup> reapropria o discurso crítico construído pelos deslizes dos representantes da Companhia que corrompem as doutrinas religiosas. A reinvenção desse inaciano assemelha-se ao arquétipo do jesuíta Rodin, de Eugène Sue, pois o padre espanhol reúne inúmeras características do chamado “mito negro jesuítico”. Molina antecipa os traços imorais e políticos que o leitor encontrará no padre de

<sup>233</sup> Na trama alencariana, as fortes imagens exploradas do jesuíta sacrificado no sertão faz jus à figura do missionário, contemplando os inacianos mártires do Brasil. Dos jesuítas da primeira geração, damos relevo ao jesuíta Anchieta que ganha espaço por conta de sua Beatificação em Roma (*A Abelha Religiosa*, 01/08/1854, p. 4). Assim, os tempos áureos dos inacianos são simbolizados na imagem do padre Inácio. A mitificação dos jesuítas da primeira geração construída pelo IHGB ganha força ao ser legitimada em Roma, servindo de fonte histórica a obra de Alencar: “Cartas de Roma anunciam que para dezembro ou janeiro seguintes, estará já terminada a causa dos quarentas jesuítas, que tendo por chefe o padre Inácio de Azevedo, e dirigindo-se ao Brasil, foram martirizados junto à ilha das Palmas, pelo furioso calvinista Jacques Soria, em 15 de julho de 1570. Desde muito que tem culto público em Roma, e parece que o processo tem por final principal provar a legitimidade desse culto.” (*Diário do Rio de Janeiro*, 22/12/1853). O culto apresentado pelos jesuítas redimensiona as imagens de tortura dos loiolanos no Brasil, enquadrando-os dentro do discurso que reconstrói os inacianos como missionários, dispostos a morrer por sua missão. Nesse sentido, eles são representados como poderosos modelos de integrantes a serem seguidos, de forma que aponta uma linha de continuidade, pois a atuação deveria ser seguida. Ou seja, os jesuítas em Roma, ao mesmo tempo em que circunscrevem a memória do seu passado, a projeta para o presente, fazendo se legitimar no culto, representante das linhas tênues entre passado-presente. A imagem do culto cumpre uma relevante função no reestabelecimento da força da Ordem. Da mesma forma, José de Alencar, ao construir os sacrifícios do personagem Inácio, consegue reviver o passado simbólico da Ordem, estendendo para sua obra os sentidos contemporâneos a ela, com os quais os seus leitores poderiam ter acesso. A rede de significação aumenta, ao levarmos em conta o romance de Eugène Sue, o *Judeu Errante*, que representa o jesuíta Gabriel sendo sacrificado na América.

<sup>234</sup> “[...] o padre Molina, expressão a mais elevada e singela do janota do século XVIII, é superior ao Rodin de Eugenio Sue, e digno êmulo do P. Ventura, de Rebello da Silva. (GARNIER, B. L. *Catálogos dos livros de que é editor*. V. 257, n. 2)”. Na breve descrição de *As minas de Prata* no catálogo Garnier, o padre Molina aparece como uma figura elevada, superior ao personagem Rodin, de *O Judeu Errante*, de Sue, e digno do P. Ventura (aparece no romance *A mocidade de D. João VI*, de Rebello Silva). A leitura do catálogo permite registrar as leituras contemporâneas a obra de Alencar e seus possíveis alcances e diálogos, uma vez que forneceria ao leitor as primeiras impressões do romance. Tendo isso em vista, apesar de Molina ser comparado a Rodin, ele não é descrito com características que o desqualificam, de modo que pudesse desfavorecer o interesse do leitor pelo livro. Apesar de o texto apreciar o personagem de Molina, podemos observar a importância desse personagem, ao figurar dentre a seleção de outros descritos pelo catálogo, como Estácio, Vaz de Caminha e D. Diogo Menezes.

*Guerra dos Mascates* e nos loiolanos de *Alfarrábios*, bem como comporta as qualidades pouco escrupulosas de Samuel, de *O Jesuíta*:

(Samuel) - Como? ... **o poder da Companhia de Jesus repousa sobre a consciência, onde não penetram nem as armas dos vossos soldados nem o braço dos vossos esbirros. Aos pés do humilde confessorário**, que lhe serve de trono, nenhum cortesão da realeza vem depor a torpe lisonja; todos se prostram, grandes e humildes; todos lhe abrem sua alma. O que ela ouve é a voz da verdade, o grito do coração que lhe denuncia quanto crime impune, quanta miséria.<sup>235</sup>

Aqui para nós, leitor, o reverendo preparava-se para representar o papel de tribuno, que é o **apostolado político**; e por isso não perdia ensejo de pôr os pontos a sua eloquência.<sup>236</sup>

No reverso disso, a dimensão literária da obra, ao representar os sacrifícios de Inácio no sertão, sendo encontrado por Estácio em pleno ritual antropofágico, o contrapõe com a figura corrupta de Molina. O padre Molina também aparece no sertão, mas com uma finalidade bem distante da do padre Lourçal, e, neste momento, a contraposição entre os dois se desdobra na contraposição da própria Ordem Religiosa:

O Padre Molina cogitava, e o objeto de suas cogitações era o mesmo que desde dois anos ocupava quase exclusivamente aquela grande inteligência; era o segredo das *minas de prata*, esse pedestal que ele pretendia assentar a sua glória, sobre o qual baseava a esperança ao generalato da Ordem, e talvez mais tarde ao pontificado.<sup>237</sup>

Ao discutir as duas imagens dos jesuítas<sup>238</sup>, a obra se debruça criticamente na postura do padre Visitador, seja por seu percurso completamente corrupto, desde o momento

<sup>235</sup> ALENCAR, *O Jesuíta*, p. 142; grifo nosso.

<sup>236</sup> *Id.*, *Guerra dos Mascates*, p. 91; grifo nosso.

<sup>237</sup> *Id.*, *As Minas*, 1148.

<sup>238</sup> A leitura da divisão da Companhia em dois momentos divulgada na década de 50 também pode ser encontrada na década de 60, o que é significativo para a reinterpretação que a trama de Alencar faz do jesuíta, principalmente, quanto à representação dos sacrifícios. No ano de 1864, *O Correio Mercantil* publica um texto intitulado *Ao Acaso*, no qual uma das discussões levantadas relaciona-se à comemoração de Todos os santos (Dia de Todos os Santos). O autor M. A. parte de algumas reflexões propostas por um sermão de Vieira, que reflete sobre os meios de ser santo e cita alguns exemplos de religiosos. Tomando as próprias considerações de Vieira, o folhetinista reafirma os tempos áureos da Companhia e critica sua decadência posteriormente. Essa releitura reapropria-se das do IHGB e dialoga com os primeiros capítulos de *As Minas de Prata*, cuja narrativa descreve a figura do padre Molina. No final da escrita dessa obra em 1865, percebemos pontos em comum entre o romance alencariano e o texto *Ao Acaso*, tão próximo da publicação de Alencar, o que nos permite observar leituras consonantes entre as décadas de 50 e 60: “Que diferença entre o primeiro e o último [jesuíta]. O primeiro depois de uma vida de suplício por amor de Cristo, morre pregado em uma cruz [aqui fazemos alusão à imagem do personagem no ritual antropofágico], **de cabeça para baixo, por uma piedosa repugnância de morrer como o divino mestre**; - o último come tranquilamente os rendimentos dos estados pontifícios, conversa politicamente com os diplomatas, e combina meios de ter mais dois ou três palmos de terra, além dos sete que lhe hão de competir por morte.” (*Correio Mercantil*, 1864, 01/11/1864, p. 1; grifo nosso.) O autor ainda assinala que a imagem da crucificação é empregada metaforicamente, relacionada ao pregador de “coração limpo”. Nesse sentido, podemos constatar as perspectivas dadas a ler na mesma década de escrita de *As Minas de Prata*, ora na figura do missionário sacrificado, ora na figura do degenerado, de modo que, apesar de a narrativa alencariana não

em que negocia sua entrada na Companhia, até o último momento, em que passa por um processo de redenção. O seu trajeto na Companhia envolve uma série de polêmicas e intrigas, seja na sua intromissão no Colégio, momento em que anuncia sua nomeação como padre Supervisor, substituindo Fernão Cardim; nos seus ideais que sobrelevam o acúmulo de funções; e nas suas atitudes manipuladora perante outros jesuítas.

Na primeira cena em que Molina se apresenta, os padres estão todos reunidos, e, neste momento, são apresentados a Molina, bem como ao leitor:

Os religiosos que esperavam à porta do cartório eram, o P.<sup>a</sup> Nunes, reitor; o P. Inácio do Louriçal, que vimos conversar à janela do convento, enquanto duraram as festas, com o jesuíta chegado naquele manhã [representação do lado espiritual do padre); o P.<sup>a</sup> Luiz Figueira, autor da gramática da língua tupi, o qual em 1607 tinha escapado ao martírio entre os selvagens da Serra de Ibiapaba, na capitania do Ceará; o P.<sup>a</sup> Domingos Rodrigues, ardente missionário, que havia seis anos reduzira os ferozes aimorés da capitania, e o P.<sup>a</sup> Manuel Soares, cronista e autor de importantes manuscritos, que infelizmente não chegaram aos pósteros para bem de sua fama.<sup>239</sup>

A dimensão narrativa ressemantiza as imagens daqueles padres no Brasil Colonial, projetando-os dentre importantes missões e funções, e sobrelevando seus martírios e dificuldades naquele momento. Registra, por sua vez, um ponto de contraste com as futuras atuações daqueles inacianos, pois, se por um lado, durante a reunião, eles se deixam dominar por Molina, aceitando as condições impostas por este, por outro, as suas antigas atuações demonstram que eram jesuítas íntegros, mas que se corrompem por conta da administração do padre Supervisor.<sup>240</sup> A partir deste momento, a ambição deste missionário movimentava uma série de contatos e de alianças entre os personagens para conseguir chegar às minas. Sua trajetória no percurso narrativo promove uma engrenagem dirigida de acordo com os sentidos contemporâneos a Alencar atribuídos aos jesuítas: as asserções críticas sobre a influência dos jesuítas. Porém, particularizando a produção de sentido do seu romance, o autor opta por “salvar” o inaciano, por meio de um processo de redenção, cujo procedimento gera soluções que alcançam variadas interpretações. O representar de um passado glorioso para a nação não teria espaço para personagens corruptos e imorais, e assim, solucionaria as ambiguidades de

---

trazer esses representantes sobre as vestes de personagens históricos, eles conseguem *alegorizar os embates do momento*.

<sup>239</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 569 e 570.

<sup>240</sup> Nota-se que a narrativa explora a figura do jesuíta como conspirador e, nesse ponto, tende a apontar as formas pelas quais os jesuítas amplificam seu poder. Da Espanha, Molina visita à colônia brasileira, retorna a Roma e volta ao Brasil, de onde mantém contato com Claudio Aquaviva na Europa, além de deter pleno domínio sobre os jesuítas da Bahia. Essa conexão Brasil-Europa nos permite entender os possíveis pontos de convergência da narrativa histórica com as críticas da imprensa sobre a expansão dos jesuítas no exterior e mesmo no Brasil. Tanto no espaço da imprensa quanto no fictício, os jesuítas são representados como religiosos que se alastram rapidamente por distintas regiões.

“servir a El Rei e à Religião”. Ao mesmo tempo, o discurso, ao transitar para a contemporaneidade de Alencar, possibilita projetar uma credibilidade à prática dos jesuítas do atual Império. Os momentos finais de Molina, tendo o altar como símbolo da purificação, evidencia o seu processo de redenção, ao lado de Dulce, que os tranca no subterrâneo de sua casa, e quando Estácio chega para salvá-los, encontra a seguinte cena:

O sacerdote, sentado nos degraus do altar, sustinha em seus joelhos o busto desfalecido da formosa Dulce; um dos braços da senhora pendia-lhe pelos ombros; e a cabeça repousava sobre o peito. O jesuíta já não se podia ter firma; era a coluna do altar que o amparava; sentindo que alguém se aproximava, sua voz débil como um soluço murmurou:

- Ela? Salvai-a!...e desmaiou.

[...]

- Padre Molina!...

O velho quis reter-lhe a palavra com um gesto de terror e murmurou com entonação profunda:

- Não proferi este nome; ele foi profanado, filho. Já não sou o sacerdote da religião, e ministro do Senhor. Estas vestes, manchei-as. Arrancai-as de mim, que me queimam e trucidam as impurezas da carne... Não as devo trazer sobre este miserável despojo, que a virtude enfim desertou... Cuidei-me forte, e poucas horas bastaram para aniquilar essa fortaleza. O passado de tantos anos, apagou-o - algumas lágrimas!...<sup>241</sup>

Nesta trajetória, reconfigura a credibilidade perdida pelas figuras dos jesuítas, pois, uma vez que o padre mais corrupto se regenera, os outros missionários também poderiam enveredar pelo mesmo caminho. Contudo, o romance silencia quanto à atuação dos jesuítas posteriormente ao retiro de Molina para o sertão, o que suspende a trajetória da Companhia na obra e os possíveis caminhos pelos quais ela tomaria no Brasil Colonial, e, por sua vez, na contemporaneidade. Sendo assim, podemos observar que as movimentações oscilatórias entre positivo e negativo na reinvenção da Ordem na obra, relacionadas à ausência representativa sobre a Instituição Religiosa após a redenção de Molina, metaforizam não só os embates da atuação da Companhia na colônia, mas também o próprio dilema sobre os inicianos na colonização do Brasil Imperial. O afastamento de Inácio da Companhia e a retirada de Molina, ambos distanciados do lado corrupto do Colégio, podem metaforizar a impossibilidade da presença dos inicianos na contemporaneidade. Eles só poderiam ser úteis afastados do lado político da Ordem. O retorno ao sertão dos dois frades concebe um tom mítico ao romance, rearranjado segundo a mitificação do IHGB sobre os anos áureos da Companhia. Sendo assim, a formação da gênese do país conta com o apoio de padres missionários, aludindo à canonização dos jesuítas.

<sup>241</sup>ALENCAR, *As Minas*, p. 1233 e 1234.

O romance histórico alencariano responde ao seu tempo, ficcionalizando as grandes querelas da imprensa, alicerçando um movimento de contestação à Companhia e descrevendo os aspectos decadentes dessa Instituição, que chega ao ponto máximo com a expulsão dos jesuítas. Podemos interpretar que a atualização que a Companhia obteve no seio da Igreja Católica não representa a Ordem que deve permanecer no Brasil.

## **2.6 A religião na reescrita do Brasil: Os jesuítas fizeram histórias? Uma leitura de *As Minas de Prata***

Em diálogo com a análise temática, a obra permite uma apreciação formal na sua construção estético-literária, engrenada no registro das práticas dos missionários, seja no campo da prática educativa, por meio de seus domínios da educação e da pregação, seja no campo da prática discursiva, apreendida pela troca de correspondências transatlânticas entre os membros da Corporação e pela confecção de alfarrábios. Nesta readaptação, o romance alencariano apropria na sua tessitura os aspectos temáticos das cartas e das crônicas, cujas características se realizam na estrutura discursiva da obra.

Na Revista do IHGB (1854), a referência de Martius à escrita de uma possível literatura dos jesuítas, somada às trocas de cartas exploradas pelo Instituto que se esforça por apresentar a circulação das doutrinas cristãs, são simbolizadas na própria confecção das minas de prata, visto que o registro das histórias das minas por um dos padres metaforiza uma das versões da gruta. Ao mesmo tempo em que é registrada na América Portuguesa, a carta sobre tal versão circula na Espanha e cai nas mãos de Molina, indiciando a circulação tanto da imagem do *El Dorado* no Brasil, bem como a política dos jesuítas e seu vasto domínio e circulação pelos territórios europeus. A trama das minas se apresenta para os leitores das mais diversas formas, e se circunscreve no romance seja pela oralidade, seja pelo lado institucional dos padres. Em outras palavras, Alencar traz para a sua produção romanesca a presença de alfarrábios, a figura de padres cronistas e referências a documentos de época, que articulam, de forma fragmentada, as fontes históricas, bem como a própria confecção da obra. Ao mesmo tempo em que os padres trocam cartas e escrevem alfarrábios, o romance se escreve nas mais variadas formas, trazendo as possíveis versões das minas, que, como um quebra-cabeças, vão sendo montadas.

As crônicas seiscentistas que servem como fonte histórica à obra registram importantes informações de cunho historiográfico e dados da terra recém-descoberta.<sup>242</sup>

Coaduna com o reaproveitamento da linguagem seiscentista a própria confecção de cartas trocadas entre os membros da Companhia de Jesus no romance, cuja prática é reestruturada na obra. Assim, as cartas escritas pelo Padre Manoel Soares, cronista da época, registram a versão das minas de prata que iria circular entre a escrita erudita, tomada a partir de versões da tradição popular, e a oralidade. Subjaz aos relatos desse padre o juízo de valor de sua narrativa, outorgado pelo próprio discurso da obra:

A imparcialidade de historiador nos põe o dever de protestar contra a injusta prevenção do respeitável capítulo sobre a prosa do Reverendo Manuel Soares.

O ilustre cronista da Província do Brasil, como Cervantes, havia pressentido já no século XVII a invenção da escola romântica, à qual deve a literatura moderna tantos primores e maiores extravagâncias literárias. A sua narrativa tinha a forma dramática do poema antigo e a simplicidade do conto da Média Idade. O estilo chão e fluente desmerecia talvez pela falta de nervo e concisão da frase, mas compensava este senão com naturalidade e singeleza da expressão.

**É pena que este livro precioso se tenha perdido, pois sem contar a descoberta importante de que tratava, daria à história que ora escrevemos um testemunho irrecusável de sua veracidade.**<sup>243</sup>

Se por um lado, os manuscritos do padre cronista se perderam, por outro, a figura do alfarrábio, como um material histórico que reúne os documentos de época, é explorada nos procedimentos operantes do romance. Ele já aparece na primeira reunião dos jesuítas, e manipula uma das versões da gruta subterrânea:

O jesuíta abriu o alfarrábio com muita solenidade, e dispôs-se a começar a leitura no meio do mais profundo silêncio, pois era o silêncio da modorra. De feito o capítulo, com exceção do P.<sup>a</sup> Inácio absorvido em suas meditações, sofria naquele momento a ação soporífera que sobre ele exercia a crônica das minas de prata; mas o autor, com a consciência do merecimento de sua obra não via senão o recolhimento de quem se preparava à audição.

Não há notícia do que leu nessa noite o Reverendo Manoel Soares, **cronista da província do Brasil**; porque ainda é duvidoso que algum dos respeitáveis conselheiros que compunham seu auditório o ouvisse. Antes que o leitor

<sup>242</sup> O *Diário* divulga um texto da *Revista Guanabara* sobre o levantamento das cartas de Fernão Cardim, recuperadas por Varnhagen. “A narração do padre Cardim tem aquele encanto e profundidade de vistas, que se observa nos escritos dos Jesuítas, homens feitos para a propagação das luzes, não só nos tempos coloniais, como nos tempos mais velhos, pois que a eles pertence a escala de bem educar a mocidade [...] O jesuíta é o herói que o passado **deixa ao futuro para a criação de uma Epopeia gigantesca** [...]” (*Diário do Rio de Janeiro*, 27/11/1852). O artigo, ao projetar o passado no presente, projeta um passado memorável no futuro. A história da Companhia de Jesus poderia servir como material de uma epopeia, o que contempla o momento colonial e prestigia o futuro da nação.

<sup>243</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 581 e 582; grifo nosso,

chegasse ao fim da primeira parte, a grande lâmpada, falta de óleo, crepitou e a luz extinguiu-se.<sup>244</sup>

Neste contexto, o padre Manoel lê seus escritos sobre as minas para Molina, persuadido de que este buscava diferentes meios para levantar fundos na Companhia. Molina, por sua vez, com o objetivo de investigar o paradeiro do pergaminho, circula entre as duas esferas, a oral e a escrita, a popular e a erudita, e, por este viés, se movimenta entre a população da Bahia, se interessando por todos que poderiam lhe ajudar e lhe informar sobre a rota. Neste sentido, o alfarrábio dos padres, que registram formalmente tudo o que ocorre na colônia, lhe serve como um guia de informações. Obteve várias informações por meio das crônicas do padre Soares, fato que mostra o alfarrábio como um diário registrador e como uma fonte histórica:

Abriu então o Visitador seu breviário, e começou a ler a última folha, ocupação a que se dava constantemente desde a partida de S. Sebastião. Nessa folha, cumpre não esquecer, tinha ele copiado um trecho da memória do insigne cronista da Companhia, o Padre Manoel Soares.<sup>245</sup>

A figura do alfarrábio cumpre um duplo papel: o de representar a escrita jesuítica e as possíveis circulações que aquela obra tomaria na Europa, e a de indiciar a própria confecção da obra de Alencar, que, se apropria da linguagem seiscentista, seja pela representação dos alfarrábios, ou pela ressignificação do discurso das crônicas jesuíticas. À luz dessa leitura, os procedimentos de construção do romance lançam o caráter meta-narrativo da obra, ao trazer a sua própria estetização na construção das versões da história das minas. Nessa estetização, explora a traços da oralidade, ao realizar a figuração das minas, construída “de boca em boca”, que indaga a própria existência do *El dorado*, e por seu turno, a própria veracidade dos alfarrábios:

Tinha de feito esse frade, encerrado em sua célula, muitos anos depois do acontecimento, reconstruído **a verdade dissipada pela sombra dos tempos?** Ou seria quanto escrevera ele um **tecido de fabulas para bordar essa misteriosa invenção das minas de prata, com que a par de outras, se embalava a imaginação popular?**<sup>246</sup>

Neste momento, o narrador questiona o conceito de veracidade dos escritos<sup>247</sup> dos jesuítas, pois, uma vez que partiriam do contexto popular, poderiam estar impregnados pela

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 581 e 582; grifo nosso.

<sup>245</sup> *Ibid.*, p. 1032.

<sup>246</sup> *Ibid.*, 1033; grifo nosso.

<sup>247</sup> O conceito de veracidade dos escritos dos jesuítas também é discutido em distintos espaços, seja no IHGB, seja na Imprensa. No Instituto, os documentos de época são tomados como provas verdadeiras da construção de narrativas históricas, escritas por seus membros. Na imprensa, notamos uma postura próxima ao do IHGB, tendo

imaginação dos colonos, e, dessa forma, não estariam conjugados sob um olhar investigativo, principalmente, histórico. Entretanto, embora lance todo este questionamento, em seguida mostra que os jesuítas também poderiam estar embasados na história- construída pela tradição oral:

A obra do P. Soares tinha o cunho da **maior exatidão**; ele a bebera **na fonte da história**, onda sonora que desliza mansamente através das idades; **na voz dos séculos, que vulgarmente chamam tradição oral, não impura e toldada, como muitas vezes aparece a tona da publicidade, mas límpida e pura, filtrada pela consciência religiosa no confissãoário.**<sup>248</sup>

Por estes percursos, o próprio romance, ao refletir sobre a escrita dos jesuítas, desdobra seu discurso para a discussão emblemática do romance no século XIX, entre ficção e o conceito de veracidade. Ao tomarmos que os jesuítas faziam “histórias”, o romance histórico, a crônica e os alfarrábios, se embasam na relação entre diferentes narrativas e diferentes níveis de veracidade, de modo que averiguamos que estas relações deságuam na imbricação entre imaginação e História; entre campo popular e campo histórico. Na obra, os registros seriam escritos por conta do que se ouvia no confissãoário, de modo que este espaço se perfaz como o mediador entre duas culturas distintas:

O confissãoário foi, como o púlpito, outro grande pedestal da influência dos jesuítas; de um moviam eles as massas do povo sob a invocação de Deus; de outro perscrutavam a consciência, o sacrário da família, e dirigiam as forças vivas da sociedade: o povo, a robustez física, o braço possante; a educação **o poder intelectual, cabeça diretora; que mais lhes faltava para a teocracia**, senão a consagração do nome?

Foi no confissãoário que o Padre Soares, durante anos de inquérito, apanhou os fragmentos **esparsos** com que chegou laboriosamente a construir o seu edifício. Quase toda a gente contemporânea de Moribeca veio por sua vez dizer quanto sabia; assim **de elo com elo**, por essa cadeia de indivíduos, atingira ele ao ponto a que visava: descobrira um dos acostados que haviam acompanhado Robério Dias na jornada de descoberta.<sup>249</sup>

O viés popular, por um lado, aparece na obra de Alencar moldado pela voz dos jesuítas, que via confissãoário, registrariam a oralidade do povo, filtrando-a por seus olhares; por outro, aparece na representação do folclore popular: aquilo que se transmite de boca a

---

em vista que os textos da Revista circulam pelas páginas dos periódicos. Posto isso, podemos citar o texto “Impressões sobre o Brasil” de Correa de Azevedo, publicado por um período no Diário do Rio de Janeiro (10/07/1852), que, ao reivindicar um verdadeiro livro da História do Brasil e de suas fases, contempla os escritos dos jesuítas como verdadeiros, em oposição às narrativas de alguns viajantes. No romance alencariano, podemos interpretar um viés questionador sobre o conceito de verdade desses documentos, o que poderia questionar a própria veracidade de seu romance histórico. Entretanto, podemos levantar a seguinte hipótese: se José de Alencar retira suas notas e suas fontes históricas na segunda publicação, ele já estaria deixando frouxos seus matizes no romance e deixaria para o leitor o questionamento sobre a veracidade de sua obra.

<sup>248</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 1033; grifo nosso.

<sup>249</sup> *Ibid.*, p. 1033 e 1034; grifo nosso.

boca, e que faz com que o pai de Dulce venha ao Brasil na busca das minas, e faz com que passageiros de diferentes lugares e com diferentes profissões, que embarcam no mesmo navio rumo à Europa discutam o mesmo assunto, as minas, e troquem experiências sobre tal existência. Na realização formal das cartas sobre as minas, as anotações do padre Soares se mostram fragmentadas, fruto das conversas sigilosas no confessional, onde recolhe as possíveis informações sobre o pergaminho. Essa fragmentação também dialoga com a cultura popular, que ao ser transmitida, ganha variadas versões, bem como o registro do próprio confessional. Por outro lado, ao se tratar do contexto de escrita, o padre filtra tais informações, e conta uma versão da história das minas, que, no caso, compete à mesma contada por Vaz de Caminha, com a grande diferença de não inocentar Robério Dias. Assim, as anotações e documentos daquela época, filtrados pela consciência dos jesuítas, são problematizados pelo conceito de veracidade construído no século XIX.

\*\*\*

Por dentro desta perspectiva, a memória dos jesuítas se reinventa, ao mesmo tempo em que a memória da pátria se circunscreve em diversas formas de circulação, e, neste sentido, impregna os ramos mais diversos da escrita, com finalidades diferentes.

A partir do estudo das produções de sentidos sobre os jesuítas, podemos constatar que “os homens de letras” forjam uma identidade para os missionários, a partir do discurso da própria Companhia, que, carregado de sentido histórico, narra historicamente seus feitos, nos quais a dimensão narrativa produz imagens impregnadas da dimensão épica. Os inicianos são mitificados na construção do sentido histórico do passado colonial, porém, sua significação para a contemporaneidade não se adéqua às necessidades do Império. Decorrente disso, observamos um movimento contra-jesuítico, alicerçado num discurso decadente, que invade a imprensa fluminense. Dada essa contextualização, o discurso literário contracena ao lado de outros como um discurso representativo que poderia promover ou ameaçar a imagem dos jesuítas. A apropriação desses dilemas na série literária brasileira abarca as mais diversas figurações, simbolizações e representações da Companhia.

Por esses trajetos, tentamos compreender e interpretar os possíveis significados das representações dos jesuítas em *As Minas de Prata*, a partir da reconstrução dos dilemas sobre os loiolanos, seja na esfera política ou literária, o que possibilita ressemantizar os significados estético, literários e políticos que dão forma ao romance.

Tendo em vista que o senso de historicidade de *As Minas* é constituído na sua rede de interlocução, seja nos debates da imprensa, seja no IHGB, e que nos periódicos reconfiguram-se e reformulam-se novas formas de lidar com a realidade e com a literatura, modificando a percepção do romance, podemos constatar que o romance histórico de Alencar constrói-se e atualiza-se nas relações aproximativas com os periódicos, e, sobretudo, na dialética nacional-internacional.

## PARTE 2

### 2. *As Minas de Prata* e os romances antijesuíticos franceses: o poder da prosa ficcional na imprensa periódica

Nesta parte, apresentaremos um estudo da temática antijesuítica nos romances *O Judeu Errante* e o *Visconde de Bragelonne*, que circulam e produzem diversos sentidos nos jornais fluminenses. As sucessivas leituras dessas obras, sobretudo, de *O Judeu Errante*, fomentam polêmicas e discussões no âmbito político e literário nos periódicos do Rio de Janeiro. No trânsito entre esfera política e literária, os ingredientes anticatólicos do folhetim de Sue são recriados e readaptados em outros textos literários brasileiros, caso do romance histórico *As minas de Prata*, de José de Alencar.

Segundo Leroy<sup>250</sup>, o momento de produção da referida prosa francesa, na Monarquia de Julho, compreende um contexto de confronto e combate aos inicianos, uma encruzilhada de conflitos, embasada nas disputas entre Universidade e Colégio da Companhia. A narrativa de Sue, publicada no rodapé do jornal *Le Constitutionnel*, transporta para o folhetim os debates e controvérsias sobre a Ordem Inaciana, localizados na parte de cima do periódico, reacendendo o movimento anticlerical e provocando reação por parte dos defensores dos eclesiásticos na França. Segundo Thérenty, o espaço do “Folhetim” realiza novos modos de percepção da realidade social, cuja reestruturação no campo ficcional chama a atenção para os efeitos literários do suporte midiático, pois este veículo, ao tornar o romance mais acessível ao leitor, desperta dilemas em torno da moralidade do novo gênero, de seus ensinamentos, e de sua força literária. Uma vez que o jornal democratiza a circulação de romances, os autores de folhetins buscam, por sua vez, representar as relações sociais mais próximas da sensibilidade de seus leitores. Nesse sentido, o escritor oitocentista promove um ajuste entre a rubrica e o quotidiano, no seu propósito de deixar o social mais palatável para o leitor: “la correspondance des lecteurs de Sue et du Balzac prouve qu’ils utilisent les romans pour se situer dans un monde social souvent perçu comme opaque et obscur”<sup>251</sup>.

<sup>250</sup> LEROY, Michel. *O Mito Jesuíta. De Béranger a Michelet*. Trad. José Eduardo Franco. Lisboa: Roma Editora, 1999.

<sup>251</sup> THÉRENTY, Marie-Eve. Du roman-feuilleton au journal-fiction: Enjeux de la fictionnalisation du journal au XIX siècle. In: BRAUD, Michel *et al.* *Les enseignements de la fiction*. Presses Universitaires de Bordeaux, France, 2006, p. 36.

Sob esse poder da ficcionalização, Sue representa a querela jornalística em torno da Corporação e, na recomposição do mito jesuíta, escreve uma nova maneira de perceber a sociedade e sua religião, transformando sua prosa numa arma poderosa contra os jesuítas.

A leitura anticlerical do cenário francês entraria em conformidade com o alcance da natureza anticatólica do folhetim de Sue na imprensa do Rio de Janeiro e, nesse ponto, o repertório de referências da trama de *O Judeu Errante* contribui, em certa medida, nas adaptações das críticas à Corporação Religiosa na obra de Alencar. As condições do chamado “mito negro” dos inacianos no Brasil são enraizadas nos movimentos de contestação às práticas eclesiais da Companhia, formando os modelos de representações sobre as quais a literatura é confeccionada.

O ritmo antijesuítico do texto de Alencar abre lugar para a adaptação dos aspectos conspiratórios da Companhia explorados nas narrativas francesas. Uma famosa propaganda antijesuítica, as *Monita Secreta (Instruções Secretas dos Jesuítas)*, convalidou e consolidou a ideia da conspiração dos loiolanos. Assim, as imagens de uma sociedade oculta e de seu catecismo secreto são inspiradas a partir desse libelo, que é reformulado em distintos gêneros textuais ao decorrer de séculos.

Recuando três décadas antes da publicação de *As Minas*, a imprensa fluminense de 1830 começa a circular as *Monita*, propaganda importante para a consagração do “mito negro”. Nessa época, as discussões se tornam propícias para a recepção de *O Judeu Errante*, ao mesmo tempo em que se colocam como leituras precursoras da formação de uma tradição anticatólica. Assim, é significativo que a circulação de *O Judeu Errante* aqueça tais discussões, tendo em vista o caráter antijesuítico da obra francesa diante do retorno das figuras engomadas de preto que ameaçam o poder político. Considerando que a referida obra de Eugène Sue dá origem a uma das principais polêmicas literárias do momento de produção de Alencar, concederemos maior enfoque sobre esse folhetim, e em menor proporção, apresentaremos a obra *O Visconde de Bragelonne*, de Alexandre Dumas, que invade os jornais, ao fazer parte da trilogia de *Os Três Mosqueteiros*. Debruçaremos-nos em estudar as características particulares das referidas formas de narrativas e de ficção e dos modos de aproximações que estabelecem com a temática da Corporação, buscando compreender cada processo de representação dos inacianos.

Neste texto, reconstituiremos o espaço dos jesuítas e de seus traços conspiratórios no discurso de natureza ficcional, como em as *Monita Secreta (Instruções Secretas dos Inacianos)* e nos romances franceses. As *Monita* flutuam nas fronteiras entre ficção e veracidade, conforme mobiliza uma rede de discussão internacional sobre a verdade do

documento, e, em contraposição, os esforços dos jesuítas por comprovar a falsidade do libelo. Discutiremos nesse capítulo o impacto que esse material causou sobre a sociedade dos inicianos, e, principalmente, as origens da conspiração da Ordem que será desenvolvida nos folhetins oitocentistas. Ao trazermos a trajetória sobre as *Monita Secreta*, analisaremos as raízes da literatura anticlerical, que é significativa no quadro religioso da nação, a partir do qual Alencar compõe sua obra. Nosso objetivo é levantar a circulação dos folhetins franceses, através dos embates e dilemas em torno dessas ficções, de modo que entenderemos os seus efeitos no processo de representação da religiosidade no Brasil, bem como de suas reapropriações e reinterpretações em *As Minas de Prata*.

### **2.1 Algumas palavras sobre a conspiração jesuítica no século XIX e as *Monita Secreta* nos jornais fluminenses**

Os referidos romances franceses, *O Judeu Errante* e *O Visconde de Bragelonne*, redimensionam o papel dos inicianos em meados do século XIX, representando a Ordem como uma sociedade secreta e conspiradora. Com maiores ou menores proporções, o personagem Molina, de *As Minas de Prata*, ressignifica alguns aspectos e métodos da lógica conspiradora de Rodin, jesuíta do folhetim de Sue, e de Aramis, do de Dumas. Esse traço conspiratório da Instituição Religiosa atende à demanda de questões políticas da época, seja no Brasil Imperial, seja na França da Monarquia de Julho, e traz à tona as repercussões das leituras antijesuíticas. Nesse ponto, destacamos o libelo as *Monita Secreta* (Instruções Secretas sobre a Ordem Religiosa), escrita por um jesuíta polaco, expulso da Companhia de Jesus, que ganha circulação nos momentos de produção dos romances analisados. Escrito no século XVII, a propaganda antijesuítica levantaria suspeitas quanto a sua autenticidade, e encontraria releituras favoráveis a sua circulação, servindo a um movimento internacional contra o catolicismo. Ela aparece em anúncios do *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio da Tarde*, *Correio Mercantil*, *Diário Mercantil*, *Diário Fluminense*, *Correio Paulistano*, com o nome de *Monita secreta, ou Instruções Secretas dos Jesuítas; Monitoria secreta, ou Instruções Secretas dos Jesuítas; Monita Secreta dos Jesuítas*.

Desde sua primeira publicação nos seiscentos, o libelo difamatório ganhou reedições em latim e traduções em línguas vernáculas, como o francês, alemão, espanhol, inglês, italiano. Numerosos editores comentaram o texto e se esforçaram por guiar a leitura do público, conscientizando-os sobre as maquinações dos inicianos. No momento inicial, “algumas lendas começam a congeminar-se em torno dessas pretensas instruções secretas.

Relatam de que forma o texto acabou nas mãos do público apesar das precauções dos jesuítas.<sup>252</sup> No decorrer da circulação da obra, podemos observar a ponta de um iceberg antijesuítico, relacionada com o esforço editorial das *Monita* e as intensas polêmicas em torno do jesuitismo. Ao acompanharmos a trajetória desse libelo na Europa, podemos constatar que nos setecentos ele ganha ressignificações, principalmente com a onda de expulsões dos inicianos. Em Portugal, a política pombalina questionou a prática dos missionários e impôs restrições a sua atuação, sobretudo, no domínio da educação, o que ressoou na política administrativa do Brasil:

Ele [Marquês de Pombal] forjou nos seus *catecismos* antijesuíticos a imagem preclara do mito negro dos Jesuítas. Aqui os religiosos da Companhia de Jesus são dados como os grandes conspiradores da história, com uma tonalidade tão pesada que vai constituir uma referência inspiracional para os antijesuítas coetâneos e vindouros, quer em Portugal, quer ao nível Europeu. Pombal, aliás, vai investir, pelos canais diplomáticos e com os meios do Estado, na tradução de libelos e documentos antijesuíticos nas principais línguas internacionais da época no sentido de fazer surtir efeito nas monarquias europeias a sua odiosa campanha contra a instituição que ele via como uma espécie de doença degenerativa e contagiosa que corrompia a sociedade onde instalava o seu *habitat*.

[...]

Pombal, o grande fundador do mito em Portugal, dá-lhe uma vasta e prolixa forma literária. Escreve, promove, supervisiona e patrocina a produção de obras, de panfletos, de libelos e leis contra os Jesuítas, as quais se podem denominar de forma geral de literatura antijesuítica pombalina. É esta que estabelece o mito nos seus contornos essenciais e globais. Forma também o protótipo do mito do *complot* jesuítico que vai inspirar toda a posteridade antijesuítica portuguesa de forma indelével.<sup>253</sup>

O impacto dessa propaganda em Portugal e no Brasil se faz sentir na discussão sobre os jesuítas e sua forma de conceber a prática religiosa, que passa a ser revista. Entender o papel que as *Monita Secreta* tiveram na Europa se faz como um espaço entroncado pelas reescritas dos jesuítas, cujas rearticulações desafiam a visão da Companhia como elemento constituinte da civilidade no Brasil.

Segundo Leroy<sup>254</sup>, as *Monita Secreta* representam um poderoso testemunho da mentalidade conspiradora jesuítica. Para este crítico, o autor das *Instruções* revelaria, ao cabo de 17 capítulos, as estratégias manipuladas pela Ordem para diversas finalidades, como adquirir bens, captar a confiança de poderoso, aumentar a riqueza da sociedade, conquistar

<sup>252</sup>FRANCO, José Eduardo. *Percursos*, Florianópolis, v. 4, 2003, p. 97.

<sup>253</sup> *Id.*, Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus. *Revista de História das Ideias*, vol. 22, 2000, p. 122 e 125.

<sup>254</sup> LEROY, *op. cit.*

viúvas ricas, afastar outras ordens. Sublinhando o desejo por poder e riqueza, o texto destaca que o maior objetivo dos inicianos seria levantar fundos, e suas ações se justificariam pela vontade de poder. A sociedade dos jesuítas teria como maior doutrina a dominação do mundo, camuflada sob os pretextos religiosos de seus dogmas, e contaria com o apoio do papa. Cabe notar que as instruções denunciadas no libelo vêm à tona no momento da política reformista liderada pelo Pe. Cláudio Aquaviva. A reelaboração da Ordem por Aquaviva foi determinante conforme sua política consolidou a Companhia, intensificando a vida espiritual dos inicianos, e propondo um regresso ao monaquismo. Suas mudanças geraram contestações, que formam a conjuntura das Instruções Secretas dos jesuítas.<sup>255</sup>

O contexto político e religioso que circunda as ordens de Aquaviva é reescrito na obra de José de Alencar, que representa a divisão da Instituição em dois momentos, e a ligação estreita de Molina ao generalato. Ao notarmos tais relações, o romance alencariano gera suspeitas sobre as ações politizadas de Molina, contrastando com a reação hostil de Inácio, conforme a narrativa dota Molina de meios abusivos para dominar o governador da colônia e chegar a governar o mundo. Assim como a escrita das *Monita* propõe as ações de interesse pessoal e egoísta da Companhia, Molina reproduz perfeitamente essa denúncia, parecendo representar as orientações das *Monita secreta*.

Assim, antes mesmo dos folhetins antijesuíticos serem publicados, o libelo já circula<sup>256</sup>, contextualizado pela situação sócio-política brasileira. Na década de 30, o título do libelo passa a ser reapropriado em outros contextos. Ao manter seus significados, como o tom de mistério, conspiração, maquinação, deixa de se referir à sociedade dos jesuítas, adaptando-se à situação particular do Brasil naquele período. A transferência de significação a quadros políticos, que inspiram sigilo, complô, dissimulação, nos permite reconstituir a trajetória de readaptações do termo e observar seu uso corrente, fatores que nos possibilitam interpretar que o vocábulo é empregado com certa recorrência e, provavelmente, conhecido por aqueles

---

<sup>255</sup> “Assim sendo, não pode ser desligado dessa conjuntura de dissídio, confrontação, reforma, e repressão de abusos e desvios, acontecida no generalato de Aquaviva, a aparição dos *Monita secreta*, precisamente da autoria de um membro banido da Companhia de Jesus. **Este libelo é, pois, um reflexo do clima de descontentamento, das fraturas, das reformas e das transformações que se tinham verificado no seio da Ordem dos Jesuítas.** Essas Instruções, somente reservadas a um pequeno número de escolhidos de entre os superiores da Ordem, teriam por objetivos, na sua totalidade, **promover o aumento do poder temporal e das riquezas da Companhia de Jesus** através de meios pouco católicos” FRANCO, José Eduardo e VOGEL, Christine. *Monita Secreta: Instruções Secretas dos jesuítas: História de um manual conspiracionista*. Lisboa: Editora Roma, 2002, p. 25; grifo nosso.

<sup>256</sup> Na Biblioteca Nacional, encontramos edições de 1827 e de 1834: Acquaviva, Claudio. *Monitoria secreta ou instruções secretas dos padres da Companhia de Jesus compostas pelo padre Claudio Aquaviva da mesma Companhia*. Rio de Janeiro: Typ. de Plancher-Seignot, 1827. Zahoroniski, Jérôme. *Monita secreta*, ou, instruções secretas dos jesuitas trasladadas em vulgar da tradução franceza. 1834

que frequentavam a esfera política. Na imprensa fluminense desse período, deparamo-nos com ele em distintas revistas e jornais.

Na capital do Império, “monita secreta” aparece nos debates em torno da política regencial e da atmosfera conturbada com a renúncia de D. Pedro I, com as disputas entre os partidos políticos, transparecendo seu uso nas tensões e instabilidades que marcavam o processo de formação do Estado Brasileiro.<sup>257</sup> Ou seja, o uso da expressão “monita secreta” favorece uma aproximação entre o poder do monarca, encarado como centralizador, retrógrado e anti-libertário, e a sociedade dos jesuítas. Os empregos da expressão são redimensionados em contextos de perseguição, de despotismo, em alusão à falta de liberdade. Podemos levantar a hipótese de que as instruções dos jesuítas, ou melhor, o teor de significação que se extrai delas é reaproveitado no contexto regencial para exprimir críticas e contestações à facção política, aos olhares dos jornais analisados, alinhavada com a mesma forma de governar dos inicianos.

De acordo com Leroy, o mito jesuíta na França ganhou eficácia máxima pelas sátiras de Béranger, e pelo romance de Eugène Sue, *O Judeu Errante*, contudo, não ficou restrito à escrita ficcional. As ações de Rodin (jesuíta de *O Judeu Errante*) e Aramis (jesuíta de *O Visconde de Bragelonne*) ganham maior densidade crítica, na medida em que respondiam ao quadro político da França. Na década de 1830, período focalizado na obra *O Judeu Errante*, a França passava por uma querela entre Igreja e Universidade, ou melhor, os poderes da Igreja concorriam com os da Universidade, tentando dominar a rede de ensino. Os professores franceses Quinet e Michelet entram na discussão contra os jesuítas.<sup>258</sup> Ao lado desse ataque, a publicação dos romances-folhetins amplifica o poder do mito jesuíta. Sobre *O Judeu Errante*, Leroy traz a seguinte reflexão:

Através desta narração impregnada de fantástico, o leitor encontrava os principais elementos do mito jesuíta na França de 1832: a atividade prejudicial de uma sociedade secreta com numerosas e poderosas

<sup>257</sup> Segundo Basile, é “o momento mais agitado e conturbado da História do Brasil, o período regencial é marcado por uma série de pequenas e grandes revoltas deflagradas em todo o Império e por embates políticos [...]. Em face da vacância do Trono, *liberais moderados, liberais exaltados e caramurus* envolvem-se em acirrada disputa pelo poder, trazendo à baila projetos políticos distintos.” BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

<sup>258</sup> Leroy analisa o impacto do *Judeu Errante* no contexto francês, bem como as réplicas do Colégio da França: “O sucesso do *Juif Errant* foi prodigioso. *Le Constitutionnel* que duplicou o seu formato e aumentou de doze para vinte o número das suas colunas, ganhou 20 mil assinaturas – à volta de 200 mil leitores. Falsificações, traduções, aparecem por todo o lado: em alemão, espanhol, holandês, português, Hebreu (em Varsóvia), persa, russo, checo.” LEROY, *op. cit.*, p. 97; “as aulas de Michelet e Quinet consagradas aos Jesuítas, na Primavera de 1843, inserem-se na ofensiva lançada pelo universitários contra os adversários do monopólio. Substituídas e comentadas pela imprensa, seguidas por um público numeroso, as lições dos dois professores, no Colégio de França, vêm coroar a réplica universitária.” *Ibid.*, p. 86.

ramificações, a busca obstinada da riqueza e do poder através dos meios mais criminosos, a astúcia, a violência e a perseguição de uma família protestante de geração em geração, a obtenção de heranças, a influência exercida sobre as mulheres através da confissão. Ao antijesuitismo tradicional, E. Sue misturava novos ingredientes, especialmente um interesse novo pela questão social, que será resolvida pela associação. [...] É o contraste entre dois tipos de associação que se pretende simbolizar: a associação perversa que visa o poder *per fas aut nefas* e a associação virada para a liberdade, para o progresso dos homens.<sup>259</sup>

Nessa obra, a execração do povo judeu é recriada a partir das rearticulações do mito do judeu errante, que traz traços afinados aos dos inacianos do folhetim. Nesse sentido, a tradição antissemita é reinterpretada determinando as características do personagem do judeu errante, e as dos inacianos que reestruturam o mito do judeu. O século XIX desenvolve um clima antijesuítico e antissemita, redimensionando os mesmos traços, a partir de um ponto em comum: a religião. Segundo Leroy, a aversão aos judeus surge no final da Monarquia de Julho com os *Protocoles des Sages de Sion*, e as características desfavoráveis aos jesuítas são transferidas aos judeus. Sendo assim, podemos entender que o título *O Judeu Errante* recuperaria o campo do mito jesuítico e do legado antissemita que se transferiria para os inacianos.<sup>260</sup>

Neste quadro de ataque aos inacianos, Victor Joly, autor do ensaio favorável à Ordem, *Des Jésuits et de quelques engouements littéraires à propos du Juif Errant* (1845), denuncia os procedimentos utilizados por Sue como um ataque à Igreja Católica e um favorecimento ao protestantismo. Assim, se na década de 1840, na França, o sucesso de *O Judeu Errante* provoca publicações de obras favoráveis e contra o seu romance, no Brasil, a recepção do folhetim francês não foi diferente. Além dos letrados brasileiros terem acesso às obras críticas que circulam na França, caso da obra de Joly, também escreveram obras críticas ao folhetim francês, caso de um opúsculo do Padre Lopes Gama.

Na atmosfera dos letrados no Brasil, a situação tensa e conflituosa dos jesuítas na França é reconstituída na imprensa fluminense, bem como o contexto antijesuítico desse momento difundia-se no espaço jornalístico. Consolidando a literatura antijesuítica, os romances-folhetins *O Judeu Errante*, *Os mistérios do povo*, de Sue, e *O Visconde de Bragelonne*, de Dumas, repercutem nos principais jornais na década de 1840 e 50.

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 96

<sup>260</sup> O personagem de Rodin retornaria em *Os mistérios do Povo* (1850). A narrativa mostra os jesuítas na Revolução Francesa, momento em que incitam o retorno da monarquia apoiada pela Igreja. Nesse contexto, manipulam estratégias para comprometer a Revolução. Assim, dando continuidade à narrativa antijesuítica de *O Judeu Errante*, Sue daria outras formas ao mito.

Na década de 60, deparamo-nos com informações mais específicas sobre as *Monita Secreta*, inclusive, com uma recepção no jornal do *Correio da tarde*, que publica uma notícia sobre a obra, apropriando-se da ideia de que a Companhia de Jesus trabalha em prol de si mesma, e não do bem estar social, almejando dominar o mundo e conspirando contra todos que se opor a ela:

Publicou-se em Paris um livro que tem por título *Monita secreta Societatis Jesu* (Instruções secretas da Companhia de Jesus).

A *Opinion Nationale* dando a notícia deste livro, considera os jesuítas como uma **sociedade** cujos membros têm rompido todos os laços de família e de pátria que os ligava aos outros homens, e **cujos esforços tendem a um fim único e formidável: o seu domínio sobre todas as nações da terra por todos os meios possíveis.**

[...]

Finalmente termina recomendando a sua leitura e citando para exemplo os seguintes capítulos:

O que deve ser recomendado aos pregadores e aos confessores dos grandes (IV) e Modo de ganhar as viúvas ricas (VI).<sup>261</sup>

No final do excerto, as citações das *Monita* nos fazem aludir ao romance alencariano, no momento em que o confessor de Luísa de Paiva se aproveita da riqueza da judia convertida e pede fundos em nome da Igreja. Notamos que as informações secretas da Instituição Religiosa também são redimensionadas para a situação contemporânea da Ordem no Brasil, o que é significativo para entendermos a reconstituição de um contexto antijesuítico que, gradativamente, se constrói no Império.

As adaptações e transferências de significados, associadas à própria recepção do libelo na imprensa fluminense, nos permite levantar a hipótese de que, em primeiro lugar, a sociedade dos jesuítas circula fortemente, ainda que seja em anúncios de jornais, em segundo, a propaganda contra os inicianos gesta o “mito negro”, mesmo com a expressão independente, posto que seu teor pejorativo e negativo colabora na construção de uma literatura antijesuítica, no engendramento de notícias dos periódicos sobre os loiolanos. Ainda que não possamos afirmar que Alencar conhecia o libelo *Monita Secreta*, podemos afirmar que ele conheceu a palavra relacionada ao universo político<sup>262</sup> e teve acesso às críticas desenvolvidas pela propaganda, por meio dos romances-folhetins de Dumas e Sue.

Assim, o posicionamento ideológico dos jornais e os debates pró e contra o governo, na luta político-partidária, expõem o esforço crítico da sociedade da época.

<sup>261</sup> *Correio da Tarde*, 17/07/1861, n. 168; grifo nosso.

<sup>262</sup> O próprio Alencar empregaria o vocábulo na Câmara dos Deputados, anos após a publicação do romance *As Minas*: “O segredo desta política é a **monita secreta**. Somos realmente um país afortunado! [...] não carecemos de fatigar-nos, temos quem nos governe e até quem trace um roteiro invariável de governo, que deve servir para 10 ou 11 meses!” *Diário do Rio de Janeiro*, 09/08/1871, p. 1; grifo nosso.

Levantamos a problemática de que a expressão *Monita Secreta*, simbólica de uma literatura antijesuítica, encontrou um território de efervescência política e, sobretudo, de natureza cristã, de que precisava para deslizar nas malhas da imprensa. A tônica geral desse vocábulo, cuja instrumentação consagrará o “mito negro” dos inacianos, no fim das contas, pode ser encontrada na recepção de *O Judeu Errante* e nos folhetins franceses. Antes, porém, apresentaremos uma rápida análise dos possíveis diálogos de *As Minas de Prata* com as *Monita Secreta*.

## **2.2 O catecismo secreto dos loiolanos de *As Minas de Prata* : “Seu reino *non est de hoc mundo*”**

As releituras das *Monita* na imprensa ecoam a construção do mito do jesuíta na França e redimensionam as instruções da obra para a situação do Brasil Imperial. Ao lado disso, o processo de mitificação da Companhia em Portugal ganha repercussões no Brasil, haja vista as conexões metrópole-colônia no século XVIII, bem como as ressonâncias da política de Pombal no século XIX, propiciando uma literatura antijesuítica, cujos pilares se modelaram com a circulação do libelo.

Em *As Minas de Prata*, José de Alencar reinterpreta a filosofia de vida e o pensamento político da Ordem, na sua ação social e educativa. Na narrativa, as representações com base na propaganda difamatória instrumentalizam os códigos secretos para servir de questionamentos político-ideológicos às concepções de Cláudio Aquaviva.

Sendo assim, o escritor dialoga com as discussões contemporâneas ao seu romance, ao mesmo tempo em que constrói um personagem inaciano com traços assemelhados às representações de outros personagens, tematizando as críticas que dão moldura ao mito negativo. O personagem Molina readapta alguns tópicos que se encontram nas informações das *Monita Secreta*, como podemos observar nos seguintes títulos do libelo: “De que maneira os Padres da Companhia poderão adquirir e conservar a familiaridade dos príncipes dos grandes e das pessoas”; “O que se deve recomendar aos pregadores e aos confessores dos grandes”; “Da maneira como se deve proceder para com os outros religiosos que desempenham na igreja as mesmas funções que nós”; “De que modo a Companhia poderá conquistar o afeto das viúvas ricas”, “Como aumentar os rendimentos dos Colégios”; “Como

se hão de escolher os jovens a admitir na Companhia, e como os conservar”; “Dos meios de fazer prosperar a Companhia”<sup>263</sup>.

Convivendo com essas tópicas, o padre Gusmão de Molina as reproduz no ambiente da Bahia seiscentista diante das possibilidades daquele momento. O jesuíta espanhol distribui as funções dos religiosos e questiona os ideais espirituais do padre Inácio; se interessa pelos confessores de pessoas que poderiam lhe auxiliar; e prega um sermão direcionado ao governador D. Diogo de Menezes. Ao lado de Molina, o Colégio dos Jesuítas explora os bens da viúva D. Luíza de Paiva e mantém o protagonista Estácio sob seus cuidados, por conta de seu pai ser descobridor das minas de prata.

Após a narração das querelas entre o governador e os jesuítas e das breves informações sobre as questões administrativas, a obra aquece os motores de seu filão histórico: a Companhia de Jesus. O aparecimento de uma fragata espanhola no decorrer da comemoração da chegada de D. Diogo de Menezes desperta a curiosidade dos baianos e, dentre eles, Vaz de Caminha, numa conversa com seu amigo Baltasar, busca saber notícias do reino. Seu amigo toca na relação dos jesuítas com a divisão do reino em norte e sul. Baltasar acredita que a divisão política está relacionada aos inacianos, que gostariam de se vingar de D. Diogo de Menezes, ao passo que o letrado desconfia que esse não era o verdadeiro motivo. O primeiro toma como eixo fundamental de sua argumentação o fato de o governador lembrar os padres do autêntico espaço religioso na colônia, cujo lugar não deveria ultrapassar a linha atemporal:

- [...] Que interesse podem ter eles na divisão?
- O de vingar-se de D. Diogo de Menezes, pela audácia de lembra-lhes o **texto das Santas Escrituras**. Os filhos de Jesus costumam esquecer que seu reino *non est de hoc mundo*<sup>264</sup>.

Apesar de as desavenças dos loiolanos com o governo não serem a mola propulsora da separação do reino, o fato de os jesuítas se interessarem pelo reino “material” estrutura o modo de proceder da Ordem no território da colônia. Neste ponto, a reapropriação do texto jesuítico para apontar sua contrariedade no fazer dos inacianos, justaposta com os conflitos na execução de suas funções, dicotomiza o fazer e a teoria da Ordem. Baltazar insinua que os religiosos se afastavam de suas doutrinas espirituais para se apegarem às de outros poderes. Tomando suas palavras como emblemáticas das futuras ações jesuíticas, visto

<sup>263</sup> Extraímos essas citações do livro de Franco: FRANCO, José Eduardo; VOGEL, Christine. *Monita Secreta. Instruções secretas dos Jesuítas. História dum manual conspiracionista*. Lisboa: Roma Editora, 2002.

<sup>264</sup> ALENCAR, *As Minas*, p.464; grifo nosso.

que o discurso desse personagem aparece antes mesmo da narrativa dar foco ao Colégio da Ordem, elas podem ser lidas como estruturadoras da instrução máxima do libelo *Monita Secreta*: “os fins justificam os meios”. Com a chegada da fragata trazendo Gusmão de Molina, o tom narrativo passa a desafiar os ideais dos padres missionários, à medida que descreve as artimanhas do novo jesuíta. O referido inaciano representa a divisão da Companhia, embasada pelas novas ordens de Aquaviva. Conforme a ação narrativa caminha, Molina mostra executar um objetivo programático, o que comporta um significativo paralelismo com os aspectos doutrinários das *Monita Secreta*.

Antes de desenvolver os planos ambiciosos de Molina, nos é apresentado o lado espiritual da Companhia incorporado por Inácio de Louriçal, divisão essa que acirra ainda mais a aproximação de Gusmão com a faceta monetária da Ordem. Segue a primeira descrição de Inácio:

Era P. Inácio de Louriçal, um simples professo, de todo alheio aos negócios secretos, a que nenhuma importância ligava; e por isso o menos qualificado do grau. Mas bastava olhar naquele meigo semblante de velho coroadado de nívea auréola de cãs, para ver ali estampado o evangelho da bondade.<sup>265</sup>

O termo “Evangelho da bondade” metaforiza a Corporação antes de Aquaviva, promovida pelos empenhos dos missionários no Brasil. Numa simetria oposta às convicções de Molina, Inácio representa o padre missionário da Instituição. Dando continuidade à trajetória destoante desse frade, a narrativa deixa nas entrelinhas o caráter peculiar daquele inaciano, que se destaca por sua qualidade excepcional:

Quando passavam os outros professos, cujo **voto pesava nos negócios da companhia**, a gente melhor desbarretava-se; para o P. Inácio ninguém se arredava, pois quase o não percebiam; mas o povo, que via esgueirar-se furtivamente o modesto frade encolhido na roupeta, murmurava baixinho: “- Santo homem!....”<sup>266</sup>

Ainda nesse contexto, já é sinalizado ao leitor o envolvimento de Estácio com a Companhia e o interesse dessa Instituição na figura do mancebo. No cenário em que estão reunidos Vaz de Caminha, o jesuíta Provincial Fernão Cardim, o padre Inácio, e, posteriormente, Gusmão, os primeiros conflitos entre personagens com distintos interesses são introduzidos ao leitor, e as máscaras começam a deslizar. A primeira caracterização de Padre Gusmão já levanta sua camuflagem:

<sup>265</sup> *Ibid.*, 473.

<sup>266</sup> *Ibid.*, 473; grifo nosso.

Qual dos dois homens era o verdadeiro [o Molina jovem ou o Molina “velho”]? Qual das duas fisionomias era a máscara que disfarçava a outra? A mocidade não se finge; o fogo do sangue que borbulha nas veias [...] Se pois havia máscara na fisionomia desse homem, era a velhice prematura, que desaparecia quando o espírito distraído por algum pensamento grave esquecia a matéria que ele escravizava, deixando o corpo livre da pressão, reivindicar sua atividade e desenvolver-se de repente com o impulso da vigorosa constituição.<sup>267</sup>

Com essa máscara, ele segue no decorrer da obra, tendo como princípio primordial outra instrução das *Monita*: agir sem ser percebido. Dessa maneira, a nódoa que já aparece em Fernão Cardim é reavivada em Molina. Vaz de Caminha, entretanto, já começa a arranhar a máscara do padre, logo na primeira apresentação:

- Agradeço V. Reverência o favor que me depara; porém receio que pessoa de tanto saber não se desagrade da companhia de um pobre servo de Deus, ignorante nas coisas que deleitam o espírito.
- V. Paternidade bem sabe, respondeu mansamente o doutor, que as aves de altanaria antes de erguer o vôo rastejam com o chão para desentorpecerem as asas; aos homens de grande engenho sucede o mesmo, descem muito para subirem mais.<sup>268</sup>

Dessa reunião ainda frutifica o capítulo “Da sábia controversa de dois canonistas sobre casos de consciência bem escabrosos”, no qual sucede as controvérsias entre a natureza dos princípios atuantes de Molina e a de Inácio. Distanciando-se dos parâmetros clássicos do catolicismo, ou melhor, das doutrinas esperadas por um missionário, Molina identifica-se com um estranho dinamismo concorrencial, despertando reações adversas no outro padre. Inácio, por sua vez, manifesta-se avesso à prática comercial e à prática do confessionário, no caso, encarada como instrumento de influência sobre os penitentes. A questão maquiavélica torna-se problemática à medida que as palavras de Molina expressam a máxima “os fins justificam os meios”, sintetizada no seguinte trecho: “A prática do justo ainda com sacrifício do bem estar, o cumprimento dos deveres que se resumem todos no amor de Deus, não será a virtude?”<sup>269</sup> Nesse momento, os dois inacianos conversam acerca da suposta influência, levantada por Molina, de uma juvenzinha sobre o governador. Tentando convencer o padre Inácio de que os inacianos poderiam exercer influências sobre D. Inês, de forma a conquistar D. Diogo de Menezes, Gusmão distancia-se quanto à definição de virtude, visto seu compromisso com o ponto programático de dominar autoridades, semelhantemente à instrução da *monita secreta*: “Devemos fazer os maiores esforços para captar o ânimo e a simpatia dos príncipes e das pessoas mais importantes, a fim de que ninguém se levante

<sup>267</sup> *Ibid.*, p. 476.

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 478.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 512.

contra nós; mas, antes pelo contrário, todos de nós dependam”. Seguindo à risca esse dogma, coloca em cena estratégias para se aproximar do governado:

O P. Gusmão de Molina aprovou a ideia [dar uma festa de Reis] e foi em comissão com o Provincial e o reitor pedir a D. Diogo de Menezes a honra de sua presença; **admirou-se o governador do estranho proceder, que denotava mudança de tática do adversário**; e suspeitou que **o motivo oculto** desse passo era apresentá-lo aos olhos do El-Rei como intolerante, caso não comparecesse conforme decerto esperavam.<sup>270</sup>

A atitude antecipada de Menezes, ao pensar na mudança de estratégia da Companhia e no seu motivo oculto, reverbera os projetos da Ordem, que, nesse caso, objetiva atingir o governador e se aproximar de El Rei. Diogo de Menezes, que já deixara nas entrelinhas suas ressalvas àquela Instituição, desconfia das instruções sigilosas da Corporação. De fato, o governador não se enganara, pois o esforço dos jesuítas em conquistar a simpatia de pessoas importantes, seja a de Felipe II ou mesmo a de Menezes, reforçado pelo objetivo de aproveitar das afeições que grandes senhores lhe poderiam depositar, capta dois tópicos importantes das *Monita*. Em consonância com essas máximas, Molina também coloca em pauta a influência das mulheres sobre homens poderosos, e o dever de dominá-las, o que corresponde a um dos pontos da psicologia do poder elaborado pelo libelo. Na primeira reunião entre Molina e os outros jesuítas, o local designado de “cartório” é descrito com “ares” capitalistas:

[...] era este o lugar reservado onde se guardavam os papéis de importância, **a escrituração mercantil e o cofre da comunidade**, cujos rendimentos cresciam anualmente, aumentados pelas doações régias e deixas particulares.<sup>271</sup>

Tomando o posto de líder, o inaciano deixa bem claro o objetivo da Instituição Religiosa: levantar fundos para serem aceitos, enquanto o Edito de Nantes não é revogado.

- Um meio há, e pronto, e infalível. O dinheiro, que tudo vence, fará em uma hora maior conversação, do que tem feito tantos anos de apostolado. As guerras atrasaram as finanças da França e o **protestantismo de El Rei Henrique IV** não será tão intolerante, que repila algum forte subsídio, unicamente porque lhe é oferecido por mão católica. A Companhia precisa pois de soma avultada, que não lhe pode ser fornecida senão pelas nossas Províncias de **Ásia e América**. Eis a que mandou-me a vontade soberana a quem devemos obediência: espero me ajudareis com o vosso avisado parecer.<sup>272</sup>

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 769; grifo nosso.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 569; grifo nosso.

<sup>272</sup> *Ibid.*, p. 663; grifo nosso.

Essa pincelada do jesuíta sobre os principais acontecimentos europeus tocantes à religiosidade é relevante para as discussões do período da contra-reforma, tendo em vista que o Rei Henrique IV se tornará o marco da monarquia francesa do antijesuitismo,<sup>273</sup> principalmente, por conta de que seu assassinato levantará suspeitas sobre os loiolanos. Nesse pequeno trecho, Gusmão nos informa sobre as propostas da Companhia para a exploração das colônias portuguesas e espanholas. Proporcionalmente ao relance de olhos desse crescimento da religião católica, as críticas do romance constroem a “cartilha negra” de Molina e a rivalidade do protestantismo, representado pelos holandeses.

Apesar de o pretexto de levantar fundos para conquistar a França não convencer os padres, que desconfiavam de outros motivos, a desculpa que girava em torno do dinheiro já indicava as convicções de Molina sobre a liderança da Companhia de Jesus. As ferramentas usadas pelo jesuíta para ludibriar seus ouvintes não surtiram efeito sobre seus companheiros, também iniciados na “arte de enganar”:

Com efeitos os padres, sabidos e usados **na arte da dissimulação** em que primavam os jesuítas, conhecedores de todas as subtilezas e disfarces que tinham costume empregar nas altas negociações, compreenderam que o Padre Molina havia realizado o preceito dos mestres da Ordem, os quais ensinavam que – “a palavra era o melhor meio de ocultar o pensamento”.<sup>274</sup>

O juízo de valor subjacente às palavras do narrador indicia a trajetória de uma “catequese secreta”, ou melhor, de uma sociedade secreta, na qual a “arte das palavras”, seja para ludibriar ou convencer o outro, toma importante missão. A introdução da língua latina em vários momentos da obra, sobretudo, relacionada à atuação dos padres, pode ser interpretada como outro meio que lhes prepara para a cartilha jesuítica, tendo em vista a instrução dos inicianos na retórica, ilustrada pelo seu poder de persuasão.

Fingindo acreditar no levantamento de fundos, os inicianos reunidos citam os moradores da Bahia dotados de bens, com os quais tiveram contato pela prática do confessionário. Entretanto, Lourçal não aceita participar dessa reunião de natureza capitalista, e é questionado por Molina:

- V. Paternidade procede sabiamente; disse o P. Molina amaciando a voz; somente digo que se todos assim procedessem, a Companhia não teria forças para vencer tantos inimigos, que a perseguem, nem meios de empregar-se no serviço da religião. Uma coisa não exclui a outra, P. Inácio; curemos da

<sup>273</sup> Nesta afirmação sobre Henrique IV, tomamos como base as discussões sobre a religião no Brasil na imprensa, e a circulação de textos históricos que contemplam Henrique IV como opositor aos jesuítas.

<sup>274</sup> *Ibid.*, p. 573 e 574; grifo nosso.

alma, arrostemos o martírio se necessário for, para plantar a fé entre os selvagens; mas não esqueçamos que é preciso combater o mundo com suas próprias armas. Esta roupeta que nos veste, não é nem de melhor fazenda, nem de mais custo, do que o hábito de qualquer outra ordem; mas ela representa a milícia de Cristo e o poder imenso da Companhia; por isso abre todas as portas, e vê em todas as consciências. Dispa-a, e suas palavras, embora unguidas pelo Senhor, cairão em terra sáfara.<sup>275</sup>

Entre os bens levantados, o da viúva judia aparece como grande atrativo no arrecadamento de fundos: “- Tomou-me há tempos por seu confessor (padre Figueira), disse ele, a senhora D. Luísa de Paiva, viúva já idosa e muito conhecida nesta cidade pelo seu avultado cabedal.”<sup>276</sup>

Em plena efervescência de instrumentos duvidosamente religiosos, se incute a ideia de que Molina tinha um plano para dominar a colônia dentro de uma lógica conspiratória, num complô com Aquaviva. A ideia de um código secreto pode ser interpretado das imagens fornecidas da referida reunião dos jesuítas, pois, sendo às escuras, sobre um assunto misterioso, do qual poucos poderiam ter conhecimento, já se põe previamente imagens típicas de um complô. Tal código é reativado nas palavras do padre Visitador que dá a entender que, ao entrar na Companhia, não se tem mais autonomia.

O interesse de Molina é crescente a cada testemunho dos inacianos, e ganha fôlego com a alusão às minas de prata, feita por padre Soares. A partir desse momento, seu interesse, que já tinha sido despertado na Espanha, aumenta gradativamente a cada página, e ele passa a manobrar as fragilidades humanas, parecendo folhear o próprio libelo secreto. Suas ações no Brasil Colonial podem ser extraídas de sua conduta duvidosa na Europa, desde sua juventude até sua entrada na Companhia, descrita pela voz narrativa que retorna ao passado do padre. O flashback na ordem da narração é significativo para se compreender a construção temporal e, principalmente, as relações propostas entre passado-presente.

Ainda jovem, Molina engana uma moça e escolhe as profissões que lhe trariam fama, dentre elas, pintor e navegador. Ser pintor significava: “Também serei admirado assim, e por conseguinte famoso; também verei uma cidade grande, talvez uma nação, o mundo inteiro, agitar-se ao redor de mim, tendo na boca um só nome, o meu.”<sup>277</sup>. Soma-se a isso

---

<sup>275</sup> *Ibid.*, p. 576.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p. 576.

<sup>277</sup> *Ibid.*, p. 646.

certa “arrogância picaresca”<sup>278</sup>. “Inteligência e ambição foram sim precoces nele; tinha a nobreza do parecer [...]”<sup>279</sup> e, principalmente, o caráter grandioso de líderes:

- Escute sempre, homem! Ando eu à procura de um cavalheiro; pois não há pajem sem seu cavalheiro, e eu me quero como pagem. Você é valente; digolhe eu que me serve!

D. Annibal soltou uma gargalhada homérica.

- Caramba! ... Sempre hei ouvido, que são os pagens os que servem aos amos!

- Alguma vez vai **o mundo às avessas**, cavalheiro!

[...]

- *Sangre de Cristo!* Eis **um pícaro** que me agrada! És meu pajem. Eu te sirvo.<sup>280</sup>

O mundo às avessas ilustra a cisão entre o universo de Molina e o do outro, a qual se desdobra para as “teorias” jesuíticas do inaciano. Os seus primeiros traços determinam o seu proceder na Ordem, distante de qualquer vocação, com uma inclinação de líder, toca uma “catequese secreta” que se aproxima da própria “catequese” do libelo difamatório.

Essa catequese parece ter sido introduzida no seu noviciado, ainda quando morava na Espanha, momento em que entra em contato com a obra e a teoria de Ludovico Molina, conhecida como “molinismo”, a qual gerou rumores no mundo católico. A nova doutrina, ao colocar em cena a ideia de livre-arbítrio, ressaltada pelo capítulo que o padre superior de Gusmão lia: “*De liberi arbitri cum gratia domini concordia*”, casa-se com a alma ambiciosa e “picaresca” do futuro jesuíta: “Aquele nome de Molina ficou-lhe na lembrança como um dos famosos luzeiros da igreja e seus futuros modelos.”. Não é fortuitamente que o jovem Villarzito, o verdadeiro nome de Gusmão, escolhe o nome “Molina”, quando, de fato, se torna jesuíta, cumprindo todos os estudos da Companhia. Rebatizando-se, o frade passa por um processo identitário no qual tenta romper laços com o passado, marcado por suas aventuras amorosas e “picarescas”, conforme dá início a uma nova empreitada: a busca pelo tesouro:

[...] o espírito do religioso enleado em cogitações, corria agora impelido pela ambição sobre um oceano de ideias. A lembrança apagada das cartas que lera na cela do P. Cunha avivara-se em sua mente”.<sup>281</sup>

No primeiro momento favorável, Molina passou busca ao armário, onde outrora descobriu o maço relativo às minas de prata. Ainda ali estava ele, muito aumentado com a continuação da correspondência, porém, atirado ao canto e desprezado, senão esquecido, a julgar pela espessa crosta de poeira que o cobria. Não nos é possível copiar a íntegra das cartas do P. Manuel Soares, apesar do muito bem lançado delas, pois ocuparam a largo espaço.<sup>282</sup>

<sup>278</sup> *Ibid.*, p. 636.

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 640.

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 642 e 643; grifo nosso.

<sup>281</sup> *Ibid.*, p. 684.

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 685.

Essa seria a finalidade que justificaria os meios e instrumentos suspeitos. Concentrado nesse plano secreto, encontra auxílio em Roma, na figura de Aquaviva. O mistério dessa aliança, associado à nomeação de Molina pelo Superior, ganha significância, por reler a divisão da Companhia. Também é atribuído a Aquaviva, por certa tradição antijesuítica, a autoria do libelo das *Monita*. A lógica de uma sociedade secreta já se traça no primeiro encontro de Molina:

Houve entre o humilde frade e o Prepósito-Geral, Cláudio Aquaviva, longa e secreta conferência. Ao cabo de três horas descia Molina as mármores escadas do grande consistório, escondendo na manga do hábito um pergaminho. Era sua nomeação de visitador na Província do Brasil [...] <sup>283</sup>

Explicando todos esses fatos num segundo momento do romance, a narrativa percorre as primeiras lições do maquiavélico Molina, apontando sua origem espanhola, sua inclinação para a maquinação, e indicia as origens da “catequese secreta”. Buscando no passado os rastros da “nódoa” no presente, a projeção entre passado e presente também explica a estrutura da obra. Assim, o trânsito entre dois tempos se faz como um elemento estrutural e organizador da narrativa da obra, já que o passado se projeta no presente, e, nesse sentido, o romance de Alencar permite influenciar sobre as esferas contemporâneas ao autor.

Nessa primeira fase, Molina marca sua trajetória pela aliança com Aquaviva, conseguindo o título de padre Visitador do Brasil, além de mandar enviar uma carta a D. Diogo de Mariz, o possuidor do pergaminho, fingindo ser ele, o padre, o verdadeiro dono do mapa. No Brasil, a cumplicidade dos jesuítas o auxiliam na empresa exploratória, ao lado dos registros do Colégio sobre os povos baianos: *Livro grande do assentamento dos irmãos seculares nesta província do Brasil* <sup>284</sup>.

Molina consegue apoio, em diferentes dosagens, dos inacianos, e abusa da capacidade de influenciar pessoas, defendendo o seu interesse e aumentando os rendimentos da Ordem. Convém destacar que são poucos os jesuítas que tomam conhecimento desse projeto de Molina, fato que se casa com a reunião secreta entre os membros dessa Ordem, cujos conteúdos e orientações poderosos são dirigidos a um grupo restrito com iniciação favorável às doutrinas de Molina. Exemplo disso é a retirada de Inácio ao sertão. Seguindo grande parte dos expedientes programáticos do libelo secreto, o jesuíta consegue obter o pergaminho, e chegar ao sertão.

---

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 688.

<sup>284</sup> *Ibid.*, p. 775.

De fato, as *Monita Secreta* são ressemantizadas na narrativa e mobilizam a mesma corrente de significações que movem o vocábulo na imprensa. Elas trazem a ideia de sociedade secreta, conspiradora e ilícita no tocante aos inacianos, mas também aos judeus.

Na dimensão da figura dos inacianos e de seu “catecismo secreto” podemos estabelecer comparações em torno das imagens do complô dos judeus exploradas na obra. O romance, na sua estrutura, traça um eixo simétrico que tem como base os dinamismos negativos de um grupo ou de uma Instituição, caso dos judeus e jesuítas. Como ainda analisaremos, as discussões da imprensa recolocam a questão da literatura antijesuítica, afinada com a questão antissemita. Neste momento, aproveitamos para adiantar o complô judaico, que acontece em diálogo com o dos inacianos, revestindo as questões da colônia com alto teor de problemas administrativos.

Desenvolvida a leitura dos eclesiásticos na obra alencariana e os pontos programáticos reapropriados das *Monita Secreta*, ou mesmo de suas ressignificações, daremos continuidade às funcionalidades dos loiolanos na imprensa, atentando a seus redimensionamentos no campo literário, e, na mão inversa, as suas rearticulações literárias que ocupam espaço na esfera pública.

### **2.3 O Judeu Errante: a retomada do embate Filosofia X Religião**

No ano de 1844, o romance-folhetim *O Judeu Errante* é publicado no *Correio Mercantil* e ganha uma calorosa recepção e prestígio na imprensa. Segundo Vitorino<sup>285</sup>, este romance de Sue, teve uma enorme popularidade durante o século XIX no Brasil. Ainda para este crítico, o sucesso da obra *O judeu Errante* estaria explicado pelo fato de ela ser antijesuítica, o que mobilizou discussões entre os representantes clericais e seus opositores, alcançando, inclusive, o palco político. Do lado dos detratores deste romance, o padre Lopes da Gama se destacou com suas publicações no *Correio Mercantil* e com uma obra intitulada *Observações críticas sobre o romance do senhor Eugène Sue: O Judeu Errante:*

O conhecido literato brasileiro o Sr. Padre Lopes Gama publicou uma *Análise crítica do Judeu Errante*. A doutrina desta obra é verdadeiramente cristã; e se atender-se ao grande mérito do seu autor, entendendo que ninguém deixará de desejar ler a crítica feita por mão magistral a um dos romances modernos de maior nomeada e circulação. Prouvera a Deus que o exemplo dado pelo Sr. Padre Lopes Gama fosse por outros seguido, que, a tudo indiferentes, entendem, apesar de para

---

<sup>285</sup> VITORINO, Arthur José Renda. Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais. *Cad. AEL*, v.9, n.16/17, 2002.

isso terem suficiente cabedal, que não lhes corre a obrigação de serem prestadios ao bem material ou **moral** do seu país.<sup>286</sup>

Conforme esta leitura ressalta, as reflexões do padre confluíam para uma análise moralista do folhetim de Sue. Por um lado, Gama concordava que Sue elogiava o Evangelho, porém, de outro, acusava o folhetim de anticlericalismo, visto que, segundo o padre, era necessário mostrar a imoralidade de certos romances e novelas. Com este objetivo, no escrito *Mal Considerável da maior parte dos Romances*<sup>287</sup>, Gama apontou os inconvenientes morais dos romances que eram considerados populares naquele período:

Eugene Sue no seu abominável *Judeu Errante* parece um fiel discípulo do filósofo de Genebra. Protestante apaixonado, o seu **ódio ao catolicismo** aparece em quase todos os seus romances; e as personagens do seu drama não funcionam senão para proferir máximas de incredulidade. A sua Adriana, princesa de Cardoville, é um compêndio de graças; mas é uma jovem que não respira senão para prazeres e vaidades. Namora-se perdidamente de um príncipe chamado Djalma, e quando tratam de unir-se pelos laços conjugais daí tira o romancista motivo para por intermédio dessa **jovem filosofante** fazer uma dissertação contra o sacramento do matrimônio, e ao mesmo tempo reprovar alta e poderosamente a indissolubilidade de seus laços!<sup>288</sup>

Onde se viu em **escritos populares**, como o *Judeu Errante*, procurar por meio da magia do estilo deprimir e **infamar os laços sagrados** que unem os consortes, bem como a família e a sociedade inteira? Que outro fruto se pode colher de menosprezar e aviltar o sacramento do matrimônio senão o de tornar desprezível o estado conjugal?<sup>289</sup>

Esse tom de reprovação pode ser compreendido diante das tendências dos seus escritos no *Carapuço*. Se para ele, o progresso estaria nas verdades imutáveis da religião, os jesuítas também contribuíram para ela, pois teriam uma participação ativa na disseminação das doutrinas católicas. Ao lado do seu tom moralista, observamos seu olhar hostil com relação à própria forma do romance, que, ao se tornar popular, teria um maior alcance, comprometendo a moral cristã. Sendo assim, ele ataca alguns personagens de romances, como Adriana e Djalma de *O Judeu Errante*, pelo fato de cometerem suicídio, um grande pecado perante os seguidores do catolicismo.

<sup>286</sup> *Correio Mercantil*, 24/02/1851, p.2 (A publicação saiu na seção *Pacotilha*); grifo nosso.

<sup>287</sup> Opúsculo do finado padre Lopes da Gama (1791-1852) publicado no *Correio Mercantil* (1859).

<sup>288</sup> *Correio Mercantil*, 15/02/1859, p. 2; grifo nosso.

<sup>289</sup> *Correio Mercantil*, 18/02/1859, p.2; grifo nosso.

Essa mesma leitura reprobatória também é observada na postura do Cônego Pinheiro, que, numa perspectiva próxima de Lopes Gama, critica os romances modernos e suas influências sobre a mocidade:

Todos esses romances, escritos em um estilo sedutor, pregam, estabelecem como dogma de fé o suicídio, como um meio legítimo de sair da vida quanto esta deixar de nos ser agradável. No *Judeu Errante* de Mr. Eugene Sue, Adriana de Cardoville e Djalma suicidam-se, e “cerrando as cortinas do seu leito nupcial e fúnebre, exalam o último suspiro numa voluptuosa agonia. [...]

Não há entre nós quem não leia o folhetim: todos deixam os seus deveres para se pôr ao fato deles, sob a pena de passar por ignorante, e desconhecer os primores da literatura moderna. O ar, que se respira está impregnado de miasmas meffíticos: no teatro, no baile, nos passeios, se ouve proclamar **a moral do interesse e do prazer**: todos estão sequiosos de emoções: todos querem gozar, sair da esfera em que estão colocados para outra superior; ser rico, representar brilhante papel na sociedade, ou então..... morrer.<sup>290</sup>

Em *O Mal Considerável da maior parte dos Romances*, Lopes Gama opõe-se à construção do personagem jesuíta Gabriel, de *O Judeu Errante*, que desconfia das doutrinas e das concepções pregadas pela Corporação Jesuítica, destacando-se como o único jesuíta a prestar honras aos dogmas tradicionais do evangelho. No reverso da postura de Gabriel, a obra francesa ressalta a intromissão dos métodos politizados na Companhia de Jesus:

No romance de Eugene Sue um padre Católico é sempre um perverso, à exceção do jesuíta Gabriel, que ele pinta um anjo de caridade, de doçura, a quem chama repetidas vezes o padre, segundo Cristo.<sup>291</sup>

Além disto, as doutrinas chamadas socialistas e humanitárias, abraçadas por escritores pertencentes pela maior parte a essa escola, são todas pela lado religioso eivadas do panteísmo. É verdade que esses romancistas falam muitas vezes em Deus; mas ao espírito observador essas palavras não iludem, porque o Deus que eles admitem é o Deus dos panteístas, o Deus universo, um Deus sem personalidade, sem liberdade, sem providência, uma chimera, um Deus enfim que se importa tanto conosco como nós nos inquietamos de saber se chove ou não chove no mundo da lua.

Fazem, sim, grandes elogios a Jesus Cristo e ao Evangelho; mas é porque conhecem que contrariar às claras a moral desse livro seria ofender de frente a opinião de todos os homens de bem: porém procuram em suas máximas, nos discursos dos personagens mais importantes de seus romances, arrancar dos corações a crença de dogmas fundamentais da religião católica, como se vê a cada passo no célebre *Judeu Errante* do Sr. Eugenio Sue, que de propósito engenhou o seu jesuíta Gabriel, o seu padre segundo Cristo, para lhe pôr na boca positiva e manifesta reprovação do sacramento da penitência [...]<sup>292</sup>

<sup>290</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 16/07/1854, p. 2; grifo nosso.

<sup>291</sup> *Correio Mercantil*, 15/02/1859, p. 2.

<sup>292</sup> *Correio Mercantil*, 13/02/1859, p.2.

Nesse caso, Lopes Gama tenta esclarecer as estratégias que o literato francês utiliza para desconstruir os dogmas da Igreja Católica. Segundo o crítico, ele faria referência a Deus e a Jesus Cristo apenas para apontar o lado corrupto do catolicismo, na defesa do movimento protestante. Nesse sentido, o jesuíta Gabriel se posicionaria contra as doutrinas praticadas por seus superiores, o que, segundo Lopes, potencializaria a reprovação do catolicismo, por parte de *O Judeu Errante*. Para o padre pernambucano, Gabriel representaria a religião protestante e a corrente filosófica do século XVIII.

Em outro momento do seu texto, o religioso tenta descrever filosoficamente “o espírito”, que, ao entrar em contato com os “chamados romances modernos”, deixaria de “pensar”, pois a imaginação tomaria conta dele, e se tornaria cético, deixando de acreditar na religião:

Entretanto a nomeada do autor dá voga a esses escritos; reputa-se destituído de bom gosto a quem não lê e não gaba os Eugenio Sue, as Jorge Sands, ao Alexandre Dumas. Por meio de tais livros o vírus do racionalismo do panteísmo e do comunismo inocular-se insensivelmente na sociedade, e vão se aliando nos espíritos os dogmas da santa religião de nossos pais. Ao bom senso, mestre da vida humana, sucede a **pedagogia da imaginação, mãe fecunda de ilusões e de quimeras; já se não pensa mais, sonha-se**. Bem depressa todas as verdades espirituais escapam ao espírito, que por enfraquecido já não pode levantar a vista às altas regiões. Um ceticismo desanimador arranca ao entendimento todas as convicções, enfraquece o juízo, e uma vez enfraquecido falsifica-se e transvia-se. Então, não há extravagância que se não aceite, que se não aplauda.<sup>293</sup>

Alinhado com a postura religiosa de Lopes Gama, *A Voz da Religião*<sup>294</sup> também publica um texto crítico ao folhetim *O Judeu errante*, assentado na obra *Des jésuites et de quelques engouments littéraires à propos du Juif Errant*, de Victor Joly. Já no começo do artigo, transcrito de Joly, o periódico deixa entrever o impacto da obra francesa: “O entusiasmo excitado por este livro é um desses fatos que provocarão o espanto dos homens

---

<sup>293</sup> *Correio Mercantil*, 18/02/1859, p.2; grifo nosso. Segundo Vitorino, “o padre Lopes Gama argumentava a favor dos cinco dogmas fundamentais da religião cristã (a existência de Deus, a criação, a culpa original, a reparação e o juízo) e procurava mostrar como a escola racionalista, através dos romances, vinha influenciando a vida social. Por isso, conforme ele denunciava, devia-se dar toda a atenção aos conteúdos e às consequências das leituras dos romances prediletos e constantes da mocidade de ambos os sexos, já que esses romances, em sua maioria, eram qualificados por outros tantos compêndios de panteísmo, de materialismo, de incredulidade. Tal menosprezo às crenças que fundamentam os bons costumes por escritores ímpios e imorais era um atentado contra a civilização”. In: *Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais*. *Cad. AEL*, v.9, n.16/17, 2002.

<sup>294</sup> Periódico citado por Conego Pinheiros por fazer parte da imprensa religiosa.

que algum dia se ocuparem com a história do século 19º.”<sup>295</sup> Segundo o autor citado, o romance seria uma forma rápida de disseminar calúnias:

Conheceu-se que o romance podia popularizar de uma maneira mais rápida certas acusações e certas infâmias. E como o romance havia encontrado refúgio no folhetim, - escolheu-se o folhetim para ser o eco dos velhos ódios filosóficos. A forma histórica prescrevia certas reservas e necessitava de alguma ciência, o folhetim pelo contrário, - gozava dos mais vastos privilégios. [...] Finalmente, o folhetim contava com uma numerosa clientela, com um público propriamente seu, público singular, crédulo, cético, - fácil de apaixonar - [...].<sup>296</sup>

O texto deste escritor analisa a obra de Sue da perspectiva religiosa, comentando a inclinação anticatólica do folhetim, pois, para o estudioso, o livro é uma sátira à igreja católica, caluniando essa religião. Em contraponto a isso, Joly defende os jesuítas apresentando testemunhos de suas manobras desde a época do surgimento da Companhia. A conclusão do texto dialoga com nossas análises das revistas *O Carapuceiro* e *A Nova Minerva* na primeira parte deste capítulo, visto que *A Voz da Religião* confronta sua defesa com o “mal da religião”: os filósofos e “libertadores”: “Todos estes libertadores dos povos, que vem emancipar a humanidade, uma vez que se firmam no poder, exercem o mais insolente e iníquo despotismo.”, sintetizando o duelo entre religião e “liberdade”, tópica discutida nesse período: “Não se trata portanto dos Jesuítas, nem dos perigos dos jesuitismo, trata-se de um duelo de morte entre **Catolicismo e a liberdade**.... Trata-se de uma luta entre **o racionalismo liberal e as grandes tradições cristãs**.”<sup>297</sup> Sendo assim, a oposição entre catolicismo e filosofia é rearticulada e ressignificada em distintas leituras, acompanhando a temática de *O Judeu Errante*.

O impacto do folhetim francês na avaliação do papel negativo da Companhia mobiliza interesses e objetivos divergentes. Se a obra de Sue é apontada como mentirosa, inverossímil e caluniadora por seus detratores, a tentativa de dar veracidade e credibilidade a

<sup>295</sup> *A Voz da Religião*, 18/02/1849, n. 164, p. 53.

<sup>296</sup> *A Voz da Religião*, 18/02/1849, n. 164, p. 54.

<sup>297</sup> *A Voz da Religião*, 18/02/1849, n. 164, p.72; grifo nosso. Ao mesmo tempo em que publica a recepção de Sue, o periódico *A voz da Religião* também noticia a situação complicada dos jesuítas na década de 40, principalmente, por conta da repulsa que sofrem em países europeus. Publicações como a expulsão dos inicianos pelos revolucionários da Itália faz com que o periódico tome a defesa dos inicianos, opondo-se ao conceito de liberdade, preconizado pelos revolucionários. “Os jesuítas expulsos da Itália, da Suíça e da Alemanha, em nome da liberdade, retiraram-se para o país clássico da liberdade [EUA], e ali foram recebidos com os braços abertos, e os Estados Unidos pelo seu sistema de política francesa e corajosa veem hoje educando a sua mocidade o Padre Guibert [...]” *A Voz da Religião* mostra o acolhimento do momento pós-expulsão dos jesuítas na Europa, que ganham asilo na Inglaterra, anunciando que viriam para a América. Em um dos debates sobre as seitas cristãs, o jornal mostra que os cristãos parecem formar a única seita que compreende o sistema de governo da Igreja, e isto provém de um tato particular de seu Clero, cuja maior parte são jesuítas, ou educados por Jesuítas, “esta raça engenhosa e experimentada nos negócios deste mundo, porém também muito caluniada, e injustamente perseguida”.

seus escritos por parte dos defensores chega, inclusive, à publicação de uma “narrativa verídica” que seria semelhante à de Sue. Sob o título de “Um Novo Rennepont”<sup>298</sup>, é extraído da “Restauração da Carta”, um texto que atesta a veracidade da obra o *Judeu Errante* mostrando um caso similar em Roma, onde os jesuítas tomam a herança de um mancebo de Bolonha, que, apresentando um estado frágil de saúde, foi influenciado pelos inacianos e deixou sua herança à Companhia de Jesus. A circulação dessa notícia não só legitima e consagra a formulação negativa do mito jesuítico, mas também concede verossimilhança à ficcionalização de Sue, desfazendo a pecha de “obra inverossímil”.

Neste ponto, podemos perceber que o romance suscita e fomenta seus próprios boatos, alimentando a imaginação de seus leitores. Outros deles estariam embasados no fato de ser encomendado pelo rei da França, o que seria colocado em xeque pelo periódico *Progresso de Pernambuco*, transcrito no *Correio da Tarde*:

Nós poderíamos igualmente deixar sem resposta a asserção de ter sido o Judeu Errante encomendado por el-rei Luis Felipe. Com efeito, não há ai uma só pessoa que ignore que, desde que os reis de França se emanciparam completamente da tutela dos Papas, o ultramontanismo há sido em suas mãos um potente instrumento de despotismo; e na verdade S. M. Luis Filipe não é de sorte algum inimigo dos Jesuítas, como o provam as recentes perseguições que sofreram M. M. Michelet e E. Quinet, por terem querido atacar a Companhia de Jesus, nos cursos que ambos professavam no Colégio de França.

A obra de Eugênio Sue foi inspirada pela reação liberal, contra as maquinações desta Companhia para recobrar a sua antiga influência. E por outro lado, quem vende uma obra sua por quarenta contos de réis a um especulador que torna a vendê-la imediatamente por oitenta contos, não carece de se pôr à mercê de ninguém<sup>299</sup>.

Essa notícia é relevante conforme apresenta aos leitores brasileiros o quadro de perseguição da França. A citação de Michelet e de Quinet e suas aulas contra a Companhia fornecem as diretrizes do ensino no Colégio que passava por sérias transformações, dentre elas, a tentativa de expulsar os jesuítas da educação. Nas décadas de 1840 a 50, podemos notar um movimento constante de leituras e interpretações de *O Judeu Errante*. No período de escrita de *As Minas de Prata*, o romance *Calabar*, de Mendes Leal também se opôs à representação dos jesuítas na obra francesa:

Frei Manoel de Moraes era um singular religioso, um frade como talvez hoje se não imagine que frades fossem. Antes de tudo, diremos que pertencia à ordem dos Jesuítas. **Ora atualmente, graças a muita exageração e às descrições apaixonadas, que tendem a dar alguns tipos excepcionais como regra geral, atualmente, dizemos quanto se fala em jesuíta, imagina-se logo uma daquelas figuras potentes, iníquas e dominadoras,**

<sup>298</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30/06/1846, p. 2.

<sup>299</sup> *Correio da Tarde*, 22/01/1848, p.3.

**ou astutas, hipócritas e cheias de casuísticas e ímprobos distinções como nos as pintam o autor do *Judeu Errante*. Não somos nem pró nem contra. Somos pelos fatos, pela verdade e pela história.**<sup>300</sup>

No trecho citado, o narrador suspende a história e entra em diálogo com leituras correntes da época sobre os inacianos. Em seguida, o texto dá continuidade a sua análise sobre os jesuítas, defendendo os missionários do período colonial, e ostentando o dever do Brasil com os grandes serviços prestados por essa Ordem. Tendo em vista que *Calabar* também é lançado em romance-folhetim, podemos retomar a relação de porosidade entre a página de cima do jornal e a publicação de romances no rodapé, como o de Eugène Sue, pois essas narrativas ficcionais sobre os jesuítas concorrem com as notícias e matérias sobre os eclesiásticos na França e no Brasil, de modo que há uma contaminação entre as partes dos jornais, a escrita jornalística e a ficcionalização da atualidade. Neste caso, pensamos em Mendes Leal, pois, escrito para o *Correio Mercantil*, sua revisão do passado brasileiro no âmbito da religião rivaliza com o movimento anticlerical e com a arma do folhetim contra a Companhia. Já a obra francesa, ao suscitar dilemas nos periódicos, acentua o poder de sua ficcionalização, estabelecendo pontos de contato com o noticiário da imprensa fluminense. Assim, a organização espacial da imprensa e a natureza de informações e representações que são veiculadas na sua estrutura fornecem as possíveis práticas de leitura no espaço em que o folhetim francês é publicado:

L'apparition du roman-feuilleton ne clarifie qu'en apparence la situation: si, à partir de 1836, une frontière nette, à travers le filet qui sépare le haut de page e le rez-de-chaussée, semble délimiter la part fictionnelle et la part d'actualité informative dans le journal, cette frontière est poreuse et les territoires se chevauchent. [...] Dans la dernière partie des *Mystères de Paris*, Sue inscrit l'écriture romanesque dans l'urgent de l'actualité, prenant position depuis le coeur du feuilleton em 1843 sur le projet le loi sur la réforme des prisons. **Le roman-feuilleton multiplie les dénégations de fiction et prétend dire le réel, voire l'actuel, mieux que le haut de page.**<sup>301</sup>

Nesse sentido, a ficção é contaminada pela proximidade com a “atualidade”, e se na parte “não ficcional” do jornal circula matérias sobre os loiolanos, na parte ficcional publica-se *O Judeu Errante*. Para o leitor daquela época, a esfera cultural se coaduna com o noticiário político e econômico que coloca em cena a literatura antijesuítica.

<sup>300</sup> LEAL, Mendes. *Calabar*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1863, p.34. v. 3; grifo nosso.

<sup>301</sup> THÉRENTY, *Les enseignements*, p. 29 e 30; grifo nosso.

Levando em conta essa prática de leitura que compreende nossa trajetória entre não ficcional e ficcional, entre o contexto religioso e os romances, passaremos a analisar o folhetim francês e suas adaptações na obra de Alencar. Em seguida, abordaremos a obra *O Visconde de Bragelonne*, de forma que encerraremos os possíveis diálogos de *As Minas de Prata* com a prosa francesa.

## **2.4 O Complô jesuíta: os maquiavélicos e conspiradores loiolanos de *O Judeu Errante e Visconde de Bragelonne***

### **2.4.1 *O Judeu Errante***

Neste tópico, exploraremos a dimensão crítica sobre a temática dos jesuítas formalizada na obra *O Judeu Errante*<sup>302</sup>, cujos procedimentos construtores de indagações das ações dos inacianos são determinados por meio das movimentações dos integrantes da Ordem em uma rede conspiratória, que os identifica como sujeitos maquiavélicos, capazes das ações mais baixas para obter a herança de uma família protestante. Tendo em vista que a representação da Instituição Religiosa na referida obra é reestruturada sob uma perspectiva que desmoralize e rebaixe a conduta de alguns de seus membros, podemos estabelecer um eixo paralelo com *As Minas de Pratas*, uma vez que a narrativa alencariana readapta à luz do passado colonial brasileiro o movimento estrutural e o viés temático anticlerical de *O Judeu Errante*. Se, no romance de Eugène Sue, o principal objetivo dos jesuítas é chegar à herança dos descendentes de Mario Rennepont e, neste ponto, se movimenta toda a atuação ambiciosa dos padres, na obra alencarina, a atuação de Molina se prende ao roteiro das minas de prata e aos benefícios que ele poderia lhe fornecer. O loiolano Rodin, de *O Judeu Errante*, organiza uma Instituição que opera em diferentes países e continentes contra uma família protestante, ao passo que Molina conspira contra seu governo, ao considerarmos que Filipe II também tenta obter o pergaminho das minas.

As obras trazem um teor crítico e moralista com relação à conduta dos membros da Companhia que se mostram ardilosos em suas empreitadas. Ou seja, Alencar em nível

---

<sup>302</sup> Essa obra é publicada na parte destinada ao folhetim no *Diário do Rio de Janeiro*: SUE, Eugène. *O judeu Errante*. In: *Diário do Rio de Janeiro*, 1844-1845. Nessa tese, levamos em conta essa publicação, porém, as citações que fizemos são extraídas da edição: SUE, Eugène. *O Judeu Errante*. São Paulo: Brasil Editora, 1963. 3vols.

nacional, dialogando com seu contexto de produção, e Eugène Sue<sup>303</sup>, no contexto após a revolução de 1830, amplificam o poder dos jesuítas, ao representarem uma Ordem que detém influência em vários países. Assim, tecem uma crítica à concorrência do poder político exercido pelos jesuítas e à falta de coerência de suas doutrinas.

Se no romance de Sue a Companhia opõe-se aos protestantes e aos reformistas, no de Alencar, com menor ênfase, os membros clericais opõem-se à lei que permite aos judeus transitarem na colônia, bem como perseguem os protestantes, de forma que os dois romances citam ou aludem às perseguições religiosas da época referida em suas obras. *O Judeu Errante* redimensiona os conflitos entre religião e filosofia, trabalhando os desdobramentos dos confrontos religiosos entre católicos e protestantes, conforme atentamos na recepção dessa obra. Proveniente desse quadro, a narrativa literária explora as perseguições da Igreja Católica contra os reformadores, bem como o quadro de realizações políticas da Corporação, em contraste com o quadro de liberdade e tolerância religiosa, simbolizado pela família Rennepont. Se nas trocas culturais entre França-Brasil e nas notícias francesas e, sobretudo, na recepção da imprensa fluminense, as críticas contra a literatura jesuítica partem de tópicos e pontos assemelhados, gestando querelas que estão ficcionalizadas no personagem Rodin, e, em menor proporção, no Molina, as obras, ainda que escritas em momento distantes, encontrariam um terreno propício para obterem longo alcance, sobretudo, pelo fato de seus personagens personificarem os princípios e ideias retrógrados, ao seguirem um catecismo secreto

Na obra *O Judeu Errante*, a história narra a trama de duas conspirações que se organizam entremeadas com a atuação da Companhia de Jesus: uma referente a uma família de protestantes, os descendentes de Mario Rennepont, que buscam formar uma associação para destruir a Ordem dos jesuítas, e a outra condizente com a própria Instituição Religiosa, que planeja uma série de estratégias e intrigas para conseguir manipular os descendentes e impedi-los de receber uma herança milionária, por meio da qual ganhariam subsídios para enfrentar os loiolanos. Sob a estrutura de esconde-revela, de grandes reviravoltas, confrontos, suspenses, conflitos e mistérios, a narrativa trava o embate entre um poderoso e maquiavélico religioso, o jesuíta Rodin, e um núcleo familiar, de forma que, no eixo estrutural do romance,

<sup>303</sup> O romance se passa na década de 1832, mas o contexto de sua produção é o da década de 40. Quanto a isso, *O Correio Mercantil* publica sob o título “Correspondência de Paris” (*Correio Mercantil*, 16/09/1857, p. 1), um breve quadro das condições de produção de *O Judeu Errante*, o que contribui para situar o leitor brasileiro: “Soprava então o vento da guerra aos jesuítas. No colégio de França dois professores célebres, Michelet, o grande historiador, Edgar Quinet, espírito assaz original mas pretencioso, faziam todas as semanas lições contra os jesuítas; os seus cursos eram tumultuosos e faziam um grande ruído em Paris; de todos os lados choviam brochuras antijesuíticas. Eugenio Sue teve ainda a habilidade de aproveitar a ocasião. O Judeu Errante era uma ataque em regra contra a ordem.”

se organizam dois planos: o ardiloso núcleo dos inacianos, de um lado, e os descendentes de Mario Rennepont, de outro.

Os descendentes do Sr. Rennepont encontram-se espalhados por diferentes países e continentes no início do século XIX, por consequência da perseguição religiosa que a família sofreu desde o envolvimento do avô de Mario, em meados de seiscentos, com os jesuítas, cujos princípios lhe causaram repulsa, provocando o seu desligamento da Ordem. A partir de seu afastamento e de sua conversão ao protestantismo, seus descendentes passaram a ser alvos da Instituição, fato que se refletiu na morte de seu neto, o filho de Mário Rennepont. Este personagem, com a ideia fixa de cometer suicídio, sem perder o propósito de dismantelar a Ordem, organiza uma poupança que deveria ser revelada somente no dia 13 de fevereiro de 1832, com a convocação de seus familiares, um século e meio depois de sua própria morte. A administração desse dinheiro ficaria sob a cautela de seu funcionário judeu e seus descendentes judaicos, fato que interliga os protestantes com este povo e acirra a revolta e a crítica contra os jesuítas, ressaltando a perseguição religiosa que judeus e protestantes sofreram nos seiscentos, o que, não por acaso, se perpetua até o século XIX. Ao lado dessa perseguição, figura o poder oculto da Companhia, que mobiliza uma teia de contatos disseminados por várias partes e continentes em busca de fama, dinheiro e poder. A metáfora do poder oculto trabalhado na narrativa critica uma Instituição que tem aumentado sua influência sem que seja percebida, deslizando-se pelos espaços religiosos e políticos. O folhetim tenta desmascarar os veículos com os quais a Ordem manipula outras pessoas, bem como os instrumentos com os quais ganha espaços sob o pretexto de pregar sua doutrina religiosa.

Desde sua estrutura, se vê um cenário tomado por conflitos religiosos e políticos que circunscrevem o caráter da obra e concedem tom ao romance. O elo que interliga os conflitos ancora-se na atuação dos jesuítas e nas suas intrigas intermináveis, cujo desenrolar dá ritmo ao folhetim, que ora acentua as tensões entre jesuítas e protestantes, ora acelera os grandes acontecimentos e a construção de cenas chocantes, ora potencializa o tom misterioso, e ora ganha teor lírico. Ou seja, os movimentos gravitam em torno da Instituição, entrelaçando as histórias paralelas, e levando o leitor às cenas mais degradantes.

O ritmo de perseguição plasma as estruturas construtoras das obras e fortalecem a sua dimensão crítica, ao narrar, em *O Judeu Errante*, os esforços da família e de seus respectivos amigos envolvidos no negócio Rennepont, os quais, no decorrer das estratégias de Rodin, tomam consciência da faceta oculta da companhia; e, em *As Minas de Prata*, os esforços de Estácio e Vaz de Caminha para conseguirem o pergaminho. Assim, esse ritmo

propiciado pela própria estrutura do romance-folhetim é explorado em *As Minas de Prata*, visto as maquinações de Molina para retardar os avanços de Estácio, chegando a investigar os parentes do protagonista e a levantar personagens que deveriam seguir todos os passos do jovem. Em ambas as narrativas, o formato do folhetim dá fôlego às tramas, que trazem cortes e fragmentações em momentos chaves, promovem grandes mistérios, impregnam de reviravoltas suas narrativas, abrem distintas tramas, entre outros recursos explorados pelos romances publicados no rodapé do jornal. Os expedientes estruturais deste novo gênero possibilitam a aceleração da narrativa que parece mimetizar a esfera de ataque aos loiolanos na imprensa periódica brasileira. No caso de *As Minas de Prata*, a movimentação de Molina e o seu rápido avanço por distintos espaços levantam uma série de polêmica que ficcionaliza não só em termos temáticos, mas também estruturais o ritmo acelerado de contestação aos inacianos nos periódicos, que influencia o crescimento da literatura antijesuítica. Sugerimos que as duas narrativas de teor antijesuítico, para além de lançarem a cartilha secreta dos jesuítas, contribuem na reescrita do mito dos inacianos.

#### **2.4.2 Rodin e Molina: o poder oculto da Companhia**

Na primeira parte da obra francesa, o narrador descreve a cartilha secreta dos inacianos, o que abre possibilidades de interação com a crítica da imprensa, visto que o domínio que os inacianos ambicionavam na área da educação, juntamente com a ambição de governar países, bem como suas perseguições religiosas, são elementos consensuais na literatura antijesuítica em nível nacional e internacional. Aliás, as notícias sobre a expulsão dos inacianos em distintos países vêm à baila nesse momento.

Em *O Judeu Errante*, Rodin se destaca por sua perversidade e maquinação, ganhando maior enfoque do que o padre Aigrigny, ao desestruturar seus inimigos com a tática de atingi-los pelas suas grandes paixões. Sobrepondo-se por seu caráter maquiavélico, Rodin reacende, sobretudo, a conspiração contra os protestantes, e o jogo recomeça, sem ser percebido pelos descendentes, que ironicamente se preparavam contra os loiolanos.

Esse deslizamento da Companhia por diferentes espaços sem ser desmascarada, permite com que ela amplifique seus poderes e ostente uma atuação oculta, como o próprio Rodin afirma. Neste sentido, este dado explorado em *O Judeu Errante*, por seu caráter intrínseco à movimentação da Ordem Religiosa, é reestruturado em *As Minas de Prata*, não só pela própria configuração da representação da Companhia, mas também por ser escancarada pela própria voz de Molina. Partindo desse ponto em comum de ambas as

narrativas, os inacianos passam a ser indagados dos seus verdadeiros intentos por personagens que simbolizam a sabedoria, de maneira que suas conspirações tornam-se cada vez mais suspeitas.

Na obra de Eugène Sue, os inacianos precisam derrubar a conspiração dos protestantes para poderem colocar a sua em vigor, de modo que o arranjo da narrativa traz encontros e desencontros que descortinam o embate entre esses dois vieses conspiradores.

Esse viés conspiratório também é explorado em *As Minas de Prata* na medida em que Molina se contrapõe não só ao protagonista Estácio, mas, principalmente, ao governo. A conduta do jesuíta espanhol se aproxima da de Aigrigny e, principalmente, da de Rodin, conforme mobiliza alianças<sup>304</sup> e, sobretudo, sua função de padre, abusando da fé que as pessoas lhe confia. Já Rodin, com poderes mais amplos, calcifica sua vingança por outras partes, e conta com diversos tipos de pessoas, o que estende ainda mais o império dos jesuítas. Dadas as diferenças de alcance entre uma obra e outra, podemos constatar que *As Minas de Prata* promove uma conspiração local, ao passo que *O Judeu Errante* intensifica tal conspiração, apontando a ameaça que os jesuítas representavam ao mundo. Assim, este aspecto conspiratório se apresenta com menor teor em *As Minas de Prata*, dado que Molina maneja sozinho todas as tramas que lhe permitem alcançar o disputado roteiro. Seu principal comparsa seria seu superior, Cláudio Aquaviva. Assim, desde sua primeira movimentação na Companhia de Jesus, o padre espanhol, por meio dos elementos simbólicos empregados numa simples partida de xadrez, demonstra ser um bom jogador, com grande desempenho para enfrentar o governo:

Tais avisos não os aprendi nesse tabuleiro de sessenta e quatro casas, porém em outro maior a que chamam de mundo, P. Provincial. Se eu quisesse atacar um **governador**, digo, um rei, não o ameaçaria de longe para que ele se prevenisse; aproximar-me-ia ao contrario para conhecer-**lhe o fraco**, e dar mais certo golpe.<sup>305</sup>

A inteligência de Molina e seu olhar quanto à postura da Companhia se apresenta desde o primeiro momento da obra e se mantêm até o seu momento de sua redenção. Nesse sentido, a sua primeira interação com o padre Superior e com Vaz de Caminha durante uma

---

<sup>304</sup> A ideia de uma sociedade secreta desenvolvida por Eugène Sue é adaptada à narrativa de Alencar, que representa na imagem da reunião dos jesuítas e nas possíveis alianças feitas por Molina as manobras dos inacianos para conseguir alcançar suas finalidades. Essa ideia está presente no momento de escrita da obra. A leitura de que os jesuítas se movimentam através de alianças é explorada em obras sobre a Companhia, e divulgada pela imprensa. Como exemplo, citamos o livro *História dos Jesuítas*, pelo abade Guettie, divulgada no *Correio da Tarde*. Segundo sua recepção, a obra conta com documentos inéditos e com questionamentos sobre as intrigas e a políticas astuciosas dos homens de preto. Assim, ele compara a Companhia às sociedades secretas que espalham seus afiliados por todas as classes. (*Correio da tarde*, 7/10/1858). Ou seja, as leituras de Alencar e de Sue se encontram em obras sobre os jesuítas, contribuindo para a construção de um contexto antijesuítico.

<sup>305</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 480 ; grifo nosso.

partida de xadrez descortina o seu olhar ganancioso reverberado por Estácio no final da obra. A partida metaforiza vários conflitos da narrativa, ao opor vários polos em contato no próprio tabuleiro:

Fazendo uma reverência ao Padre Gusmão, o licenciado foi tomar seu lugar à direita do bufete, e defronte do provincial; este esquecendo o mundo concentrava sua atenção no tabuleiro, cujas casas pretas e brancas se lhe afiguravam **posições estratégicas de dois exércitos inimigos no começo de uma grande batalha.**<sup>306</sup>

[...] Como porém nenhuma das partes beligerantes pôs a menor dúvida sobre **a posição estratégica do inimigo**, o jogo continuou, e sem mais incidentes.<sup>307</sup>

As movimentações de Molina passam a ser investigadas por Vaz de Caminha que começa a suspeitar do espírito maquiavélico daquele padre. Confirmando as suspeitas de Caminha, o loiolano começa a estudar a cidade e a reunir os jesuítas, a fim de perseguir o paradeiro do pergaminho e fragilizar seus inimigos pelo ataque as suas paixões.

Em *O Judeu Errante*, Rodin rejeita as estratégias adotadas pelo padre Aigrigny, posto que, além de mostrarem o envolvimento da Companhia, não conseguiram obter êxito e chegarem à herança. Segundo o jesuíta de olhos de crocodilo, eles deveriam atuar sobre as paixões dos personagens, visto que os protestantes juntos formariam um grupo terrível, mas separados, ficariam vulneráveis, mais sensíveis e desprotegidos. A opção de atacar as grandes paixões alude às *Monita Secreta* e sua instrução de abalar o psicológico. Rodin toma a frente da empreitada, e se auto afirma perante os fatos:

[...] Pois temos dominado príncipes, reis, papas; temos absorvido e apagado opulentíssimos talentos que irradiavam longe de nós brilhantíssimos clarões; dominávamos quase os dois mundos; perpetuávamo-nos até hoje cheios de vida, ricos e temidos, apesar de todos os ódios e da proscricção, e não havemos de vencer uma família que nos ameaça como um cataclismo, e cujos bens, furtados à Companhia, lhe serão tão valiosíssimo recurso? ... E não nos chegará a habilidade para conseguirmos nosso fim, **sem violência estouvadas, sem leviandades, sem crime que comprometem?!...**<sup>308</sup>

Com estas novas ideias, ele legitima seu poder, exigindo que o padre que estava no comando do negócio o colocasse como chefe e pedisse maiores poderes a Roma. O loiolano consegue atingir todos os personagens pelas emoções. Pelas paixões, Rodin consegue elaborar as mais perigosas tramas.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p.478 ; grifo nosso.

<sup>307</sup> *Ibid.*, p. 514 ; grifo nosso.

<sup>308</sup> SUE, *op. cit.*, p. 17, v. 3 ; grifo nosso.

Tomando este ponto, o alcance das paixões como uma ferramenta que desestabiliza o inimigo, observamos que *As Minas de Prata* também a explora, pois Molina ataca Estácio e sua ex mulher Dulce, ao provocá-los por meio do caráter impulsivo e apaixonado que ambos personagens apresentam. Percorrendo a mesma instrução secreta de Rodin, Molina desestrutura Dulce num primeiro momento, atacando o amor que esta lhe depositava, e, na mesma proporção, consegue o roteiro de Estácio atingindo a paixão que este sente por Inês. No primeiro caso, podemos notar que Molina vê na sua ex-mulher um obstáculo com o qual teria que lidar, ou mesmo, deveria aniquilar, diferentemente do padre Aigrigny, que vê na sua antiga companheira um alicerce para suas ações maléficas. A indiferença de Molina ao seu casamento não impediu que sua amada o buscasse em vários locais, a tal ponto que acaba encontrando-o na Sé de Salvador. Diante de tal obstáculo, Molina, assim como Aigrigny e Rodin, utiliza a religião para manejar seus intentos, e por meio de uma pregação, consegue que Dulce desmaie na Igreja, fato que o imortaliza diante de outros, ficando conhecido por sua grande santidade.

Nesse dia fora a presença de Dulce que desviara seu discurso do rumo traçado. Logo que aparecera no púlpito, o jesuíta percorrendo a igreja do olhar vasto e eminente com que os grandes oradores tomam posse de seu auditório, viu defronte de si a filha de Ramon e a reconheceu imediatamente apesar dos anos, pela impressão que causou nela seu aspecto.

[...] Sua infeliz imaginação lhe apresentou o meio de tirar partido desses próprios sintomas que o podiam comprometer, conhecida a causa. Previendo com uma justeza e alcance admiráveis o que ia acontecendo, prevenindo o grito que ele já via soluçar na garganta oprimida, formulou de repente aquela imprecação, que o seu gesto lançou justamente sobre a cabeça de Dulce no momento em que ela sucumbia, acabando de reconhecê-lo.

Todos supuseram que o grito e desmaio da dama fora feito da ameaça, quando ao contrario esta era lançada por ter Dulce reconhecido seu marido. Depois aproveitou ainda habilmente aquele acidente para um triunfo oratório, que se por um lado lisonjeava seu orgulho, por outro, distraía completamente a atenção do acontecimento.<sup>309</sup>

[...]

Desde então o P. Molina ficou em grande cheiro de santidade; e, como senador romano nas dobras de sua toga, trazia o frade nas pregas da roupeta a paz ou guerra, para a cidade do Salvador. Quisesse ele, que do alto do púlpito concitaria às armas em favor de uma causa qualquer a arraia miúda; mas o Visitador era muito prudente para tenta-lo; bastava-lhe que essa convicção entrasse no espírito de seus adversários.<sup>310</sup>

<sup>309</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 783.

<sup>310</sup> *Ibid.*, p.784.

Ele também utiliza o sermão para atingir o governador, dada sua concorrência com o poder governamental. O título do capítulo “Como **naquele tempo** se fazia oposição ao governador” é bastante significativo, conforme escancara os instrumentos manuseados pelos loiolanos para amplificar seus domínios. Ao utilizar o termo “naquele tempo” a obra abre um diálogo com o presente, deixando em aberto os meios empregados pelos jesuítas na contemporaneidade de Alencar. Dado o contexto colonial, no qual o Colégio do Jesuíta monopolizava as missas, seria mais fácil conseguir alcançar o governador, que, não por acaso, está presente no momento do sermão pregado por Molina:

Do assunto religioso passou por uma transição hábil para o assunto **político**: lembrou que esses reis da terra em adoração ao rei do céu, significavam quanto o **trono dependia do altar**, e recordava os deveres sagrados que o Senhor havia posto aos seus ungidos. Discorrendo então sobre a missão da **realeza na terra**, passou a tratar especialmente das coisas do Brasil e sua governança. Censurou o menos preçoso em que estava a religião nessas partes por culpa dos que dirigiam o povo; aludiu com elogio ao Governador atual, D. Diogo de Menezes, a quem louvou a nobreza de caráter, o seu saber e prudência de homem de guerra e de Estado, **lamentando apenas que tão ilustre capitão arrefecesse no zelo do espiritual**. Rematou a oração batendo rijo nos senhores de engenho, vampiros que sugavam o melhor do sangue de tão grande reino, e viviam chafurdados no ouro com grande escândalo da religião, **roubando ao grêmio da igreja um povo para o cativar**.<sup>311</sup>

O sermão de Molina consegue filtrar os principais dogmas da Ordem atacados pelo contexto antijesuítico, bem como os pontos sintetizados da ação da Instituição: a disputa com o poder temporal e a tendência política da Companhia, crítica que acompanha a Instituição até o século XIX; e a concorrência com os senhores de Engenho, crítica local, dado o momento de colonização do Brasil. O lado político da Ordem é revelado em vários momentos da trama, dialogando não só o romance de Sue, mas com o contexto que paira contra os loiolanos.

Outro plano conferente com as estratégias de Molina seria o de convencer D. Lopo a se casar com Inês, e para isso, ameaça o rapaz, que acaba cedendo. Molina via Inês como uma mulher capaz de exercer grande influência, como no caso do governador D. Diogo Menezes, e por isso precisa mantê-la sob controle, seja por meio da influência de seu confessor, seja por meio de um casamento planejado:

---

<sup>311</sup> *Ibid.*, p. 784; grifo nosso.

- Quero dizer que o confessor de D. Inês seria um mau servo de Deus, se dentro em quinze dias não tivesse **o governador em sua mão**.<sup>312</sup>

[...]

- Segundo o voto dos mestres, em cuja lição nos devemos formar, P. Inácio. A virtude é robustez do ânimo: a beleza da mulher, como a força do homem, são instrumentos na mão do operário de Cristo.<sup>313</sup>

Ou seja, os inacianos sacrificariam determinados personagens para alcançarem seus objetivos. Em *As Minas de Prata*, Molina destruiria a honra de uma nobre moça, segundo a visão de Padre Inácio, para conseguir usufruir dos comandos do governador. Outra vez, o padre Visitador entra em conflito com o missionário, que se opõe à “filosofia perigosa” do seu companheiro de Ordem: “Padre Inácio curvou a cabeça diante daquela filosofia perigosa, que assentava a religião sobre as ruínas de todas as crenças e dos são princípios da moral”.<sup>314</sup> Na mesma proporção, manteria Estácio sob constante vigilância:

- Em nosso Colégio de Lisboa, onde serve como leigo, por caridade. Os padres ali são todos amigos do peito, com que Vossa Mercê deve contar; mas quem pode evitar que um mal intencionado desencaminhe o rapaz?<sup>315</sup>

Com o grande amor de Estácio sob seu controle, o jesuíta conseguiria desestabilizá-lo, retirando seu foco das minas, que, no contexto aludido, deixariam de figurar como a maior preocupação do rapaz. Ao lado de Inesita, a pátria ganha as atenções do jovem, uma vez que atrasa sua visita a D. Diogo de Mariz, detentor do roteiro das minas, para salvar sua pátria de uma invasão estrangeira. Aproveitando desse deslocamento de enfoque, Molina chega antes a S. Vicente para pegar o pergaminho com Diogo, porém, percebendo que sua tentativa seria em vão, tenta roubá-lo, e, mais uma vez, Estácio o surpreende, ao recuperar o mapa das minas, pertencente aos seus antecedentes:

Era necessário pois ao plano do jesuíta que ele se apoderasse do roteiro sem deixar vestígio de sua passagem; e para isso empregou todos os recursos de sua inteligência, mas debalde. A quanto argumento aduzia o pronto e fértil espírito, respondia o fidalgo com uma única razão, na qual se havia acastelado heroicamente.<sup>316</sup>

Reforçando as intrigas e reviravoltas da história, Estácio volta a ser preso, acusado de fugir da prisão de S. Alberto, onde estava desde o seu envolvimento num duelo com D. Fernando, futuro marido de Inesita. Contudo, o duelo foi impedido pela denúncia de um

<sup>312</sup> *Ibid.*, p. 512; grifo nosso.

<sup>313</sup> *Ibid.*, p. 512. .

<sup>314</sup> *Ibid.*, p. 512. .

<sup>315</sup> *Ibid.*, p. 750.

<sup>316</sup> *Ibid.*, p. 964.

jesuíta, que, diferentemente de Molina, tinha interesse no casamento de D. Fernando, pois conseguiria obter vantagem com a realização de tal acontecimento:

O frade era homem de paz; além disso **o interesse de ver realizado o casamento de D. Fernando com Inesita**, lhe inspirara essa ideia feliz de recorrer ao Governador. Afastar o amante da moça, quem quer que ele fosse, até consumir-se a união, era a única medida prudente; e essa com a intervenção da autoridade, que tinha por dever proibir e castigar os duelos, tornava-se de fácil execução. Para mover completamente o ânimo de D. Diogo, que ele sabia ser brioso e portanto mui inclinado aos costumes cavalheirescos, esgotara a sua eloquência demonstrando as consequências funestas, que podiam sair daquele duelo.<sup>317</sup>

Esta passagem foi citada a título de ilustração sobre a influência dos jesuítas em diversos setores e fatores da vida da população de Salvador, de modo que a presença destes religiosos plasma na pequena sociedade baiana, penetrando nas mais diversas classes, desde a menos favorecida até as mais nobres.

Voltando à cena da prisão de Estácio, Molina outra vez se aproveita da fragilidade do protagonista, no caso, de sua retenção, oferecendo-lhe liberdade e dinheiro em troca do roteiro. No diálogo entre os dois personagens, podemos observar as maquinações da Companhia:

- Vistes que homem de engenho é, e podeis avaliar do que não será capaz! Mais uma coisa ignorais, porque ainda sois moço e apenas entrado no mundo. Não há neste século em canto algum da terra empresa grande que a Companhia não cometa ousadamente; **nem segredo oculto que ela não fareje. É terrível poder, Estácio, que se insinua por toda a parte, pelos palácios e choupanas, como pelas consciências. Se El-Rei soube as existência do roteiro e mandou para esse fim D. Francisco de Sousa, quase posso assegurar que os jesuítas o souberam.**<sup>318</sup>

As palavras do padre Molina reiteram e fortalecem o teor moralista da narração, ao desmascarar o império dos jesuítas que se alastra pelo mundo, alcançando palácios e choupanas e farejando negócios que lhe possam parecer vantajosos. A ostentação desse poder o aproxima ainda mais de Rodin, visto que ambos desejam governar o mundo. Ao potencializar a força dos inicianos, ele desestabiliza o protagonista perante as chances de combater aquela empresa; porém o caráter audacioso do jovem não se deixa vencer:

- Profanaste o habito sagrado que me habituei a respeitar desde a infância, cobrindo com ele um coração devorado pela **cobiça infame**; a mão que partiu a hóstia no altar, não vos pejastes de a estender para arrebatrar o alheio com fraude e violência. Posso eu acreditar-vos?

<sup>317</sup> *Ibid.*, p. 815 e 816; grifo nosso.

<sup>318</sup> *Ibid.*, p. 796; grifo nosso.

[...]

- Ouvi antes de condenar. Estácio Correa; sois noviço da Companhia de Jesus; quando entrastes para suas aulas do Colégio, pôs vosso mestre e padrinho a condição do serdes admitido como simples estudante, sem compromisso religioso; simularam aceitar essa condição e tanto vosso tutor como vós assinaram depois um assento, julgando-o sem importância; era o do vosso noviciado. Ora, desde esse instante ficastes sob a tutela da Companhia, que tinha direito de obrar em vosso nome. Este ponto é incontestável; o doutor Vaz de Caminha, se aqui estivera, me daria razão.

[...]

- [...] Apossando pois a Companhia desse precioso segredo, eu vos garantia os benefícios sem trabalho, ao passo que prestava à religião importante serviço. A companhia tomava para si a pesada tarefa da exploração das minas, mas vos assegurava um futuro grande, enchendo-vos de riquezas imensas, de honras principais; e completando a vossa ventura com a aliança que sonhais!

[...]

O P. Molina, soltando as azas a sua eloquência, desenhou o quadro fascinador do futuro que esperava o mancebo; esboçou a traços largos e magistrais a carreira brilhante que ele tinha a percorrer; apreciou na devida altura os benefícios que prestava a religião, armando a Ordem de Jesus daquela arma poderosa, e habilitando-a a engrandecer a pátria, de que seria benfeitor ; ergueu o pedestal onde a posteridade reconhecida havia de colocar a sua estátua ilustre.<sup>319</sup>

Convém notar que o primeiro encontro entre Molina e Estácio se passa na prisão, ambiente baixo, e concentra os principais conflitos do romance e os polos contrastantes; o choque entre um personagem que incorpora características sublimes e outro que se destaca pela esfera do baixo, bem como um personagem, que, embora não pertença à Companhia como um jesuíta, domina suas doutrinas, em contraposição ao próprio personagem jesuíta que se afasta delas, ou mesmo que as vê de forma deturpada.

As contraposições entre os dois rearticulam a dimensão crítica apresentada no romance de Sue, afirmando o poder oculto da Ordem e sua extrema ganância. Os procedimentos de construção desse encontro se aproximam com os do diálogo de Rodin com seus inimigos, quando, na sua voz, se revela os planos ardilosos de sua Ordem<sup>320</sup>, pois, até então, o jesuíta Molina tentava não levantar suspeitas:

<sup>319</sup> *Ibid.*, p. 1077, 1078 e 1079; grifo nosso.

<sup>320</sup> As acusações de Estácio desmascaram as ações pérfidas da Companhia. O ponto clímax, no qual o diálogo sintetiza as maquinações dos jesuítas e pontua a crítica no momento ápice da narrativa, descortinando o viés ideológico da obra e sua postura com relação a contemporaneidade. Esse procedimento construtor, que tende a escancarar para o leitor o posicionamento do romance perante as discussões atuais, também pode ser observado em outros romances, como no já comentado *A Mocidade de D. Joao VI*: “-Acuso no meu recurso a companhia de Jesus por ter induzido a má fé dos agravados e enegrecido as virtudes dos agravantes. Provo-lhe que entregue a cobiça e a soberba, por vias criminosas, atenta contra a majestade de El-Rei, e na sua terribilidade põe em perigo a santa religião, maquina a queda do tribunal do Santo officio; e vende a pátria aos judeus e os franceses...” (p. 112, v. 3).

Não cause reparo a sujeição que aparentava o P Molina; ele continuava a residir no Colégio da Bahia, incógnito como chegara. Embora, no capítulo da noite antecedente não fizesse nenhuma recomendação a tal respeito, os irmãos professos não necessitavam dela para guardar o segredo inviolável, que era um dos preceitos do Instituto; ao contrário, para que divulgassem o que passara no consistório, fora necessário ordem mui positiva. Eis porque se os professos o tratavam com a deferência devida ao seu cargo, o resto da comunidade continuou a ver no Visitador um irmão venerável pelas suas virtudes e acatado pelos superiores, não suspeitando nem por sombras, do grau que tinha ele no Instituto.<sup>321</sup>

Tanto numa obra quanto na outra, as vozes dos jesuítas desnudam o que até então eles tentavam camuflar, fato que pode ser interpretado como uma leitura dupla: se por um lado, tentam deslizar sem serem percebidos, por outro, desvelam sua atuação, o que contribui para desdobrar as reflexões críticas, posto que, neste momento, não é mais o narrador nem os personagens que desmoralizam a Companhia, mas o próprio membro. Há uma fissura nesta posição, pois, uma vez desnudados suas artimanhas não conseguiriam manter-se em segredo.

Molina, ao conseguir ficar frente a frente com o verdadeiro dono do roteiro, usa seu conhecimento retórico e persuasivo para conseguir convencer o personagem a lhe entregar o pergaminho em troca de sua liberdade. Acompanhando essa negociação, o jesuíta emprega uma linguagem sublime e nobre para discutir, de um lado, o dever de Estácio com a pátria e com a Companhia, cujas doutrinas lhe foram passadas, e de outro, a possibilidade de reconquistar seu grande amor, Inês. Molina promete um futuro glorioso a Estácio, visando fornecer elementos com os quais o protagonista poderia conquistar sua grande paixão, Inezita. Jogando com seu ponto fraco, seu amor por Inezita, onde mais ele se mostrava suscetível, o padre consegue o roteiro.

O tom persuasivo empregado pelos jesuítas é explorado nas duas narrativas, como um dos principais instrumentos que estão implicados na própria formação dos inacianos, isto é, a linguagem persuasiva condiz com a própria figura dos inacianos.

Rodin e Molina sintetizam em suas maquinações os manejos da companhia participando dos grandes conflitos das obras. Estes personagens são os pontos de contato que as narrativas mobilizam com outros procedimentos de tensão, deslizando-se por várias camadas sociais. A análise das duas obras possibilita observar que, além do aproveitamento da temática antijesuítica, elas se aproximam estruturalmente, ao apresentarem formas folhetinescas e ao formalizarem suas críticas à Ordem com estruturas semelhantes.

---

<sup>321</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 739.

Postos os diálogos entre as duas prosas, escritas em momentos distintos, percebemos que os elementos em comum, e a reinterpretção dada por Alencar, viabilizam uma crise e fragmentação na Companhia, gerando grande impacto sobre suas doutrinas, e mascarando o veneno da corrupção que impregna suas ações. Conforme exploramos, Molina e Inácio formam dois eixos contrastantes. Já o missionário Gabriel, personagem de Sue, contrasta sua figura com Rodin, aludindo inclusive à figura de Jesus, na passagem em que é crucificado pelos gentios, configurando a ação de um missionário. Contudo, descrente da Ordem, acaba a deixando, ao passo que Inácio, rejeitando as novas ordens de Molina, prefere abandonar o Colégio e ir pregar no sertão. As imagens do afastamento e do distanciamento de personagens nobres e missionários da Companhia metaforiza o processo de mitificação destas figuras, as quais já não podem existir em decorrência da corrupção da ordem. Ou melhor, em Paris do século XIX, “o anjo Gabriel” não poderia pertencer à Ordem, pois não teria força para combatê-la, e, alinhavada com esta questão, o padre Inácio se recolhe no sertão, distanciando-se daquele grupo corrupto. Assim, a figura do missionário configura apenas o passado da Companhia, principalmente, no caso da colônia. Não é por acaso que Rodin morre e Molina se retira ao sertão, sem alcançarem seus objetivos, o que permite pensar que o ideal seria destruir a Companhia.

Cabe reafirmar que nas narrativas a readaptação das *Monita*, relacionada à ficcionalização do mito jesuítico, circunscrevem arquétipos dos jesuítas, num movimento de contestação à Corporação.

### 2.4.3 O Visconde de Bragellone

O Visconde de Bragellone (1847), de Alexandre Dumas<sup>322</sup>, é traduzido no Brasil no ano de 1848, em meio as discussões sobre os jesuítas na imprensa e no IHGB, e num período próximo ao *Judeu Errante*. Ainda que representasse criticamente a Companhia de Jesus, sua estrutura de capa e espada talvez tenha silenciado as críticas brasileiras ao romance, diferentemente das polêmicas causadas pela obra de Eugène Sue.

O folhetim de Dumas dá continuidade a narrativa de aventuras de *Os três mosqueteiros* exploradas no primeiro volume da trilogia<sup>323</sup>. Se nesta obra o autor francês

---

<sup>322</sup> Em *Como e porque sou romancista*, José de Alencar afirma ler os romances de Alexandre Dumas e outros da literatura francesa, sentindo-se preparado para lidar com a “escola francesa”. A estrutura folhetinesca das obras de Dumas, e de outras desse momento tiveram grande influência sobre a construção estética de *As Minas de Prata*.

<sup>323</sup> A trilogia circula em anúncios de alguns periódicos fluminenses, como nos jornais *O Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*.

opera com material histórico do reinado de Luís XIII e seus confrontos com o primeiro ministro Richelieu, no terceiro volume, ele explora o reinado de Luís XIV, os conflitos políticos entre os intendentos Fouquet e Colbert, e as relações conflituosas entre França e Inglaterra. No primeiro romance, os mosqueteiros lutam juntos a favor do rei e contra as tramas de Richelieu, ao passo que, no terceiro, eles mantêm contatos diferentes, encontrando-se em campos e interesses políticos e pessoais distintos.<sup>324</sup> Na última versão, o personagem Aramis se torna um jesuíta poderoso, traçando estratégias e planos arditos para dar um golpe de Estado e tomar o trono de Luís XIV:

- Enlouqueceste! Não há outro homem que possa assentar-se no trono de França a não ser Luís XIV. Não vejo nenhum. [Fouquet]
- [...]
- O meu rei, ou melhor, o vosso rei, será tudo o que é preciso que seja, ficai descansado.
- [...]
- Vejamos – disse ele – vejamos: falastes em derrubar soberanos e substituí-los por outros. Deus me perdoe! Mas, se não estou louco, foi o que dissestes há pouco.
- Não estais louco, e foi realmente.
- Por que?
- Porque podemos falar em tronos derrubados e reis criados, quando estamos acima dos reis e dos tronos .... deste mundo.
- **Sois, então, todo-poderoso?** – bradou Fouquet.
- Eu vo-lo disse e repito-o – declarou Aramis com o olhar brilhante e os lábios trêmulos.<sup>325</sup>

Entretanto, esse lado do romance não é ressaltado, visto que a trilogia ganha repercussão por conta das grandes aventuras dos mosqueteiros.

O romance atual admite uma tal variedade de formas, que a enumeração e classificação de todas não exigiria pequeno cuidado a quem a cometesse. Ao lado dos monumentos do grande poeta escossês, que bem pode dizer-se o inventor do gênero em que talvez Miguel de Cervantes com seu *D. Quixote* e as *Novellas Exemplares* lhe não prestasse pouca luz, [...]; finalmente, A. Dumas pai, que **a trilogia** dos *Mosqueteiros*, *Vinte anos Depois* e *Visconde de Bragelonne*, posto que desigual e decadente no desempenho, coloca em uma altura de que a crítica acintosa não o derrubará facilmente, porque estas obras, assim como algumas peças com que ilustrou o teatro francês,

<sup>324</sup> A segunda obra *Vinte anos depois* narra o período de regência, após a morte de Luís XIII. O romance trabalha com o momento em que o cardeal Mazzarino assume o cargo de Primeiro Ministro e enfrenta um movimento popular e Parlamentar articulado por príncipes contra seu poder. O caráter de Mazzarino em *o Visconde de Bragelonne* já está determinando pela obra anterior: se revela um personagem meticuloso, ambicioso, e frio.

<sup>325</sup> DUMAS, Alexandre. *O Visconde de Bragelonne*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Saraiva, 1954. p. 99; grifo nosso.

**prometem viver mais do que desejariam os censores, que lhe estranham como delito até a rapidez e a fecundidade!**<sup>326</sup>

Esse último texto traz uma crítica a literatura de Dumas com relação a de outros autores, como Alfredo de Vigny, Balzac e Victor Hugo, entretanto, assinala sua popularidade que incomoda os censores. De fato, *O Visconde de Bragelonne* sempre aparece no filão folhetinesco da trilogia de *Os Mosqueteiros*.

#### **2.4.4. Rodin, Aramis e Molina: os jesuítas conspiradores**

Em *O Visconde de Bragelonne*, um dos temas a ser explorado é a conspiração da Companhia de Jesus, sintetizada na ação do personagem Aramis, também chamado de Sr. d'Herblay. O mosqueteiro, que se torna jesuíta rapidamente, revela-se um grande conspirador, manipulando a arte da trapaça como nenhum outro personagem do romance. Da mesma forma que Rodin conspira contra determinados personagens, visando alcançar poder e fama, Aramis faz um complô contra a realeza, tendo em vista que almeja substituir Luís XIV por seu irmão gêmeo, o que lhe proporcionaria grandes vantagens na Companhia.

O poder invencível e oculto da Instituição Eclesiástica plasma pela narrativa seja nas referências dos seus inimigos, como o próprio Papa, no fluxo de dinheiro que circula e passa pelas mãos do Sr. d'Herblay, na proteção que a Instituição demonstra por determinados personagens. A traição de grandes segredos por partes daqueles que concorriam ao cargo de Geral já sinaliza o almejado poder pela Ordem. E, da mesma forma que na obra referida, o romance dumasiano não deixa de evidenciar a força dessa empresa que não se movimenta pelo lado espiritual. Diferentemente de Sue e, posteriormente da adaptação de Alencar, que apresentam pelo menos um jesuíta mergulhado na sua verdadeira missão, Dumas aprofunda e explora o lado pérfido e maquiavélico da Companhia, já desvelado nos critérios de seleção do Geral: aquele que apresentar um segredo de Estado.

No capítulo “O Segredo de Estado” do folhetim dumasiano, as entrevistas feitas pelo Geral a fim de selecionar o candidato ideal a substituí-lo deixam transparecer a extrema importância da Companhia, ao obter informações sigilosas de diferentes ordens e naturezas<sup>327</sup>. Se os candidatos que ofereceram tais informações são vistos como espiões e esbirros, e não

<sup>326</sup> *Correio Mercantil*, 09/09/1863, p. 2; grifo nosso.

<sup>327</sup> O Geral recebe durante a entrevista quatro candidatos de distintas regiões: o primeiro é da Alemanha e propõe fazer uma revolução europeia; o segundo candidato é espanhol e revela saber do plano de ataque de Luís XIV contra os espanhóis, caso se rompa a aliança entre Espanha e França; o terceiro é veneziano e denuncia projeto do papa, e, por último, Aramis, que por suposição, conta o segredo da rainha.

como loiolanos aptos a exercerem a função de Geral, por outro lado, eles prenunciam a faceta perigosa da Corporação, uma vez que conseguem penetrar nos mais sigilosos segredos, inclusive, ter acesso ao projeto pontifício.

A influência da Ordem plasma suas forças invisíveis sob ângulos de vista distintos e sob diferentes planos, alcançando domínios particulares. Assim, se em *As Minas de Prata*, ela concorre com o poder governamental, na França seiscentista, ela quer tomar o poder de Luís XIV. As releituras da Instituição num mesmo período, os seiscentos, mesmo que seja em contextos específicos, propõe um elemento em comum: a concorrência dos eclesiásticos com poder temporal, seja com Filipe II, seja com Luís XIV.

Nas três obras, a Corporação dos inicianos desliza por entre espaços públicos e privados, e, por isso, ela se torna mais difícil de ser desmantelada e desmascarada. Rodin, Aramis, Molina se revestem de duplo poder: se conseguissem êxito, promoveriam não só a si mesmos, mas também a Companhia. A Instituição fornece aos três poderes, com os quais poderiam alcançar status e fama.

A sociedade secreta da Ordem confere a Aramis privilégios que soube aproveitar e, dentre eles, consegue ser um dos confessores de detentos, cujas confissões são de extrema importância, pois os presos da Bastilha poderiam lhe relatar profundos segredos. Não é por acaso que a Ordem se coloca numa sociedade com o governador da Bastilha. Vale lembrar que o Geral procurava um substituto que lhe fornecesse um segredo de Estado, o que poderia ser facilmente encontrado com presos. Penetrando nesse espaço, Sr. d'Herblay tem acesso à cela onde se encontra o irmão de Luís XIV: “O exame que o prisioneiro acaba de fazer e que lhe revelava o caráter frio, astuto e dominador, impresso na fisionomia do Bispo de Vannes, era sem dúvida, pouco tranquilizador na situação do jovem [...]”<sup>328</sup>.

Da mesma forma que nas narrativas de José de Alencar e Eugène Sue, o complô é maquinado por integrantes da Ordem, e no caso do romance alencariano e dumasiano, ele se passa em um ambiente degradante. O complô se consome de formas diferentes, contudo, as três prosas representam de modos e procedimentos particulares a ameaça dos jesuítas ao Estado. Rodin tenta alcançar uma fortuna com a qual manejaria o papado e galgaria degraus do poder, Aramis tenta dar um golpe de Estado, e Molina tenta reaver a gruta antes de D. Francisco de Sousa.

As reinterpretções da sociedade dos jesuítas pela prosa ficcional desse período, ainda que separadas por décadas, constituem não só um olhar do passado, caso de Dumas e

---

<sup>328</sup> DUMAS, *op.cit.*, 1494.

Alencar, mas uma crítica severa à atuação dos membros clericais do momento contemporâneos aos autores, o que já está atualizado na obra de Sue. Provavelmente, a trama anticlerical de *O Judeu Errante* tenha influenciado as obras e folhetins posteriores, sobretudo, o folhetim dumasiano. Os romances, ao analisar a Companhia como um poder concorrente da sociedade, ressignifica a Instituição como ambígua, e contra-religiosa. Multifacetada, a Ordem é ficcionalizada no seu deslizamento pelos poderes e favores políticos.

Seguindo as trilhas da construção do personagem jesuíta Rodin e Aramis, é possível entender melhor, no movimento da história da França, como Dumas e Sue abordaram e conferiram sentido a algumas questões consideradas definidoras quanto à atuação da Companhia de Jesus, cuja releitura pelo romance-folhetim joga luz ao poder da ficção no rodapé dos periódicos. Interpretar o significado histórico das imagens que foram sendo feitas para os personagens inicianos nas referidas obras é repensar a literatura antijesuítica e a construção do mito jesuítico na França, bem como suas reapropriações no Brasil. Para compreendê-las nos termos da época, analisamos não somente a trama dos romances, mas também a situação particular de cada país, da França e do Brasil, reconstituída pelos debates na imprensa fluminense, espaço no qual compreendemos as trocas culturais da dialética nacional-internacional.

\*\*\*

A partir desse estudo, podemos levantar um movimento anti-jesuítico, alicerçado num discurso decadente, que se dissemina pelos jornais fluminenses e pelos folhetins franceses, e, um movimento contrário, que resgata o passado da Corporação. A obra histórico-ficcional de Alencar, ao construir os loiolanos em sua narrativa, teria acesso às discussões e aos folhetins franceses, de modo que a representação clerical fornece conhecimentos ao leitor atento às publicações, apreendendo o anti-catolicismo no relaxamento da Companhia.

No processo de nacionalização, a religião torna-se representativa conforme contribui para o caráter unificador da pátria, e nesse sentido, tivemos o esforço de entender o contexto eclesiástico e suas representações literárias. A Companhia ocupa as preocupações dos homens de letras, em especial, por interessar a assuntos concernentes à política imperial, como o caso da catequese e da política de colonização; bem como da defesa do território.

José de Alencar pensa os jesuítas no processo de formação da sua pátria, a partir dos aspectos ambivalentes e dissidentes da Ordem, que são ficcionalizados num ritmo antijesuítico transposto das páginas da imprensa. A ideia de que os loiolanos servem à nação é

problematizada no contexto do Império. Alencar articula o processo identitário com as relações nacionais-internacionais da imprensa periódica e com as adaptações de significados do romance-folhetim, assimilando a principal postura dessas obras: o romance-folhetim como arma.

Nesse sentido, suas obras se posicionam criticamente aos inacianos, e reacomodam os mitos jesuítas. Se Alencar defende o servir à religião e à pátria, por outro, as doutrinas católicas revistas nos seus escritos sobre o passado colonial consistem num alerta contra o domínio dos eclesiásticos, ou melhor, numa arma literária desfavorável aos loiolanos. A despeito desse teor crítico, os personagens que representam o catolicismo mantêm a ordem do território e a unidade religiosa, que, relacionada ao processo de redenção de Molina e sua retirada ao sertão, desfazem a ambivalência do romance *As Minas de Prata*. Essa prosa de caráter histórico representa o povo, suas tradições, crenças e religião, que no caso, é indicada pela Igreja Católica. O poder eclesiástico como expressão de um povo, de suas construções civilizatórias e morais, e também como parte da dominação ideológica e política, é simbolizado por meio dos personagens religiosos, que defendem valores morais e éticos no território brasileiro.

### CAPÍTULO 3

#### A REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS EM AS *MINAS DE PRATA* E A TRADIÇÃO DO ROMANCE-FOLHETIM: A FORMAÇÃO DE UM POVO E SEUS TRAÇOS RELIGIOSOS

Em *As Minas de Prata*, o conflito religioso entre católicos, judeus e protestantes reestrutura os movimentos da contrarreforma e os efeitos da atualização dos dogmas religiosos da Companhia de Jesus, redimensionando a corrente antisemita ao transitar entre os contextos seiscentista e oitocentista. O romance mimetiza os dois fenômenos “anti” que provocaram as mais diversas reações e não deixaram de inquietar as esferas política, religiosa, e literária em meados dos oitocentos. A expressão negativa de cada fenômeno emerge numa zona de contato de formulações míticas que figuram o aspecto da religiosidade em comum. Apesar dos elos convergentes, reconhecemos que o antisemitismo foi mais estigmatizado. Partimos do fato de que a dimensão e persistência dos dois movimentos, em escala mundial, fecundam querelas que se tocam e se aproximam: “Judeus e Jesuítas suscitaram as mesmas reações, conduzindo ao nascimento de lendas semelhantes”.<sup>329</sup>

No Brasil do século XIX, as propagandas negativas dos inicianos e dos judeus formalizam em certa medida uma engrenagem de combate ideológico, pois, utilizadas, alegadamente, para conservar a autonomia do Império, a “liberdade sócio-política”, elas confrontam e denunciam os efeitos causados pelos loiolanos e pelos judeus nos planos político, religioso e econômico, e, na sua elaboração e estruturação, se colocam como protetoras do progresso do país. Os estigmas de errantes, amaldiçoados e anticristãos ativam a mitificação negativa do povo judeu.

A mitificação negativa dos descendentes da raça hebraica alimentou a atitude mental e social do antisemitismo ou do antijudaísmo, pela qual o Judeu era entendido como uma fonte de malefícios, explicada muitas vezes pela crença de que eles seriam objeto da atração da maldição da ira divina. Assim, este grupo étnico era visto como sendo prejudicial à sociedade no seio da qual estava instalado. A Inquisição apoiada, em certa medida, pela parenética eclesiástica, desempenhou um papel fundamental na construção desta visão mítica dos Judeus, entendendo o seu combate como uma forma de purificação ortodoxizante das sociedades católicas, à luz de uma visão xenófoba e ostracista das relações sociais.<sup>330</sup>

<sup>329</sup> POLIAKOV, Léon apud FRANCO, Eduardo, *As Monita Secreta: história de um Best-Seller antijesuítico. Percorso*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 108, 2003.

<sup>330</sup> FRANCO, José Eduardo. O mito dos Jesuítas em Portugal séculos XVI-XX. *Revista Lusófona de ciência das religiões*, n.º 9/10 – 303314, ano V, p. 308, 2006.

A literatura antissemita reacende-se no XIX, principalmente, com a circulação de *O Judeu Errante* na França e, posteriormente, no Brasil. Segundo Leroy, os traços arcaicos do antijudaísmo são distintos, em parte, dos traços do antissemitismo “moderno”, reinventado no final da Monarquia de Julho, que reveza com os traços antigos de forte conotação religiosa “uma ideologia econômica e um discurso racista”.<sup>331</sup>

Nos meandros desses debates, o romance alencariano traz as significações de uma tradição literária antijudaica, articuladas com o contexto colonial e com os dilemas na imprensa fluminense. Este veículo, que contribui na formação e apreensão de valores culturais, históricos e sociais, ao divulgar amplamente o período colonial, cujo material difunde referências à Guerra Holandesa e à presença dos judeus, organiza formas de representar a realidade, inclusive, o passado do Brasil, tomando como tarefa a instrução de seus leitores. Nesse plano midiático, o grupo judaico entra em cena, seja no recuo ao passado, seja no palco do noticiário da imprensa, seja na circulação do romance-folhetim de Sue, fornecendo o material consumido pelos leitores de *As Minas*. Na articulação desses dois eixos, imprensa e romance-folhetim, Alencar confecciona o caráter nacional de sua ficção de natureza histórica, trazendo aspectos representativos em comum com o romance *Calabar*, de Mendes Leal, e readaptando a obra de Eugène Sue. Sendo assim, as imagens dos descendentes dos hebreus deslizam entre a matriz colonial, que é ressignificada nos periódicos, e a matriz da imprensa oitocentista.

No plano da representação identitária brasileira, a obra alencariana inscreve os jesuítas e judeus de diferentes maneiras. Os inicianos trazem o tom local e integram os ideais de religião e civilidade. No reverso disso, os judeus destacam-se como sujeitos inassimiláveis, pois, no tocante à nação, eles são os traidores. Na ação narrada, os hebreus são impelidos contra a expansão religiosa católica nos seiscentos, que dilatava seus domínios no além-mar.

No cenário da capital baiana do século XVII, os personagens judeus Brás e Samuel destacam-se como contrabandistas, conspiradores e traidores da pátria. Uma vez que

---

<sup>331</sup> “O tema da riqueza só será substituído pelo poder econômico nos finais da Monarquia de Julho. O socialista G. M. Dairnvaell, que publicou um *Code des Jésuites* em Março de 1845, faz imprimir no ano seguinte uma *Histoire édifiante et curieuse de Rotschild I, roi des Juifs*, em que aplica aos Judeus as metáforas outrora atribuídas aos Jesuítas. Denuncia a dinastia dos Rotschild, que ficaram em França “como a sanguessuga agarrada a veia do homem”, e que os governos não conseguiram impedir de ser “os vampiros do comércio e as pragas das nações”. “Apelamos, conclui, à justiça contra esses homens que sacrificaram o sangue humano ao Vitelo de ouro.” Os Rotschild, na sua maneira de ver, são mais de temer que os jesuítas, cuja expulsão se exigiu. Um medo substitui outro; ao complot jesuíta vai suceder a conspiração judaica.” LEROY, Michel. *O mito jesuíta*. De Béranger a Michelet. Trad. José Eduardo Franco e Ana Santos, Isabel Gomes e Sofia Geraldés. Lisboa: Roma, 1999, p. 248.

os judeus se sentem ameaçados pelas leis coloniais<sup>332</sup>, não poderiam desenvolver o sentimento de pertença à pátria. O fato de esses personagens viverem sob constante ameaça de serem expulsos da colônia faz com que se aproximem dos holandeses.<sup>333</sup> Assim, Brás e Samuel preparam uma conspiração contra a Colônia Brasileira, ao mesmo tempo em que traficam com os estrangeiros e buscam libertar os flamengos presos em terras brasileiras.

Nesse ponto, a referência à Guerra Holandesa contribui para o entroncamento das esferas religiosas dissidentes no Brasil, judeus e cristãos, trazendo à baila o ranço do período conturbado em termos religioso, político e histórico. A pintura do momento nos permite pensar que os judeus singularizados no romance simbolizam a influência das comunidades judaicas, cuja formação se deu no Brasil Holandês, e cuja representação na obra literária projeta-se na reunião desse grupo étnico na casa do rabino Samuel:

A casa do mercador Samuel era construída de encontro à encosta oriental da montanha, que serve de assento à cidade; na frente era sobrado e nos fundos casa térrea, ao que parecia ao menos. Havia porém por baixo uma sala **subterrânea onde tinha o judeu escondido o seu cofre, e para a qual se entrava por um alçapão. Foi nesse aposento que os dez vultos, sabedores dos escaninhos da casa, se reuniram a um e um.**<sup>334</sup>

Representando esse momento, a narrativa histórica de Alencar ficcionaliza tanto personagens que foram expulsos de Portugal quanto personagens que se refugiaram na colônia. A condição tensa experimentada por esse povo é trabalhada nas relações entre as leis que permitem aos colonos virem ao Brasil:

Em 1601, os *pobres judeus*, a quem era proibido pela lei de 30 de junho de 1567 passar às colônias, ofereceram a soma de 200, 000 cruzados pela revogação do interdito; semelhante transação que bem revelava os lucros avultados que essa **raça industrial e mercantil** tirava do comércio da Índia e do Brasil, **ofendia os interesses da Companhia. Desde então não cessara a ela de insistir pela revogação da lei de 30 de julho de 1601.**<sup>335</sup>

<sup>332</sup> A narrativa se apropria das leis que regulavam a passagem dos judeus nas colônias: “Além dos estrangeiros, apresentavam-se ainda **outros meio-inimigos**, ou ao **menos mui suspeitos**. Eram os cristãos-novos, muitos dos quais, de sangue português, se encontravam disseminados por toda a costa, e alguns até com ordens sacras, e aos quais a metrópole ora perseguia, ora favorecia. Depois de haver consentido que passassem muitos ao Brasil, proibiu a vinda de outros; mas, reconhecendo logo que isso não estava em harmonia com o desejo que mostrava de ver povoado o Brasil, cassou a proibição. Depressa, porém, mudou de parecer: **reunindo-se os judeus e cristãos novos na metrópole, e oferecendo, para as urgências do Estado, a avultada quantia de um milhão e setecentos mil cruzados, incluindo nela duzentos para poderem comerciar livremente com as colônias, tudo lhes foi concedido.**[...] prosseguindo-se ainda depois de casadas as graças concedidas, e sendo assunto não liquidado em 1617”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. p. 65. Tomo II; grifo nosso. As notas da obra trazem os alvarás e as leis, dentre as quais citaremos: “Alvará de 21 de maio de 1567” que proíbe a vinda de cristão; “leis de 31 de julho e 24 de novembro de 1600.”, concedeu tudo aos judeus mediante uma determinada quantia.

<sup>333</sup> “Os judeus ameaçados pelo Santo Ofício, chamavam os holandeses, como outrora seus antepassados em Babilônia haviam chamado em suas preces Ciro, o conquistador, para libertá-los da escravidão.”. ALENCAR, *As Minas*, p. 689.

<sup>334</sup> *Ibid.*, p. 828; grifo nosso.

<sup>335</sup> *Ibid.*, p. 577; grifo nosso.

Segundo o narrador, o povo judeu teve que negociar sua condição nas terras da América, pois eram barrados pelas leis da metrópole. No cerne desse conflito, a representação dos judeus passa pelas imagens de povo sem terra e sem pátria, que busca lucro e uma nova pátria no além-mar. Esbarrando com a Companhia de Jesus e com os representantes do sentimento patriótico, defrontam-se com vários obstáculos para atingir seu objetivo. O forte impacto desse povo na ficção de Alencar traz o tom folhetinesco do romance.

Partindo dessas problematizações, este trabalho busca indagar dos sentidos e estereótipos sobre os judeus explorados pela obra alencariana. Se José de Alencar interpreta a nação à luz do romance histórico, sob proposições morais e religiosas, como ele lê a “raça judaica” num território pertencente à Monarquia Católica? Como este povo se relaciona com o projeto de identidade nacional? Estudaremos a construção das imagens do israelense como traidor, conspirador e contrabandista, analisando os seus possíveis significados associados à busca de uma literatura nacional, à particularidade da história do Brasil, bem como à tradição literária e ao consumo do romance-folhetim de meados do século XIX. Levando em conta essas questões, dividiremos o capítulo em três momentos. Num primeiro, trataremos as controvérsias sobre os judeus na imprensa. Investigaremos como eles são pensados nesse período de formação e consolidação de expedientes nacionais, construídos no âmbito da imprensa e do papel desse suporte enquanto disseminador do espaço artístico e da esfera cultural; e analisaremos qual o lugar que o grupo semita ocupa nos debates públicos e na sua transferência para o campo literário.

Numa segunda parte, trabalharemos os pontos de convergência entre o romance alencariano e o romance *Calabar*, de Mendes Leal, buscando os procedimentos em comum na apreensão da ação dos judeus junto aos holandeses. E, por fim, trataremos as leituras e interpretações de *As Minas de Prata* sobre o folhetim *O Judeu Errante*, de Eugène Sue.

### 3.1 Os judeus na Imprensa fluminense

Em *As Minas de Prata*, a ficcionalização dos conflitos religiosos e políticos na capital baiana fornece o suporte à representação nacional. Representar as origens da nação implica em reacomodar suas relações com a metrópole:

[...] as palavras trocadas entre o rabino e os flamengos lhe revelaram [no caso, o personagem Estácio espia o rabino Samuel] uma e a mais terrível parte da trama dos judeus, por ele ainda ignorada: o plano da rendição da Bahia aos holandeses.<sup>336</sup>

<sup>336</sup> *Ibid.*, p. 921.

Estácio, apesar do tempo que urgia, demorou um olhar sobre o cadáver [diz respeito ao ataque do grupo do protagonista aos holandeses “invasores”]; era a primeira vez na vida que ele sacrificava: - Foi pela pátria!... murmurou.<sup>337</sup>

Em *As Minas de Prata*, a tonalidade local incorpora o fenômeno de circulação de informações entre as fronteiras colonial e europeia, numa readaptação de traços culturais, simbolizados, sobretudo, pela mescla de culturas e etnias. Na narrativa, a província herda os problemas da Espanha com a Holanda, que desencadeiam os esforços pela unificação da nação legitimada pela unidade religiosa. Se o romance não adota uma postura unívoca com relação aos jesuítas, a figura do padre missionário se reflete nas práticas do padre Inácio, e mobiliza a esfera espiritual do catolicismo. Na representação ambígua do período, com a fuga de judeus para Portugal e para o Brasil e a decorrente desestruturação do catolicismo, qual a solução encontrada pela obra?

A prosa de caráter histórico expressa negativamente a liberdade religiosa do período holandês nos pontos em que a narrativa configura o eixo de oposição cristãos X judeus. Na obra, a Espanha dá condições para que o território sofra duplo ataque, seja por conta dos conflitos políticos e religiosos com os Países Baixos, seja por falta de uma administração eficaz na colônia.

Os aspectos históricos trabalhados por Alencar na obra mostram a fuga dos judeus e sua forte aliança com os protestantes, bem como sua vontade de impor uma nova religião na América. Na volta aos seiscentos, a obra deixa brechas para os oitocentos, uma vez que os problemas com os judeus sombreiam o momento de produção de Alencar.

A literatura antijudaica na imprensa fluminense de meados do século XIX é formada pela circulação de publicações nacionais ou estrangeiras que revisitam e retomam os estigmas tradicionais do povo judeu. A divulgação significativa dessa literatura surte efeito no Império Brasileiro, articulando-se com os problemas locais concernentes à concessão de liberdade religiosa e à colonização por meio de imigrantes não católicos. Dessa forma, a representação dos israelenses na obra de Alencar toca nos paradigmas que tipificaram e estereotiparam a figura dos judeus no mito cristão, os quais são redimensionados nas inquietações contemporâneas ao autor, relativas à expansão dos hebreus e sua conquista política, ao lado de um movimento de contestação e oposição a esse grupo. Podemos levantar a hipótese de que a literatura antissemita, no reverso da religião católica, reafirma e redimensiona o mito dos judeus, permitindo perspectivas em comum com o dos jesuítas.

---

<sup>337</sup> *Ibid.*, p.935.

Esses paradigmas são mimetizados na obra alencariana, de maneira que as referências que constavam para Alencar e seus leitores são importantes na compreensão da obra e de seu momento de produção.

No *Correio Mercantil*, as temáticas sobre os judeus no Brasil e no mundo gravitam em torno da sua influência na vida religiosa, e suas restrições quanto à atuação na política. Assim como os jesuítas concorriam com o poder temporal, os judeus eram temidos por sua concorrência religiosa e política e, principalmente, por deterem poder financeiro. Tentaremos apreender as características em comum dessas imagens, levando em conta o fato de o grupo semita provocar maior rejeição, visto que, embora os loiolanos sejam criticados e contestados, fazem parte do processo civilizatório do Brasil. No reverso disso, estabelecem-se paralelismos significativos com os traços do complô judaico.

Dessa forma, antijudaísmo e antijesuitismo podem ser encarados como manifestações que acompanharam a reafirmação da religião cristã nos diferentes espaços nacionais. Enquanto o primeiro fenômeno faz parte do lado reverso e negativo da história do mito cristão, o segundo desenvolveu-se em todos os cenários em que os loiolanos tiveram alguma ação. A compreensão das causas que estão nos primórdios destas construções negativas auxilia-nos a entender as imagens sobre esse povo na imprensa, e, principalmente, na obra de Alencar.

Na imprensa, detectamos a predominância de um discurso negativo sobre os judeus, no engendramento de um amplo processo depreciativo, configurando ora os descendentes dos hebreus ao lado de leituras negativas sobre os jesuítas, ora na leitura cristãos X judeus, emblemática da religião cristã, ora como cidadãos impossibilitados de exercerem seus direitos civis.

No *Correio*, a circulação dessas imagens se faz por meio de discursos e representações ambíguas, a partir de distintas rubricas jornalísticas: *Exterior*, *Notícia do exterior*, *Cartas ao leitor*, *Publicações a pedido*, *Folhetim*, o que pode ser associado à diversidade de prosa que fixa variedade de manifestações e pontos de vista. Se, por um lado, averiguamos multiplicidade de vozes, por outro, é possível distinguir um paradigma mais geral, rearranjado segundo estratégias da Igreja Católica, as quais mantêm e reiteram os mitos mais antigos.

Nesse sentido, encontramos os judeus relacionados às comemorações cristãs, às releituras bíblicas, ao movimento de contestações religiosas. Também nos deparamos com comentários sobre a força de sua religião, como um poder simbólico que os diferencia e lhes dá forças para lutar por seu espaço. Se sua religiosidade, ainda que não seja única e

homogênea, é responsável por identificá-los através de um discurso consensual, de outro lado, ela também é responsável por sua marginalização. A seguinte comparação entre os portugueses emigrantes, sem proteção no território brasileiro, e os judeus: “[...] os Portugueses no vasto território do Império, por assim dizer, como os judeus que espalhados em toda a superfície do globo, **sustenta-os só a religião e o espírito da raça [...]**”<sup>338</sup>, incide luz sobre o estado antigo e contínuo de exclusão desse povo.

A publicação do folhetim de Eugène Sue *Os Mistérios do Povo* na década de 50 é bem representativa nesse momento, ao trazer a história de Jesus de Nazaré. A tradução para a língua portuguesa e sua publicação ao lado de notícias francesas que tratam dos judeus, juntamente com outras que discutem a situação civil desse povo em países europeus, nos auxiliam a compreender possíveis sentidos desse grupo étnico. Por um lado, são aceitos, principalmente, por terem poder aquisitivo, caso do Brasil, por outro, são repudiados e evitados no âmbito civil, por sua religião.

Em *Os Mistérios do Povo*, o capítulo “A Cruz de Prata ou o carpinteiro de Nazareth” é atravessado pela ideia-chave que marcou a história dos judeus ao longo de suas reescritas, a ideia do povo que traiu e matou Jesus. O estigma do povo traidor, amaldiçoado, execrado, se implementa no folhetim de Sue, inoculando a nefasta influência desse grupo para a sociedade, seja romana, ou a de outros tempos. Após a publicação desse capítulo, o autor escreve uma carta a seus leitores explicando sua intenção, ao rerepresentar a história do Império Romano. Segundo o texto “O Autor a seus leitores”, a narrativa ficcionaliza o personagem “Jesus” como o primeiro reformador social da sociedade romana, em confronto com o estado de decadência do Império Romano:

Antes de chegarmos à era cristã empreendi dar-vos uma ideia dessa monstruosa sociedade romana que escravizava, corrompia e aterrava o mundo.

[...]

Essa surda e ameaçadora ardência de insurreição contra a dominação romana lavrava no meio de todos os povos, quando ao mundo se revelou Jesus de Nazareth.

Tentei no episódio de Cruz de Prata, [...] por em ação os principais acontecimentos da vida sublime de Jesus, e mostra-vos esse Cristo, tão divinamente adorável [...]

Ora, como haveis visto, caros leitores, pelas citações irrecusáveis dos evangelhos, Jesus de Nazareth não foi só um admirável reformador social e político, mas também um reformador religioso, e, posto professasse ele a religião judaica, ele reprovava e desconhecia certos dogmas, certas práticas religiosas, consideradas pelos sacerdotes como indispensáveis à salvação: foi portanto incessantemente atacado, execrado pelos Fariseus, e finalmente entregue à morte a pedido deles, por ter querido, segundo eles, derribar a

<sup>338</sup> *Correio Mercantil*, 20/01/1852, p. 1; grifo nosso.

religião, dissolver a família, e atentar contra a riqueza e a propriedade individual.

[...] A sublime doutrina de Jesus resume-se nestes princípios: o amor do próximo, a igualdade entre homens, a caridade.<sup>339</sup>

A discussão metaficcional de Sue deixa entrever sua leitura e inclinação à escrita religiosa, ao ressignificar e atribuir sentidos aos textos bíblicos, que, a seu ver, passam a ser dosados por um alto teor de dimensão social, transformando “Jesus” no primeiro reformador, e mitificando suas ações, as quais se diluíram no decorrer das mudanças socioeconômicas. A representação dos judeus, na contramão do Salvador, protagoniza uma sociedade doentia marcada por sucessivas práticas que privilegiam um determinado grupo. Nesse sentido, a escrita do romancista francês permite estabelecermos um paralelo entre o decadente Império Romano e a sociedade francesa oitocentista, a qual também precisava de reformas sociais, ponto no qual Sue provoca debates e reflexões polêmicas. Em outro momento do romance, a figura do judeu aparece novamente:

- Meus caros irmãos, tomai sentido! – exclamou Simão o frade: - o senhor de Plouernel é um monstro de ferocidade; ele dá-se a feitiçaria com uma nigromante, sua concubina... e por cúmulo de horror, dizem que ela é judia!

- Leve o diabo os judeus! – exclamou Haroldo – o – Normando, mercador de relíquias. – O que ainda restam alguns deles? Não foram todos enforcados, queimados, afogados, degolados, esquartejados por ocasião da caçada que se lhes deu em todas as províncias, como se fossem animais ferozes?

- E depois dos suplícios dos hereges de Orleans, que morreram queimados, - disse o frade Yeronimo. – nenhuma exterminação de animais imundos foi mais meritória que a desses malditos judeus. Não levaram eles os Sarracenos da Palestina a destruir o templo de Salomão em Jerusalém?

[...]

- Sim, meu irmão, porque os **abomináveis maléficos desses judeus afrontam o tempo e o espaço...** Mas paciência! virá em breve o dia em que pela vontade divina não hão de mais ser os peregrinos violados que irão gemer e orar em Jerusalém sobre o túmulo de Nosso Senhor Jesus Cristo, porém sim a cristandade inteira que há de marchar em armas a terra santa, afim de exterminar os infiéis e livrar de sua presença sacrílega o sepulcro do Salvador do Mundo!<sup>340</sup>

Também encontramos releituras desse povo na recepção de “Lendas e Narrativas”, de Alexandre Herculano, que, ao trazer um breve panorama do livro, indicando o pano de fundo histórico e os personagens que aparecem, ao lado de comentários sobre outras obras do autor português, caracteriza uma determinada época, na qual os judeus surgem como personagens “covardes”:

Mas o que desde logo se percebe é o grande fato histórico de A. Herculano. Naquele fragmento escolhido no longo período do reinado de Fernando I, em

<sup>339</sup> *Correio Mercantil*, 02/11/1850, p. 1 e 2.

<sup>340</sup> *Correio Mercantil*, 19/05/1852, p. 1 e 2; grifo nosso.

alguns valentes e vigorosos traços, compreende-se a tibieza de Fernando, a ambição feroz de Leonor Teles, a avidez humilhante e covarde dos judeus [...].<sup>341</sup>

Encontramos ainda a apreciação de uma peça intitulada “Judeu”, de Racine. “O enredo consiste em um homem matar uma porção de famílias à fome e à sede, dando-lhe dinheiro para matar a sede e a fome! À primeira vista parece isto uma burla, mas é como um [sic] digo! No fim da tragédia morre o judeu com a barriga em cima da burra e uma bola de pão nas unhas.”<sup>342</sup>

A porosidade jornalística permite que os folhetins, ao trazerem a poeticidade do jornal articulada com a recepção literária e dramática sobre assuntos próximos, possam dialogar com as publicações na parte superior do jornal, de maneira que, para o leitor daquela época, a esfera cultural se coaduna com o noticiário político e econômico que coloca em cena o povo judeu. A narrativa literária compreende formas e adaptações do mito dos judeus, entrando em consonância com o noticiário consumido pelo leitor, de forma que o movimento antissemita fazia sentido naquele momento, ressoando suas tipificações.

Na parte superior do jornal, publicam-se várias notícias sobre a expansão do povo semita, de forma que os recortes nos permitem reconstituir um eixo referencial sobre esse grupo, o qual mostra as propriedades de sua disseminação por vários países do globo, tendo como âncora de sua atuação uma tradição arraigada numa literatura antijudaica.

Tocante a essa literatura, podemos interpretar que, se por um ângulo, os judeus dos noticiários fundam um protocolo discursivo, baseado na sua luta política, por outro, despertam uma reação de outras esferas, principalmente, dos cristãos católicos e daqueles que se opõe a seus direitos civis, as quais foram ressignificadas em *As Minas*. Nesse momento, aproveitamos para antecipar que as imagens dos hebreus apresentados nos periódicos locais são redimensionadas na narrativa alencariana que reconstrói a luta árdua desse grupo no anseio de conquistar direitos e terras, ao passo que são impedidos pelos personagens cristãos, sofrendo um contra-ataque do personagem protagonista, letrado nos ensinamentos da religião católica. O povo hebreu no seu infinito caminhar quase consegue tomar um país, porém, fracassa e continua perambulando na sua decadência.

O discurso de oposição face à expansão dos judeus e de outras denominações religiosas articula-se com a questão da colonização no Brasil. Representar a Igreja Católica diante de colonos protestantes se coloca como um ponto problemático. Entender essa questão

<sup>341</sup> *Correio Mercantil*, 31/03/1852, p. 2.

<sup>342</sup> *Correio Mercantil*, 22/02/1857, p. 2.

é importante na medida em que nos possibilita interpretar os possíveis empréstimos dos dilemas das esferas religiosas e políticas oitocentistas para a representação do período colonial em *As Minas de Prata*. Na narrativa, a união entre judeus e protestantes é interpretada como uma ameaça à unidade territorial, ao passo que, nas representações da escrita jornalística, os judeus e protestantes aparecem em contextos aproximados, encarados como povos que oferecem alternativas de mão de obra no Brasil. Tendo como eixo referencial as reflexões entre religião e colonização, antecipamos as questões que estabelecem pontes interpretativas entre distintos períodos.

Nesse sentido, a publicação “Correspondência do Correio Mercantil”, da cidade de Filadélfia, discorre sobre a situação de colonos não católicos no Brasil. O autor garante que pela legislação do país os protestantes, turcos e judeus, possuem as mesmas igualdades de direitos de todos os católicos. Identificando-se como “um pobre advogado da roça”, o escritor discute a melhora do país com a liberdade religiosa, o que permitiu aos colonos viverem no Brasil, bem como os progressos em Filadélfia.<sup>343</sup>

Ainda no tom local, deparamo-nos com discussões relativas à colonização, que passam pela pauta da imigração protestante. Num discurso irônico, o *Correio Mercantil* comenta algumas posições retrógradas contra os protestantes no Brasil, como o fato de tomarem a postura de apenas aceitar jesuítas, capuchinos, e outras ordens religiosas:

O redator da *Semana Católica* acaba de resolver, com um eloquente rasgo de pena, o problema que tantas dores de cabeça tem causado nos nossos conselheiros de Estado, ministros, senadores, deputados e jornalistas. Em um país católico não se devem admitir protestantes: é por isso que o Papa está disposto a exigir, por exemplo, do imperador da Áustria que faça sair do seus estados os sete milhões de gregos, protestantes e **judeus** que e ali poluem o catolicismo.<sup>344</sup>

O redator ridicularizando ainda mais a posição do referido jornal, chama seu posicionamento de “opinião de sacristia”, desmerecendo-a. Entretanto, se considerarmos que o ponto inicial da discussão da colonização coloca em pauta não só os problemas dos índios e da mão de obra no Brasil, mas um problema de outra ordem, conseguimos interpretar a profundidade e os impactos da religião em outras esferas. Para nosso estudo, aproveitamos desses dilemas para levantar a hipótese de que a narrativa histórica de Alencar reescreve metaforicamente essas polêmicas na discussão sobre o quadro cultural e miscigenado na Bahia seiscentista, onde há a convivência de diferentes etnias e, nesse sentido, as religiões

<sup>343</sup> *Correio Mercantil*, 20/09/1858, p. 1.

<sup>344</sup> *Correio Mercantil*, 19/02/1857, p. 1; grifo nosso.

protestante e judaica se apresentam num quadro não só de oposição à católica, mas também num quadro de traição e de ameaça política ao Brasil. Resgataremos nossa hipótese na análise de *As Minas*.

Nas notícias, principalmente as do exterior, o grupo judaico é acentuado por suas tentativas de conquistas territoriais e políticas, que reforçam o estereótipo de sem pátria, sem terra. Mais precisamente, no contexto socioeconômico do Brasil, encontramos notícias sobre o monopólio dos judeus sobre os capitais. Essa visão aplica-se a outros contextos, nos quais esse grupo étnico revive o estereótipo de usurário: “Uma companhia bancária privilegiada é um imenso e colossal judeu com a planta sobre o pescoço de uma população inteira, que sufoca e se estorce nas ansias de um esforço impotente.”<sup>345</sup> Daqui, podemos levantar outra releitura de José de Alencar em sua obra – a exploração do judeu usurário. Se essa apropriação traceja um lugar comum na literatura, por outro lado, o poder que a narrativa concede à movimentação econômica do judeu Samuel, a ponto de conseguir manipular e custear uma possível guerra, poderia antecipar a figura do judeu capitalista no século XIX.

A obra de Alencar articula três níveis de representação de acordo com as realidades dadas a ler, tendo como referencial o periódico oitocentista, seus folhetins e o material colonial. Assim, tentamos recompor os campos de referências antijudaicas que fornecem uma rede de significações a Alencar, que a reconstrói na dimensão narrativa do passado nacional, dando formas e soluções para o seu romance.

Sendo a preocupação com os israelitas um assunto que consome os homens de letras no espaço mediado do jornal, seja na parte dos noticiários, seja na parte considerada ficcional, podemos sugerir que as vias de representação desse grupo nos jornais confluem para a produção artística. Sublinhamos que, curiosamente, a primeira peça de teatro considerada nacional, *O Poeta e a Inquisição* (1838), de Gonçalves de Magalhães, elege um judeu como protagonista. Após duas décadas, Alencar estabeleceria outras articulações do povo hebreu com o caráter brasílico em *O Jesuíta*. Entender essas leituras e, sobretudo, as correspondências delas com a manifestação da nação contribui para a compreensão dos personagens judeus alencarianos. Sob esse prisma, analisaremos a produção poética de Magalhães num viés consonante à intenção ficcional de Alencar.

---

<sup>345</sup> *Correio Mercantil*, 03/09/1857, p. 2.

### 3.2 Representações da matriz identitária: o judeu no primeiro teatro nacional e suas recuperações nas obras alencarianas

Os periódicos perpetuam o estereótipo econômico do judeu e do israelita do mito cristão, à medida que são propagadores dos sentidos estigmatizados desse grupo, legitimando a superioridade da religião cristã. As estruturas tipificantes do hebreu no discurso jornalístico se repetem, em grande parte, nos personagens judeus nas peças do teatro romântico, de maneira que as distintas linguagens e representações tracejam convenções sobre a cultura hebraica. A análise de Bergerman sobre esse grupo no teatro dá uma noção da sua negatividade e nuances:

[...] embora se verifique um peso mais acentuado da imagem negativa da personagem judia, textos como *O Sacrifício de Isaac*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *O Jesuíta*, de José de Alencar, contribuem pra o esgarçamento dessa máscara teatral negativa.<sup>346</sup>

Citamos o teatro por conta desse gênero ter grande visibilidade nos oitocentos, e por colocar o público em contato direto com a postura antissemita. Podemos traçar a hipótese de que há um discurso convencional entre os periódicos e as escritas artísticas, que mantém e reverbera os mitos tradicionais. Apresentaremos algumas peças teatrais numa perspectiva comparativa entre Magalhães, Alencar e as representações midiáticas.

Em 1838, Gonçalves de Magalhães coloca em cena a peça *Antônio José ou o Poeta e A Inquisição*, embasada na biografia de Antônio José da Silva, O Judeu, dramaturgo que nasceu no Rio de Janeiro no século XVIII, foi perseguido pela Inquisição e acusado de judaísmo. Refletindo sobre a condição do poeta como sujeito marginalizado, sensível às camadas desprestigiadas da sociedade, sujeito à opressão, no caso, a religiosa, vítima da violência colonial e católica dos setecentos, Magalhães representa o poeta, dramaturgo, literato que, muitas vezes, sofre para alcançar o sucesso. Nessa relação de afinidades, o escritor oitocentista, consciente dos problemas identitários da pátria, enxerga na figura de Antônio, poeta descendente do povo hebraico, o representante da nação, seja pelo sincretismo religioso do dramaturgo, seja por sua imagem de indivíduo cindido. A condição conflituosa do judeu num território dirigido pela Inquisição, ora acusado de judaísmo, vítima de sua origem religiosa e herdeiro do caminhar incessante, ora encarado como sujeito fragmentado, que, no acomodar de outras doutrinas, convive com culturas, mitos e imagens variadas,

---

<sup>346</sup> BERGERMAN, Maria Augusta de Toledo. *Máscara e personagem: O judeu no teatro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 122.

experimentando o entre-lugar, promove uma crise identitária, um desajuste que estabelece uma ponte com as questões nacionais do Brasil.

No caso dessa tragédia, a cultura hebraica pensada a partir do herói metaforiza os problemas da pátria. Apesar dessa representação, ao ser pensada sob o prisma religioso, deslocada para o cerne do problema eclesiástico no país, é demarcada como desafiante ao domínio do catolicismo e à reescrita do passado nacional, sobretudo, à luz do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Brasil pós-independência é um país que procura seu espaço, seu lugar, criando seus representantes pátrios na construção ideológica do passado único e coerente, no qual a temática da imigração tange às preocupações desse momento. Nesse sentido, Magalhães aproveita da natureza dúplice do hebreu, reconhecendo esse assunto como nacional:

As particularidades de sua vida são ignoradas; mas do silêncio da História se aproveita com vantagem a Poesia; e a imaginação supre otimamente todas as omissões; o que se sabe positivamente é que ele foi queimado vivo na praça do Rocio, em Lisboa, em um ato de Fé, em 1739, na idade de 39 anos, tendo sido acusado ao Santo Ofício como Judeu.

Desejando encetar minha carreira Dramática por um objeto nacional, nenhum me pareceu mais capaz de despertar as simpatias e as paixões trágicas do que este: as desgraças de um homem de letras, de um Poeta, que concorreu para glória nacional, não podem deixar de excitar o interesse e amor, ao menos do nosso País; e tanto mais deve esta lição ser importante, quanto a miséria, e o abandono é o fim de quase todos os Poetas Portugueses, e Brasileiros. Queira o céu compadecer-se dos futuros engenhos, e animá-los nesta nobre empresa de civilização e de glória nacional, apesar da ingratitude e indiferença daqueles que podem, e devem, favorecer os nascentes gênios; que bem disse Camões.<sup>347</sup>

O dramaturgo promove a fundação do teatro nacional e, sob essa égide, convida o leitor a ver o marco do movimento de nacionalização da arte. O escritor procura uma nova estética para o tema brasílico, e no trânsito entre tragédia, forma representante da antiguidade clássica, e drama, representante da estética romântica, retrata o passado da nação, explorando a máquina colonizadora e sua formação política e ideológica. Poderíamos destacar o judeu como um personagem imigrante por excelência. Pelos fatores inerentes a tal categorização, eles incomodam as frouxas e ainda frágeis concepções de nacionalismo. O conceito do que é ser brasileiro ainda estava indefinido.

O homem marginal [...] constitui-se em uma presença frequentemente incômoda à sociedade. Seu desprendimento e postura crítica geram, muitas vezes, demonstrações de rancor e hostilidade que, aliados ao etnocentrismo,

---

<sup>347</sup> MAGALHÃES, Gonçalves. Breve notícia sobre Antônio José da Silva. In: \_\_\_\_\_. *Antônio José ou o Poeta e A Inquisição*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1839. p.II e III.

irão propiciar a formação de imagens estereotipadas e de mitos a seu respeito.<sup>348</sup>

José de Alencar, após duas décadas, também exploraria no teatro e no romance as imagens negativas do judeu sob os signos de apátrida, nômade e desajustado. Sob esses pontos, tanto a obra de Magalhães quanto a obra *O Jesuíta* de Alencar deslocam os estigmas desse povo e o recompõem na posição de representantes pátrios. Assim, ainda que o judeu de Magalhães seja herói, ele é alimentado por estigmas, tracejando a ambiguidade de seu personagem. Na de Alencar, ele poderia sugerir os desdobramentos da experiência judaica para a crise identitária da nação ficcionalizada nas produções artísticas, já que, nas duas peças, os estereótipos dos israelitas servem à manifestação nacional. Na peça alencariana, o loiolano Samuel projeta o Brasil independente, povoado por judeus e ciganos, na configuração de uma pretensa liberdade:

(Samuel) - Ides ver. Esta região rica e fecunda era e ainda é hoje um deserto; para fazer dela um grande império, como eu sonhei, era necessária uma população. De que maneira criá-la? Os homens não pululam como as plantas; a reprodução natural demanda séculos. Lembrei-me que havia na Europa **raças vagabundas** que não tinham onde assentar a sua tenda; lembrei-me também que no fundo das florestas ainda havia restos de povos selvagens. Ofereci àqueles uma pátria; civilizei estes pela religião. Daniel, o cigano, era o elo dessa imigração que em dez anos traria ao Brasil duzentos mil boêmios; Garcia, o índio, era o representante das nações selvagens que só esperavam um sinal para declararem de novo a sua independência. **Mas isto ainda não bastava; os judeus, família imensa e proscrita, corriam a abrigar-se aqui da perseguição dos cristãos; Portugal e Espanha pela intolerância, a Inglaterra pelo protestantismo, a França pelo catolicismo, lançariam metade de sua população nesta terra de liberdade e tolerância, onde toda religião poderia erguer o seu templo, onde nenhum homem seria estrangeiro.**<sup>349</sup>

Se, por um lado, o personagem eclesiástico manifesta o desejo de tornar seu território livre, repleto de liberdade racial e religiosa, por outro, esse plano faz parte da natureza dúplex do loiolano, cindida entre sua autoimagem de representante nacional, propulsor da independência do Brasil, e seus meios poucos escrupulosos para consegui-la; entre uma ideia nacionalista grandiosa e planos baixos. Nessa sua natureza ambígua, o ideal de uma terra de liberdade gera suspeitas e corrói a projeção libertária. Ou seja, ainda que os mitos dos judeus sirvam à construção ideológica de nação do personagem jesuíta, tal personagem é cristão, o que poderia submeter a pretensa liberdade religiosa. Ou ainda, o fato de seus planos não serem levados adiante sinaliza a impossibilidade do povo errante de

<sup>348</sup> BERGERMAN, *op. cit.*, p. 24.

<sup>349</sup> ALENCAR, *O Jesuíta*, p. 180; grifo nosso.

pertencer ao território. Nesse ponto, levantamos a hipótese de que o hebreu nessa obra ganha caracterização de raça, o que levaria à consequente de representar esse povo na nação.

Em *O Jesuíta*, se a princípio os elementos judaicos povoam uma atmosfera de liberdade e de possibilidades, num segundo momento, formam ideais que se desmoronam. Dessa forma, o projeto imigratório sobre o grupo hebraico subjacente às estratégias de Samuel é arruinado.

A esfera religiosa e sua representatividade no discurso jornalístico e artístico dão novos contornos à discussão sobre imigrantes, no caso, sobre os judeus e sua religião, alicerçando seus entrechoques nos procedimentos ficcionais.

O tema de sua vida [Antônio José da Silva], no entanto, é realmente um tema nacional brasileiro e se insere num capítulo pouco conhecido da história do Brasil. O estudo dos movimentos migratórios de colonos brasileiros e portugueses entre a metrópole e a colônia, quer radicados definitiva ou temporariamente no Brasil, acusa um grande contingente de cristãos cuja origem e possíveis práticas religiosas judaicas só emergiam em função da discriminação que sofriam por parte do Santo Ofício. [...] O acesso aos processos inquisitoriais a partir dos meados do século XIX facultou a compreensão do comportamento, atividades [...].<sup>350</sup>

Nesse sentido, Magalhães, ao trazer um olhar crítico com relação à Inquisição, indicia a repressão do catolicismo. Sendo a Inquisição símbolo da opressão e da violência institucionalizada, os elementos críticos de sua imagem são transferidos para os jesuítas, enquanto membros da Instituição Eclesiástica, representados por Alencar. Se a primeira funciona como um órgão de fiscalização, investigação, prisão, tortura e execução, a segunda é exercida por frades que perseguem e oprimem cristãos, numa prática suspeita. Nas produções artísticas estudadas, os dois poderes incorrem na infâmia, e são incoerentes nos seus princípios. A primeira peça teatral lança críticas à Igreja, e as obras de Alencar acalentam as inquietações sobre a Corporação e sua exploração do povo. Entretanto, conforme já analisamos, a redenção do padre Molina ilustra a regeneração do catolicismo. Se Magalhães condena a Inquisição e o poder exercido pela Metrópole, Alencar, por sua vez, salva o catolicismo, condenando a cultura judaica e, por extensão, sua permanência no país.

Na contraposição do catolicismo ao judaísmo, as descrições estereotipadas dos hebreus na peça alencariana *O Jesuíta* são recuperadas no grupo judaico na Bahia seiscentistas em *As Minas*, fato que nos permite esboçar uma linha representativa entre a

---

<sup>350</sup> WINDMULLER, Kathe. *O "Judeu" no teatro romântico brasileiro: uma revisão da tragédia de Gonçalves de Magalhães, Antônio José ou O Poeta e a Inquisição*. São Paulo, Centro de Estudos Judaicos da FFLCH/USP, 1984. p. 93.

forma do teatro de temática nacional e a do romance histórico, ambos empenhados em ficcionalizar o passado nacional. A preocupação do literato gravita em torno da formação de um povo, conforme podemos ver metaforizada no pensamento do personagem Samuel e, nessa problemática, o judeu entra como parte da população colonial. Reformulamos a seguinte pergunta: se os mitos negativos desse grupo étnico desafiam a construção do espírito nacional, como são deslocados, desconstruídos e reacomodados? Entre os registros e esboços históricos, embasados no período da Guerra Holandesa, como Alencar cria os personagens israelitas, respondendo a questões de sua época? Aqui, podemos voltar à questão da imigração, relacionada com a imagem da terra prometida, da riqueza do passado, que se alastra para o presente contemporâneo ao autor, já incorporada à peça de Magalhães e recorrente no jornal.

Levando em conta as análises apresentadas sobre os jornais e sobre o teatro, podemos constatar que esse grupo desperta o interesse dos letrados, e seus perfis operam uma simbiose de retratos positivos e negativos na articulação de expedientes associados à religião e à economia, assessorando os debates locais, como o da imigração no Brasil. A necessidade de mão de obra e de pessoas que povoassem o país suscitam controvérsias em torno de seus perfis, e, nesse âmbito, a ideia de colonos e imigrantes judeus se esbarra com as suas imagens concebidas por uma tradição, cujo tom negativo é incorporado nas distintas manifestações de artes e outras narrativas.

Parte dos letrados que se lançam na tarefa de pensar os israelitas perpassa pela preocupação religiosa, interligada à manutenção da unidade nacional no trânsito entre passado e presente; nesse sentido, a reescrita das guerras coloniais, aliás, as imagens do “Brasil Holandês” constroem representações da ameaça de outras religiões. No campo artístico, as imagens tipificantes dos hebreus produzem efeitos de sentidos preconceituosos que extrapolam a esfera artística, ligando-se ou não à questão nacionalizante.

O discurso histórico e o fictício estabelecem pontos de contato. O IHGB projeta os desafios das configurações políticas e religiosas do “Brasil Holandês” para a união do país, sendo, neste período, o judeu visto como obstáculo para a consagração da religião e consolidação do espírito nacional, elementos que fornecem material histórico à elaboração da prosa ficcional. Os textos sobre a *guerra brasileira* formulam o mito nacional, legitimando a união entre sentimento nacional e religião católica:

[...] Mais poderosa do que qualquer outro elemento guarda a religião a vitalidade dos povos; à ela, e unicamente à ela, deve a Grécia ter ressuscitado no seu terceiro dia secular. Não pensou assim a intolerância dos

dignos sucessores de Calvino, favorecendo quiçá as más paixões exigiu medidas restritivas, dividiu em dois campos os súditos da Holanda, despertou as reminiscências de outra época, fez lamentar o domínio português e espanhol, e plantou um gérmen da agitação que devera produzir em poucos anos a guerra da independência.

[...]

Quais foram, porém, as verdadeiras causas da restauração de Pernambuco?

[...] O sentimento nacional nunca extinto, à religião católica que conservou no povo suas reminiscências, lembrou-lhe sem cessar sua origem, apontou-lhe no estrangeiro **o herege** [...]

Foi certamente o **catolicismo o laço mais poderoso de união entre os membros heterogêneos dessa sociedade: foi ele que prendeu as diversas raças, uniu desencontrados interesses.**<sup>351</sup>

[...] o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitanias para as outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que desta guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil. Pelo que respeita à tolerância religiosa, cumpre dizer que desde a invasão holandesa era muito menor, como sucede sempre que a antiga religião é posta em contato com outra nova, sobretudo trazida por conquistadores. O vício de certa indiferença religiosa converteu-se em fanatismo contra os protestantes e **judeus.**<sup>352</sup>

O esforço de Alencar para mimetizar a parte histórica impulsiona a mistura de gêneros e traços. A composição híbrida da sua prosa histórico-ficcional relê a gênese da nação, interpretando os processos coloniais à luz da imigração e miscigenação de outras culturas, fomentando a participação histórica dos judeus na Guerra Holandesa, e suas imagens de traficantes e usurários articuladas pelo discurso histórico. O grupo étnico está preso diretamente ao extrato folhetinesco e à grande batalha do romance, visto que as fissuras do folhetinesco permitem que o autor trabalhe de diferentes formas e fragmentos os estereótipos dos hebreus. As fragmentações lhe incutem a impossibilidade de uma visão totalizante, de forma que a figura desse povo aparece em momentos variados, alimentados por estigmas, num jogo lúdico com o leitor. Elas somam um vetor de força que tomam proporções gigantescas, tecendo projeções que se acumulam numa imagem literária super estigmatizada. Nesse sentido, a forma estética e os signos consensuais do apátrida, do nômade e do marginalizado contribuem para condenar a cultura judaica, auxiliando os ideais nacionalistas. Os traços rebaixados desse grupo contrapõem-se às qualidades nobres e altas do herói. O romance histórico, entre alto e baixo; erudito e popular, que fazem a performance daquele espaço, traceja a estrutura do gênero, que não se atém às descrições locais, mas sim apreende os grandes conflitos.

<sup>351</sup> PINHEIRO, Cônego Fernandes. *O Brasil Holandês. RIHGB*, tomo XXIII, p. 88; 94 e 95, 1860; grifo nosso.

<sup>352</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 611, 642, 679; grifo nosso.

Os procedimentos de reelaboração da tradição, principalmente, do mito cristão, contempladas pelo discurso histórico e narradas pela prosa alencariana, compreendem determinado campo de estigmas interpretados sob o prisma do nacional. Seguindo essa análise, propomos a hipótese de que o problema é, sobretudo, religioso, de maneira que a conversão poderia possibilitar a permanência de personagens judeus no Brasil.

Problematizando os aspectos religiosos e eclipsando os aspectos raciais, José de Alencar pensa as raízes do seu povo, nas articulações entre população, crença popular e religião. Portanto, no contraste e na harmonização entre traços da aristocracia e do povo, entre qualidades sublimes e disformes, constrói a figura do israelita pernicioso e, em menor grau, a do israelita nobre, projetada na filha do rabino, que desponta em beleza e caráter, figurando na guerra holandesa como ajudante de Estácio.

Nesse eixo conflituoso entre espírito nacional X estrangeiro traidor, estabeleceremos elos da obra alencariana com a de Mendes Leal. Analisaremos os judeus nas suas relações com a pátria brasileira, na engrenagem representativa do período colonial. Nessa perspectiva, estudaremos a ressignificação da Guerra Holandesa em *As Minas de Prata* e em *Calabar*, de Mendes Leal.

### **3.3 A representação dos Judeus em *As Minas de Prata*: diálogos com *Calabar* (1863), de Mendes Leal<sup>353</sup>**

#### **3.3.1. José de Alencar e Mendes Leal: por um projeto literário nacional**

A trama dos judeus contribui para a consagração de uma determinada representação, forjada na imprensa, nas discussões literárias e na própria literatura. Tanto *As Minas de Prata* quanto *Calabar* apreendem a matéria local embasada no período colonial, percorrendo o momento da Guerra Holandesa e construindo o mito fundador da nação. O resgate dos judeus no romance de José de Alencar alinha-se com o do romance brasileiro *Calabar*, de Mendes Leal, de forma que os significados atribuídos a este grupo étnico-religioso retoma a tradição literária, e, principalmente, a preocupação de construir uma literatura brasileira, ancorada na narrativa histórica das especificidades do passado e, neste sentido, os judeus se apresentam dentro dos limites deste projeto literário.

---

<sup>353</sup> Parte deste texto foi reescrito para o artigo “A REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS EM AS MINAS DE PRATA, DE JOSÉ DE ALENCAR: DIÁLOGOS COM CALABAR, DE MENDES LEAL”, a ser publicado no livro: PELOGGIO, Marcelo; VASCONCELOS, Arlene Fernandes; BEZERRA, Valéria Cristima.(org.) *José de Alencar: século XXI*.

Não por acaso, Mendes Leal<sup>354</sup> escreve uma Introdução para a sua narrativa de natureza histórica, discutindo a situação da literatura no Brasil até aquele momento (1863) e levantando uma questão um tanto polêmica para José de Alencar - o fato de a literatura nacional não ter uma obra que a represente:

Os riquíssimos elementos da história brasileira, disseminados e dispersos, carecem de ser colididos e coordenados, por mãos hábeis, por uma cabeça forte, por um espírito sistemático e filosófico. É essa uma bela empresa, que de certo tentará algum homem de robusta vontade e consciencioso saber. O romancista pode facilitar-lhe o caminho [caminho do historiador], tornando-o deletável. Levantar o esqueleto de um século esquecido no pó, reviver-lhe as tradições [...] Diz um crítico moderno: “que a Escócia deve mais a Walter Scott do que a todos os seus cronistas.” O Brasil não tem ainda, que o autor saiba, o romance nacional. [...]<sup>355</sup>

Nesse sentido, parece que o autor português provoca ainda mais o literato brasileiro, ao colocar em pauta as temáticas que poderiam representar a nação. Segundo ele, as minas do Brasil, suas riquezas, ou melhor, *o El dorado brasileiro*, não fariam parte disso “Não busqueis realizar os sonhos de fantasia na abundância das suas minas preciosas”. Devemos ter em conta que, em 1863, Alencar já havia publicado alguns capítulos de sua obra. A resposta do escritor cearense foi dada no texto *Como e porque sou romancista*, ao argumentar que a obra *O Guarani* representaria a literatura nacional e que seu romance não seria uma cópia de romances estrangeiros.

Se o assunto local e as maneiras de representá-lo geram controvérsias, num momento em que a literatura busca encontrar suas formas representativas, não é menos verdadeiro que as questões que incomodaram e inquietaram Alencar também guiaram seu projeto literário, cuja proposta estética e temática o autor tenta sistematizar no texto “Benção Paterna”. Tanto no paratexto de Mendes Leal, quanto no de José de Alencar, a representação da particularidade nacional coabita o campo das preocupações dos dois letrados. Por ironia literária, ambos os autores podem ser equiparados quanto à questão do projeto nacional. Nesse ponto, as duas narrativas destacam os movimentos ambíguos dos personagens judeus e estabelecem vínculos com os traços tipificantes desse grupo, principalmente, com o de traidores da nação.

---

<sup>354</sup> O envolvimento desse escritor e de sua obra na exploração dos mesmos aspectos dos homens de letras brasileiros em busca da construção da nacionalidade do Brasil transparece na *Introdução* do romance: “É a cor local que o poeta deve antes de tudo procurar; é dela que deve inspirar-se, é aí que o pintor deve compor as tintas da palheta [...]” In: LEAL, Mendes. *Introdução. Calabar*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1863, p. 9.

<sup>355</sup> *Ibid.*, p. 4-9.

### 3.3.2 Na taberna do “judengo” Brás

Em *As Minas de Prata*, a primeira chave de leitura importante para dar significado à história desses personagens apresenta-se na reescrita da obra em 1865, momento em que Alencar insere o capítulo XV “Da malga que se bebia na taberna do judengo” entre os dezenove capítulos já escritos. Os artifícios narrativos formam e definem a atuação dos judeus no Brasil, concentrada, por um lado, na imagem de contrabandista e conspirador de Brás. O espaço destinado a descrevê-lo e a caracterizá-lo em um capítulo específico nos possibilita entender sua figura como uma das peças centrais para o desenvolvimento da trama, juntamente com o papel atribuído à taberna na obra.

Sendo apresentado em momentos anteriores ao capítulo XV, Brás tem o seu caráter duvidoso sinalizado pela narrativa, de forma que o leitor já conhece o termo depreciativo do vocábulo “judengo”, qualificativo de Brás, antes de a narrativa sugerir “a malga”<sup>356</sup> de sua taberna. Seguimos com a apresentação:

Era este o taverneiro, o Brás Judengo, como o chamava **o vulgo**; homem de estatura meã, entre gordo e magro, de cabelo preto corrido e barba ruiva encarapinhada; espécie de ecletismo vivo no moral, como no físico; **alma anfíbia, habitando no vício tão bem como na virtude**.

Não professava **religião alguma, porém usava de todas**: era ao mesmo tempo pelos padres da Companhia e pelos senhores de engenho, a favor e contra a liberdade dos índios; vivia bem com o alcaide e com os ratoneiros; acoutava negros fugidos e também os entregava aos donos quando lhe davam pingue espórtula.

Seu verdadeiro nome era **Joaquim Brás**; pelo menos assim foi dado o rol na Câmara, quando se tratara do assentamento dos moradores e vizinhos do conselho. **Desse nome usava ele sempre que traficava com os mercadores judeus**.<sup>357</sup>

Entendendo “sujeito anfíbio” como um sujeito duplo, aquele que muda conforme o ambiente e a necessidade, o comportamento de Brás justifica-se diante de sua função, a de comerciante, pois, para que se mantivesse tanto tempo no comércio ilícito, mantém, por um lado, bom relacionamento com personagens que simbolizam a ordem e a lei, como Vaz

<sup>356</sup>Malga, s. f. Tigela para sopas. In: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. A descrição da taberna no romance fornece uma rápida contextualização desse estabelecimento comercial nos seiscentos, caracterizando a estrutura física desse “mercado popular” e seus objetos típicos, bem como as artimanhas do seu dono Brás para satisfazer seus fregueses: “De ordinário só havia na varanda uma grande mesa esquinada, posta no centro e ao comprido; naquela noite, porém, como essa não bastasse para a gente da gesta, mestre Brás [...] engendrara modos de satisfazer a sua numerosa freguesia. Uma tábua passada da janela a um cavalete, e barris ou cartolas voltados de borco, faziam bom suplemento de mesas, estreitas sim, mas suficientes para **o pratel e a malga**.” ALENCAR, *As Minas*, p.542; grifo nosso. No decorrer do capítulo, a malga serve de recipiente para bebida, no caso, para o vinho. Esse primeiro significado é transposto para outros de natureza metafórica.

<sup>357</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 467; grifo nosso.

Caminha, por outro, com personagens de caráter duvidoso, como o judeu Samuel, de forma que, na ambivalência de sua atuação, ganha aliados de toda a parte. Já o rabino Samuel também flutua na ambivalência, mas, com menos foco do que o taverneiro, atua na usura. Se Brás, apesar de ser judeu, torna-se cristão conforme lhe convém, Samuel respeita toda a doutrina de sua religião judaica, mostrando ser um verdadeiro rabino. A aliança entre esses dois personagens permite formar um comércio clandestino para traficar com os holandeses, que ancoram na costa da Bahia, de forma que tais contatos proporcionam a Brás participar ativamente de uma conspiração para tomar a capital baiana.

O taverneiro recebe diferentes nomeações ao longo da obra, como Joaquim Brás,<sup>358</sup> Brás Judengo,<sup>359</sup> e mestre Brás,<sup>360</sup> que registram o seu quadro de movimentação exterior e interior.<sup>361</sup> O título “Da malga que se bebia na taberna do judengo” se refere tanto ao próprio momento em que um dos capangas de Brás bebe o líquido da malga, e esse seria o sentido literal do título, quanto ao sentido metafórico, que abrange a atuação de Brás no romance e mobiliza a imagem de conspirador, de contrabandista e de ladrão. Em outras palavras, a atuação ilícita do personagem se reflete não apenas no comércio clandestino com os holandeses e judeus, mas também nas artimanhas que emprega para roubar o tesouro de Dulce<sup>362</sup>, visto que as reuniões feitas entre os membros do círculo de Brás se realizam na taberna. Estas seriam as outras “malgas” que se “bebiam” na taberna.

Neste ponto, o ambiente por onde Brás e seus comparsas agem, conspiram e tramam roubos reflete o lado obscuro da trama que, não por acaso, dialoga com o espaço subterrâneo da taberna, onde também acontecem os jogos ilícitos. Além do espaço que era visível àqueles personagens nobres, a taberna esconde outro: o dos jogos proibidos.

---

<sup>358</sup> Nome utilizado para comercializar com os mercadores judeus.

<sup>359</sup> Nome empregado no sentido depreciativo, tendo em vista que, dentro da própria narrativa, o vocábulo é aludido numa cena em que um personagem é xingado por uma série de termos de baixo calão e, entre eles, a palavra judengo é citada.

<sup>360</sup> Refere-se a sua maestria em lidar com seus negócios, visto que é bem engenhoso para satisfazer seus clientes e sua própria movimentação financeira. Destacamos o uso do nome “mestre Brás” no capítulo “Em que mestre Brás revela seu talento diplomático”, no qual o personagem é portador de uma carta dirigida pelos judeus da cidade de Salvador a Usselinx, ilustre chefe do partido da guerra e um dos fundadores da *Companhia das Índias Ocidentais*.

<sup>361</sup> Os nomes de Brás são analisados por Marta Bernadete Frolini de Aguiar Marczyk. *Representações cristãs do povo judeu em As Minas de Prata, de José de Alencar*. Tese (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>362</sup> A trama sobre o roubo do tesouro de Dulce aparece pela primeira vez numa reunião feita entre o taverneiro, seu empregado Anselmo e o escravo de Dulce, Lucas, que concebe as condições para assaltar o dinheiro da moça. Dulce é uma personagem espanhola que, após uma decepção com seu marido, resolve deixar a Europa para acompanhar seu pai na busca pelo *El Dorado* em terras brasileiras. Após a morte de seu progenitor, Dulce herda “um baú de diamantes”, conquistado por seu pai na exploração secreta das minas, e, conseqüentemente, atixa a cobiça de seu escravo que fornece informações precisas sobre o esconderijo do tesouro ao judengo.

Na obra, à construção dos espaços são atribuídos sentidos dentro de uma rede de significação, de maneira que revelam o caráter dos personagens a que pertencem, bem como o caráter daqueles que os frequentam. Nesse sentido, a taberna de Brás se coaduna com o espaço das reuniões camufladas na casa do rabino Samuel, onde se planeja o assalto à colônia:

A casa do mercador Samuel era construída de encontro à encosta oriental da montanha, que serve de assento à cidade; na frente era sobrado e nos fundos casa térrea, ao que parecia ao menos. Havia porém por baixo uma sala **subterrânea onde tinha o judeu escondido o seu cofre**, e para a qual se entrava por um alçapão. Foi nesse aposento que os dez vultos, sabedores dos escaninhos da casa, se reuniram a um e um.

Na ponta de uma banca longa e rasa, onde se viam o livro sagrado do antigo testamento e outros símbolos da religião judaica, estava sentado o velho Samuel pensativo e cabisbaixo; em face dele uma lâmpada mortiça lhe esclarecia o rosto adunco e hirsuto. Os outros, à medida que entravam, diziam pausadamente a saudação habitual:

- O Deus de Abraão e Jacob vos dê força, venerável rabino.<sup>363</sup>

Dessa maneira, a caracterização do ambiente subterrâneo permite entender aquele espaço como um esconderijo onde acontece a conspiração contra a pátria, fato que compromete os sujeitos envolvidos. A imagem do subterrâneo atrela-se à ideia do proibido, do ilícito e do mistério, o que se estende para o local da casa de tavolagem de mestre Brás. Se por um lado, a casa do mercador é caracterizada apenas por suas reuniões camufladas e pelos judeus que a frequentam, a taberna é apresentada, a princípio, com um apelo popular:

As vendas, que ainda hoje se encontram, viajando-se as províncias do sul, dão boa amostra do que era ela. O principal repartimento consistia numa espécie de varanda em quadra, primitivamente aberta e agora fechada com tabiques. Fazia as vezes de balcão uma janela bastante larga e rasgada na parede do fundo; ali repimpava-se o judengo no seu trono báquico, feito de um tonel, através de uma cortina de botelhas, almotolias e canjirões.

Sobre a tez vetusta e denegrada que geralmente apresentavam todos esses objetos desde o edifício até a frasca, espontava aqui e ali um ou outro ponto que tinha ar de frescura e novidade. Eram melhorias introduzidas por mestre Brás depois de sua viagem ao reino.

De ordinário só havia na varanda uma grande mesa esquinada, posta no centro e ao comprido; naquela noite porém, como essa não bastasse para a gente da festa, mestre Brás, sempre fértil em recursos, engendrara modos de satisfazer a sua numerosa freguesia. Uma tábua passada da janela a um cavalete, e barris ou cartolas voltados de borco, faziam bom suplemento de mesas, estreitas sim, mas suficientes para o pratel e a malga.

**O popular enchia a taberna, e o fluxo e refluxo dos que entravam e saíam agitavam a multidão. [...]**<sup>364</sup>

<sup>363</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 828; grifo nosso.

<sup>364</sup> *Ibid.*, p. 542; grifo nosso.

Na descrição detalhada da taberna do “judengo” o que sobressai é a popularidade daquele comércio naquela época, movimentando o elemento “popular”, pela participação da camada mais baixa da obra, e pelo fácil acesso que o povo tinha àquele estabelecimento. Neste ambiente, entre malga e diálogo misterioso, o narrador deixa entrever um encontro entre os capangas de Brás com um negro, contudo, não nos revela do que se trata, contrapondo-os ao encontro de Caminha com seu amigo Bartolomeu: “Mestre Bartolomeu era dono da ilha da Maré; e Gabriel Soares que o conhecera vinte dois anos antes, deixou notícias dele e de seu engenho”<sup>365</sup>, ambos personagens nobres e honestos. Neste espaço múltiplo, transita o popular e o letrado, o corrupto e o lícito, simbolizando o modo de atuar de Brás. Ao passo que no espaço aberto ao público, os personagens nobres convivem com os conspiradores, no espaço dos jogos, num local subterrâneo circulam os sujeitos mais indignos do romance, salvo D. Fernando, que por motivos pessoais, acaba se atirando a tal ambiente. Dessa maneira, a caracterização de um ambiente designa, qualifica, ou desacredita os personagens da obra, como os envolvidos diretamente ou indiretamente no ambiente subterrâneo:

O aposento era espaçoso bastante, e situado no centro da casa; não tinha janelas, nem outra porta a não ser a encoberta por detrás do armário. O ar penetrava pelas largas seteiras que davam para um pátio, e pela água-furtada que havia no telhado. No meio da casa via-se uma grande mesa oblonga de jacarandá, em volta da qual estavam **grupados dez fidalgos jogando as cartas. D. José foi** recebido por eles com ruidosa alegria; todos aconchegaram-se para dar-lhe lugar junto a si no banco em que sentavam. O alferes acomodou-se no que mais perto encontrou.

A mestre Brás não satisfaziam unicamente os ganhos da taberna; também tinha casa **de jogo ou tavolagem**, e explorava mais essa lucrativa indústria apesar das Ordenações do Reino, **que a proibiam. O judengo** porém era fértil em recursos e achara modos de combinar a segurança de sua pessoa com os acrescentamentos da bolsa. Comprara por **intermédio de um mercador judeu** a casa que tocava com a sua pelos fundos e construíra aposento apropriado ao fim a que se propunha.

A frente da tal casa era ocupada pela tia Eufrásia, mãe de Anselmo, que aí tinha sua tenda aberta durante o dia; à noite, por uma escada de mão encostada ao muro do pátio, ou ela ou o filho penetravam na sala pela água-furtada, para servir aos jogadores quando careciam de qualquer coisa. **Estes entravam pela taberna a título de beber, e ninguém podia suspeitar do fim que realmente os trazia.**

Assim, graças à **engenhosa combinação, a tavolagem do Brás não o podia comprometer porque não fazia parte de sua casa**; a tia Eufrásia e o Anselmo seriam, no caso pouco provável de devassa, os que pagariam as custas; mas em compensação disso, boas contas faziam eles ao taberneiro pelo serviço que lhe prestavam.<sup>366</sup>

<sup>365</sup> *Ibid.*, p. 547.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 755 e 756; grifo nosso.

Os sujeitos envolvidos neste ambiente são os mesmos que participam do ataque à colônia. Assim, esta passagem permite antecipar e visualizar os indivíduos que tramam contra a pátria, caso de D. José de Aguiar e de Anselmo. A taberna de Brás ganha sentidos variados conforme a narrativa se desenvolve, servindo também como ponto de encontro e de aviso da chegada das embarcações holandesas:

O pescador, que na véspera de Reis entrara **na taberna**, não era senão o capataz da companhia que ele tinha de espreita ao longe da praia para anunciar-lhe **a chegada do barco contrabandista: por meio de um jogo de lanternas de cor azulada, anunciavam os holandeses para a terra a sua chegada. O espia a comunicava ao Brás, que avisava Samuel, e partia a entender-se com o comandante.**<sup>367</sup>

Ao longo da narrativa, a descrição minuciosa da taberna de Brás e de seu comércio clandestino formaliza, na estrutura textual, o caráter histórico dos judeus como mercadores que se destacaram, principalmente, durante a invasão holandesa, quando se intensifica o tráfico de produtos no Brasil Colonial.<sup>368</sup> Nesse sentido, ao fazer referência ao contexto da Guerra Holandesa, a obra ressignifica aquele período, apropriando-se do filão histórico do momento: a presença dos judeus no contrabando de mercadorias e sua aliança com os holandeses, contribuindo para a tentativa de tomada do Brasil Colônia. Toda a trama permite visualizar o plano dos judeus e holandeses para atacarem o território português, com a participação determinante do rabino Samuel, personagem que encabeça a conspiração. Nesta perspectiva, os judeus não são apenas tratados como contrabandistas e usurários, mas também como conspiradores.

Uma peça importante do discurso do narrador sobre o próprio romance se encontra no período colonial explorado, que abre possibilidades de dialogar com os estereótipos trabalhados na obra, o que se torna significativo na medida em que permite entender como o romance se situava diante de outras obras que tematizaram os judeus. Na mesma década de publicação de *As Minas de Prata*, Mendes Leal escreve *Calabar* (1863), retratando a invasão holandesa na colônia, que conta com a participação ativa dos judeus no avanço dos flamengos.

<sup>367</sup> *Ibid.*, p. 830; grifo nosso.

<sup>368</sup> “A Companhia [das Índias Ocidentais] conferia no Brasil Holandês um tratamento mais favorável aos judeus do que o existente na Holanda- Países Baixos da época [...] Por um lado, a Companhia tornou-se fundamental para os judeus sefarditas dos Países Baixos; por outro, os judeus tornaram-se fundamentais para a estratégia comercial e de colonização da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil Holandês. A partir da década de trinta do século XVII, a Companhia fez com que os judeus sefarditas de Amsterdã desempenhassem um papel essencial no processo de conquista por parte dos Países Baixos de uma posição hegemônica no comércio mundial.” ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. *A revolução holandesa: origens e projeção oceânica*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 188.

No próximo item, analisaremos as possíveis dimensões literárias e históricas das referidas obras, o que nos permite visualizar a apropriação dos judeus nesses romances brasileiros e nas particularidades da história do Brasil.

### 3.3.3 *As Minas de Prata e Calabar: a construção dos estereótipos dos judeus*

Em 1863, um ano após os primeiros capítulos de *As Minas de Prata* (1862) serem publicados, é relançado no *Correio Mercantil* o romance *Calabar*, de Mendes Leal, que, como se subentende pelo próprio título,<sup>369</sup> apresenta uma trama ambientada no período da Guerra Holandesa. Uma parte inicial do romance de Mendes Leal já havia sido publicada pela mesma folha entre 1 e 30 de julho de 1853, esperando dez anos para vir a ser publicado integralmente. É possível que a publicação do romance *As Minas de Prata* tenha suscitado a retomada da publicação de *Calabar*.

A narrativa histórica de Mendes Leal resgata o material historiográfico sobre esta guerra, constrói a conjuntura particular de Pernambuco no quadro do combate dos seiscentos, sublinhando os problemas da administração Ibérica da colônia e do comércio ilícito dos habitantes locais com os holandeses. A configuração local de Recife e Olinda é dada por meio da particularidade do espaço pernambucano, da convivência entre senhores e escravos e do contraste entre a cultura dos portugueses e a dos escravos. O narrador explora a dimensão que a batalha ganha no território, em virtude da indiferença da Espanha, de modo que ocorre uma guerra entre uma população completamente despreparada e soldados altamente qualificados para a invasão. Os holandeses, além de estarem inteiramente preparados, contam com o auxílio dos judeus estabelecidos naquela região para fazerem o comércio clandestino e para invadirem a capitania de Pernambuco. A conspiração deste povo com os holandeses para dominar a colônia pertencente à União Ibérica e o comércio ilícito praticado entre eles e os habitantes locais esboçam elementos referenciais sobre a disputa pelas terras do continente americano e pelas suas rotas comerciais, já que entre os anos de 1624-1654 permitiu-se a livre

---

<sup>369</sup> Sobre o título, podemos considerar as observações dos editores do romance: “O destemido pernambucano, cujo nome serve de título ao romance do Sr. Mendes Leal, é decerto, apesar de manchado pela traição, um vulto que merece estudo. Esse estudo abre diante dos olhos do historiador uma das páginas mais brilhantes dos anais brasileiros, página que honraria qualquer dentre as mais poderosas nações, orgulhosas dos feitos heroicos de seus fundadores. A guerra holandesa, essa luta de um punhado de valentes indisciplinados e quase inertes contra as aguerridas forças da Holanda [...]”. LEAL, Mendes. Ao leitor. In: \_\_\_\_\_. *Calabar*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1863. p.1.

expressão da religião judaica nas regiões onde os holandeses dominaram e a criação das primeiras comunidades judaicas em território nacional.<sup>370</sup>

Dessa maneira, ambos os autores, José de Alencar e Mendes Leal, se apropriam do material histórico do passado para explorarem no campo literário as tensões entre colonizador e colonizado, nacional e estrangeiro e o próprio papel da pátria brasileira, bem como o da colonização europeia. A temática do comércio clandestino judaico concorre com a imagem cristalizada dos judeus como traidores e conspiradores, redimensionando os pontos em comum de ambas as obras. A partir do estereótipo do “judeu traidor”, já conceituado e arraigado no horizonte cristão, podemos entender que as narrativas, ao redefinirem as ideias de espírito nacional e de fidelidade à pátria, exploradas e mencionadas nos romances, tomam-nas como critérios e balizas para julgar e rotular o sujeito não-cristão de traidor. Assim, a representação dos judeus carrega, em sua produção de sentido, os possíveis diálogos com a tradição literária local e com a construção de uma literatura nacional, na medida em que são significativos os esforços de Alencar e de seus contemporâneos na busca de uma literatura brasileira. Devemos levar em conta que o romance *Calabar* foi encomendado pelo *Correio Mercantil* e que sua temática é condizente com o interesse dos letrados e do IHGB pela Guerra Holandesa,<sup>371</sup> que, de certa forma, construiu um dos mitos fundadores da nação: o povo que se une em defesa da colônia e em prol da pátria. Engrenadas neste horizonte nacional, as obras estudadas inflam determinados personagens de heroísmo e, em sua contramão, destacam-se os holandeses e os judeus. Mobilizando noções a partir do que se divulgava na época, o romance *Calabar* recupera a imagem do judeu traidor:

- [...] Sabeis vós quem antes do perigo pregava seguridade e favorecia a indolência? Sabeis quem, depois dele, espalhou o terror e o desalento, pintando aos homens da milícia o perigo de suas famílias, fazendo e promovendo por todas estas artes o abandono da cidade? Sabeis quem andou preparando esse espetáculo de um povo de velhos, de crianças e de mulheres fugitivas, que afrouxou os ânimos, e quebrou os braços àqueles soldados de dois dias, que todos eram pois pais e filhos, ou maridos, ou irmãos? Sabeis quem se pôs a segredar discursos artificiosos, que desgraçadamente davam eco em afetos e cuidados, que me não era dado coibir? Sabeis quem dispôs

<sup>370</sup> De 150 cristãos-novos mencionados em autos da Inquisição na Bahia entre 1620 e 1660, 20% eram senhores de engenhos ou lavradores de cana e uma grande proporção dos engenhos estava em mãos de cristãos-novos. Tanto os que permaneceram judeus em segredo quanto os que verdadeiramente abandonaram a fé de seus ancestrais sofreram discriminação e foram desprezados por outros elementos da população, tanto no Brasil como em Portugal. IN: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 225 e 226.

<sup>371</sup> O *Correio Mercantil* publica no ano de 1854 *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, lançadas em livro posteriormente. O IHGB publica textos sobre o período da Guerra Holandesa, lança biografias dos heróis dessa batalha e organiza e edita documentos dessa época. O constante interesse de Varnhagen por tal tema rende o livro *História das lutas com os holandeses no Brasil* (1873).

tantas vistas magoadas, que derretiam olhos e corações? **Foi essa raça condenada dos judeus**, que aí vieram do reino, com sua indústria maldita, inundar a cidade e apoderar-se do comércio, como usam sempre cair onde quer que lhes dá faro de ouro. Os rigores da santa inquisição pesavam-lhes nas consciências danadas. Com outros hereges como eles esperam que os deixem livres em suas práticas abomináveis....!<sup>372</sup>

O diálogo entre Matias de Albuquerque, governador das armas da capitania de Pernambuco, e Berenguer, português amigo do governador, coloca em pauta a invasão repentina dos holandeses sobre Olinda, que os pega desprevenidos, uma vez que conta com a ajuda dos judeus residentes na cidade, em conjunto com os outros personagens que, assim como o personagem D. José de Aguiar de *As Minas de Prata*, entregam o forte, isto é, fornecem informações sigilosas e precisas sobre a proteção da colônia. Nesse sentido, subentende-se que, em ambos os romances, os personagens judeus comprovam serem desenvolvidos na artimanha, mostrando-se grandes planejadores, de forma que o jogo de trapaças e a conspiração que empregam se tornam reveladores conforme as obras literárias pontuam um diálogo afinado com o que o leitor consumia no momento. Aqui fazemos alusão às relações destes romances com os folhetins de Eugène Sue, conforme os romances folhetinescos do autor francês abordam a conspiração dos judeus. Na obra de Sue, o jesuíta Rodin se esforça, por meio de várias alianças, para impedir a reunião de uma família de origem judaica, espalhada em várias partes do continente, de se encontrarem em Paris numa determinada data, o que desnuda os conflitos entre jesuítas e judeus e as conspirações de cada religião.

Nas obras brasileiras, os personagens de origem judaica, por não terem o sentimento patriótico, envolvem-se em planos para saquear a colônia e estabelecer um comércio ilícito. Em ambas as narrativas, atuam como conspiradores e contrabandistas.

A ação narrada em *Calabar* desenvolve os impasses entre as diferenças de línguas faladas naquele momento, em que diferentes etnias e grupos conviviam em um mesmo território. Assim, na colônia portuguesa, onde judeus, holandeses, portugueses, escravos e índios desafiam o uso da língua da metrópole, o personagem Calabar, ao transitar entre eles, consegue comunicar-se em diferentes línguas. Ao lado de Calabar, o judeu Samuel (personagem do romance de Mendes Leal), que reside em Pernambuco, também entra como intermediário e funciona como intérprete para os holandeses. Auxiliando os flamengos, Samuel acumula os estereótipos de conspirador e usurário:

---

<sup>372</sup> LEAL, p. 35. v. 1; grifo nosso.

Efetivamente o digno usurário mentia, como um judeu que era. Havia muito que ele se correspondia com **os seus correligionários de Holanda, e os avisos secretos que mandava não tinham sido indiferentes à invasão. Apenas os holandeses penetraram em Olinda, o seu primeiro cuidado fora apresentar-se ao general, que, por isso, o nomeara seu intérprete.** Com tais proteções e antecedentes não lhe tinha sido difícil preservar a sua casa, que, além disso, pela aparência mais que modesta, não tentava a cobiça. Nestes termos, em vez de perder no saque, aproveitara-o, para ir fazendo silenciosamente o seu negócio, comprando pela centésima parte do seu valor as alfaias - preciosas dos habitantes fugitivos aos soldados, ávidos de numerário. Domingos [Calabar], que talvez ignorava estas particularidades, conhecia a fundo todavia o caráter do seu amigo.<sup>373</sup>

Disfarçado sob as vestes de judeu, Calabar infiltra-se na casa de Samuel, com quem negocia, servindo de intermediário entre os senhores de engenho e o intérprete dos holandeses. Por meio das negociações entre Calabar – que desconfia de Samuel, o qual afirma que não tem dinheiro para negociar – e o judeu, podemos explorar as conexões e os planos para assolar a cidade, bem como as alianças religiosas formadas naquele momento, em que a Inquisição e a intolerância religiosa aproximam a comunidade judaica dos holandeses protestantes.

No trecho citado, o personagem judaico se recusa a negociar com Calabar, uma vez que, em função do cerco dos holandeses, os senhores de engenho se viam obrigados a vender seus produtos aos judeus e aos flamengos, de modo que era desnecessária a presença do caboclo. O comércio clandestino ganha desenvoltura, já que o procedimento narrativo que traça os embates experimentados por colonos frente à presença holandesa e ao fechamento de Olinda e Recife, o que dificultaria o comércio, impelindo os comerciantes a venderem suas mercadorias para os estrangeiros. A esse fato soma-se o assalto que os holandeses faziam aos produtos. Sobretudo, o contrabando naquela região é facilitado e possibilitado pelas trocas de informações entre flamengos e o grupo judaico, o que promove também o avanço dos protestantes sobre as cidades.

Em diálogo com essa matéria histórica, o romance alencariano ressignifica o espaço que os judeus e os flamengos tomaram no território brasileiro, ao mesmo tempo em que explora os esforços do grupo judaico e suas trocas de informações transatlânticas, de forma que, ao passo que *Calabar* ficcionaliza a tensão da luta religiosa e política concentrada na colônia portuguesa, *As Minas de Prata* reconfiguram o contexto conturbado da perseguição religiosa, expandindo sua discussão para o cenário europeu:

---

<sup>373</sup> *Ibid.*, p. 73. v. 2; grifo nosso.

As cenas que se seguem pelo seu encadeamento com a história não poderiam ser bem compreendidas sem a recordação de **certos acontecimentos do tempo.**

Continuava entre a Espanha e a Holanda a guerra que havia começado em 1579; porém nesse último país dividia-se a opinião a respeito da conveniência de sua continuação.

O partido da paz ganhava cada dia novas forças, apesar dos grandes esforços de Usselinx. Esse chefe ilustre do partido da guerra, diz Netscher, fixou a atenção sobre o Brasil, donde já exportava a Holanda anualmente o valor de 4.800.000 florins em açúcar afora madeira de tinturaria, algodão e outras mercadorias. Não obstante a magnífica perspectiva dessa conquista, **que se antolhava de fácil execução pelo desamparo em que deixava a Espanha suas colônias de origem portuguesa,** preponderou o voto da paz nos Estados Gerais, e concluiu-se um armistício de doze anos, que não foi respeitado pelos contrabandistas nas colônias.

Ao tempo em que vai correndo esta crônica, nos princípios do ano de 1609 não era ainda chegada ao Brasil a notícia da trégua; e portanto não haviam cessado as hostilidades, como não cessaram mesmo depois, ainda que de um modo mais encoberto. **Ora os judeus da cidade do Salvador, como os de todo o Brasil, ameaçados da revogação da lei de 30 de julho de 1601, que lhe permitiu passagem à colônia, apesar de a haverem comprado por 200.000 cruzados, faziam votos pela continuação da guerra e alimentavam a secreta esperança de ver o Estado do Brasil passar ao domínio da Holanda, a quem na falta da língua e da origem, os ligava o santo e poderoso vínculo da religião.**<sup>374</sup>

O caráter histórico da trama de José de Alencar assenta-se no conflito acirrado entre a Espanha e os Países Baixos, que estavam sob o domínio da Península Ibérica, contudo, mantinham sua autonomia política.<sup>375</sup> Nos Países Baixos predominava o advento do protestantismo; com a subida de D. Filipe II ao poder, o seu Império pôs fim à tolerância religiosa e substituiu os governantes nativos por administradores espanhóis, subordinando os Países Baixos diretamente à Espanha. A partir deste momento, eclodiram várias manifestações e protestos contra a Península e essa situação se alterou radicalmente com a Guerra. A Espanha, que nesse tempo já havia incorporado o reino português, adotou, em represália aos Países Baixos, medidas restritivas ao comércio com seus portos, incluindo Portugal. Diante dos portos vedados, os mercadores de Amsterdã se dirigiram ao comércio no Índico, e, posteriormente, criaram a Companhia das Índias Orientais que invadiu o comércio da América e da África. A essa nova companhia deve-se creditar a maior façanha dos holandeses: a conquista de quase todo o nordeste açucareiro no Brasil.

<sup>374</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 829; grifo nosso.

<sup>375</sup> Na Revista do IHGB (1860), Cônego Fernandes Pinheiro publica um texto sobre o Brasil Holandês, levantando os pontos positivos e negativos da presença dos holandeses no Brasil e contextualizando a guerra entre Países Baixos e Espanha: “O fanatismo de D. Filipe II querendo introduzir nos Países Baixos o sanguinário Tribunal, a que Torquemada prestou o lúgubre prestígio de seu nome, exasperou os flamengos e deu-lhes o cetro dos mares quando só procuravam uma pátria. In: PINHEIRO, *O Brasil Holandês*, p. 71.

Esse contexto de disputas religiosas e territoriais durante a expansão marítima é reestruturado na obra, que, na sua formalização estética, internaliza esse traço histórico, seja nas referências de judeus que vivem na Holanda refugiados da perseguição religiosa, seja na referência à invasão holandesa no Brasil, seja na aliança entre judeus e protestantes, o que traça um perfil direto da tolerância da Holanda e da intolerância da União Ibérica.<sup>376</sup> Um dos sentidos indagados deste contexto que poderia recair na administração colonial daquele período e no modo como ela lidava com este contexto conturbado, entrosa-se com o próprio título da obra, *As Minas de Prata*, desenvolvida no interesse constante pela própria história dessas minas, e principalmente, na busca de comércio e de matérias primas no país aquém-mar. As indagações sobre a colonização durante a união da Península Ibérica, ao reacender os conflitos entre Espanha e Holanda, também se inserem no debate sobre a colonização do Brasil no século XIX e suas religiões, abrindo brechas para as discussões na imprensa. Indagações sobre o funcionamento da administração colonial, a entrada dos estrangeiros e as consequências da presença dos povos judeus no Brasil poderiam ser compreendidas dentro do contexto de Alencar, em que se discutia a colonização do Brasil. Esta reflexão será desenvolvida nos próximos passos; por enquanto, apenas levantamos possíveis relações entre um passado colonial e o presente experimentado pelo autor de *As Minas de Prata*.

Explorando o título da obra, a ação narrada se concentra no interesse dos personagens que vivem na Bahia e no exterior em adquirir ou vender matéria prima no Brasil, o que desvela o lado lucrativo da colônia. Ou seja, as terras portuguesas se inscrevem de uma forma ou de outra na configuração simbólica do *El dorado*, que não se define apenas pela própria história das minas de prata de Robério Dias, mas também por outros planos. Segundo o historiador Varnhagen,<sup>377</sup> a imagem do *El Dorado* se atrela à imagem do Novo Continente desde as primeiras expedições a este território, quando a promessa de enriquecimento fácil se

<sup>376</sup> “Dois séculos antes da Revolução Francesa, que iniciou o processo de emancipação em grande escala dos judeus europeus, a Holanda concedia aos judeus uma proteção jurídica próxima à dos cristãos. Católicos, luteranos, menonitas e judeus, mesmo sendo discriminados pelos calvinistas, beneficiavam-se de uma atmosfera de relativa tolerância. Havia três razões fundamentais para que os judeus recebessem este tratamento diferenciado nos Países Baixos, em comparação com o que vigorava na Espanha e Portugal. Na Espanha e Portugal, muitos deles faziam parte da elite cultural, econômica e política local; muitos judeus portugueses tornaram-se acionistas e assessores da Companhia das Índias Orientais e da Companhia das Índias Ocidentais. Os Países Baixos não eram controlados por católicos, mas por calvinistas; da mesma maneira que os judeus, os calvinistas eram perseguidos na Espanha e Portugal. Se os espanhóis eram inimigos dos judeus não havia a priori por que não considerá-los amigos dos Países Baixos contra a União Ibérica.

Para os Países Baixos, tratava-se de reencontrar antigos parceiros comerciais, com os quais eles haviam estabelecido relações de confiança há muito tempo. Da parte dos judeus, não havia como deixar de admirar a Guerra dos Oitenta Anos. Um pequeno território, com uma área aproximadamente igual à do futuro Estado de Israel, povoado por dissidentes cristãos, os calvinistas, perseguindo como os judeus pelos católicos, tinha a coragem de lutar contra o maior império do mundo, o Império espanhol. Desde o início, os Países Baixos, em seu processo da libertação nacional, opuseram-se à Inquisição espanhola.” ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 168.

<sup>377</sup> VARNHAGEN, *op. cit.*

fazia pela bacia do Rio Prata. Plasmando a imagem do *El Dorado* na obra, a narrativa alencariana desenvolve o interesse pelo território colonial na promessa de novas riquezas, advindas dos boatos das minas de prata, e no comércio clandestino, o que impulsiona a ambição dos estrangeiros em assaltar e dominar aquelas terras.<sup>378</sup> Entendemos que estas tramas evidenciam outro filão histórico neste período: as lutas pelos domínios das colônias no Novo Continente:

Outro negócio porém de máxima importância deve hoje prender vossa atenção, veneráveis irmãos. Usselincx nos escreveu: na data de sua carta falava-se muito na paz, e havia receio de que o partido dela venha afinal a triunfar; contudo fiel às promessas que nos fez, combatia com todas as suas forças tal voto, proclamando a grande vantagem da conquista destas terras; mas temem-se lá das dificuldades da empresa e do receio de ser mal sucedida; pelo que se pudéssemos enviar novo emissário, importante pelo seu estado e autoridade de sua palavra, me parece que isso lhe dera muita força e decidira talvez do resultado.<sup>379</sup>

As referências ao momento de tensão e perseguição religiosa no qual as relações metrópole-colônia eram desestabilizadas são, de fato, exploradas nas *Minas*, em uma tentativa de explicar e, ao mesmo tempo, condenar a movimentação dos judeus nas colônias. Em *Calabar*, esse traço histórico é menos explorado, não deixando, porém, de ser mencionado no decorrer da trama:

O traje hebreu servia-lhe de salvo conduto. **Sabia-se que estes, ávidos de ganho e temendo a inquisição seguiam o partido de Holanda, e era constante que nenhum bom católico vestiria as roupas distintivas da raça abominada com receio de incorrer no desprezo de seus irmãos, e de perder a alma ainda em cima.** O ancião passava pois sem que ninguém reparasse, ou inquietasse o que não era fácil numa cidade recentemente ocupada, e onde a vizinhança do inimigo fazia exercer uma vigilância inquieta e austera. [...] Uma longa barba branca pontiaguda, que lhe descia até o peito, sumia-lhe meio rosto [...].<sup>380</sup>

A narrativa, ao descrever as vestes de um judeu e o comércio que mantinha durante a Guerra Holandesa, alude, em linhas gerais, ao período histórico conturbado. Em

<sup>378</sup> Na carta do Capitão Geral da Armada de Portugal, D. Manuel de Menezes, encontramos referências ao proveito que os holandeses tiravam das terras brasileiras: “Quanto ao proveito não podia haver dúvida pela fertilidade da terra em que se podiam plantar canaviais de açúcar, e fabricá-los, Tabaco, Gengibre, Arroz: que tudo iria em aumento sendo os portugueses que aí ficassem conservados em justiça, e em sua religião: os hebreus na sua qualquer que fosse sem medo de inquisição pelo que sofriam uns e outros grandes imposições e contribuições; faziam estreitas contas de mercador do número das caixas de açúcar que o Brasil dava [...]”. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Recuperação da cidade do Salvador, escrita por D. Manuel de Menezes, cronista mor e cosmógrafo de sua majestade e Capitão Geral da Armada de Portugal naquela empresa – cópia cotejada com o manuscrito original de Madrid – por Francisco Adolfo de Varnhagen”. *RIHGB*, tomo XXII, p. 359, 1859.

<sup>379</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 830 e 831.

<sup>380</sup> LEAL, *op. cit.*, p. 64, v.2, grifo nosso.

alguns momentos do romance, o narrador retrata a Guerra Holandesa como consequência da intolerância religiosa da Espanha com os protestantes da região da Holanda, que atacam a colônia portuguesa em uma tentativa de luta e conquista territorial e religiosa. Sendo assim, na região de Olinda, encontra-se a mescla de religiões; passam a conviver cristãos, judeus e protestantes. Dialogando com *As Minas de Prata*, escrita posteriormente, e apropriando-se de sentidos específicos do século XIX, *Calabar* deixa entrever a responsabilidade da Espanha em relação à invasão holandesa, bem como sua ausência política na administração da colônia, o que configura o sentimento hostil relativo à Espanha<sup>381</sup>:

- Segundo o que vos disse há pouco, já sabeis que desembarcaram reforços no porto da Barra Grande.
- Com eles – atalhou Barbalho – iremos agradecer a esses traficantes e judeus de Holanda a injúria que nos mandaram ameaçar.
- Não nos apressemos, senhores – insistiu Matias de Albuquerque. Se os holandeses estivessem melhor informados, não pensariam de certo em abandonar a cidade. Não nos compete avaliar se os auxílios podiam ser mais e maiores.
- El rei manda, e nós obedecemos.
- **Rei castellano!** Murmurou Berenguer entre dentes.<sup>382</sup>

Durante toda a trama, o narrador explora a má administração dos espanhóis e a ausência de auxílio no combate às forças estrangeiras na colônia, elementos que concedem maior força ao heroísmo do povo português. No romance de Alencar, além dos personagens corruptos serem de origem espanhola, a batalha contra os holandeses não conta com o auxílio de forças da Espanha, posto que, quando o governador D. Francisco de Sousa chega ao Brasil, a guerra já está ganha. A exploração dessa matéria histórica articula pontos em comum de ambas as obras, entretanto, o trato da história se diferencia na ação narrada.

Os modos pelos quais as narrativas focam a guerra holandesa se distanciam: a trama de Alencar desenvolve o contexto histórico e os conflitos entre Espanha e Holanda, ao passo que, na trama de Mendes Leal, a história focaliza a guerra em si, as emboscadas, os avanços e recuos das tropas. A obra de Alencar revive as tramas dos judeus com os holandeses, atentando para a conspiração e o período de disputa por matérias primas nas colônias e se concentrando nos grandes embates transoceânicos. A obra de Mendes Leal,

<sup>381</sup> Cônego Fernandes Pinheiro (1860, p. 80) também alude à administração da Espanha: “Talvez que como na invasão da Bahia possa-se explicar a falta de resistência dos nossos pelo indiferentismo que a negligência do governo espanhol havia gerado [...]”. Na referida obra de Varnhagen (1981, p. 224) também encontramos a seguinte referência: “[...] se resolvesse [a corte] mandar logo outra poderosa frota às costas de Pernambuco, talvez haveria conseguido deixar escaumentada a Companhia Ocidental. [...] Em vez, porém, de decidir-se logo a fazer um esforço maior, enviando nova esquadra restauradora, a corte limitou-se a dar ordens para Lisboa que dali mandasse socorro a Pernambuco [...]”.

<sup>382</sup> LEAL, *op. cit.*, p. 51, v.4; grifo nosso.

embora focalize os conflitos no exterior, apresenta como discussão central a Guerra Holandesa e os brios dos personagens portugueses e heróis da pátria.

A apropriação do período histórico relativo à Guerra Holandesa aproxima as duas obras, que se debruçam em discutir a matéria local e as particularidades concernentes àquele período, juntamente com as descrições minuciosas dos costumes, das festas, dos poderes administrativos na colônia, que particularizam a estética do romance histórico. A recuperação dos judeus nas tramas estrutura-se em dois planos, ancorados no componente local e nos diálogos literários com o que circulava de romance de temática judaica no Brasil, o que permite reconstruir os estereótipos desse povo alinhavados com os sentidos simbólicos que fomentavam os demais romances. Logo, os estereótipos dos judeus como traidores, contrabandistas e conspiradores estão articulados com as narrativas literárias sobre esse povo, veiculadas pelo romance-folhetim na imprensa.

Ambos os autores, Mendes Leal e José de Alencar, têm no seu horizonte de expectativas contribuir para a escrita de uma literatura brasileira, ao mesmo tempo em que seus diálogos literários estão sintonizados com a literatura folhetinesca de temática judaica. Dentre elas, concedemos foco à literatura francesa, uma vez que, neste momento, há movimentadas trocas culturais entre Rio e Paris, e grande circulação de romances franceses no Brasil. Com os folhetins circulantes na imprensa, a recuperação da temática judaica e suas representações podem ser indagadas do consumo deste espaço de produção. Nosso próximo passo será a reconstituição do referencial literário do momento, fornecido pela literatura folhetinesca de Eugène Sue e pelas adaptações que seus romances possibilitaram, o que permite entender o espaço literário que Alencar ocupa nesta tradição.

### **3.4 O Judeu Errante, de Eugène Sue e seu contexto de produção literária**

Alencar contaria com certo domínio por parte do leitor de um conjunto de referências que davam sentido aos recursos empregados para se situar no contexto de uma tradição literária. No início da década de 1820, os judeus aparecem em romances históricos, como no *Ivanhoé*, de Walter Scott, e, posteriormente, nos romances folhetins de Eugène Sue, no romance *Isaac Laquedem*, de Alexandre Dumas, em peças de teatro, e nas artes plásticas. Essa resignificação e adaptação da temática judaica nos mais diversificados gêneros atesta o consumo desse assunto no século XIX.

Tendo em vista a importância de Eugène Sue para a época e o grande consumo de suas publicações no *Correio Mercantil*, daremos uma atenção especial ao seu folhetim que aborda a temática dos judeus, *O Judeu Errante*.

Partindo da polêmica na esfera religiosa e da própria discussão em torno da religião promovida pelo folhetim de Sue, visto que a obra propagava a tese de que os jesuítas eram sujeitos maquiavélicos, capazes de se submeterem a tudo para promover os próprios interesses, o romance também trouxe uma grande repercussão sobre a temática dos israelenses na tradição literária. Seu engajamento nesta tradição se configura na escolha do próprio título, que faz referência explícita à tradição dos judeus e à história do judeu errante, redimensionando os possíveis sentidos simbólicos deste mito, que tem como protagonista em várias de suas versões o judeu Ahasverus<sup>383</sup>.

Reinterpretada intensamente no século XIX, a figura do judeu que maltratou Cristo e foi castigado reacende a discussão em torno dos significados do seu mito, o judeu como um indivíduo sem “terra”, o judeu como testemunha dos males, o judeu como um sujeito amaldiçoado. Sendo assim, a retomada e a reconstituição de suas adaptações e significados se tornam relevantes, ao considerarmos que Alencar estava em profundo diálogo com o que se consumia e se divulgava na imprensa fluminense a partir das conexões e trocas culturais entre Paris e Rio.

No momento de produção da obra de Sue, a França já contava com versões do mito e, à guisa de ilustração, o “judeu errante” é recuperado na gravura de Gustave Doré e na epopeia “Ahasverus” (1833), de Edgar Quinet. Contudo, após a publicação do romance-folhetim, as recriações do mito ganham forças, sendo adaptadas para as mais diversas artes e

---

<sup>383</sup> “Durante a Quinta-Feira Maior e a Sexta-Feira da Paixão, o Judeu Errante aparece onde a morte de Jesus Cristo está sendo comemorada. É um velho alto e magro, muito barbado, cabelo comprido e com um manto escuro. É uma figura mais literária que popular, e as menções vão desaparecendo nas estórias orais. Não lhe dão, no Brasil, outro nome além de “Judeu Errante”. Era sapateiro em Jerusalém, chamado Ahasverus, quando Nosso Senhor, com a cruz aos ombros, passou diante de sua tenda. O sapateiro deixou o trabalho para empurrar o Salvador, gritando: “Vai andando! Vai logo!” Nosso Senhor respondeu: “Eu vou e tu ficarás até a minha volta!” E o homem ficou, até hoje, andando pelo mundo, liberto da lei da morte, sem pressa e sem descanso. Espera o regresso do Senhor, que lhe deu a imortal penitência. A tradição nos veio de Portugal. A lenda apareceu em Constantinopla, no século IV, e apareceu na Europa em 1228, quando um arcebispo da Grande Armênia, visitando a Inglaterra, disse no convento de Saint’Albans conhecer no seu país uma testemunha da paixão de Cristo, o judeu Cartaphilus, porque esmurrara o Salvador, quando esse era arrastado diante dele, e fora condenado a esperar sua volta. A notícia apareceu em 1259, Cartaphilus convertera-se, sendo batizado por Ananias, que também batizara São Paulo. A estória do monge Paris foi incluída no *Flores Historiarum* no seu colega Rogésio de Wendower, em 1237, nove anos depois, espalhando-se nos claustros e escolas, depois, pelos sermões, até o povo que lhe deu as cores de sua compreensão. ”. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*, São Paulo, SP: Global, 2002. *Apud: Jangada Brasil*, n. 32, abril 2001. Disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br/abril32/im32040c.htm>, acesso em 01/03/2013.

gêneros<sup>384</sup>. Dentre as várias reescritas, damos relevo à do escritor Alexandre Dumas, *Isaac Laquedem* (1853), nome que o judeu errante ganhou na França, tendo em vista que este autor possui enorme popularidade, ultrapassando as fronteiras da França. Na conexão Paris-Rio de Janeiro, sua produção de narrativas históricas alcançou enorme circulação na imprensa fluminense. Ao todo, Alexandre Dumas publicou 35 romances em jornais como *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro* e, ao lado de Eugène Sue, exerceria grande influência na formalização estética dos romances alencarianos. Antes de Alexandre Dumas, Sue traria no tom folhetinesco a rearticulação e reestruturação da história do judeu errante numa adaptação ideológica e inovadora, em profundo diálogo com o que se publicava no século XIX e com a tradição deste mito.

Na obra *O Judeu Errante*, uma família protestante de origem judaica, espalhada por vários continentes do mundo, carregando uma medalha como símbolo dessa descendência, deveria se encontrar em Paris numa determinada data, 13 de fevereiro de 1832. Conforme analisamos, o personagem jesuíta Rodin, no afã de dominar o mundo, promove diversas alianças e situações para impedi-los. O romance possibilita os confrontos entre cristãos e judeus, lançando uma crítica mordaz aos jesuítas, e mobilizando as lendas e mitos sobre o povo judeu, seja nas referências ao seu pecado, às suas andanças pelo mundo, às suas perseguições, às suas maldições. O judeu errante não se faz representar apenas pela alusão explícita ao personagem caminhante, particularizado por um dos descendentes que se esforça para reunir a família, mas também pela recuperação das narrativas desse povo que o configuram como sujeito errante. O diálogo com o mito é explicitado no capítulo “O Judeu Errante”, em que o personagem judeu conta a origem de sua maldição. A narrativa deixa ambígua tal passagem, já que narrado em primeira pessoa, o personagem poderia se referir a sua própria história e, neste caso, ele vagaria por séculos, de forma que a narrativa incorporaria a própria lenda, ou o personagem tomaria a sua história como a própria história

---

<sup>384</sup> Na França, levantamos as seguintes produções: *Le juif errant*, drame de Pierre Merville et Julien de Mallian : costumes et décors, 1834; *Le nouveau juif errant* : comédie en trois actes, mêlée de chant / par M. Varner, 1846; *Légende du Juif-Errant*, par J. Collin de Plancy, 1847; *Le juif errant*, opéra de Scribe, Saint-Georges et Halévy, 1852; *Le juif errant* : esquisse de décor de l'acte III / Charles Cambon –1852; *Critique du Juif-errant* : Roqueplan embêté par Jules Janin, 1852; *Quadrille sur le juif errant* de F. Halévy pour le piano. Musard : [estampe] / Victor Coindre [sig.] -[Paris, 1834]; Brandus & Cie 103 rue Richelieu-1852; *Grande valse brillante sur le juif errant*: opéra d'Halévy pour piano par Fréd.ic Burgmuller : [estampe] / Victor Coindre [sig.] - [Mayence, 1852] Mayence, les fils de B. Schott-1852; *Théâtre de l'Opéra*, Mlle Emmi La Grua, rôle d'Irène, dans "Le Juif errant" / dessin de Marc, grav. de Fessart –1852; *La Mort du juif-errant*, poème par Édouard Grenier -L. Hachette (Paris)-1857; *Le Juif Errant*, par Mme Braquaval (Pauline L'Olivier), cantate couronnée par l'Académie royale de Belgique au grand concours de composition musicale de 1859, -P. Lethielleux (Paris)-1859. In: <http://gallica.bnf.fr>, acesso em 01/03/2013.

<sup>384</sup>Castro Alves e Fagundes Varela reproduziram a lenda em poemas. O *Ahasverus* de Machado de Assis é personagem do conto dramático *Viver!*, publicado no livro *Várias Histórias*, de 1896.

de seus descendentes, e a narração seria figurada, indiciando e metaforizando os males que gravitam em torno da família e, possivelmente, o final trágico de cada personagem.

Estes males já estariam ficcionalizados na representação do Judeu Errante como disseminador do cólera. A cada retomada da epidemia, a imagem do sujeito amaldiçoado é reativada e potencializada proporcionalmente às recusas por sua absolvição e ao contínuo vagar figurado na sua disseminação de pestes. Uma voz misteriosa pede e grita incessantemente para o sujeito errante caminhar. As ambiguidades trabalhadas na representação do judeu como um sujeito que almeja fazer o bem e, ao mesmo tempo, como um sujeito que traz o cólera e a perdição, se contrapõem à imagem de Rodin, que, embora possa fazer escolhas, opta por prejudicar uma família. O processo de redenção de um caminha na contramão da falta de ética do outro.

No capítulo “O Viajante”, a narração do próprio judeu de suas inda e vindas por distintos países e a devastação que causou por vários locais deixa transparecer um personagem desajustado da sociedade, que se esforça por descrever sua maldição e ser absolvido. No afã de defender seus descendentes, a família Rennepont, reverbera a versão dos padres da Companhia, contada pelos amigos e descendentes da família. Apresentamos o quadro de seus esforços:

Não! Dizia. Algum dia a misericórdia divina se apiedará de mim! Por duas vezes me arrastou a fatalidade do destino, o horroroso espectro que nunca me abandona. Quero fugir-lhe e não posso. Viajante eterno através da imensidade da terra, por duas vezes visitei esta cidade, como cataclismo pior, muito pior que os mais ferozes exércitos de cem conquistadores inclementes e sanguissedentos. A primeira foi há cinco séculos; a destra vingadora do Onipotente, arrancando-me dos confins da Ásia, impeliu-me até Paris. Viajante solitário, entrei na cidade e ela foi dizimada! ... Ainda há dois séculos o mesmo fatalíssimo e vingativo destino que me domina, me forçou a nova visita; e ainda desta vez o destruidor flagelo, de longe em longe ligado pelo Onipotente a meus passos, pesou sobre a grande capital, ferindo de preferência meus infelizes irmãos, exaustos pelo trabalho e pela miséria.

“Meus irmãos!... Desgraçados irmãos do réprobo de Jerusalém, do operário repellido de Deus, que em mim amaldiçoou **as classes trabalhadoras**, sempre escravas, e como eu caminhando sem tréguas, sem esperanças, sem recompensa e sem auras, até as asfixiá-las ao jugo homicida a que avergam, sucedendo-lhes outros, outros e outros, indeterminada e indefinidamente, homens, mulheres, velhos, e crianças, para carregarem através da vida miserável o pesado lenho do jugo maldito, sobre os ombros dóceis e magoados.<sup>385</sup>

Aproveitando do destino amaldiçoado dos “irmãos do judeu errante”, a voz tece uma crítica à exploração das indústrias que abusam dos operários, uma vez que um de seus

<sup>385</sup>SUE, *O Judeu Errante*, p. 278; grifo nosso.

descendentes também faz parte da classe trabalhadora. Assim, nesse quadro de desgraça, a classe operária faz parte da crítica direcionada aos donos de fábricas que a exploram. A lenda do judeu serve de pretexto para a crítica social feita em outros momentos da narrativa, tendo em vista o envolvimento de um dos descendentes nos assuntos da fábrica. Apesar desses apontamentos, a voz do caminhante ressalta que sua sorte mudou, e que Deus apiedou-se dele, posto que não causou nenhuma morte nos locais por onde passava. Seguindo o silêncio do cólera e sua mudança repentina, faz o seguinte apelo:

- Senhor! Senhor! Que os descendentes de minha irmã sejam poupados pela fatalidade que há tantos séculos pesa sobre os de minha raça!... Perdoai-me neles, ou puni-me em lugar deles!...

[...]

Ouvi meus rogos!... Arrancai a estes **ímpios inimigos os descendentes de minha irmã, desde o artista humilde, ao príncipe nobre e heroico!**... Não deixeis **destruir o germe de uma poderosa e fecunda associação, que poderá operar prodigiosas transformações nos fatos da humanidade!** Permiti-me reuni-los, porque os apartam; defendê-los, porque os perseguem; dar esperanças aos que perderam, salvar os que são arrastados para o precipício, sustentar os que perseveram no bem.

[...]

Há dois mil anos que deixo após minha passagem e desolação e o luto. Desde a Ásia, aos gelos do pólo norte, arrasta comigo a morte, dizimando povoações inteira. **A meus ouvidos chegam ainda os lancinantes gemidos dos que morrem**, os gritos desesperados dos que ficam privados dos entes a quem estremeçam! Por toda parte se confundem as preces, as maldições e imprecações! Misericórdia para todos e para mim! Concedei-me reunir uma vez só os descendentes de minha irmã e todos serão salvos! ...

[...]

- CAMINHA!<sup>386</sup>

Na exposição dramática de sua vida errante, o judeu alude às epidemias das quais foi protagonista em vários momentos da história, antecipando sua presença mortífera em Paris. Em contraponto a esse quadro, faz referências às possíveis operações que seus descendentes poderiam obrar na sociedade, caso o perdão lhes fosse concedido. Conforme a contraposição de vozes dá a entender, o personagem continuaria a vagar e a ouvir os “gemidos lancinantes”.

Nesse capítulo, o autor abre uma nota para explicar que a peste negra tinha os mesmos sintomas do cólera, o que reacomoda a ação do judeu errante à data de 1832, antecipando os males da doença. Se, por um lado, a voz do personagem confronta as virtudes de seus descendentes com o lado corrupto dos jesuítas, reverberando que a corporação dos judeus e de seus descendentes contra os loiolanos poderia beneficiar a sociedade, por outro, a voz superior a ele sugere exatamente o contrário, que a maldição carregada no cerne da

<sup>386</sup> *Ibid.*, p. 280 e 281; grifo nosso.

descendência dos judeus, dada como uma nódoa que lhe impõe uma condição predestinada de “sujeito condenado” pelo nascimento, anula qualquer chance de redenção. Tal predestinação é evidenciada por outros personagens que acreditam que o cólera é a cólera divina por conta dos “hereges”. Momentos antes do judeu chegar a Paris, já há rumores sobre o cólera e sua articulação com às crenças do povo:

- E não nos esqueçamos, advertiu o orador, de que a **vizinhança dos hereges** pode atrair a cólera divina na pessoa do cólera asiático.<sup>387</sup>

- Se o cólera vier até Paris?

- Ah! Tu também crês nisso?

- Se creio! O patife vem do norte, direitinho como um fuso.

- Pois que se perca pelo caminho, errando o itinerário, que não nos faz falta nenhuma.

- Está agora em Londres.

- Que rebente por lá, com mil diabos!<sup>388</sup>

Assim como o tom mítico de *As Minas de Prata* é dado pelo rumor das minas, o tom mítico de *O Judeu Errante* é construído pela lenda judaica associada à epidemia do cólera, que passa a metaforizar a vertente errante desse povo num determinado momento histórico. Dessa forma, prenuncia-se a catástrofe que assolaria Paris.

O primeiro sintoma do cólera é sentido pelo próprio Rodin, que padece da doença. A partir disso, o judeu assola a cidade, atingindo, inclusive, seus próprios parentes. Nesse caso, podemos fazer uma leitura simbólica, possibilitada pela resignificação do judeu como a peste, o ser devastador que corrompe tudo e todos, traindo sua própria família.

Ao lado dos personagens de sua família, ele é um sujeito ambíguo, espalha sua maledicência, ao passo que se contrapõe aos jesuítas. Ele serve como espelho aos seus familiares, pois, aos poucos vai percebendo que o seu martírio, em diferentes dosagens, é o mesmo de seus descendentes. A narrativa, ao assumir um tom profético e poético, nos transporta ao cerne do mito, anunciando seu lado “maldito”, metaforizado pela palavra “Caminha”. Se, por um lado, o judeu ataca o inimigo, por outro, seu destino será o de depositar o mal entre seus descendentes. Com a chegada desse personagem em Paris, apresenta-se um novo modo de embate, o poder mítico e invisível do cólera como um elemento determinante na luta entre as duas instituições. O aspecto da apropriação do mito, reacomodando o seu lado mais devastador, ao não controlar quem atinge, acentua a decadência do complô que, relacionada à falta de esperança do personagem amaldiçoado,

<sup>387</sup> *Ibid.*, p. 189; grifo nosso.

<sup>388</sup> *Ibid.*, p. 265.

parece fazer eco às leituras tradicionais dos judeus. O processo de degradação da família Reneppont é ambíguo, já que ela é devastada pelo cólera, o que metaforiza o lado de seu mito, e por Rodin. A agonizante decadência de seus familiares, formando um quadro dramático na estrutura textual, coaduna-se com o castigo do judeu: escutar as lamentações e agonia dos povos. Assim, a morte de seus parentes pode ser interpretada como simbólica, lida como parte integradora do mito, ou como consequência da devastação por conta de seu parente.

O paralelo entre judeus e jesuítas leva ao fim os dois complôs. A morte de Rodin simboliza o fim dos jesuítas e o judeu emerge como personagem ambíguo, conferindo tom mítico e misterioso ao romance.

Jogando com o leitor e com a lenda desse povo, Eugène Sue reanima a história do povo judaico e a recoloca no cenário literário e político, discorrendo sobre questões atuais, como o poder temporal da época.

Estas discussões tomam espaço no palco cultural, literário e político da imprensa fluminense, sendo que o romance-folhetim de Sue proporciona várias adaptações no Brasil e suas rearticulações com o mito.

### **3.5 O Judeu Errante e suas apropriações no Brasil**

Deste lado do atlântico, o termo “judeu errante” prescreveria apropriações no campo político, de forma que o referencial crítico de *As Minas de Prata* não se faz representar apenas pela tradição literária, mas também pelas discussões que alimentavam o momento de sua produção e que constituem chaves de leituras para interpretar os possíveis sentidos da temática judaica.

Escrito neste momento de reinvenções antisemitas, *As minas de Prata* não recupera exatamente a figura do judeu errante, mas traz nas suas representações os possíveis significados sobre este personagem lendário e mítico. Na obra alencariana, os judeus perambulam em busca da pátria, em busca do seu espaço, contudo, após grandes esforços para transformar o território português em sua terra, não conseguem êxito, e são castigados ou expulsos da América Portuguesa. A imagem do “errante” também é construída na trama, ao lado de noções de desafio, rebeldia, castigo e salvação, extraídos do mito e das narrativas desse povo, que acrescentaram ao processo de reinvenção da história da nação brasileira questões relativas ao poder espiritual.

Os significados simbólicos do romance alencariano que se articulam com a narrativa tradicional e literária sobre o judeu também devem ser considerados na imprensa,

espaço onde acontecem os debates em torno da polêmica obra de Sue, mas também onde se podem notar as diversas reapropriações da história do “judeu errante”, de maneira que se colocam para Alencar e os leitores de sua época.

As ressemantizações da imagem do judeu errante são recuperadas na imagem de peregrino que a obra de Alencar constrói em torno de seus israelenses e de seus esforços, contudo, com uma conotação negativa: eles se empenham para encontrar uma pátria e, neste ponto, as imagens de conspiradores se entrelaçam com suas empreitadas:

- Como podemos nós chegar ao cabo de tamanha empresa, se todos os esforços não sido baldados? Propuseram o resgate que secretamente nos oferecemos a pagar por eles e foi recusado: tentamos a evasão, que a princípio parecia bem estreada, e esbarrou pela dificuldade que sabeis, da senha.

- É verdade quanto dizeis, respeitável Simão; **porém maiores dificuldades venceram nossos primeiros pais quando deixaram a terra do Egito em busca do país de Canaã.** O Deus que guiou Moisés no deserto, iluminou meu espírito. Se aprovais a empresa e jugais que seja coroada de bom resultado, confiai de mim o sacrifício da execução.

- Obrai, venerável Samuel: **pomos em vós a nossa salvação.** <sup>389</sup>

Nesta cena, os personagens judeus se reúnem para discutir a sua situação precária na colônia, pois, diante da tensão religiosa entre Espanha e Países Baixos, poderiam ser expulsos do Brasil. Eles temem os riscos e as situações adversas que teriam que enfrentar, contudo, relembram seus antepassados que também venceram as dificuldades na busca de outro lugar. Há um paralelismo entre a situação atual dos israelitas na obra e a dos seus antepassados, de forma que a busca por um lugar se impõe de forma determinante, como um obstáculo a ser vencido desde tempos remotos. Neste momento, a obra metaforiza a história do povo sem terra, inserindo-o num contexto histórico determinado, posto que eles não somente lutam por sua terra, como priorizam um espaço em que obtêm grandes lucros. Portanto, a salvação deles seria a execução do plano para conseguir dominar o Brasil.

A ideia de povo caminhante e sem terra também se encontra explorado na obra de Sue, o que nos possibilita esboçar as redes de interlocução, com as quais os periódicos e a literatura estão em profunda sintonia neste momento:

Resumem eles, juntos [a família de origem judaica], as virtudes, a coragem, as degradações, e as misérias de nossa raça!...

A Sibéria, a Índia, a América, a França... eis as regiões para onde os lançou a sorte!

[...]

- Caminha!... Caminha!....

- Deixai-me, ao menos, conclui a minha tarefa!

<sup>389</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 831 e 832; grifo nosso.

-Caminha!...  
 - Uma hora apenas!... de descanso!...  
 - Caminha!...  
 - Desgraçado de mim! Deixo os que amo no beiral do abismo!  
 Tal é o meu castigo!<sup>390</sup>

Ainda na imprensa, do espaço literário este termo migra ao político e, mediante suas ressignificações, é apropriado para se referir a adversários políticos de modo pejorativo ou mesmo nomear cargos e posições negativas diante dos referentes construídos.

A dimensão disfórica e pejorativa da expressão enunciada em diferentes momentos do espaço da imprensa ganha relevo ao passar a designar o cólera, que na época assola a população do Rio de Janeiro. Aparece, em vários momentos, no periódico *Correio Mercantil* a doença cólera intitulada de *Judeu Errante*, o que torna significativo o uso para a época.

A cholera-morbus, ou antes o Judeu Errante, não contente de ceifar tantas vidas nas regiões litorais, não hesitou em passar além dessas enormes e alcantiladas serranias, e visitar o pacífico município de Santo Antonio de Parahybuna.<sup>391</sup>

Estamos ameaçados de sermos visitados pelo maldito Judeu Errante, pois apresentando-se na freguesia do Carmo deste município talvez queira estender-se até aqui: Ora Sr. Redator, este lugar não se acha prevenido para receber um tal hóspede; (posto que sem cerimônia) não temos um médico nem um botica.<sup>392</sup>

O negócio nesta vila está muitíssimo paralisado [...] ainda estão aterrorizados da **fatal moléstia!**

Os empregados da justiça nesta villa estão em santo ócio, porque não há que fazer algum; ninguém mais briga: tudo está em perfeito silêncio! Parece-me que todos estão magnetizados pelo terrível *Judeu Errante!*<sup>393</sup>

Levando em consideração que o folhetim de Eugène Sue desenvolve o cólera como metáfora da destruição causada pelo judeu errante, pois a epidemia da doença coincide com a chegada deste personagem em Paris, a expressão, ao ser desprendida do romance, toma força e metaforiza a morte. A leitura ideológica do autor francês potencializa a disseminação antissemita e contribui para cristalizar a relação do judeu com o lado do amaldiçoado:

Esse viajante, misterioso como a morte, vagaroso como a eternidade, implacável como o destino, terrível como a mão de Deus...era....  
 O Cólera!!...<sup>394</sup>

<sup>390</sup> SUE, *op. cit.*, p. 123.

<sup>391</sup> *Correio Mercantil*, 31/01/1856.

<sup>392</sup> *Correio Mercantil*, 18/12/1855.

<sup>393</sup> *Correio Mercantil*, 27/02/1856; grifo nosso.

<sup>394</sup> SUE, *op. cit.*, p. 122.

Ouçam – pronunciou com voz solene: - O número das vítimas sacrificadas pelos filhos de Bohwania desde o princípio dos séculos nada é em comparação com o número de mortos e de moribundos que esse terrível viajante deixa **atrás de si na sua marcha homicida**.<sup>395</sup>

A ressignificação dos termos “judeu errante” para caracterizar o cólera torna-se de uso corrente nos periódicos da época, sendo eficaz na consolidação da literatura antijudaica. A alteração contínua de sentidos atribuídos ao povo semita articula os seus estereótipos com as leituras e significados contemporâneos à obra de Alencar, principalmente, após a escrita de *O Judeu Errante*.

No ano de 1856, observamos um amplo emprego da expressão “judeu errante” como o cólera. Representado a cada alusão à doença o termo mimetiza os estigmas dos judeus e seus paradigmas tradicionais, tornando-se uma arma e uma propaganda ideológica, ao vincular o nome à característica devastadora da doença.<sup>396</sup>

Reiteramos a mimetização repetitiva sobre a imagem dos judeus, convivendo com a dos jesuítas. Sendo assim, a versatilidade da escrita jornalística possibilita a recontextualização do mito, de maneira que todas as características analisadas se agregam na assimilação à medida que estabelecem estereótipos dos hebreus.

Entre as assimilações, o próprio José de Alencar faz uso da palavra no folhetim *Ao Correr da Pena*, visto que ela já circula no periódico na época em que o cronista trabalha no jornal *Correio Mercantil*:

Enfim não creio que na Inglaterra, um país tão bem policiado e tão filantrópico, que tantas provas tem dado de afeição ao Brasil, se conceda passaporte a um indivíduo de tão má reputação, como é o Judeu Errante, um vagabundo que há muito tempo devia estar em Botany Bay ou em Pedras de Angoche.

Desconfia-se porém que o tal sujeito viaja incógnito, e por isso antes de ontem quando chegou o paquete de Southampton, imediatamente mandou-se ficar de quarentena, até conhecer-se se entre os passageiros viria algum homem [mursúphlo?] e de botas ferradas em forma de cruz, sinais característicos dados pela polícia de Paris.

Sei que muita gente queixou-se desta providência, e que muitos médicos riram-se dela. São empíricos, que não andam a par do progresso da ciência, e que ainda acreditam que o cólera se propaga pela transmissão do ar.

<sup>395</sup> *Ibid.*, grifo nosso.

<sup>396</sup> “Ainda mais uma vez temos a prova de que para a cólera nada valem os lugares mais salubres, os pontos mais elevados, etc. [...] A fazenda da Pedra, propriedade do Exm. Visconde de S. Salvador de Campos foi onde o maldito judeu principiou a carnificina ceifando onze vidas; felizmente porém o Sr. Dr. Louzada foi para ali convidado, e o mal tem diminuído [...]” *Correio Mercantil*, 26/02/1856, p.1. O nome pavoroso – cólera – é bastante para pôr forte barreira a mil interesses. Posto que estejamos mui distante das províncias do litoral, e por conseguinte mais difícil seu contato, contudo vimos que o tal judeu acometeu algumas povoações do centro do Pará, e receamos muito de semelhante hóspede, que nos pode vir em algumas comitivas de negociantes desta cidade [...]” *Correio Mercantil*, 11/04/1856, p.1.

As últimas descobertas, começadas por **Eugenio Sue, alta capacidade médica** que deu provas exuberantes do seu talento escrevendo romances marítimos, demonstraram à evidencia que o cólera não se transmite pelo ar, nem pelo contágio.

A moléstia é uma espécie de quebranto. O judeu errante é um homem de sobrancelhas unidas, com um olhos de crocodilo, que basta olhar qualquer sujeito para fazê-lo sentir imediatamente tremores e dores de barriga. Em algumas pessoas esses efeitos são também sintomas do medo; e por isso, não estou longe de crer que em muitos casos os remédios da botica são que fazem a moléstia.<sup>397</sup>

Neste contexto, ainda que Alencar ironize o uso da época, cólera como judeu errante, ele especifica o sentido corrente deste emprego, citando numa dicção irônica a ficção de Eugène Sue. Se por um lado, Alencar ironiza as produções fabulativas fomentadas pela junção do mito judaico com as especulações em torno do cólera, por outro, ele endossa a literatura antissemítica que se apreende de sua época.

Este viés de leitura é metaforizado na representação dos efeitos negativos que os judeus tomam na obra de Alencar, corrompendo pessoas e promovendo alianças, que se expandem no decorrer da narrativa, corroendo o território português. Este povo se alastra como uma doença, e somente o protagonista Estácio conseguiria impedi-los. No romance histórico, o autor caracteriza individualmente cada personagem judeu, e tais caracterizações retomam o campo simbólico que reflete a ideologia antissemítica presente em diversos veículos do seu tempo, o que potencializa a rede de interlocução do romance.

Seja na esfera política ou na literária, podemos observar que, para o leitor da época, consumidor dos folhetins e dos periódicos, a recuperação da história do judeu errante pode ser rearticulada com os sentidos simbólicos e metafóricos que mobilizam. É nesta última perspectiva que *As Minas de Prata*, embora não configure uma referência explícita ao judeu errante, retoma suas figurações. Por conseguinte, ao representar este povo em sua obra, podemos entender que José de Alencar acionaria os conhecimentos prévios de seu leitor, que teria contato com o que circulava na imprensa e, principalmente, com os folhetins em voga. Este mito encontra espaço no romance alencariano e as imagens já comentadas deste povo como caminhante, sem pátria e errante concorrem para articular a imagem de conspirador, a de maior relevo no romance.

---

<sup>397</sup> *Correio Mercantil*, 08/10/1854, 1; grifo nosso.

### 3.6 Os diálogos, empréstimos e adaptações de *As Minas de Prata*

A partir da reconstituição do momento de produção de *As minas de Prata*, observamos que a obra se coloca diante de uma tradição literária e de suas reescritas e adaptações, construindo um novo sentido para a trama dos judeus, ao articular o plano local com o plano simbólico. Os ingredientes da trama reproduzem os estereótipos e os sentidos simbólicos já comentados, que fomentam o quadro deste povo como conspiradores, plasmando a ideologia antissemita do século XIX.

A conspiração desse “povo errante” é explorada na reunião feita na casa do rabino Samuel, personagem responsável por planejar a empreitada contra a colônia. Na sua casa, recebe vários membros de sua seita e discute detalhadamente o assalto ao território onde sua filha nasceu:

[...] – Bem avaliaís, sem que necessite de vos demonstrar, de quanto mal seria para nós a paz na presente conjuntura. A lei que tão caro resgatamos do primeiro dos Filipes já nos ameaçaram de tirá-la e breve nos a roubarão, para ver se lhe pomos maior preço ainda; pois quando as coisas de governo se mercam, ficam em almoeda a quem mais dá. Portanto, devemos abandonar a ideia de novas avenças que não serão mais do que ocasiões para maiores fintas, com quem afinal nos tirarão até a última gota de sangue. **E não se conta o desprezo e ódio em que nos tem a raça cristã, cobrindo-nos de baldões e injúrias e tratando-nos de seus cativos.**

Um grunhido de dor percorreu a fileira dos rabinos:

- **A conquista da terra pelos nossos irmãos flamengos é a nossa única esperança de redenção!**

[...]

- Tenho pensado; creio que se pudéssemos enviar agora a Haia esses três oficiais flamengos, prisioneiros nesta cidade, pelos quais tanto tem de lá instado conosco; e ainda mais se esses oficiais, gratos ao benefício, levassem com uma nova mensagem as informações precisas para a fácil tomada desta primeira praça aos portugueses, o voto dos Estados havia de ser pela guerra e **conquista destas ricas possessões que os cristãos não sabem aproveitar.**<sup>398</sup>

No cenário da reunião, a narrativa articula as propriedades figurativas deste grupo com o contexto do passado colonial, reescrevendo-o como uma “raça” errante que está em profundo desajuste com a sociedade e com a religião cristã, e que perambula na busca de uma pátria. Articulado com os sentidos simbólicos, o caráter histórico da narrativa dá movimento à história do Brasil, atentando-se à preocupação da administração colonial para barrar a entrada deste povo e aos conflitos religiosos entre protestantes, judeus e cristãos, que se desdobram no confronto entre Países Baixos e Espanha. Nas possíveis articulações das narrativas dos judeus

<sup>398</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 831; grifo nosso.

com os acontecimentos do passado colonial, o romance alencariano produz indagações relativas à administração colonial e à relação dos colonos com a pátria.

Uma vez que a administração por parte de Portugal é falha, visto que, neste momento, o território brasileiro está sob o domínio espanhol, são os colonos que definem as relações dos personagens com o território: “Mas na colônia do Brasil, **tão desamparada da metrópole quanto acometida por aventureiros de todas as nações, e onde a defesa do estado estava quase sempre confiada aos esforços particulares [...]**”<sup>399</sup>. Nesta esteira, o sentido dado ao conceito de “espírito nacional”, que transparece em vários momentos da narrativa, caracteriza o caráter dos personagens, de maneira que é bastante revelador o fato de o personagem protagonista e representante da nação, Estácio, ser descendente de Caramuru e Paraguaçu. Na contramão, os judeus destacam-se como grandes traidores.

A contraposição entre os discursos dos personagens deixa entrever que, mais do que a ameaça de uma guerra pela posse de terras, seria o acontecimento de uma guerra religiosa. Os esforços que os judeus empregam nesta empreitada apontam, por um lado, o traço “caminhante” deste povo, que faz reuniões, viaja para a Europa, entra em contato com outros povos; por outro, a esfera “contaminadora” dos males, visto que, uma vez numa pátria que não lhes pertencem, tentam dominá-la e impor sua religião.

Sinalizando o envolvimento dos judeus na trama da invasão, passemos a analisar o caráter do rabino Samuel, que faz jus ao seu envolvimento na traição de um território que não lhe pertence, pois convive sob o sentimento de não pertencer a uma nação cristã. No território português, o mercador Samuel ganha seus lucros com o empréstimo ilícito:

- Honradíssimo Samuel, o negócio é breve; preciso de quinhentos cruzados esta noite, ou antes este momento.
- Trouxeste o vale? ...
- Não, mas posso assina-lo aqui; dai-me com que escrever.<sup>400</sup>

Este diálogo entre o judeu Samuel e o personagem José de Aguiar, alferes e filho do nobre D. Francisco de Aguiar, se repete no texto em várias circunstâncias e reforça a imagem do judeu que pratica a usura, e a do personagem de caráter duvidoso que procura por tal empréstimo, o que coloca em xeque a imagem nobre da descendência de D. Francisco.

Na obra alencariana, o estereótipo do judeu como usurário se reconstitui na figura de Samuel, que contribui para os jogos na taverna, e participa do círculo vicioso entre israelenses e flamengos: o judeu empresta dinheiro para sustentar os jogos, e, com o dinheiro

<sup>399</sup> *Ibid.*, p. 950, grifo nosso.

<sup>400</sup> *Ibid.*, p. 753.

do jogo, contrabandeia com os holandeses. Esta aliança propicia um plano para tomar a Bahia de Portugal, deixando-a sob o domínio da Holanda. Nesse círculo, Samuel conta com o auxílio do taberneiro para conseguir planejar a fuga dos holandeses presos na Bahia. Aproveita-se, para tanto, do caráter duvidoso de José de Aguiar<sup>401</sup>, pois, com o intuito de conseguir entrar no forte de S. Alberto, onde estão presos os flamengos, precisa obter conhecimento da senha e do mapa daquele lugar. Isto poderia ser conseguido com o alferes. Assim, aproveitando do encantamento que José de Aguiar sente por sua filha, faz um trato com este, entregaria sua filha Raquel em troca das informações do forte. Porém, o rabino, antevendo a traição de seu comparsa, estabelece o acordo por escrito, fazendo com que Aguiar assine por engano sua própria confissão de traição à pátria, ao passo que este acredita assinar apenas um papel de empréstimo, já que está habituado a pedir dinheiro ao judeu para gastar na casa de tavolagem. Por final, o alferes entrega o mapa do forte, traindo a nação, além de não conseguir deitar-se com a judia. Ambos os personagens, Samuel e Aguiar, se utilizam do mesmo código, o da desonra: o judeu desonraria sua filha, e o alferes, a pátria. Porém, o rabino comprova por maneiras ilícitas que se movimenta melhor entre o código da trapaça. Colocaremos diante do leitor toda a cena presente no capítulo “Onde o alferes vai buscar lã e sai tosquiado”, de título sugestivo:

D. José ficou atalhado, já da generosidade do judeu usuário, já de ver o Brás até certo ponto na confidência do pacto secreto feito por intermédio de Rachel; mas como ele tinha a alma bastante elástica para conter mais esse pecadilho de jogar a custa do usuário, a quem ia enganar, levou as coisas de risota e chalaça.

[...]

O alferes não primava pela prudência e tino. Valente e fanfarrão, como era, tinha para si que não havia mais segura guarda de um tesouro do que fosse o seu peito defendido pela terrível espada; de resto professava **pela raça judaica tão profundo desprezo**, que nem por sonho admitira a possibilidade de erguer um desses réprobos a mão ousada sobre um fidalgo do seu sangue, e um oficial de El Rei. **De feito um caso desses importaria a expulsão dos judeus não só das colônias, mas talvez dos reinos unidos de Espanha e Portugal.**

Ora, pela manhã quando lia o memorial de Diogo de Campos para ajeitar a falsa cópia acudiu-lhe uma ideia. Samuel que tanto insistia por esse documento tinha vistas largas; com a tenacidade e persistência peculiar **a sua raça** era natural que empregasse para obter o papel todos os meios ao seu alcance, recorrendo talvez a mais de uma pessoa. Decerto seria esse o meio que tinha para verificar a fidelidade no cumprimento dessa parte da promessa.

[...]

---

<sup>401</sup> José de Aguiar é alferes e amigo do Tenente Bezerra, personagem que detém a senha.

Atirou ao judeu através da grade o memorial e o santo; o velho precipitou-se sobre o papel, que desta vez era mais do que ousara esperar, pois era o próprio original de Diogo de Campos. Da verdade do papel inferiu a verdade da senha; pois seria uma necessidade do fidalgo deixar incompleta a sua traição, especialmente quando existia uma assinatura sua que o podia perder.

- Cumpri o meu juramento; cumpre o teu, miserável judeu!...

- Meu senhor, tem a chave do ouro que guarda o cofre da mais fina joia; sua escrava só espera o aceno do seu senhor.

[...]

Jurei que lhe entregaria Rachel, e meu juramento está cumprido, Deus de Abraão e de Jacó! Mas também, Senhor, eu jurei em vosso muito antes, que transpassaria o coração do primeiro homem cujo lábio impuro maculasse a flor de meu cândido lírio!....<sup>402</sup>

Neste momento, a narrativa transporta o leitor para o forte de S. Alberto, descrevendo a fuga dos holandeses e a de Estácio, que aproveita a situação para escapar. Por sua vez, o personagem protagonista toma conhecimento da ameaça que o plano dos flamengos significa para a pátria, e começa a mobilizar suas alianças para defendê-la. Contracenando uma batalha oceânica, a engrenagem textual infla o personagem principal de heroísmo e coragem, construindo com ingredientes épicos o próprio herói da nação, de forma que Estácio ganha a batalha e prende os judeus e os holandeses. Rendidos em seu barco, o protagonista interroga-os a fim de descobrir o grande traidor da pátria, o personagem que entregou o mapa e a senha para os judeus. A filha do israelita, temendo pela vida do seu pai, revela o envolvimento de José de Aguilar na trama:

- [...] que exigis de mim? [Raquel]

- A confissão inteira do que é passado a respeito da fuga dos dois flamengos.

- Uma impiedade! Que as palavras da filha sirvam para condenar o pai! ...

- Para a condenação de vosso pai, com mágoa vos digo, não hei mister de mais do que sei já da melhor fonte. [...] há um ponto que eu ignoro; não compromete mais vosso pai, antes pode favorecê-lo.

-Qual é ele?

- Quem foi o traidor, que descobriu o santo, e entregou a planta da cidade levantada pelo Sargento-mór?

[...]

Raquel tirou do seio o vale de D. José, que na noite antecedente tomara das mãos do pai, e entregou-o ao mancebo.

Estácio leu corando de vergonha; terminando, a donzela referiu-lhe em poucas e acres palavras a cena passada na véspera entre ela e o alferes.

- A vida e a liberdade de vosso pai, senhora, por este papel e o segredo profundo do que ele encerra!<sup>403</sup>

Raquel aceita a condição imposta por Estácio, e concede o papel ao protagonista em prol da liberdade de seu pai. Neste momento, a narrativa ressignifica o olhar hostil com relação ao domínio espanhol no Brasil Colônia, ao retratar personagens espanhóis de grande

<sup>402</sup> *Ibid.*, p. 885 a 894; grifo nosso.

<sup>403</sup> *Ibid.*, p. 943.

fôlego no romance como sujeitos que simbolizam a traição e a corrupção no Novo Mundo, explorando os sinais de vício em torno da atuação e do caráter do padre Molina e do José de Aguiar. A solução dada pelo romance é a defesa da pátria feita por Estácio. Os judeus são expulsos do Brasil, Brás é castigado, o que, por um lado, retrata a condenação desse povo traidor, e por outro, infla a imagem do Brasil Colônia, onde deveriam residir sujeitos dignos da pátria:

Os dois flamengos foram restituídos ao castelo de S. Alberto nessa mesma tarde; Samuel posto em liberdade, mas intimado da ordem do Governador que lhe dava seis meses para liquidar seus haveres e deixar as terras do Brasil para não mais voltar.<sup>404</sup>

No meio do largo atopejado de gente erguia-se o pelourinho de cantaria, cercado por quadrilheiros. Estavam lá, jungidos no poste, dois condenados, presos de uma e outra banda, dando-se as costas, com o rosto voltado para o povo. Eram homem e mulher; dois sócios, dois cúmplices, o Brás e a Eufrásia.<sup>405</sup>

A obra, ao deixar entrever as nuances de significados trabalhados com as versões dos judeus sob o pêndulo salvação-condenação, representa os israelenses que permaneceram no Brasil como cristãos-novos, de maneira que é significativo que aqueles que sustentam sua religião continuem a caminhar em busca de uma pátria, pois, na colônia, não conseguiram encontrar seu lugar. A ideia de vagar e seu sentido simbólico acompanha a representação desse povo no romance, juntamente com a ideia de amaldiçoado. Coadunam com tais representações as leis que proibiam este povo de residir na colônia, o que os diferencia perante outros, principalmente, no momento da Inquisição em Portugal. Nesse sentido, a obra de Alencar se coloca diante da tradição folhetinesca, ao trazer um sentido novo ao seu romance, articulado com a adaptação do tema dos judeus, circulante em diversos gêneros, e com as particularidades do passado colonial.

As possíveis leituras da imprensa local residem na temática da colonização e no poder econômico dos judeus, uma vez que, na obra, Samuel sustenta o comércio e custeia um possível assalto ao território. Essa discussão traz à tona os danos que os judeus representam para o Brasil, num mesmo período em que se discute a colonização do país. Não por acaso, os hebreus da obra sustentam a taberna onde acontecem os jogos, servindo de usurários, não por acaso traem a nação, trapaceando, e por fim, são expulsos. Podemos interpretar que a solução do romance é incitar a ideia-chave da unificação religiosa.

---

<sup>404</sup> *Ibid.*, p. 1089.

<sup>405</sup> *Ibid.*, p. 1216.

### 3.7 Os Judeus convertidos

Uma das leituras importantes para dar significado à história desses personagens apresenta-se nas reconstituições desse grupo etno-religioso, logo na abertura do romance, quando as primeiras impressões apresentadas ao leitor são criadas pela figura ostensiva de luxúria da convertida Elvira. A personagem Elvira nos é apresentada no segundo capítulo da obra “Como outrora rezaram na missa duas beatinhas baianas”, em que o cenário focaliza a personagem e sua amiga Inezita no interior da Sé, trocando segredos e confidências:

Naquele tempo, como hoje, como sempre, duas moças amigas que se encontravam, tinham tanto que dizer entre si, e estavam tão cheias de segredos e confidências, que o lábio rosado não emudecia, enquanto não destilava todo o mel que havia nos favos delicados do coração, toda a fragrância que respiravam as rosas d’alma em botão.<sup>406</sup>

Se, por um lado, o título ironiza as confidências trocadas na Sé entre as duas meninas, posto que o local em que se encontram é um espaço destinado à pregação e à oração, por outro, a estrutura narrativa diferencia a atuação e a linguagem das duas moças envolvidas, diferenciando-as entre si. As distinções já se iniciam na descrição de cada uma, haja vista que Inezita se aproxima de uma figura divina e Elvira de uma figura de luxúria, recuperando sua ascendência judaica:

Logo assomou o vulto delicado de uma moça vestida com o faceiro **traje das andaluzes**; vasquina de seda azul bastante curta para mostrar a nascente da perna **divina**, e **véu bastante longo para ocultar o rosto e seio**, deixando apenas ver a cor de leite e a luz de dois olhos, que brilhavam mais que os diamantes do colar.<sup>407</sup>

Mostrando-se bastante recatada nas suas vestes e nos seus modos, Inezita representa a boa moça cristã, contrapondo-se à imagem de Elvira, que, a princípio, deixando transparecer a voluptuosidade e a luxúria nos seus modos, se assemelha à caracterização de sua mãe, conforme a narrativa sobrepõe “o sangue dos judeus” como fator determinante de seu comportamento:

Uma teria quarenta anos de idade; bela ruína em que o tempo, deixando impressa a sua passagem, respeitara a obra primitiva da natureza. Os cabelos haviam embranquecidos, a tez perdera os toques rosados e murchara ao fogo **do sangue** que a escaldava outrora; [...] mas aquele busto descorado debuxava ainda sob a máscara da velhice prematura as formas de um belo tipo da raça hebraica - Judite ou Madalena.

<sup>406</sup> *Ibid.*, p. 430.

<sup>407</sup> *Ibid.*, p. 424; grifo nosso.

[...]

Ao seu aspecto, adivinhara-se que essa mulher devia ter amado muito na sua vida e **abandonado ao prazer uma alma ardente e insaciável**. Agora, que a beleza fugira e os sentidos se acalmavam, tinha ela necessidade ainda de algum sentimento profundo e veemente que desse expansão às energias da natureza criada para a paixão.

Esse sentimento era a religião; todas as faculdades que outrora o amor observara, voltavam-se para a nova preocupação, e se entregavam a ela com igual ardor e afã: a mulher apaixonada e voluptuosa transforma-se na devota fanática [...]

A **moça** que a acompanhava era sua **imagem**; mas perfumada pela mocidade, iluminada pelos raios da vida [...]

O mesmo fogo da paixão, a mesma voluptuosidade do prazer, que deixara uma sombra de suas erupções no rosto envelhecido da mãe, brilhava nos olhos pretos e fulgidos, no sorriso lânguido e no requebro gracioso da filha; mas a inocência e pureza da alma vendavam ainda essas irradiações com a expressão modesta e ingênua, que as tornava mais perigosas.<sup>408</sup>

A descrição de Elvira acompanha a da mãe, quando esta seguia sua “raça”, ou seja, ainda não era convertida, e deixava o prazer e a luxúria sobrepujar na sua vida. Assim, da mesma forma que a mãe, Luísa de Paiva, sentia sua alma ardente em sua juventude, Elvira sente o fogo da paixão, e, mesmo com a pureza da alma, sua ingenuidade se torna perigosa. Nesse sentido, o sangue dos judeus e a força da ascendência formam as balizas da atuação da moça judia. Descendente, então, da “raça judaica”, a personagem, diante do pregador e durante sua conversa com Inezita, faz uso de uma linguagem ambígua, impregnada de luxúria e malícia:

- **Sonsinha que és!** ...exclamou Elvira com um sorriso. Não queres que me volte para não ver onde vão presos esses olhos.
- Vão a Deus!
- A Deus no céu, e **a ele** na terra.
- Minha tentação! Queres sossegar?
- **Não me deixeis cair em tentação!** ... continuou Elvira com ar de malícia e  **fingindo que orava.**
- Com as palavras sagradas não se brinca!.... É pecado! Disse Inezita séria.<sup>409</sup>

Segundo o excerto, Elvira mantém este comportamento na sua atuação junto de Cristóvão, seu grande amor, ou seja, a primeira descrição de Elvira a acompanha durante toda a descrição de seu amor proibido. Diferentemente da personagem cristã e heroína Inês, que mesmo apaixonada por Estácio, obedece às ordens de seu pai, e não se entrega à paixão, Elvira quebra as regras. A personagem feminina mostra-se completamente apaixonada por Cristóvão, e contrariando as ordens de sua mãe, que reprova o envolvimento de sua filha com o moço, entrega-se ao seu amor, antes do casamento. A gravidez indesejada inicia dois

<sup>408</sup> *Ibid.*, p. 428; grifo nosso.

<sup>409</sup> *Ibid.*, p. 429; grifo nosso.

processos de redenção nas duas personagens judias, o processo de redenção de Elvira, que de uma personagem lasciva se torna mais nobre e volta-se para a maternidade, e o processo de redenção da mãe, que por meio das palavras religiosas do padre Molina, tenta reconciliar-se com as doutrinas da religião cristã. No final da obra, D. Luiza tenta provocar um aborto em sua filha, porém, sua atitude é repreendida pelo padre Molina, com um discurso em que a possibilidade de converter-se soa naturalmente no discurso de Molina:

- A **inquisição** foi instituída em um tempo em que a palavra de Deus não germinava, ou porque a terra era safara, ou porque a semente estivesse eivada e foi, **para castigar os que abandonavam o grêmio da Igreja, não para punir na inocência geração a infelicidade dos pais. Se apesar das gotas de sangue judeu que vos corre nas veias, vos anima o verdadeiro amor de Cristo, a Igreja vos abre o seu regaço, como a qualquer descendente de mouros ou deste gentio da América.**

- Ah! Que **mal conheceis este sangue judeu**, Padre! Nem o podeis, vós que não o sentis correr em vossas veias! Uma só gota dele é **faísca acesa**, que ao menor sopro levanta a labareda, e requeima a vida. **Tendes prova nesta carne rebelde**, que apesar dos anos, da abstinência e do cilício, se revoltara, se a não tivesse **eu constantemente refreada pela contemplação de Deus**. Também a tendes no recente exemplo daquela mísera, que nem meus severos preceitos, nem o natural recato, **impediram de se perder tão cedo!**... Quem sabe onde a levará ainda **a impetuosidade desse sangue danado?**

[...]

- Vossa criminosa insistência já custou à inocência a vossa filha; vai custar-lhe ainda a vida. Que seria de vós, infeliz mulher, mãe desnaturada, se aquela vítima de vossa crueldade, confundindo **vosso fanatismo com a verdadeira e santa religião**, a renegasse cheia de horror na sua última hora, e expirasse descrente? ... Quem responderia ao Senhor por essa alma perdida, senão vós?...<sup>410</sup>

No decorrer deste trecho, podemos perceber que o discurso contrapõe as imagens do cristão e da judia convertida: o padre Molina, que, mesmo corrupto, se mostra disposto a resgatar os judeus da vida recriminada, e D. Luiza, que com toda a dificuldade, tenta se entregar a Deus, reverberando a importância de se disseminar a religião cristã e a pregação por padres dispostos a servi-la. Sendo que o simples fato de ter sangue judeu é suficiente para explicar a volubilidade das judias ao pecado da carne, a conversão ao cristianismo se torna difícil, é um processo que demanda tempo e dedicação.

Desse modo, as duas mulheres convertidas que se aproximavam do pecado da carne passam por um processo de redenção, de maneira que nas entrelinhas da obra se lança a possibilidade de se resgatarem os judeus. Por outro lado, podemos entender que a conversão das duas mulheres não limpa a nódoa deixada pela religião judaica, já que Elvira teria que aprender a conviver com sua situação, e sua mãe com as “manchas do passado”.

<sup>410</sup> *Ibid.*, p. 1046 e 1047; grifo nosso.

Este significado específico poderia ter sentido para o público letrado, alvo de reflexões feitas pelo IHGB, e pelo historiador Varnhagen. Tendo em vista que as atas e reuniões do IHGB eram editadas pelos periódicos da época, o círculo de letrados poderia se estender para os consumidores de jornais. No ano de 1847, o historiador Varnhagen escreve na RIHGB a biografia de Antônio José da Silva<sup>411</sup>, descendente de judeus, e contextualiza a perseguição que este povo sofreu desde os primeiros anos de colonização, com a instauração da Inquisição, até o século XVIII, quando a mãe do escritor sofreu os tratos do Santo Ofício. Mesmo sob a imposição da religião cristã, Antônio Silva, em meio aos cristãos novos perseguidos e aos judeus, foi-se imbuindo das doutrinas desta religião até que as professou. Após ser preso pela Inquisição, prometeu se lançar nas doutrinas cristãs. Contudo, anos depois, foi denunciado pela escrava de sua mãe como praticante da religião judaica e, preso novamente, forjaram provas contra ele.

A discussão proposta por Varnhagen reacende o debate em torno da política da Santa Inquisição e da intolerância religiosa que imperou no Brasil Colonial durante séculos. O próprio historiador cita outros autores que também se esforçaram por trazer e debater a história deste judeu perseguido, como o referido poeta Gonçalves de Magalhães, e o magistrado Rodrigo de Sousa da Silva Pontes que se propôs a investigar “as obras” de Antônio José da Silva na América. Dessa forma, os estudos e pesquisas em torno da história de Silva rediscutem a situação do povo judaico no Brasil, provocando em torno disso debates, polêmicas e nuances de posicionamentos dos letrados.

Conforme a crítica feita por Varnhagen sobre a Inquisição aponta, os judeus, mesmo após sua conversão, ainda continuavam sendo perseguidos acusados de judaizarem, fato que sucedeu com o poeta estudado pelo historiador. A perseguição a este povo, que já se identifica nos inícios da colonização, é também rediscutida por Varnhagen em *História Geral do Brasil (1854-1857)*, fonte histórica cujas informações José de Alencar se apropria:

Além dos estrangeiros, apresentavam-se ainda **outros meio-inimigos**, ou ao **menos mui suspeitos**. Eram os cristãos-novos, muitos dos quais, de sangue português, se encontravam disseminados por toda a costa, e alguns até com ordens sacras, e aos quais a metrópole ora perseguia, ora favorecia. Depois de haver consentido que passassem muitos ao Brasil, proibiu a vinda de outros; mas, reconhecendo logo que isso não estava em harmonia com o desejo que mostrava de ver povoado o Brasil, cassou a proibição. Depressa, porém, mudou de parecer: **reunindo-se os judeus e cristãos novos na metrópole, e oferecendo, para as urgências do Estado, a avultada quantia de um milhão e setecentos mil cruzados, incluindo nela duzentos**

---

<sup>411</sup> Varnhagen, Franciso Adolfo. *Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, &*: Antônio José da Silva. *RIHG*, tomo IX, 1847, p. 114-124. Segundo Varnhagen, Antônio José da Silva (1705-1739) foi poeta e escritor de peças teatrais, e sofreu perseguição religiosa pela Inquisição por sua origem judaica.

**para poderem comerciar livremente com as colônias, tudo lhes foi concedido.** [...] prosseguindo-se ainda depois de casadas as graças concedidas, e sendo assunto não liquidado em 1617.<sup>412</sup>

Se na biografia de Antonio José da Silva, Varnhagen lança críticas sobre a atuação brutal e traiçoeira da Inquisição com relação aos judeus, na *História Geral*, o historiador não deixa de vê-los como uma ameaça estrangeira à colônia, narrando os recuos e os avanços que esta “raça” conseguiu no decorrer dos anos. Segundo o autor, o povo judaico teve que negociar sua condição nas terras da América, pois eram barrados pelas leis da metrópole. O romance alencariano dialoga com estes pontos levantados por Varnhagen e pelos autores que adentraram nesse assunto, uma vez que, em *As Minas de Prata*, a narrativa explora os desajustes religiosos de Elvira e de sua mãe após a conversão, além do fato de continuarem marcadas pelo passado judaico, o que as condenaria como um ranço de sua antiga religião. Isto se atrela à dificuldade com que permanecem na colônia. Por esses movimentos, a obra de Alencar se articula com os debates propostos por seus contemporâneos, promovendo reflexões sobre a situação dos cristãos-novos nas colônias e sobre a perseguição religiosa deste período.

Nestes trechos, podemos notar os pontos de contato com as discussões históricas, políticas e religiosas nas quais *As Minas de Prata* se engaja, levantando sentidos que se encontram juntamente ao seu momento de produção. A narrativa de Alencar estabelece relações com os debates em torno dos judeus convertidos, e em torno da perseguição que esta “raça” sofreu desde o princípio da colonização:

- Tomou-me há tempos por seu confessor, disse ele, a senhora D. Luísa de Paiva, viúva já idosa e muito conhecida nesta cidade pelo seu avultado cabedal. Faleceu lhe o marido há seis anos deixando uma filha única, que está hoje moça. É senhora de muita virtude; mas tem **ainda restos de sangue impuro....**
- Ah! É de raça judaica! exclamou o padre Molina.
- **Infelizmente assim é**, respondeu o P. Figueira.
- Devem ter passado ao Brasil muitos desses cristãos novos, depois de levantada a proibição? [...]
- De feito não é pequeno o número dos que tem vindo.  
[...]
- Que D. Luiza de Paiva é descendente de uma família de judeus; e pois, embora sua fé seja robustíssima, **remorde-lhe aquela mácula**. Estou sem que seu zelo bem aconselhado não duvidará remir a culpa, fazendo esmola de todos seus cabedais a uma casa de oração que possa bem emprega-los no esplendor do culto divino.<sup>413</sup>

<sup>412</sup> *Id.*, *História geral do Brasil*, p. 65. Tomo I; grifo nosso. As notas do livro trazem os alvarás e as leis, dentre as quais citaremos: “Alvará de 21 de maio de 1567” que proíbe a vinda de cristão; “leis de 31 de julho e 24 de novembro de 1600.”, concedeu tudo aos judeus mediante uma determinada quantia.

<sup>413</sup> ALENCAR, *As Minas*, p. 576 e 577; grifo nosso.

Elvira também era feliz. Mas como a rosa, cujo seio punziu a antena de um inseto, a flor de sua felicidade tinha uma **nódoa** que só o tempo devia apagar.<sup>414</sup>

Assim, um dos sentidos trabalhados pela obra refere-se ao resgate do povo judeu; imagem esta consagrada pela literatura e pelas discussões sobre este povo, principalmente, no período da Inquisição, momento aludido pela trama. Dessa maneira, por um lado, a prosa resolve o problema religioso com a conversão - condição para que os personagens israelistas permanecessem no território e pudessem se misturar com outros povos. Acrescenta-se que o processo de redenção de Elvira atribui características diáfanas à personagem, que, por sua vez, passa a ser digna de gerar um filho de Cristóvão. Portanto, a configuração do cristão-novo na narrativa resolve um dos maiores problemas desafiantes à religião católica e à unificação religiosa.

Contudo, por outro lado, a prosa sinaliza o ponto de vista racial como determinante na vida das personagens judias, pois, o fato de ambas, Elvira e D. Luísa, descenderem de judeus preescreve um lugar marcado na sociedade, metaforizado pela “nódoa” que esfuma a felicidade de Elvira. A nosso ver, esse problema fica delegado ao segundo plano perante os aspectos religiosos.

A leitura da conversão não se estende a todos os personagens, o que abre a possibilidade de *As Minas de Prata* transpor outros significados possíveis discutidos no momento da sua confecção, bem como reapropriar-se da multiplicidade de representações e reinvenções dos judeus. Assim, reinterpreta a narrativa da *História Geral*, a narrativa alencariana explora o comércio que os israelenses faziam no Brasil e as vantagens que tiravam. Neste ponto, surge a figura importante do taberneiro Brás, conforme analisamos.

Na obra alencariana, os procedimentos narrativos trabalham com signos representativos do campo ilícitos e disfóricos na reconstituição dos judeus no romance, mesmo dos convertidos. Conforme vimos, no ano de 1865, este grupo, representado até então pelos personagens femininos, Elvira e D. Luíza, ganha outras releituras no momento em que Alencar continua a escrita de seu romance, e acrescenta entre os capítulos já produzidos um sobre a taberna de Brás. Nesta versão, a produção de sentido criada com o novo texto ganha variados significados, de acordo com o que se publica na época, e, principalmente, com o que se consome da literatura folhetinesca.

\*\*\*

---

<sup>414</sup> *Ibid.*, p. 1257; grifo nosso.

O estudo de *As Minas de Prata* reafirma nossa hipótese de que a representação do judeu é, principalmente, um problema religioso. Os descendentes dos hebreus entram no âmbito racial conforme Alencar pensa um povo, contudo, eles não desafiam essa construção, poderiam povoar o Brasil, desde que fossem convertidos. O grupo levanta inquietações em termos religiosos. Nesse ângulo, Alencar mobiliza noções e significados estabelecidos pela convenção do seu momento, que explora a tipificação negativa do israelense, seja nas produções artísticas ou no discurso da imprensa, portadores e mantenedores dos preconceitos contra esse povo. Nos intercâmbios entre jornal e produção artística, as interpretações negativas atribuídas aos judeus são resgatadas, sobretudo, do mito cristão.

A solução encontrada pela prosa histórico-ficcional é a contemplação da religião cristã, nesse sentido, os mitos dos judeus são reacomodados sob o signo da conversão, transferindo as marcas da religião judaica. Apesar das distintas representações entre judeu e cristão-novo, o convertido ainda é realimentado pelos clichês herdados da tradição, de maneira que ele é um sujeito dividido entre duas culturas, duas religiões, e ainda estigmatizado sob a perspectiva do catolicismo, adotada pela obra. Na narrativa, o cristão-novo diverge do ponto de vista moral dos personagens cristãos, estabelecendo contrapontos de traços de personalidade e atitude. Assim, provoca aversão nos eclesiásticos.

A resposta alencariana serve à manutenção ideológica política do Império e sugere possíveis caminhos para a ameaça ao cristianismo, conversando com as discussões mediadas pela imprensa sobre colonização e imigração. Para Alencar, as concepções sobre “como e o que é ser brasileiro” passa por representações e imagens articuladas com a miscigenação de etnias e religiões, influenciadas pela esfera pública, e, na contramão, influenciam as discussões no âmbito político, de maneira que a rede de interlocução do autor contribui na construção do seu romance histórico e na sua reinterpretação da história do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as representações discursivas e imagéticas das narrativas historiográficas e outras narrativas entre as décadas de 1830-60 que escreveram e elaboraram a memória e o passado da nação, o IHGB destacou-se nesta atuação, ao coligir e publicar textos. A Revista do IHGB, no decorrer dos oitocentos, fornecia um modelo metodológico no estudo do passado, pautado pela projeção de aspectos nacionais e de reminiscências patrióticas e marcado por um discurso contínuo entre passado e presente. A proposta de confeccionar um passado único e coerente que servisse aos ideais do Estado pertencia ao projeto dos letrados desse círculo que “[...] desencravaría dos estratos do passado, da espessura histórica de instituições, eventos e personagens, os fatos necessários para recompor, no contínuo homogêneo do tempo, a História da Nação”.<sup>415</sup>

A despeito de uma linha homogênea e unificada em torno dos ideias de brasilidade e de suas formas simbólicas, as nuances de posicionamentos analisadas no decorrer desse trabalho, fossem sobre os gêneros literários, os jesuítas ou a imigração de povos não-cristãos, foram emblemáticas dos esforços e dificuldades dos homens de letras em determinarem e reconhecerem os parâmetros nacionalistas, pensados no trânsito entre fronteiras literárias, históricas e políticas, num acúmulo de funções para o campo literário, direcionado por debates entre história e ficção, e temas genuinamente brasileiros. No recorte do nosso estudo, as perspectivas construtoras do princípio identitário foram investigadas à luz do romance histórico de José de Alencar e de sua inserção em uma rede de interlocução. A partir de determinadas temáticas suscitadas pela prosa alencariana, propusemos aspectos em comum e divergentes entre a narrativa ficcional e outros discursos e espaços, reconstituídos do âmbito oficial do IHGB, e do posicionamento considerado polifônico dos jornais.

Assim, a discussão de maneiras de se narrar o passado não se limitou ao espaço protegido por D. Pedro II, pois as malhas da imprensa, além de divulgarem textos e documentos do Instituto, construíram uma rede permeada por posições ora discordantes ora convergentes em torno da formação da brasilidade. Diante das dificuldades do trabalho de escrita da história, a criação da pátria nas manifestações artísticas era tarefa convergente com a do IHGB, à medida que se buscava um referencial identitário e a produção cultural trilhava sua especificidade nessa empreitada. Entre o discurso histórico e o ficcional, a disputa pela

---

<sup>415</sup> Lúcio Menezes Ferreira, *Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 20.

esfera mais representativa ocupou a preocupação dos letrados e a imprensa serviu de arena para os embates e controvérsias. Os modelos estéticos e literários eram repensados e atualizados de acordo com a sensibilidade desse momento e, neste ponto, o romance histórico despontou por sua composição híbrida, ora se aproximando de narrativas documentadas ora de ingredientes inventivos e, em diferente teor, suscitou distintas intenções ficcionais.

Nos meandros da polêmica entre história e romance, indagou-se da melhor forma de escrever a história do Brasil. Segundo os textos metaficcionalistas de escritores oitocentistas, o romance passou a ser considerado mais verdadeiro do que a história, conforme representava o povo, fomentando uma das dimensões nacionalistas na representação simbólica deste ideal. Os limites entre verdade e verossimilhança poderiam ser entendidos dos próprios textos de romancistas e, nesse sentido, retomamos a intenção de Alexandre Herculano:

A história é verdadeira, a tradição verossímil; e o verossímil é o que importa ao que busca as lendas da pátria.

Quando o caráter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as crônicas desenharam esse caráter com pincel firme, o noveleiro pode ser mais verídico que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo do que vive, o gênio do povo que passou pelo povo que passa.<sup>416</sup>

A narrativa alencariana percorreu por esse caminho, reinterpretando a concepção do seu povo e mito fundador. Trilhando os possíveis paradigmas de o que e como é ser brasileiro, a forma estética de *As Minas de Prata*, estruturada pelo misto de estilos, entre baixo e alto; por simbologias religiosas e históricas, por um enredo plasmado por mistérios e reviravoltas, ancorado em elementos grandiosos; mesclou ingredientes de uma tradição literária, revista e recontextualizada nos oitocentos, com a valorização da transmissão de lendas e tradições e a composição do povo e sua cultura popular, que Alencar ressignificou, presas às temáticas de sua prosa - a religião e a miscigenação de raças.

Sendo assim, em *O Guarani e Iracema*, a configuração de seu país foi pensada na mistura de etnias entre branco cristão e índio, sendo que o elemento indígena se converteu ao cristianismo ou sacrificou sua raça. Em *O Guarani*, Alencar compôs a união de Peri e Ceci na solução mítica da narrativa de Tamandaré, apontando o possível povoamento da terra pelos filhos do branco e índio, e em *Iracema* representou a miscigenação entre branco e índio, configurando o filho de Iracema e Martim como símbolo da nova raça. Em *As Minas de*

---

<sup>416</sup> HERCULANO, Alexandre. O Bispo Negro (1130). In:\_\_\_\_. *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p. 58; *Id.*, A velhice. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 170, p. 242-245, 1 de agosto de 1840. p. 243.

*Prata*, ele explorou outras etnias, culturas e raças, mas a solução dos três romances pôs em evidência as origens do passado nacional, sob o signo da civilização. *As Minas de Prata*, retratando o ano de 1609, explorou mais profundamente os aspectos da civilização, com as imagens da capital baiana e ecos da cultura popular, simbolizada pelo culto às crenças e tradições, também fruto dos diálogos transatlânticos. Sob esse prisma, o autor transfigurou a história na atmosfera do mito e lenda e, por outro lado, extraiu o tom épico e mítico das crônicas do Brasil Colonial. Podemos observar esses procedimentos de construção no interior da obra, uma vez que, na narrativa, os registros jesuíticos apontaram o fazer literário do próprio romance, alicerçado nas crônicas dos religiosos. Se o material histórico explorado foi referenciado e simbolizado pelos alfarrábios, os mesmos documentos possibilitaram e simbolizaram vias de acesso ao pensamento seiscentista, bem como aos registros das viagens transatlânticas. É por sua ficcionalização que o leitor tem acesso à principal trama da obra, a narrativa das minas de prata, servindo para ilustrar as matrizes das crônicas coloniais, a prática dos inacianos, e para dar força à vertente folhetinesca, cuja estrutura incorporou ao longo da prosa as informações, acontecimentos e lacunas narrados pela documentação dos loiolanos. Alencar explorou a função multiplicada dos jesuítas no registro de suas impressões, na tradução e descrição dos elementos da nova terra; e, sobretudo, no exercício do poder temporal e atemporal. Se a prosa histórico-ficcional foi organizada pela concepção dos seiscentos, absorvendo seus mitos e lendas, o extrato narrativo ficcional se aproximou dos relatos seiscentistas, colocando em xeque os aspectos de sua veracidade, sobretudo, pela própria voz narrativa que questionou as anotações dos eclesiásticos. Mais do que a importância dada aos episódios históricos, o narrador colocou em relevo a transmissão de lendas e tradições, mediada por uma certa realidade, na formulação da pátria e de suas raízes. Ou seja, a atmosfera histórica e mítica compôs a engrenagem mítica e épica.

No ponto de contato entre a imprensa e o IHGB, as redes de interlocução se envolveram com questionamentos de natureza histórica, que, a princípio, delegados aos membros do Instituto, circularam nos embates dos periódicos. A conexão foi possibilitada pelos interesses convergentes nos assuntos da pátria, e facilitada pelo círculo de letrados que acumularam funções nos dois espaços. Vale reiterar que se o Instituto encontrava-se sob a proteção do paço, o jornal se afastava desse lado, seja em termos de posicionamentos críticos, ou em termos de público alvo. Nesse sentido, a publicação da RIHGB nas malhas da imprensa não tem o mesmo sentido, nem mesmo a mesma leitura e função das publicações feitas no IHGB.

Atendendo às necessidades do Império, Alencar tocou nos assuntos polêmicos, como a concorrência temporal do poder dos jesuítas, num momento em que eles não atendiam às demandas do Estado, num momento em que a crítica do cônego Pinheiro sobre a divisão da Ordem já corroera a aura dos primeiros loiolanos. É sintomática a solução apresentada por Alencar, o silêncio diante da continuidade dessa Instituição, ou mesmo, a sua negação. A internacionalização da Companhia, representada por seu poder em diferentes países, deslocou o sentimento de pertença: ela estava desajustada com as novas demandas. O romance histórico de José de Alencar respondeu ao seu tempo, ficcionalizando os debates da imprensa, e problematizando o “influxo da civilização” por meio das representações estético-temáticas do povo judeu. Entre presente e passado, *As Minas de Prata* interpretou o seu ideal de povo e de religião. A discussão seiscentista projetou-se na discussão do Império, de forma que Alencar dialogou com seus contemporâneos, tendo em vista que suas reflexões foram interventivas e interagiram com os letrados que discutiam a catequização, a empresa de colonização, e os povos que deveriam migrar.

Logo, os jesuítas e judeus foram retratados em suas particularidades, ambos constituintes do mesmo mito: o mito da conspiração e do complô. Os inacianos, ao serem acusados historicamente como contrários ao poder do Estado; os judeus, representados como um povo marginal e deslocado.

Em *As Minas de Prata*, as releituras dos loiolanos ganharam um projeto conciliatório, em certa medida, exaltou-os no passado, e acusou-os no presente, pois poderiam tornar-se “um estado dentro de outro”. Já os judeus foram conciliados com a pátria sob signo da conversão. O tom conciliatório fechou a narrativa alencariana, que, não fortuitamente, carregou traços ambíguos. O final da prosa, desvendando os seus enigmas e queimando os elementos simbólicos da ambição, metaforizou, por uma vertente, os problemas identitários da nação ainda por serem solucionados. O afastamento de Estácio acompanhado de sua amada sinalizou a dificuldade de aceitação do miscigenado no seio civilizatório. Sendo assim, a reflexão da prosa histórico-ficcional se propôs como um programa de intervenção, e estabeleceu pontes e diálogos com o presente. As nódoas do passado foram projetadas no presente que ainda estava por ser pensado; o passado ainda guardava suas marcas, e deixava para o presente a missão de resolvê-las.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras de José de Alencar

ALENCAR, José Notas. In: \_\_\_\_\_. *As Minas de Prata*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p. I-VII.

\_\_\_\_\_. *As minas de Prata*. Rio de Janeiro, Garnier, 1865. 6 vols.

\_\_\_\_\_. *Guerra dos Mascates*. Rio de JANEIRO, Garnier, 1871. p. 19; p. 204, 2 vols.

\_\_\_\_\_. *Sonhos d'Ouro*: romance brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872, 2 tomos.

\_\_\_\_\_. Benção Paterna. In: Alencar, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872.

\_\_\_\_\_. *Alfarrábios: crônicas dos tempos coloniais*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872.

\_\_\_\_\_. *O Jesuíta*. Rio de Janeiro: Garnier, 1875.

\_\_\_\_\_. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

\_\_\_\_\_. *Como e porque sou romancista*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958, 4 vols.

\_\_\_\_\_. *As minas de Prata*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v. 2.

\_\_\_\_\_. Carta ao Dr. Jaguaribe. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v.3.

\_\_\_\_\_. As asas de um anjo. Advertência e prólogo da 1ª edição (1859). In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. v.4.

\_\_\_\_\_. Literatura brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. v.4.

\_\_\_\_\_. Cartas sobre A confederação dos Tamoios. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. v.4.

\_\_\_\_\_. *Coleção melhores crônicas*; seleção de João Roberto Faria. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. *Antiguidade da América e A Raça Primogênita*. Marcelo Peloggio (org.). Fortaleza: Edições UFC, 2010

### Referência geral e específica

ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro, in: *Ensaio e Estudos* (Crítica e História), 1ª série, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 131-145. [Publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 21, 22 e 23 de novembro de 1882, e reproduzido em *Apenso à História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo III, págs. 435/444, 3 ed. p. 137

ABREU, Márcia; Schapochnik, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005.

ABREU, Márcia (org.). *A trajetórias do romance, circulação, leitura e escrita nos séculos XVII e XIX*. São Paulo: Fapesp, Mercado das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *A circulação transatlântica dos impressos*. *Livro*. São Paulo, n. 1, p. 115-118. maio de 2011.

ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página: a dupla narrativa de José de Alencar*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2002.

AGUIAR, Flávio. *A Comédia Nacional no Teatro de José de Alencar*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. *A revolução holandesa: origens e projeção oceânica*. São Paulo: Perspectiva, 2014,

ALENCAR, Heron de. José de Alencar e a ficção romântica. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3.ed.. Rio de Janeiro: J.Olimpio, 1986. v.3, p.231-321.

AMAZONAS, L. S. A. Prólogo. apud SALLES, G. M. A. *Palavra e Sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. Campinas: 2003. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 261-263.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Botman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARARIPE JUNIOR, T.A. *Obra Crítica de Araripe Junior*. COUTINHO, Afrânio (org). Vols. 1-5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa, Coleção textos da Língua Portuguesa Moderna, 1958.

ARAÚJO, José Antonio Andrade de. O discurso do paraíso na América e as leituras de Simão de Vasconcelos. IN: ANAIS DO CONGRESSO DA HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA NO BRASIL. Campinas, p. 4 , 2003.

\_\_\_\_\_. *A construção do paraíso: o discurso milenarista de Simão de Vasconcelos*. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

\_\_\_\_\_. O jesuíta e as minas de prata.  
[http://www.professores.uff.br/jaaa/congresso/X\\_Abralic.htm](http://www.professores.uff.br/jaaa/congresso/X_Abralic.htm)

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

AUGUSTI, Valeria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o Romance no Brasil oitocentista*. Campinas: 2006. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. Do gosto inculto à apreciação douda: a consagração do romance no Brasil do oitocentos. In: ABREU, M (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008a. p. 393-415.

\_\_\_\_\_. Os deveres do romance para com a nação. *Anais da Abralic: XI Congresso Internacional da Abralic*, 2008b.

AZEVEDO, Gabriela Soares de, *Leituras, notas, impressões e revelações do Tratado Descritivo do Brasil em 1587 de Gabriel Soares de Sousa*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Gabriel Soares de Sousa e os Capítulos contra os padres da Companhia de Jesus no Brasil. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*.

BAKHTIN, M. M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

\_\_\_\_\_. *Questões de literatura e Estética*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Unesp, 1988.

\_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte regencial. *Revista Tempo*, número 22, 2007, p. 34.

BENJAMIN, Walter. 1994. "O narrador". In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense. (Obras escolhidas, v. 1).

BERGERMAN, Maria Augusta de Toledo. *Máscara e personagem: O judeu no teatro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BIRON, Berty. *Luzes, Razão e fé em Caramuru*. In: TEIXEIRA, Ivan (org.) *Multiclássicos épicos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 327.

BLAIR, Hugh. *Lectures on rhetoric and belles lettres*. Philadelphia: James Kay, Jun. and Brother, 1856.

BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi. *Paraísos Artificiais: o romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

BROWNLEE, W.C. Na historical sketch. In: *Secret instructions of jesuits*. New York, 1857.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Queroz, 2000.

CANO, Jefferson. *O FARDOS DOS HOMENS DE LETRAS o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado em História)- UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. Áticos e beócios na República das Letras: aspectos da opinião pública no Rio de Janeiro (1836-1837). *Cad. AEL*, v.9, n.16/17, 2002.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições elementares de poética nacional*. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1840.

\_\_\_\_\_. *Lições Elementares de Eloquência Nacional*. 6ª edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1861.

CASCUDO, Luís da Câmara. O folclore na obra de José de Alencar. In: ALENCAR, José de. *Obras*. 5.ed.. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1967.v.1.

CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

CEZAR, Temístocles Américo. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, p. 38-53.

\_\_\_\_\_. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*, Pelotas, NDH/UFPel, 6, dez. 2000, p. 37-58.

\_\_\_\_\_. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaios sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen, *História*, São Paulo, vol. 24, n. 02, 2005, p. 207-240

\_\_\_\_\_. Varnhagen in moviment: a brief anthology of an existence, *Topoio – Revista de História*, Rio de Janeiro, vol. 03, 2007, p. 01-27.

CHAVES, Castelo Branco. *Romance histórico no romantismo português*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, p. 29.

COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX. *Vária história*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 539-555, julho/dezembro, 2009.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 63-87 – 2006.

CÔRTEZ, Flavia Gonçalves. A exploração dos recursos naturais na visão do cronista Gabriel Soares de Souza. *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*.

COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CUNHA, Maria do Rosário. Garrett, Herculano e o romance histórico. *Revista Discursos: Série Estudos Portugueses e Comparados*. Universidade Aberta, p. 127-138, 2006.

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. Porto Alegre: Lima, 1968; traduzido de: DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, Lecoigne et Durey, Paris, 1826.

DOMINGOS, Simone Tiago. *Política e Memória: a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DUMAS, Alexandre. *Le Mois: Revue Historique et Politique*, par Alexandre Dumas, 01/10/1849.

\_\_\_\_\_. *Mes mémoires*. Paris: Librairie Nouvelle, 1863.

\_\_\_\_\_. O Visconde de Bragelonne. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Saraiva, 1954.

\_\_\_\_\_. *Os três mosqueteiros*. São Paulo: Abril, 1971.

\_\_\_\_\_. *O conde de Monte Cristo*. Trad. Nélia Maria Pinheiro Padilha Von Tempski-Silka. Curitiba: Juruá, 2008. 3 v.

DURÃO, Santa Rita. Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia. In: TEIXEIRA, I. (org.). *Multiclássicos épicos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 355-660.

DURAND, Pascal. Presse ou médias, littérature ou culture médiatique? Question de concepts. *Contextes* 11 | 2012, Online since 18 May 2012, connection on 03 November 2014. URL : <http://contextes.revues.org/5392> ; DOI : 10.4000/contextes.5392

DUTRA E MELLO. A moreninha. *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 746-751, 1844.

EISENBERG, José. As missões jesuíticas e o pensamento político moderno. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

FARIA, João Roberto. *José de Alencar e o teatro*. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FEITLER, Bruno. A circulação de obras antijudaicas e anti-semitas no Brasil colonial. *Cultura* [Online], vol. 24, p. 61, 2007. Disponível em: URL : <http://cultura.revues.org/810> ; DOI : 10.4000/cultura.810.

\_\_\_\_\_. “Gentes” da Nação: judeus e cristãos-novos no Brasil Holandês. GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERNANDES, Eunícia Barros. Fernão Cardim: a epistolografia jesuítica. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, 2009.

\_\_\_\_\_. As palavras como linhas: Fernão Cardim. *Revista Brasileira de História das Religiões* - Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas, Ano I, n. 3, Jan. 2009.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *Vestígios de Civilização: A Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FONSECA, Pedro Carlos. O imaginário Medieval na colônia: o bestiário em Fernão Cardim. *Signótica*, p. 173-184, jan/dez. 1999

FRANCO, José Eduardo. A visão do Outro na literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República. *Lusitânia Sacra*, Tome XII, 2000, p. 121-142; J

\_\_\_\_\_. Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus. *Revista de História das Ideias*, vol. 22, 2000, p. 209-253;

\_\_\_\_\_. Gênese, evolução e carácter do antijesuitismo em Portugal: uma perspectiva evolutiva. In: Luís Machado de Abreu e António José Ribeiro Miranda (coords.), *Actas do Colóquio – O anticlericalismo português: história e discurso*, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2002.

\_\_\_\_\_. As *Monita Secreta*: história de um Best-Seller antijesuítico. *PerCurso*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 108, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*, (Tese de Doutoramento defendida na EHESS – Paris), 2 Volumes, Lisboa-São Paulo, Prefácio e Arkê, 2005.

\_\_\_\_\_. O mito dos jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano V, n.º 9/10, p. 304-305, 2006.

\_\_\_\_\_. O mito dos jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano V, n.º 9/10, p. 304-305, 2006.

FRANCO, José Eduardo. *Gênese e mentores do antijesuitismo na Europa Moderna*. Lisboa: Clepul, 2012.

FRANCO, Eduardo José; VOGEL, Christine. *Monita Secreta. Instruções secretas dos Jesuítas. História dum manual conspiracionista*. Lisboa: Roma Editora, 2002.

FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. *O mito do Marquês de Pombal. A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria*. Lisboa: Prefácio, 2003.

FRATTINI, Paula Caldas. *Walter Scott e Balzac: romancistas da história*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

FREITAS, Renata Dal Sasso. *Páginas do Novo Mundo: um estudo comparativo entre a ficção de José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos Estados nacionais brasileiro e*

norte-americano no século XIX. (Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n.5, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs/aedos>>.

\_\_\_\_\_. Ele bebera da fonte da história: os usos do passado em *As Minas de Prata* (1862-1865) de José de Alencar. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Fortaleza, 2009.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1977.

GAMA, José Basílio da. *O Uruguai*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1941.

GIMENEZ, Priscila Renata. *Folhetins teatrais e transferências culturais franco-brasileiras no século XIX*. Questões de uma edição da Semana Lírica de Martins Pena. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2014.

GINZBURG, Carlo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Prefácio e Pós-escrito de 1972. In: \_\_\_\_\_. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. Prefácio/Sinais: raízes de um paradigma indiciário/ Ticiano, Ovídio e os códigos da figuração erótica no século XVI. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HEINEBERG, Ilana. *La suite au prochain numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*. Tese (Doutorado), Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 2004.

HERCULANO, Alexandre. A velhice. In: *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 170, p. 242-245, 01/08/1840.

\_\_\_\_\_. *O Bobo*. São Paulo: DIFEL, 1967.

\_\_\_\_\_. *Eurico, o Presbítero*. São Paulo: DIFEL, 1963.

\_\_\_\_\_. *Lendas e Narrativas*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952.

\_\_\_\_\_. *O Monge de Cister*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.

\_\_\_\_\_. *Eurico, o Presbítero*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGO, Victor. *La préface de Cromwell*. Paris: Société française d'imprimerie et de librairie, 1987.

JAUSS, Hans Robert. *A História da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JOLY, Créteineau. *Histoire religieuse, politique et littéraire de la Compagnie de Jésus: composé sur les documents inédits et [...] Paris, 1851, p. 382.*

KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (Org.). *La Civilisation du jornal: Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011.

LAROUSSE, Pierre. *Gran dictionnaire universel du XIXe siècle: français, historique, géographique, mythologique, bibliographique....Paris, 1875.*

LEAL, Mendes. *Calabar*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1863.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos I e II. Porto: Tipografia Porto Médico, 1938.

\_\_\_\_\_. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LEROY, Michel. *O Mito Jesuíta. De Béranger a Michelet*. Trad. José Eduardo Franco. Lisboa: Roma Editora, 1999.

LIMA, Francisco Ferreira de. Paraíso e inferno na Bahia de Gabriel Soares de Sousa. *Veredas- Revista da Associação Internacionl de Lusitanistas*, Porto, v. 3, tomo. 1, 2000, p. 43-54.

LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

LOPES, Hélio. *A divisão das águas*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LUKACS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *The historical novel. Peregrine Books*. Harmondsworth: Penguin, 1969.

KALIFA, Dominique.; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain. (Org.). *La civilisation du jornal: Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011.

MACHADO DE ASSIS. Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade, In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III, p. 801-836.

MACHADO, Ubiratan. A vida literária no Brasil durante o romantismo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MAGALHÃES, Gonçalves. Breve notícia sobre Antônio José da Silva. In: \_\_\_\_\_. *Antônio José ou o Poeta e A Inquisição*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de F. de Paula Brito, 1839. p.II e III.

\_\_\_\_\_. *Suspiros poéticos e Saudade*. Paris: Moré, 1859.

\_\_\_\_\_. *A confederação dos Tamoios*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. O paraíso brasílico: As visões edênicas da América portuguesa nos XVII e XVIII. *Praxis*, Revista eletrônica de história e cultura. Ano 4, N. 5, JAN - DEZ 2011, p.80-94.

MARCZYK, Marta Bernadete Frolini de Aguiar. *Representações cristãs do povo judeu em As Minas de Prata, de José de Alencar*. Tese (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 46.

MARCO, Valeria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Unicamp: Editora da Unicamp, 1993.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. O romance histórico de Alexandre Herculano. [19?] Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2643.pdf>>. Consultado em janeiro de 2010.

MARTINS, Eduardo Viera. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005.

\_\_\_\_\_. “Observação e imaginação nas *Cartas a Cincinato*”. *XI Congresso Internacional da ABRALIC*, São Paulo, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MCLEMAN-CARNIE, Janette. Sir Walter Scott and the French press: Paris 1826. *Scottish Tradition*, v. 25, 2000, p. 26-52.

MENDES, Maria Lucia Dias. *Amor e encenação em La Reine Margot*, de Alexandre Dumas. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. A História na visão de Alexandre Dumas. *Revista Alea*. ? v. 6, n. 1, p. 67- 79, 2004.

\_\_\_\_\_. *No limiar da História e da Memória*. Um estudo de Mes mémoires, de Alexandre Dumas. São Paulo: 2007. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDES, Mirhiane de Abreu. Verossimilhança e indianismo em José de Alencar. In: BOECHAT, Maria Cecília; OLIVEIRA, Paulo Motta e OLIVEIRA, Maria Pessôa (orgs). **Romance Histórico: Recorrências e Transformações**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000. p. 117-128.

MENEZES, Hugo Lenes. *Literatura, história e metalinguagem*. Um olhar sobre a ficção de Alexandre Herculano. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária), Universidade Estadual De Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1997.

MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1977.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

MEYER, Merlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICHEL, Riaudel. *FERDINAND, Denis*. Disponível em: [http://bndigital.bn.br/francebr/ferdinand\\_denis\\_port.htm](http://bndigital.bn.br/francebr/ferdinand_denis_port.htm).

MICHELET, Jules & QUINET, Edgar. *Des Jésuites*. Paris: Comptor des imprimeur-unis Hachette & Paulin, 1844.

MONGLAVE, Eugène. *Caramurú ou la découverte de Bahia*. Roman-poème brésilien. Paris: Eugène Renduel, 1829.

MONTEIRO, John Manuel . Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História* [On-line], 2003, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022858005>>

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

MORETTI, Franco. (Org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

NETO, João Antonio de Santana. A cidade do Salvador: um gesto de interpretação literário de José de Alencar. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 1 p. 123-138 junho de 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

*NITEROY, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*. Edição fac-similada em CD-Room acompanhada de estudos críticos, organizada por Ana Beatriz Demarchi Barel. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.

OUTEIRINHO, Fátima. A presença da história nas edições do romance histórico traduzido de Alexandre Dumas. *Actas do Colóquio Internacional*. Porto, v. 2, p. 49-55, 2004.

PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes. *O romance histórico e José de Alencar*. Tese (Doutorado), Universidade da Madeira, 2004.

PEDRO, Lívia. *História da Companhia de Jesus no Brasil: biografia de uma obra*. (Dissertação de mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

PELOGGIO, Marcelo. **José de Alencar e as visões de Brasil**. Tese de Doutorado. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2006.

PERES, Marcos Roberto Flamínio. *As minas e a agulheta: romance e história em As Minas de Prata, de José de Alencar*. São Paulo: 2006, 106f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINHO, S. J. O historiador da missão jesuítica no Brasil. (Centenário de Serafim Leite S. J., 1890-1990). *Revista Brotéria*, Lisboa, nº 2-3, vol. 131, agosto setembro 1990, p. 191-205.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de Mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1730.

POLIAKOV, Léon apud FRANCO, Eduardo, *As Monita Secreta: história de um Best-Seller antijesuítico*. *Percurso*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 108, 2003.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. Introdução. In: ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 3-41.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *José de Alencar na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

QUEIROZ, Amilton José Freire *Narrativas em trânsito: literatura, fronteiras e língua(gens) do alto do Amazonas no romance Simá*. Acre: 2009. *Dissertação (Mestrado em Letras)*, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2009.

ROSA, Renilson. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de*

Brasil Colônia no Brasil Império. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas), Unicamp, Campinas, 2009, p. 137.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. De la littérature industrielle. *Revue des Deux Mondes*. Paris, p. 675-691, 1839.

SANCHEZ, Edney Christian T., *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros. In: ABREU, M (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita no século XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 155-170.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Walter. Introduction. *The Betrothed*. Edingurgh: Adam & Charles Black, 1887.

\_\_\_\_\_. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril, 1983.

\_\_\_\_\_. *El Pirata*. Madrid: [s.n.], 1830.

\_\_\_\_\_. *Os puritanos da Escócia*. Lisboa: Otto Pierre, [19?].

\_\_\_\_\_. *Quentin Durward*. Lisboa: Otto Pierre, [19?].

\_\_\_\_\_. *O talismã*. Lisboa: Otto Pierre, [19?].

SILVA, Hebe Cristina da. A ascensão do romance no Brasil – considerações acerca da presença do gênero em anúncios do *Jornal do Comércio*. [200?]. Disponível em <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>. Consultado em março de 2010.

SILVA, João Manuel Pereira da. Os romances modernos e sua influência (1837). In: *Matraga: revista do programa de pós-graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 15, 2003, p. 43-46.

\_\_\_\_\_. Prólogo. apud SALLES, G. M. A. *Palavra e Sedução: uma leitura dos prefácios oitocentistas (1826-1881)*. Campinas: 2003. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, Jussara Rodrigues da. As regras de edição de documentos no Brasil dos oitocentos: o trabalho de Francisco Adolfo Varnhagen como editor. *Revista de Teoria da História*, Número 7, jun/2012, p. 66-89.

SOARES, Lenin Campos. *O padre, o filósofo e o profeta: A América de Simão de Vasconcelos*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2007.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. Um texto esquecido: Pereira da Silva e a gênese do romance brasileiro. In: *Matraga: revista do programa de pós-graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 15, 2003, p. 31-41.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloqüência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 1999.

SUE, Eugène. *Os mistérios de Paris*. Lisboa: Guimarães, 1913. 2v.

\_\_\_\_\_. *O Judeu Errante*. São Paulo: Brasil Editora, 1963. 3vols.

TASCA, Michelle Fernanda. *A ficção histórica oitocentista: as configurações do histórico e do literário em Varnhagen e Alenxandre Herculano*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012

TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*. Eduardo Vieira Martins (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

TELLES, T. Simá - um romance sobre a Amazônia. In: AMAZONAS. L. S. A. *Simá*. Manaus: Editora Valer, 2011.

THÉRENTY, Marie-Ève. Du roman-feuilleton au journal-fiction: Enjeux de la fictionnalisation du journal au XIX siècle. In: BRAUD, Michel *et all. Les enseignements de la fiction*. Presses Universitaires de Bordeaux, France, 2006, p. 36.

\_\_\_\_\_. *La littérature au quotidien*. Paris: Nouveau Monde, 2007.

\_\_\_\_\_. *Poétiques journalistiques (1760-1830)*, *Orages. Littérature et culture 1760-1830*, n°7, mai 2008.

\_\_\_\_\_. Montres molles et journaux fous. *Contextes*. 11 | 2012, Online since 18 May 2012, connection on 03 November 2014. URL : <http://contextes.revues.org/5407> ; DOI : 10.4000/contextes.5407

THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (Org.). 1836 L'an I de l'ère médiatique. Paris: Nouveau Monde, 2001.

THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, ALAIN (Org.). *Presse, nation e mondialisation au XIX siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2010.

THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais*. Trad. Sandra Silva. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

VAILLANT, Alain. Identités nationales et mondialisation médiatique. In: ANDRIES, Lise; TORRE, Laura Suárez. *Impressions du Mexique et de France: imprimés et transferts culturels au XIX siècle*. Paris: MSH; México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *O Descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo-quinto século*, 2 ed., Rio de Janeiro, Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Cia, 1840. Tomo I e II.

\_\_\_\_\_. O Caramuru perante a História, *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 10, 1848, p. 129-152.

\_\_\_\_\_. *História das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654*, Nova edição melhorada e acrescentada, Lisboa, tipographia de Castro Irmão, 1872.

\_\_\_\_\_. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1946. 3-58.

\_\_\_\_\_. *História geral do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981, p. 19. Tomo I e II.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Fapesp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cruzando o atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott*. ABREU, M (org.). *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2008a. p. 351-374.

\_\_\_\_\_. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n. 18, p. 15-37, 2008b.

\_\_\_\_\_. A formação do romance Brasileiro: (1808-1860). [200?] Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Consultado em março de 2010.

VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 165.

VIANA FILHO, Luis. *A vida de José de Alencar - figuras do passado*. Rio de Janeiro: Lello e Irmãos - ed. Porto. 1979.

VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. *A invenção de uma escrita: Anchieta, os jesuítas e suas histórias*. RIO Grande do Sul: EDIPUCRS, 2006.

VITORINO, Arthur José Renda. Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais. *Cad. AEL*, v.9, n.16/17, 2002.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

WINDMULLER, Kathe. *O “Judeu” no teatro romântico brasileiro: uma revisão da tragédia de Gonçalves de Magalhães, Antônio José ou O Poeta e a Inquisição*. São Paulo, Centro de Estudos Judaicos da FFLCH/USP, 1984.

ZILBERMAN, Regina. Do estigma à liberação: representações dos judeus na literatura brasileira. *Revista Iberoamericana*, Vol. LXXVI, Núm. 230, 2010, 63-79.

### **Fontes Primárias**

*A Abelha Religiosa*

*A Borboleta*

*A Nova Minerva*

*A Semana*

*A Voz da Religião*

*Correio da Tarde*

*Correio Mercantil*

*Correio Oficial*

*Diário do Rio de Janeiro*

*Jornal do Commercio*

*Ensaios Literários do Atheneu Paulistano*

*Gazeta Official do Império do Brasil*

*Guanabara*

*Marmota Fluminense*

*Nova Luz Brasileira*

*O Acadêmico*

*O Brasil*

*O Carapuceiro*

*O Echo do Rio*

*O Lidador*

*O Mercantil*